

OS ESTADOS NACIONAIS ENTRE O MAGHREB E O MACHREK UMA HERANÇA DO COLONIALISMO?



Africana Studia

REVISTA INTERNACIONAL DE ESTUDOS AFRICANOS
INTERNATIONAL JOURNAL OF AFRICAN STUDIES

Centro de Estudos Africanos
Universidade do Porto

AFRICANA STUDIA

Revista Internacional de Estudos Africanos / International Journal of African Studies

Entidade Proprietária:

Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto
FLUP – Via Panorâmica s/n – 4150-564 Porto

Director: Maciel Santos (maciel999@yahoo.com)

Sede da Redacção: FLUP – Via Panorâmica s/n – 4150-564 Porto

Nº de registo: 124732

Depósito legal: 138153/99

ISSN: 0874-2375

Tiragem: 500 exemplares

Periodicidade: Semestral

Nº de contribuinte da entidade proprietária: 504045466

Tipografia: Papelmunde

Edição: Miguel Silva - Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto

Revisão de textos: Amélia Queirós, La Salette Coelho, Miguel Silva e Rosário Melo.

Conselho Científico / Advisory Board: Alexander Keese (U. Berna/CEAUP), Ana Maria Brito (FLUP), Augusto Nascimento (IICT), Carlos Couto (CEAUP), Collete Dubois (U. Aix-en-Provence), Elikia M'Bokolo (EHSSS – Paris), Eduardo Costa Dias (CEA-ISCTE), Eduardo Medeiros (U. Évora), Isabel Leiria (FLUL), Isabel Galhano Rodrigues (FLUP), Joana Pereira Leite (CESA-ISEG), João Garcia (FLUP), João Pedro Marques (IICT), José Carlos Venâncio (U. Beira Interior), Malyn Newitt (King's College), Manuel Rodrigues de Areia (U. Coimbra), Michel Cahen (IEP – U. Bordéus IV), Paul Nugent (CEA- Edimburgo), Patrick Chabal (King's College), Maria Rosa Sil Monteiro (U. Minho), Philip Havik (IICT), Suzanne Daveau (U. Lisboa), Wilson Abreu (U. Porto)

Conselho de Redacção / Editorial Board: Carlos Pimenta (FEP-UP), , Cristina Pacheco (CEAUP), Elvira Mea (FLUP), Gabriela Silva (CEAUP), José Capela, Maciel Morais Santos (FLUP).

Secretariado: Raquel Cunha

Advertência: Proibida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação (na versão em papel ou electrónica) sem autorização prévia por escrito do CEAUP.

Africana Studia é uma revista publicada com arbitragem científica.

Africana Studia é uma revista da rede África-Europe Group for Interdisciplinary Studies (AEGIS).

Capa: Militar da Frente Polisário. Argélia. Agência LUSA

AFRICANA STUDIA

Revista Internacional de Estudos Africanos
International Journal of African Studies

Nº 12 - 1º semestre - 2009

Índice

Editorial 5

Os Estados nacionais entre o Maghreb e o Machrek – uma herança do colonialismo?

A Herança Colonial

La Décolonisation en Suspens:
états nationaux et nationalisme au Maghreb 11
René Galissot

Héritage coloniale et gestion nationale de la cité à partir
de l'exemple des villes du Nord de Maroc 31
Nizar Tajditi

1954, un faux départ du pan-arabisme au Caire?
– l’Egypte vu par la diplomatie portugaise 45
Maciel Santos

An unfinished process: the Western Sahara as a
post-scriptum of the colonial period 59
Rui Novais

Síria entre progressismo e tradicionalismo 67
Ivo Sobral

Um Islão Político?

Religion et démocratie:
Réflexion sur la spécificité du Droit musulman 77
João Casqueira Cardoso

A Formação do Partido Independente de Moçambique (PIMO) 91
Raul Braga Pires

Entrevista

Yaqub Sibindy: O PIMO - oração fúnebre a um caixão vazio 113
Entrevista conduzida por Raul Braga Pires

Africa em debate

Uma herança identitária: o trabalho forçado

Le riz et le peuple Massa de l'Extrême-Nord Cameroun:
de la culture forcée au marqueur identitaire 125
Jean Gormo

Colonial gold mining in Northern Benin:
Forced labour and the politics of remembering the past 137
Tilo Grätz

Notas de leitura

Além do Bojador... Além da Dor? 155
René Pélissier

Algumas notas sobre a 12ª assembleia-geral do CODESRIA
– Governar o Espaço Público Africano 181
Augusto Nascimento

Resumos 189

Legenda das ilustrações 196

Editorial

Os artigos agora publicados foram apresentados, sob forma de comunicação, no colóquio internacional organizado pelo Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto (CEAUP) em Junho de 2008 intitulado “*Os Estados nacionais entre o Maghreb e o Ma-chrek – Uma herança do colonialismo?*”

No texto “*A descolonização em suspensão: Estados nacionais e nacionalismo no Maghreb*”, René Gallissot, professor emérito da Universidade de Paris 8 e conhecido historiador do Maghreb colonial, do nacionalismo no mundo árabe e do chamado “Terceiro Mundo”, aborda alguns dos problemas com que se defrontam os países da África do Norte, onde a colonização de povoamento deu lugar a Estados nacionais cujo nacionalismo de afirmação identitária construiu uma retórica “*nacional-desenvolvimentista*” que finalmente se limitou, no plano da acção, a uma gestão conjuntural em benefício da burguesia, eliminando, ao mesmo tempo, qualquer outra alternativa política e social. Por seu turno, o sindicalismo e as oposições continuam historicamente fechados na crença da miragem promovida pelo Estado segundo a qual o “desenvolvimento” (económico e social) estaria ao alcance da mão, perspectiva voluntarista que a realidade não confirma e cuja usura tem favorecido a expansão islamita radical do “Islão político” que tanto ameaça não apenas o ocidente mas os próprios países muçulmanos.

Num outro registo histórico, o artigo de Maciel Santos “*1954, uma falsa partida do pan-arabismo no Cairo? O Egipto visto pela diplomacia portuguesa*” analisa a situação política no Egipto nos anos 50 do século passado vista pela diplomacia portuguesa da época, bem como o papel do pan-arabismo de que o Egipto foi então o principal motor no Médio Oriente, o qual teve repercussões profundas no movimento anti-colonialista dos países do Terceiro Mundo, como o confirma a Conferência de Bandung em 1955.

O texto de Nizar Tajditi, “*Legado colonial e gestão nacional da cidade a partir do exemplo das cidades do norte do Marrocos*” parte do Marrocos e da evolução das suas cidades como centro de cultura e o seu papel na formação dos Estados nacionais modernos na África do Norte. O artigo estuda igualmente as formas de expressão antagónicas entre a acção colonial e a reacção nacional ou nacionalista, estas últimas expressas nas políticas urbanas levadas a cabo nas pequenas e médias cidades a cuja situação instável urge remediar nos planos económico, político e outros.

O artigo de João Casqueira Cardoso, “*Religião e democracia: reflexão sobre a especificidade do Direito muçulmano*” propõe uma análise de direito comparado, que, mais ainda do que uma abordagem nos planos político, económico e social, mostra a necessidade e urgência em aprofundar as relações entre democracia e religião, tanto na civilização ocidental como na civilização muçulmana. O autor refere ainda a questão de saber se o direito muçulmano não poderá contribuir para introduzir a noção de “*cidadania*” que se poderia sobrepor à referência ao “religioso” no sentido estreito do conceito.

O texto de Rui Alexandre Novais, intitulado “*Um processo inacabado: o Saará Ocidental como um post-scriptum do período colonial*” analisa a situação do Sahara Ocidental que, depois da retirada da Espanha, ficou sob a ocupação de Marrocos que lhe recusa a inde-

pendência sob pretexto que este território já lhe pertencia antes da colonização europeia, fazendo portanto parte integrante na nação marroquina. A situação continua num impasse e é previsível que o *status quo* se manterá muito tempo ainda dadas as riquezas mineiras do Sahara Ocidental e os interesses em causa.

Ivo Sobral em “*Síria entre progressismo e tradicionalismo*” estuda o isolamento político da Síria há mais de 30 anos e afirma que o seu futuro está ligado à paz com Israel e ao fim da instabilidade do Líbano.

O texto de Raul Braga Pires, “*A formação do Partido Independente de Moçambique (PIM)*” é o único trabalho sobre a África Subsaariana e trata da comunidade muçulmana sunita em Moçambique, mostrando os seus objectivos e características no processo de desenvolvimento daquele país de língua oficial portuguesa.

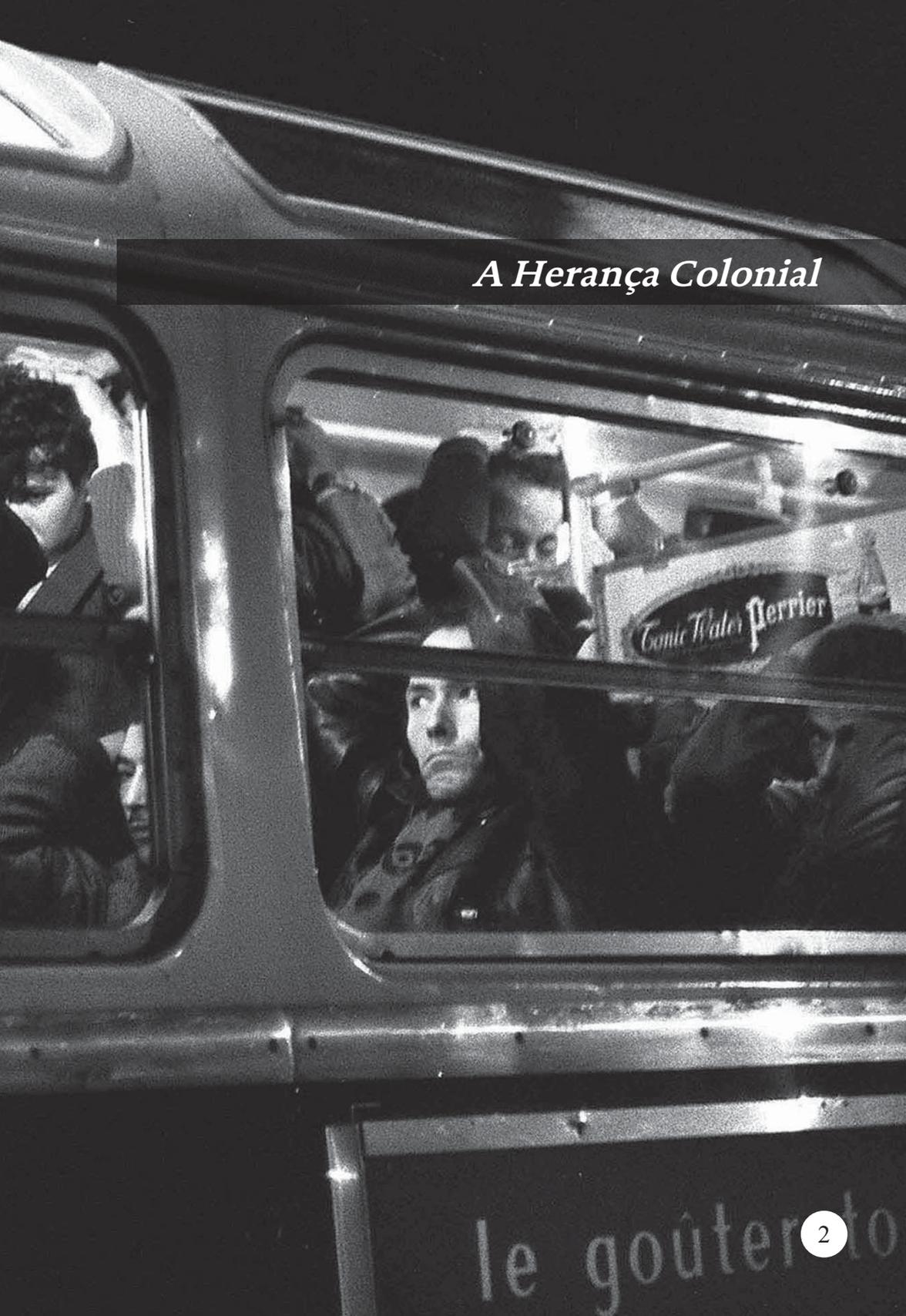
Adelino Torres

Universidade Técnica de Lisboa – ISEG



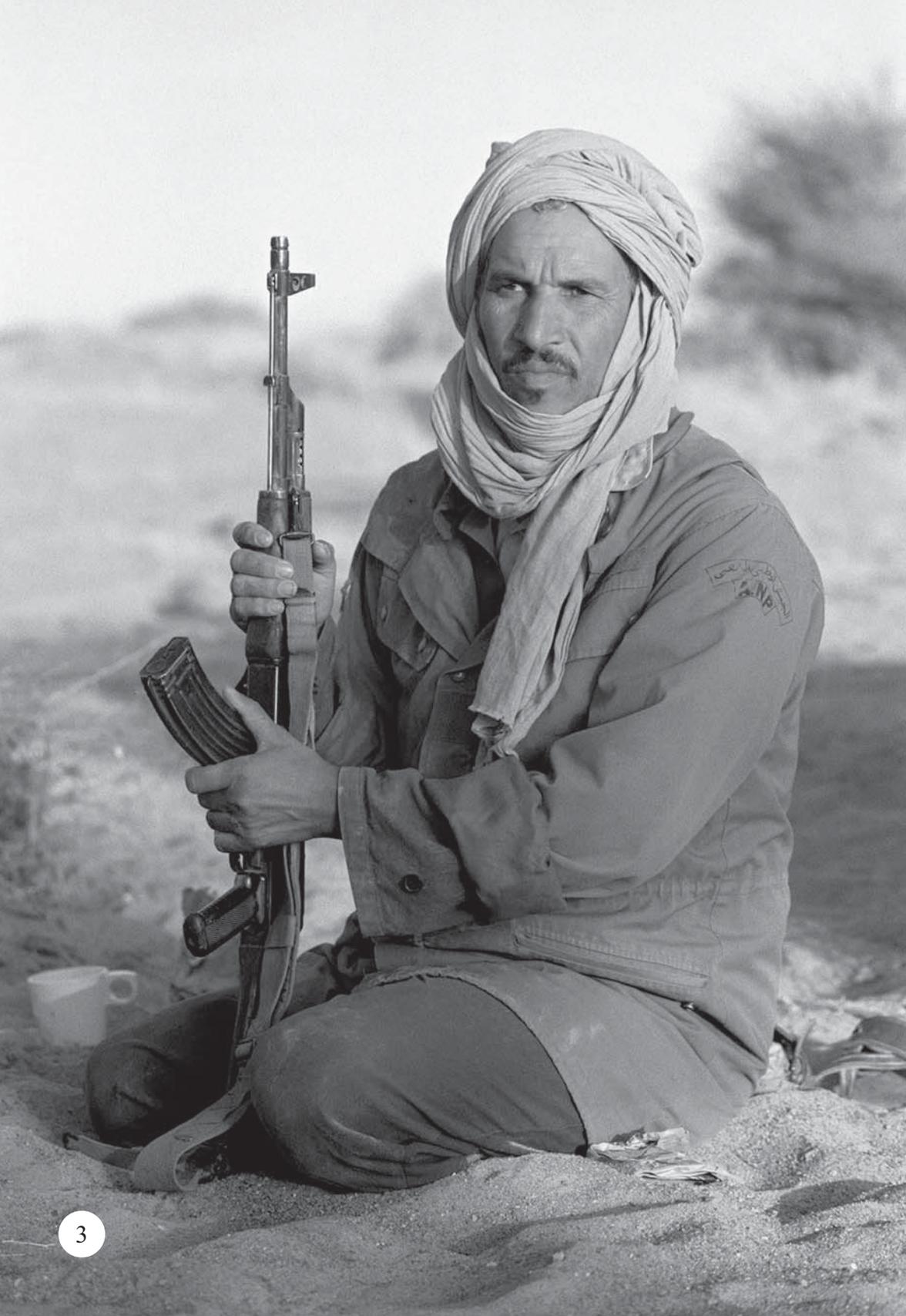
Os Estados nacionais entre o Maghreb e o Machrek – uma herança do colonialismo?



A black and white photograph of a crowded train carriage. The view is through the windows, showing several passengers. In the foreground, a man with a serious expression looks towards the camera. Behind him, another man is visible, and a sign for 'Gonçalo Water Perrier' is partially seen. The carriage is filled with people, and the lighting is dramatic, with strong highlights and deep shadows.

A Herança Colonial

le goûter to



La Décolonisation en suspens: états nationaux et nationalisme au Maghreb

René GALLISSOT

p 11-30

Le sens évènementiel de décolonisation est celui de séparation de la métropole. En Afrique du Nord, la colonisation était aussi de peuplement, et ce sont les sociétés coloniales qui se sont dissoutes, pour laisser place à des Etats nationaux soulevés par un nationalisme d'Etat qui pousse au plus haut l'affirmation identitaire. Cette décolonisation évènementielle et politique fut relativement rapide pour la Tunisie et le Maroc du fait de l'intensité et de la prolongation de la guerre française d'Algérie. La décolonisation économique se traduit par le retrait des intérêts, lié à la fin du peuplement colonial. A l'intérieur, les sociétés basculent des campagnes vers les villes à vitesse inégale ; les gouvernements s'engagent diversement dans l'étatisation économique. Le Maghreb entre dans l'âge du national-développementalisme par l'Etat, appliqué en Algérie, partiellement en Tunisie, renvoyé à l'opposition de gauche au Maroc.

Sur fond de régimes militaro-policiers comparables sous habillage spécifique, veillant à la perpétuation de leur pouvoir et de leurs places, les maîtres de l'Etat entretiennent le discours national-développementaliste ; mais leur action se limite à une gestion conjoncturelle pratiquant l'intéressement à l'Etat de la part bourgeoise de la société tout en s'employant et réussissant à éliminer toute alternative politique et sociale. Pour les masses de la prolétarianisation urbaine, une assistance ponctuelle tend à empêcher les mouvements sociaux sans pouvoir éviter les « émeutes » locales, circonscrites et réprimées, du moins jusqu'à aujourd'hui. Le syndicalisme et les oppositions restent enfermés dans la croyance au mirage du développement par l'Etat national. Au Maroc, au nom des femmes, la gauche est allée jusqu'à conjoindre sur les banderoles : « femmes et développement ».

Dans ces sociétés islamisées (et non pas islamistes), face aux impasses pour les déclassés y compris de bourgeoisie seconde et les jeunes, les diplômés-chômeurs et la masse urbaine tenue en ségrégation, l'usure du national-développementalisme fait place non sans connivence interne conservatrice, à l'expansion idéologique de l'islamisme en mal de prendre la direction de l'Etat. Pour l'opposition de gauche et le populisme marxisant, pour des masses jeunes pour qui la religion redevient l'espoir des désespérés quels que soient les rêves transnationaux et panislamistes, pour un peuple sorti de la colonisation qui s'identifie à son être-paraître musulman, presque comme

la dernière croyance commune, l'Etat national reste indépassable laissant la chance du Maghreb, impossible.

La thèse est ici que cette clôture est le legs de colonisation. Au Maghreb comme ailleurs, ce qui caractérise la colonisation, c'est de tenir la société colonisée dans l'enfermement communautaire et pluri-communautaire sinon de division ethnique, en contraignant sous un statut ségrégué, l'accès au droit civil et évidemment à une réelle citoyenneté sociale et politique. En Afrique du Nord, cette ségrégation s'est instituée sous droit musulman. Le mouvement national s'est développé à l'intérieur de cette ligne de front, en l'intériorisant pour la retourner contre la puissance occupante et dominante. Sans négliger la paupérisation économique, le principal effet de la colonisation est ainsi de fermer l'évolution vers une société civile, au sens plein du mot, de société ni cléricale ni militaire, et vers l'exercice de la démocratie politique, à commencer par la liberté de pensée même en matière religieuse pour parler comme la Déclaration des droits de l'homme. Par « l'exode des Européens et des Juifs », il n'y a plus pour l'heure au Maghreb, que des nationaux musulmans. ; les codes de la citoyenneté-nationalité ont repris le code colonial du statut musulman (avec des réformes en Tunisie). En ce sens, la colonisation a gagné, dans la moyenne durée. C'est de l'intérieur que la décolonisation reste en suspens..

Décolonisation événementielle politique et économique.

La réaction de défense du bastion de l'Afrique du Nord française a transformé la décolonisation en fuite en arrière coloniale face à la fuite en avant de l'insurrection algérienne.

La réaction finale en Tunisie et au Maroc.

Du Proche-Orient au Maghreb, ce qui appartient aux années 1947-1948, c'est l'idée de libération nationale par la préparation de la lutte armée, le passage à l'acte de la lutte d'indépendance. Pour inverser peut-être des penchants et des choix anciens, dans le monde arabe et musulman, une sensibilité populaire répond, au Maghreb, à l'exaltation de la Résistance nationale contre le fascisme en Grèce, en Italie, en France et à la reprise de la lutte anti-coloniale en Indochine et en Extrême Orient, en Indonésie. Les modèles d'organisation et les formules sont là, ceux de Fronts et d'armées de libération nationale. La préparation est clandestine dans une organisation cloisonnée sur le schéma du triangle, en préservant les caches, en utilisant les faux papiers et les noms de combat, en cherchant l'information par des entrées à l'intérieur des organes d'Etat par des connaissances et des parents. L'activisme met en place des réseaux de l'ombre faits de quelques noyaux, fragiles, intermittents mais recommencés. De là, la répétition des lieux (régions et quartiers), des familles, et les liens de camaraderie depuis l'enfance et l'école, la médersa ou le collège, les étapes migratoires et de travail, et aussi les séjours en prison. Les minorités culturelles sont très présentes, avec des pratiques d'entre-soi.

Mais que l'on ne s'y trompe pas ; à l'époque, la lutte se fait sous le signe de l'arabisme. Pour le Maroc et l'Algérie, cela nous donnera le paradoxe berbère. Les régions de base et d'implantation se situent dans les régions montagnardes d'émigration et donc aussi dans les quartiers urbains d'immigration venant du Sous, du Rif, du Moyen Atlas, de Kabylie, du Mzab, de l'Aurès. Pour la Tunisie les gens du sud de Gafsa à Gabès et aux îles, forment

les classes populaires de Tunis à côté des segments de bourgeoisie des cités provinciales qui forment la périphérie de la bourgeoisie citadine tunisoise.

C'est sous l'égide de la Ligue arabe que se tient au Caire, le Congrès du Maghreb arabe du 15 au 22 février 1947. L'idée d'une Armée de libération du Maghreb est mise sur le papier ; la coordination est en principe confiée au Bureau de liaison et d'information du Maghreb et de Palestine. En effet, la Ligue arabe réunit des Etats reconnus et ce sont les représentants des Etats qui interviennent ; le Bureau créé a donc en charge les régions qui n'ont pas d'Etat indépendant ; ce sont les mouvements nationaux qui sont censés être représentés à travers les partis. L'attention première va à la question palestinienne plus qu'à l'Afrique du Nord que l'arabisme d'Orient situe à la marge. Un double établissement du Bureau est prévu à Damas et au Caire ; en fait, tout se passe au Caire sous l'œil des Services égyptiens et sous le contrôle sinon l'initiative des autorités égyptiennes, surtout après 1952. Huit jeunes militants maghrébins sont envoyés en stage en 1948 à l'Académie royale militaire de Bagdad ; c'est le noyau initial de cette Armée de libération du Maghreb. Cependant le Bureau du Maghreb est plus formel qu'actif.

En réalité, l'impulsion et la concertation émanent plus vivement d'Abd el Krim. À noter qu'aucun des partis nationalistes qui constituent donc le Bureau du Maghreb, n'a jamais demandé la libération d'Abd el Krim ; échappé en 1947, celui-ci s'est installé au Caire en dehors d'eux. C'est lui qui relance le projet d'Armée de libération du Maghreb et guide les jeunes activistes qui sont les envoyés en mission chargés d'établir les noyaux armés d'entraînement et les réseaux fort tenus de petits groupes de partisans maquisards en montagne et de cellules clandestines dans les quartiers des villes migratoires. Les points d'implantation sont près de Tétouan, sous bon vouloir et surveillance espagnole, à Nador et à Oujda pour le passage vers l'Algérie et les liaisons avec les résistants des montagnes atlasiques. Ces bases seront aussi celles de l'armée de libération algérienne. Mais cette mise en place s'effectue très lentement ; elle devient chichement opératoire en 1953 pour être principalement agissante en 1955-56.

Au Caire, les demandes ou les perspectives des partis du Maghreb s'annulent facilement entre elles, sans compter le jeu des responsables égyptiens. La représentation marocaine est partagée entre quatre partis, deux pour la zone Nord, deux pour la zone Sud, ce qui veut dire des partis rivaux portés par les familles bourgeoises de Tétouan et Tanger en second, de Fès principalement et de Salé-Rabat en mineur. Le souci de placement dans l'Etat à venir, l'emporte sur l'activisme, s'il ne le contredit. Les mouvements nationaux, tunisien et algérien, se présentent déjà comme des partis uniques. Si la représentation néo-destourienne peut effacer l'ancien destour, elle est emportée par la marche à l'étoile du leadership d'Habib Bourguiba ; quand celui-ci s'éloigne de Tunis pour Le Caire, c'est peut-être aussi pour retrouver l'oreille du représentant des Etats-Unis Doolittle qui l'avait protégé à Tunis alors qu'il y était consul. H. Bourguiba est tenu pour pro-occidental quand le Secrétaire général du Néo-Destour qui a bien plus la maîtrise de l'organisation, est Salah Ben Youssef qui passe donc pour le porteur de l'arabisme. Les options sont des coups de force internes et des recherches de renforts, y compris dans le syndicalisme de la toute nouvelle UGTT.

La représentation algérienne est celle unique du « Parti » MTLD-PPA, mais c'est le mouvement messaliste qui est divisé, partagé entre courants notamment derrière Lamine Debaghine ; et les tous jeunes délégués qui sont dits permanents ne peuvent l'être, car la délégation change pour une présence au Caire plus ou moins continue. Mohamed Khider

et Hocine Aïth Ahmed qui deviennent beaux-frères, sont au Caire en 1951 ; Ahmed Ben Bella est présent en 1953 où il commence en quelque sorte son arabisation. Comme en dehors des déclarations d'unanimité, le Bureau ne peut être le centre d'initiative, c'est l'action parallèle qui conduit à la voie armée insurrectionnelle.

A partir de l'été 1953, A. Ben Bella se transporte en Libye et couvre tant bien que mal l'Est maghrébin tuniso-algérien ; les armes passent par le sud saharien pour le soulèvement des fellaghas qui, en se réclamant de l'arabisme de la libération armée pour les partisans de Salah Ben Youssef, est aussi une opposition insurrectionnelle aux négociations d'autonomie puis d'interdépendance conduites par H. Bourguiba. En 1954, ce fellaghisme qui se transforme en soulèvement autonome contre la France mobilise de l'ordre de 4000 combattants largement soutenus à l'intérieur du pays, du Sud au Cap Bon. Plus vivement Mohamed Boudiaf pousse les préparatifs depuis Madrid et fait des tournées en Zone Nord du Maroc où sont les dépôts d'armes (Nador) et les centres d'entraînement (près de Tétouan) en liaison avec les passages et les caches par Oujda et les bases militaires de Khémisset et Kénitra où font nombre les déserteurs de l'armée française.

Ces clandestins ne savent pas forcément qu'ils constituent l'Armée de libération du Maghreb, d'autant que le nom veut dire aussi bien l'ensemble de l'Afrique du Nord que Maroc seulement ; mais c'est sous cet emblème que les décisions sont prises et les ordres et communiqués rédigés. Il s'agit bien de préparation d'une insurrection armée, après le massacre du 10 décembre 1952 à la Bourse du travail de Casablanca puis la destitution du Sultan en août 1953. Le renforcement de groupes secrets marocains (Main noire puis Croissant noir), soutient une action de résistance par attentats et attaques surprises. Un plan d'action envisagé dès 1952 est confirmé dans une rencontre à Madrid. À la suite d'une tournée de M. Boudiaf, la coordination des réseaux et des premiers maquis est renforcée début octobre 1953. S'il n'y avait pas cette préparation par l'Armée de libération dont il ne faut pas toutefois surfaire la continuité et la densité, on ne pourrait comprendre que la décision du CRUA en mars 1954 de passer à l'acte en Algérie, précède l'échec français de Dien Bien Phu en mai, qui accélère certes la mise en mouvement. Celle-ci n'en appartient pas moins à une fuite en avant insurrectionnelle dans la crise du MTLD.

Pour garantir les passages d'armes et de réfugiés en Zone Nord, Abdelkebir El Fassi, l'homme de confiance et d'organisation de l'Istiqlal, passe un accord avec le général Valino, Haut Commissaire espagnol, qui en contrepartie demande à être tenu au courant des préparatifs d'insurrection. Mohamed Boudiaf revient à plusieurs reprises resserrer la coordination (août 1954, puis fin 1954 et début 1955). En partie cette armée est algérienne et constitue la réserve et la relève de l'insurrection du 1^{er} novembre 1954, principalement avec les camps d'entraînement d'anciens de l'armée française sous le commandement de Nadir Bouzar ; lui-même fut capitaine de l'armée française. Quand les armes sont débarquées et réparties à partir de Nador, elles sont partagées entre groupes algériens et marocains, et destinées soit à passer la frontière pour les maquisards algériens, soit aux maquis du Rif et du Moyen Atlas. L'action de groupes marocains est répétée depuis août 1953 (Oujda), et prolongée par les attentats principalement à Casablanca ; Mohammed Zerkouni meurt le 18 juin 1954. La répression coloniale s'intensifie au Maroc, puis après coup, en Algérie.

En 1955, pour des bases marocaines de maquis en montagne et jusqu'au Sahara et des groupes partisans clandestins en ville, et pour une Armée de libération algérienne en difficulté de liaison entre les villes littorales et les maquis de l'intérieur, l'Armée de libération du

Maghreb n'est plus que formelle. Des préparatifs insurrectionnels sont cependant relancés au Moyen Atlas et au Tadla, et plus intensément dans l'Est algérien après la mort de Didouche Mourad ; au printemps de 1955, l'isolement grandit aux limites de la cassure. C'est pour conjurer cette menace qu'est envisagée, lors du passage de M.Boudiaf au Maroc semble-t-il, une offensive commune. Les partisans marocains proposaient le 18 juin 1955, date anniversaire de la mort de M.Zerkouni, mais c'était trop tôt. Dans une réunion à cinq à Madrid (Abdelkebir El Fassi, Abdelkrim Khatib et Abderrahman Youssoufi côté marocain, et A.Ben Bella et M.Boudiaf, côté algérien), l'accord se porte sur une autre date anniversaire pour lui donner une signification maghrébine, celle du 2^e anniversaire de la destitution du Sultan. Le 20 août 1955, l'action de Zighout Youssef peut apparaître isolée dans le Constantinien ; elle marque effectivement le passage de relais des coups montés en ville et d'une action clandestine citadine, à une lutte intérieure et rurale ou plutôt montagnarde, mais elle signale aussi la fin de l'Armée de libération du Maghreb.

Deux tentatives insurrectionnelles marocaines auront lieu en octobre 1955 tant dans le Rif que dans le Moyen Atlas. Les attaques seront relancées en janvier-février 1956. Mais à cette date, les négociations engagées ou acceptées par les nationalistes, s'accélèrent pour aboutir au traité du 16 mars 1956. Par la proclamation du Roi, la lutte de libération nationale est déclarée close. Certes les armes ne sont pas rendues et des attentats et règlements de comptes continuent. Les anciens résistants sont appelés à s'intégrer aux Forces Armées Royales, ce qui leur vaudra bien plus tard s'ils les demandent, leur carte et leur pension. L'armée royale est en fait composée pour l'essentiel des anciens régiments marocains de l'armée coloniale, dont le prince héritier Hassan reçoit le commandement. En ce sens les deux Armées de libération marocaine, celle du Rif et celle du Sud, écrasées en 1958 par l'Armée royale sous les ordres du Prince, sont bien les héritières de l'Armée de libération du Maghreb. L'activisme clandestin de préparation de l'insurrection armée aura ses continuités ou plutôt ses répétitions jusqu'en 1973, contre le régime d'Hassan II.

L'activisme de libération nationale qui prend les armes, se veut révolutionnaire par opposition au réformisme par marche graduelle des leaders et notables de partis. Certes la doctrine est courte pour cette pensée unique de la libération nationale. Elle se superpose, quelquefois fait appel, et souvent s'identifie à l'eschatologie religieuse qui attend le retour de la justice ; la morale plébéienne emprunte à la piété religieuse. Comme dans toute guerre et devant la mort, les invocations sont celles des gestes et des formules coraniques. La phénoménologie anthropologique coloniale et sa version sensitive post-coloniale ne voient que la permanence du religieux ou le retour du refoulé. Cet activisme n'en est pas moins un populisme d'émancipation ; libération nationale veut dire soulèvement d'un peuple opprimé, et peuple a son sens social qui exprime la violence subie de la misère et de l'exploitation. La perspective d'indépendance est aussi espérance de justice sociale ; c'est ce qui se résume dans le mot de Révolution. Les perdants ont aussi une histoire. La lutte nationale algérienne de libération s'est retrouvée seule en résistance armée sur la voie de l'indépendance.

La décolonisation négociée pour la Tunisie et le Maroc.

En Tunisie, c'est fort du succès des négociations de Genève qui mettent fin à la guerre française d'Indochine en recouvrant le traumatisme de Dien Bien Phu, que P.Mendès-France prend l'initiative de tourner le blocage colonial. Il ressaisit la proposition euphémisante

d'H.Bourguiba d'autonomie interne, par le fameux discours de Carthage de la fin juillet 1954 : « Nous sommes prêts à transférer à des personnes et à des institutions tunisiennes l'exercice interne de la souveraineté. ». Le Rassemblement français s'empolte dans une dernière campagne de protestation. Sous « la pression du pays réel » et celle du conflit au sein du Néo-Destour, H.Bourguiba est obligé de renouveler les formules pour ne pas dire indépendance ; l'autonomie interne n'est qu'une étape « dans la voie qui mène à la restauration complète de la souveraineté de la Tunisie ». Les négociations sont serrées pour reculer la reconnaissance de l'indépendance en inventant des étapes. Profitant des avancées, H.Bourguiba fait un retour triomphal de Paris dans la rue de Tunis, le 1^{er} juin 1955 ; la mise en scène du cavalier remontant l'avenue de France et la ferveur patriotique des foules qui entendent mêler toutes les classes, portent l'identification au guide de la nation. Le *Zaïm* l'empolte sur la rébellion yousséfiste. Les conventions signées le 3 juin 1955 abolissent la Convention de la Marsa de 1883 qui établissaient la prépondérance exécutive et administrative française, mais elles laissent subsister la souveraineté française fixée par le traité du Bardo de 1881. Les juristes s'en donnent à cœur joie ; ils en sont à la co-souveraineté dans le respect mutuel et la coopération librement consentie. Les décrets beylicaux organisent en effet une autonomie interne complète ; dans ce pays où les enfants de la bourgeoisie et les hommes politiques pratiquent le bilinguisme, l'arabe est proclamé langue nationale et officielle, mais le français n'est pas considéré comme langue étrangère. Le Haut Commissaire et non plus le Résident général est chargé de protéger les intérêts des ressortissants français.

Comme après les élections de janvier 1956 en France, les négociations mettant fin au Protectorat au Maroc avancent plus vite et reconnaissent l'indépendance en février 1956 avant même la signature des accords, il n'est plus guère possible de faire moins pour la Tunisie ; l'astuce ou le tour de passe-passe est cependant trouvé, en disant (protocole du 20 mars 1956) : « indépendance dans l'interdépendance librement consentie ». En fait de 1956 à 1958, les négociations ne cessent pas pour définir les conventions de coopération. Si la voie négociée est tortueuse et faite de notions controuvées, c'est qu'elle a fort à faire pour dénouer le lien de domination politique qu'est la colonisation et l'attachement des intérêts coloniaux à l'Afrique du Nord. Nous sommes loin du choix populiste insurrectionnel qui parle Révolution et fait peur socialement. Ce qui est possible avec les interlocuteurs « valables » du Néo-Destour, ne l'est pas avec le mouvement insurrectionnel plébéen algérien.

Pour le Maroc, le renversement de politique française ne peut être que plus spectaculaire, car celle-ci était allée à des extrémités ultra-coloniales, mais la connivence est plus largement acquise. Le gouvernement Mendès-France avait laissé cette révision en suspens. Son successeur Edgar Faure n'ignore pas les ressorts de la question marocaine ; dans la revue qu'elle dirige *La Nef*, sa femme Lucie Faure a publié au début de 1954 un numéro approfondi sur la crise des Protectorats. Comme pour les accords tunisiens, E.Faure se livre à la prestidigitation, mais les choses pressent devant les troubles violents, ce que l'on appelle terrorisme et contre-terrorisme, sans compter les revirements dans le camp du Glaoui pour finir par le sien propre. L'opération dite d'ouverture ou de dégel commence mal avec des manifestations tonitruantes de protestation coloniale contre le nouveau Résident général G.Granval accusé de libéralisme et de gaullisme, d'être un bradeur d'empire et un homme de gauche. Il propose en effet de tenir table ronde avec toutes les parties dont les nationalistes ; ce qui se passera à Aix les Bains en août 1955. Concession

d'apparence, Edgar Faure trouve un bel homme de bonne droite, le général Boyer de La Tour pour remplacer Gilbert Granval chargé de tous les péchés. Guy Mollet croira que c'est de bonne méthode en février 1956 à Alger, mais sans prévoir la suite. La tension est forte et se cristallise sur le retour du sultan. En son aveuglement, la réaction coloniale a livré la clef pour prévenir le pire et permettre le salut qui passe en premier, des intérêts que l'on dit français. Antoine Pinay qui est tout exprès ministre des Affaires étrangères, sans avaler son chapeau, se rend en septembre 1955 à Antsirabé auprès du sultan en exil ; c'est faire valoir qu'il est le vrai sultan. Mohammed Ben Youssef donne son aval pour la constitution d'un gouvernement marocain chargé de négocier des accords qui conduisent « notre pays au statut d'Etat moderne, libre et souverain, uni à la France par des liens permanents d'interdépendance librement consentis ».

Le retrait de Ben Arafa n'arrête pas la mobilisation de la résistance armée qui réclame le retour du sultan, refuse un Conseil de Régence, et défie les dirigeants de l'Istiqlal qui négocient par table ronde. Mohammed Ben Youssef est ramené d'exil avec précipitation, pour signer, la Déclaration de la Celle-Saint Cloud le 5 novembre 1955 qui charge le gouvernement marocain de transition de conduire avec la France des « négociations destinées à faire accéder le Maroc au statut d'Etat indépendant uni à la France par des liens d'une interdépendance librement consentie et définie ». À son retour triomphal à Rabat, l'ancien sultan est acclamé comme roi. Il forme un gouvernement de 21 membres dont 9 ministres venant de l'Istiqlal. S'appuyant en partie sur l'Istiqlal et fort du mouvement populaire, il peut imposer que la reconnaissance de l'indépendance précède les négociations des accords d'interdépendance par la Déclaration du 2 mars 1956, parallèlement donc aux accords avec la Tunisie. Le même gouvernement français de Front républicain fait approuver l'usage des pouvoirs spéciaux en Algérie par un vote du 12 mars, communistes compris. Décidément la lutte algérienne de libération est sur une autre voie ; il faudra six années, presque jour pour jour, pour arriver aux accords d'Evian qui annoncent l'indépendance de l'Algérie.

La différence de classes : populisme activiste et nationalisme de bourgeoisie patrimoniale.

La différence entre la décolonisation formelle tortueusement acquise par la négociation pour le Maroc et la Tunisie, et la sacrificielle guerre d'indépendance algérienne tient certes à l'importance plus ancienne et plus nombreuse de la société coloniale, et à ses attachements réels et fantasmatiques à l'Algérie française, pour avoir majoritairement mais tout historiquement, tourné le dos à l'Algérie algérienne. Dans le trouble de la guerre, la passion de propriété nationale française de la terre sacralisée de l'Algérie pour eux-mêmes qui n'ont pas de terres, gagne à gauche. La discrimination du racisme colonial avoue de plus en plus qu'elle est fondée sur la différence d'origine par le sang puisqu'elle dit souche, en distinguant les Français de souche nord-africaine et les Français de souche que sont les « patriés » de l'immigration coloniale. Il ne reste que des militants chrétiens sociaux et progressistes laïcs, et des communistes-témoins, pour être fidèles à l'espérance de l'Algérie algérienne. Celle-ci n'a fait que de se réduire depuis 1936 et 1945, dans le mouvement national même, parmi les dirigeants comme parmi les militants, y compris dans le syndicalisme. Comme la colonisation l'a voulu, le communautarisme musulman est demeuré.

Mais la différence entre la décolonisation marocaine et tunisienne et la guerre algérienne est aussi sociale, et donc dans la nature sociale du mouvement national, de classes donc, ce qui ne veut pas dire que les classes sociales soient explicitement constituées. Tout au contraire, c'est le déclassement qui l'emporte. Par delà d'anciennes grandes familles redistribuées par les pouvoirs coloniaux et sauf élévation de faveurs et de parvenus, des familles de bourgeoisie sont disqualifiées, de toute façon économiquement subordonnées aux intérêts du commerce colonial. Plus massivement, des petites bourgeoisies citadines en difficulté, sont en mal de promotion par l'école, les professions libérales et les fonctions d'Etat. La colonisation a généralisé, à vitesse inégale, la déperdition du monde rural et montagnard, celle interne des « paysans dépaysannés » (Bourdieu-Sayad), et celle qui porte les migrations de subsistance et de travail. C'est pourquoi le mouvement national algérien peut être plus valablement qualifié de plébéien. A divers degrés, les bourgeoisies savent bien que le nationalisme et l'indépendance nationale sont le moyen de répondre au déclassement économique par le reclassement politique, c'est à-dire par l'Etat et dans l'Etat. Pour le populisme plébéien et du déclassement de masse, la libération nationale doit contenir une révolution sociale, du moins répondre à l'espérance de justice sociale égalitaire. Dans le mouvement de libération au Maroc et en Tunisie, la différenciation sociale est particulièrement nette entre les directions des partis nationalistes et les porteurs de l'activisme insurrectionnel de la voie révolutionnaire.

Pour le Maroc, des recherches récentes permettent de comparer les raisons sociales des dirigeants nationalistes et des cadres activistes. Les dirigeants de l'Istiqlal et du Parti démocratique de l'Indépendance apparaissent comme des notables de bonnes familles, qui s'éloignent de leur jeunesse étudiante : les deux tiers sont passés par l'enseignement supérieur et plus de 80% ont suivi des études secondaires ; c'est dire leur antécédence de « capital familial » pour l'exception de Mehdi Ben Barka toujours citée. Par contre, plus du tiers des dirigeants activistes dont le passé est connu, n'ont pas été au delà de l'école coranique ; si un quart a touché du secondaire, c'est pour une part à travers les medersas. Il y a un petit nombre d'étudiants en rupture d'études supérieures ; c'est que les activistes sont majoritairement jeunes ; près des deux tiers ont moins de trente ans. Dans les partis, c'est l'inverse, sans être très âgés, les trois quarts des dirigeants ont plus de trente ans. La différence sociale se trouve encore plus fortement exprimée par l'opposition entre appartenance familiale de notabilité citadine et migrations par les chantiers pour aboutir à Casablanca. Les dirigeants des partis nationalistes croisent un petit nombre de familles des cités palatiales et maghzeniennes, de ces cités où les familles bourgeoises et propriétaires foncières, se prennent pour une aristocratie. À plus de 90%, ces dirigeants sont originaires des 5 villes sultaniennes : Marrakech, Meknès, Rabat-Salé et plus encore de Fès qui compte pour 40%. Moins de 3% ont des origines rurales ; aucun ne vient de Casablanca.

Pour les jeunes activistes, c'est le contraire : les trois quarts sont de Casablanca à l'heure de leur engagement, mais plus de 60% sont issus de milieux ruraux ; cinq responsables seulement, c'est l'exception, sont censés appartenir à des familles aisées. Plus du tiers de ces cadres de la Résistance armée sont de petits commerçants et plus encore (plus de 37%) sont des manuels, en regroupant à part égale des artisans et des ouvriers. Intellectuels et lettrés des partis nationalistes passent pour des élites non sans susciter la défiance anti-intellectualiste et anti-bourgeoise qui sera si vive et si mortelle dans les maquis algériens. Au point de départ, nous retrouvons les régions montagnardes, à l'arrivée les quartiers

nord de Casablanca après passage par les chantiers et le syndicalisme de la CGT ; ainsi cette réserve importante que constitue le Tadla, région d'agitation communiste, le Rif, le Moyen Atlas, bref les régions montagnardes et les oasis qui donnent des migrants, les travailleurs des mines et des chantiers, les réseaux commerçants et ouvriers en ville. La Résistance à Casablanca est portée par les commerçants du Sous. Deux conditions donnent des intermédiaires entre cadres ou groupes activistes, et bases et encadrement des partis : les commerçants en effet, et aussi les médersiens qui relèvent de la promotion par l'école et bien souvent par l'internat.

En relevant du déclassement et de la volonté de reclassement, l'activisme populiste est volontarisme social et radicalisme de l'immédiateté politique, sinon de l'action directe parce qu'il est sociologiquement populaire. Nous retrouvons le paradoxe berbère des régions, et le fait minoritaire. Ces lignes de force jouent plus vivement dans le choix insurrectionnel algérien et dans la relève des combattants à travers la guerre, remontant du militantisme de la migration urbaine, aux sources de tout jeunes maquisards en rupture d'école mais non pas de moralisme religieux plébéien, sans parler ici de la petite intelligentsia de l'encadrement aux frontières dont l'école est militaire.

En Tunisie, la présence minoritaire est différente et apparemment faible, encore qu'il y ait à creuser du côté de la participation de l'intelligentsia et du commerce ibadite, l'accueil des étudiants venant du Mzab et leur passage à la Zitouna de Tunis et dans les associations et groupes formateurs dès avant et après 1914. On pourrait même parler d'antécédence des Djerbiens dans cette contribution politique et syndicale. Mais alors il faudrait ajouter la part prise par les Kerkéniens dans le mouvement syndical, et par les migrants montant de Gabès et des bourgs oasiens. La première migration est souvent, au Sud, celle du travail dans les mines qui attirait aussi les migrants des oasis algériennes et marocaines pour l'emploi dans les mines et pour le commerce. Du temps de l'Afrique du Nord française, les frontières n'existaient pas, du moins se traversaient sans arrêts avant les fermetures de la guerre d'Algérie et le contrôle des Etats nationaux. Des Figuiquiens et des Rifains sont installés dans la région minière après avoir suivi la construction de la ligne de chemin de fer des phosphates ; le Bône-Guelma conduisait à Gafsa et à Sfax ; les idées et les exemples de militantisme circulaient. Traversant ces réseaux communautaires, la CGT devenait la seule organisation supra-ethnique ; il y a de l'anarcho-syndicalisme dans la distance ouvrière du Sud par rapport au parti nationaliste et particulièrement au Néo-Destour, et parfois en son sein. Mais les récurrences d'insoumission du sud tunisien, la mobilisation dans l'action de masse, son fellaghisme reposent sur des disponibilités plus larges.

On a trop tendance à chercher l'explication dans des divergences religieuses, des logiques confrériques, et les attentes qui transporterait le mahdisme vers le grand soir de la Révolution nationale. C'est oublier que le sud migratoire et syndicaliste est présent à Tunis qui est la Tunisie, dans les liens de la chaîne familiale entre les oasis et les quartiers d'intégration de l'immigration. La bourgeoisie citadine en son endogamie d'héritage beylical ou ses alliances matrimoniales avantageuses aussi bien pour les familles ottomanes que semi-turques, que juives ou par ordre d'ancienneté, ordonne l'ethnisation de la ville qui vaut bien l'ethnisation du centre colonial et des quartiers siciliens ou maltais. Non seulement les prolétaires et les sous-prolétaires qui restent des étrangers de la ville, ces *berrani* ou ces mélangés des bas quartiers, mais les antennes de toutes les villes provinciales se logent à Tunis. En Tunisie, alors que Tunis-Carthage-La Marsa (TGM

par La Goulette) mange la Tunisie, le centralisme est capital et extrême et extrêmement susceptible, parce qu'il est le fruit de ce partage de la capitale et de la centralisation politique dans la formation et le succès du mouvement néo-destourien comme dans son incarnation par le Combattant suprême auto-proclamé. Chaque segment de bourgeoisie a sa part à Tunis ou dans l'assise partagée entre les Unions commerciales, les mutuelles et la centrale nationale que fut l'UGTT. Aussi peut-on distinguer la bourgeoisie de l'olivier, celle de Sfax, Sousse et du Sahel (Monastir) pour mieux se complaire ensuite dans la confusion des classes moyennes. Elles concourent en effet au jacobinisme néo-destourien qui prendra le nom de socialisme destourien, après l'indépendance algérienne. Ces bourgeoisies de moindres familles locales ont eu la chance de la scolarisation bilingue ; les internats et l'hébergement dans la parenté conduisent au Collège Sadiki près de la Kasbah de Tunis ou au Lycée Carnot qui n'est pas loin de la place de France. Plus encore l'école fait entrer dans les professions libérales moins par la faculté de médecine plus favorable aux héritiers de bonnes familles qui demeurent plus vieux Destour sinon SFIO française, que par la Faculté de Droit qui fait des avocats, des notables politiques. Il y a un paradoxe tunisien, provincial et tunisois : alors que les fonctions publiques restent subalternes pour les Tunisiens discriminés, ces candidats politiques nationalistes mettent en premier le combat pour la fonction publique tunisienne. Ils entraînent les manifestations contre le parrain de la prépondérance coloniale, le patron des fonctionnaires français Antoine Colonna, jusqu'à la fin. Par cette promotion d'intelligentsia civile, qui offre des interlocuteurs qui paraissent leur ressembler, aux partis politiques et hommes de gouvernement en France, le mouvement national en Tunisie et son parti et son leader monopolisateur pouvaient répondre à la décolonisation négociée.

On comprend qu'en Tunisie, par la beauté de l'exemple qui tient aussi au modèle réduit de Tunis qui est un microcosme, l'indépendance soit souverainement un placement dans l'Etat. La raison sociale renvoie à sa perte d'abord puis à la périphérie ou à la marge, la voie populiste d'agitation et de mobilisation avant que les islamistes ne la reprennent, après usure du nationalisme républicain. Si la lutte de libération nationale algérienne se poursuit dans sa singularité après 1956, c'est qu'aux raisons de classe et de reclassement qui ont permis, par à-coups, la décolonisation de souveraineté politique au Maroc et en Tunisie, s'ajoute l'aveuglement du nationalisme français qui ne se voit plus comme un grand-nationalisme que par la propriété de l'Algérie. Sur la carte de France des écoles par Vidal de La Blache, qui remonte déjà la Corse au creux de l'hexagone, il fallait en outre incorporer l'Algérie jusque dans ses dimensions sahariennes. Il a fallu toutes ces années de crimes de guerre pour que la nationalité algérienne soit arrachée au nationalisme français. La durée de la guerre d'indépendance, l'expédition de Suez, le retour de mai 1956, la marche à reculons du général De Gaulle relèvent principalement de ce nœud qui appartient à l'idéologie nationale française.

Suez et la fin du Maghreb des peuples.

Contrairement à ce qui est souvent dit, la campagne en France et les élections dites de Front Républicain du 2 janvier 1956 ne portent pas essentiellement sur l'Algérie. Pour tenter le front uni avec les socialistes, vainement, le parti communiste met en retrait le mot d'ordre d'indépendance de l'Algérie, toujours conçue dans la fraternité des races et l'Union avec la France ; c'est après qu'il passera à l'idée de fait national algérien. En

effet il ne veut pas heurter de front la formule socialiste d'esquive qui s'en tient à parler de « personnalité algérienne ». Or précisément cette notion flottante a pour fonction de ne pas reconnaître une nationalité algérienne ; ce serait porter atteinte à la mythologie républicaine que l'Algérie fait partie de la France. Le Front républicain est une tentative de troisième force par des alliances politiques centristes ; les questions fiscales sont au centre de la campagne et font le succès de la poussée du mouvement poujadiste. Ce sont les poujadistes et les agités de l'extrême droite des Fac. de droit avec J.M. Le Pen, qui font référence à l'Algérie française ; leur rôle est d'exploiter les tendances les plus traditionalistes et racistes des droites coloniales et militaristes. C'est précisément devant le nationalisme colonial que cède Guy Mollet au 6 février d'Alger. Cependant les négociations sur le Maroc et sur la Tunisie sont conclues. Le projet de voyage de Guy Mollet à Moscou vaut l'approbation communiste des pouvoirs spéciaux pour l'Algérie, au titre de la distinction prononcée par Maurice Thorez entre la « partie », algérienne, et « le tout », de stratégie internationale soviétique.

C'est après que les choses s'aggravent par le maintien et le rappel de contingents, par le retour à l'atlantisme et à la politique coloniale de force du Ministre-Résident socialiste Lacoste. La machine de guerre fonctionne telle que les guerres coloniales et l'Indochine l'ont conditionnée, alliant le machisme raciste jusqu'à la torture et l'action qui se croit psychologique. L'armée est la pierre de touche de la nation, en douter relève de la trahison. La doctrine militaire et celle des stratèges de la diplomatie recyclent la vieille obsession du complot contre la France que porte la conjonction du communisme et de l'arabisme. Le panarabisme passe avant l'Islam, car, à ce moment là, il s'incarne dans Nasser. La gauche elle-même le dénonce comme un fascisme de coup d'Etat sinon la réincarnation d'Hitler. La fuite en avant de cette mobilisation nationaliste française, c'est de prétendre ou plutôt vouloir le faire croire, arrêter la guerre d'Algérie en frappant à la tête en Egypte qui vient de nationaliser le canal de Suez. L'opinion française est traversée par les secousses de l'été 1956, des images sanglantes d'Algérie et l'écho du délire anti-arabe des villes coloniales, les crises du communisme soviétique et les déchaînements anti-communistes dans les rues de Paris, le chantage à la mise en péril de l'Etat d'Israël. Les intérêts de la Compagnie de Suez ne viennent pas en premier et ont bien d'autres moyens de salut. Pour ne pas être en reste en démonstration nationaliste, un gouvernement socialiste en France se joint au gouvernement conservateur de Grande-Bretagne et au militarisme israélien qui s'empare du Sinaï, dans une expédition de politique de la canonnière et de guerre froide si anachronique qu'en dépit de Budapest, les USA et l'URSS arrêtent l'intervention après six jours.

Déjà le 22 octobre, la capture en vol par l'aviation militaire française d'Algérie, des leaders du FLN qui gagnaient Tunis dans un avion marocain, non seulement rend ridicules les contacts socialistes avec les nationalistes algériens, mais montre que les partisans d'une solution de force en Algérie, officiers, ministre-résident et ministre de la Défense, peuvent agir en prenant de cours le pouvoir civil et les responsables gouvernementaux. En matière de jusqu'au-boutisme de parade nationale, ceux qui ne pratiquent que la surenchère politicienne, se font dépasser. Dans le triple concours patriotique de défense de la France en Algérie, l'armée des guerres coloniales perdues prend le dessus, en avant du tintamarre du peuplement colonial, et somme toute réduit autant dire à l'impuissance les velléités en sous-main de décolonisation par les gouvernements de la IV^e République.

Alors que le Congrès de la Soummam en août semble traduire l'isolement de la lutte armée algérienne, la direction de la Résistance à Alger, Ramdan Abbane et plus encore Larbi Ben Mehidi tirent de la déroute de Suez, l'idée que l'action militaire peut à Alger créer une situation à la Dien Bien Phu pour faire surgir le dénouement politique. La Bataille d'Alger aura le résultat inverse ; l'armée française gagne la maîtrise de la guerre, des villes du moins dans un premier temps, et les chances de règlement par le pouvoir politique français deviennent nulles. Avant la Bataille d'Alger, l'armée avait sa propre logique et conduite coloniale, distincte de l'appropriation et de la domination directe du colonat civil. Deux racismes sont repérables, celui de la virilité, et paternaliste à l'armée, celui colonial civil du mépris des indigènes, de l'arabe qui s'écrit au singulier encore dans *L'Étranger* de Camus, mais Camus reconnaîtra leur humanité. La Bataille d'Alger prépare la rencontre de ces modes de réflexes qui porteront les retrouvailles du Forum d'Alger en Mai 1958, et donneront sa part de militaires à l'OAS. Sans l'armée qui appartient à la métropole, la colonie n'a plus d'instrument d'existence. La durée de la guerre et la singularité donc de l'indépendance retardée sont aussi là.

L'attentat au bazooka en janvier 1957 montre qu'une partie de l'armée prend fait et cause pour la réaction coloniale qui conserve des doutes sur Salan, entre autres. L'année 1957 sera terrible par la traque dans les vieux quartiers, les enlèvements, les disparitions, les internements dans les camps. L'acharnement s'exerce sur les nationalistes algériens fichés ou indistinctement sur des suspects imaginaires, sur des syndicalistes (UGTA d'Idir Aïssat) et sur les communistes restants, pour mieux se persuader que cette action redoublée s'attaque à la subversion révolutionnaire. Pour se battre, l'armée doit se donner des raisons de se jeter dans la sale besogne jusqu'à prétendre que tous les moyens sont bons. Le corps militaire s'associe de plus en plus largement à la société coloniale en transfert de peur sur l'exercice de la puissance militaire et les paras qui roulent les mécaniques, et pas seulement les mécaniques.

Cet écrasement du FLN en ville et le blocage de la Résistance intérieure reportent le FLN de l'extérieur vers l'action diplomatique. Ce recours international pèse sur la politique française et finit par l'immobiliser ; le nationalisme français se refuse à passer par l'ONU. Les gouvernements de Paris sont à la recherche d'une sorte de loi-cadre qui serait octroyée ; l'offre des bons-offices des Etats-Unis est peut-être acceptable comme le soutiennent Bourguiba et le Roi du Maroc. En son autonomisme de décision, mais non sans avoir des répondants d'une action de force, l'armée française d'Algérie intervient à nouveau. Au nom du vieux « droit de suite » des conquêtes coloniales, le bombardement de Sakiet Sidi Youssef en Tunisie (février 1958) coupe court aux dernières velléités du gouvernement de Félix Gaillard. Les gouvernements de la IV^e République ne peuvent supporter l'internationalisation de la question algérienne d'autant qu'ils sont incapables de passer outre en assumant une politique de décolonisation qui soit aussi drapée dans le drapeau français que la colonisation ; ils sont prêts à passer la main. La scène est vide pour le 13 mai.

C'est aussi l'espérance du Maghreb qui est brisée. Une première conférence maghrébine était prévue en octobre 1956 ; elle est empêchée par le coup de force militaire français de l'arraisonnement de l'avion des représentants du FLN. Cette conférence devait réunir Mohammed V qui s'est gardé de monter dans le même avion, comme s'il était le chef de l'Etat-*oumma*-parti du Maroc, H. Bourguiba, chef de l'Etat-parti tunisien destourien, sans aucun doute, ainsi que les dirigeants du FLN. Pas de doute non plus, celui-ci se pré-

sentait comme le parti unique candidat à l'Etat algérien bien qu'il ne soit qu'en gestation dans une combinaison de clientèles encore restreintes et les premiers noyaux d'appareils établis aux frontières. Pour le Maroc, l'Istiqlal n'est que second comme pour annoncer que le véritable parti unique, c'est le Palais ; l'Istiqlal n'est qu'un parti de gouvernement, et il y en a d'autres, en attendant qu'il soit divisé et ne risque plus d'être le parti-nation incarnant le mouvement national. Sa division fera place à ce qu'on appelle le pluralisme des partis qui pour exister doivent demeurer dans la gravitation du Palais.

Dans l'élan afro-asiatique depuis Bandoeng et plus précisément dans le sillage de la Conférence d'Accra des Etats africains indépendants et plus encore dans le moment fédératif pour l'arabisme de la République arabe unie, la Conférence de Tanger à la fin avril 1958 est annoncée comme la conférence du Maghreb des peuples. Or elle se déroule alors que Bourguiba et le roi du Maroc s'associent aux « bons offices » auxquels s'emploient les Etats-Unis ; le gouvernement français de F.Gaillard attend des bons offices qui ne soient pas marqués internationalement ; l'impasse vient de l'incapacité politique. Comme pour conjurer sa fin, le communiqué final de la conférence de Tanger proclame l'unité maghrébine et prévoit la création d'un Gouvernement Provisoire de la République algérienne, ce qui adviendra. La résolution propose aussi la formation d'une Assemblée consultative de trente membres comprenant dix représentants de chacune des Assemblées nationales pour la Tunisie et le Maroc et pour l'Algérie du CNRA, ce grand conseil, fort épisodique du FLN remodelé par les cooptations clientélistes. Une deuxième conférence maghrébine s'est tenue à Tunis moins de deux mois après : 15-17 juin 1958. Son résultat est modeste jusqu'à l' inanition ; elle crée un secrétariat permanent qui n'aura en tout et pour tout que deux réunions, en septembre à Tunis, en octobre 1958 à Rabat. Entre temps le 13 Mai d'Alger a promu avec De Gaulle, le retour d'exercice du nationalisme d'Etat français qui veut faire croire qu'il est encore un grand nationalisme ; à l'Afrique du Nord française se substitue l'affirmation de chacun des nationalismes d'Etat tunisien et marocain, en attendant la proclamation et la constitution de l'Etat-parti nationaliste d'Etat à outrance, non sans coups d'Etat, en Algérie.

L'avènement des nationalismes d'Etat.

Dans l'histoire immédiate, le 13 Mai est une grande parade de forfanterie nationale et coloniale qui ne peut se dispenser de l'appel à l'armée en Algérie et à De Gaulle comme grand opérateur. Explicitement, il s'agit d'une transformation du pouvoir politique qui rattrape l'impuissance parlementaire et partisane par un exécutif présidentiel. Il s'agit de pousser en avant en France comme ailleurs, la centralisation des choix politiques fusent-ils de trans-nationalisation européenne et de mondialisation des pôles de décision. Ce rattrapage de capacité politique s'efforce de remédier aux effets d'entrave d'un régime parlementaire qui était adéquat à une société bourgeoise d'évolution lente par la pesanteur des classes de petite bourgeoisie et de bourgeoisie familiale et patrimoniale, et par l'importance du monde rural. Cette petite bourgeoisie et la paysannerie qui fournit l'armée, étaient attachées à la propriété patriotique coloniale. La déperdition s'accélère, et la paysannerie touche à sa fin ; l'urbanisation enfin s'accomplit dans la précipitation des HLM et la dilatation de la construction qui déborde de partout les villes restées bourgeoisement provinciales. C'est la réalisation à retardement qui est proprement française, et non pas son inscription dans la phase des années de croissance de la production et plus

encore de la consommation, qui s'élèvent dans le monde capitaliste globalement des années 1954-56 à 1973. Mais c'est en France qu'on parle de trente glorieuses qui ne sont pas trente, pour les temps sans gloire de la guerre d'Algérie.

Cette expansion économique et cette avancée des villes et de banlieues s'effectuent avec une main d'œuvre algérienne qui passe par les hôtels-garnis, les meublés des vieux quartiers et les bidonvilles sur terrains vagues, avant d'entrer dans le logement neuf en renouvelant par la base, les classes ouvrières ou manutentionnaires dans les services mêmes. C'est cela l'intégration sociale ; il n'y aura autant dire pas de retour à l'indépendance. En Algérie française, ces indigènes ne sont que des Français musulmans tenus sous la double barrière, en fait unique, de la différence d'origine et du statut musulman. En métropole, le discours national et la langue courante qui ethnicisent et racialisent, ne peuvent reconnaître qu'ils sont français, ce qu'ils sont juridiquement et électoralement. Il est encore plus difficile de les appeler Algériens, ce qui serait une reconnaissance de nationalité. Ils continuent donc à être traités de Nord-Africains, et, de plus en plus, d'Arabes à l'heure de la guerre contre Nasser et l'arabisme, et d'un mot qui est repris au vieux mépris des Juifs immigrés, d'immigrés tout court, pour ces nouveaux métèques, et de bien d'autres termes empruntés au racisme des armées coloniales et paysannes. La qualification d'immigrés que les enfants ne sont plus, est restée une catégorie de discrimination ; et cela nous vaut maintenant des millions de Musulmans par aperception idéologique dans la peur de l'Islam, et pour bien manifester que la décolonisation n'est pas faite dans l'ancienne métropole. Le racisme colonial n'a pas disparu, fut-il euphémisé sous l'association congénitale de la différence d'origine et de culture.

La mutation économique et sociale qui bouleverse la France moyenne et encore campagnarde, appelle un redéploiement de la réalisation des profits des sociétés qui sortent du capitalisme patrimonial, provincial, hexagonal et impérial pour une part. L'investissement européen est déjà en cours par le pool charbon-acier ; la petite Europe franco-allemande et Benelux prend consistance. Déjà Robert Schuman, le pilote démocrate-chrétien, avait laissé voir pour la Tunisie que la politique coloniale était de peu d'intérêt, et que l'indépendance pouvait être utile pour aller à l'essentiel, c'est à dire au redéploiement du capital sur une nouvelle base protégée ou à protéger, un autre domaine réservé situé dans « le monde libre » et de profit plus sûr, que les colonies en soulèvement. Malgré ses propos souverainistes, le gaullisme est déjà engagé sur cette voie, par ses grands commis d'Etat et de banque notamment. C'est aussi cela la nécessité de la décolonisation.

La signification économique du 13 Mai à travers la République gaullienne est plus vaste. L'élargissement fait sortir de l'empire et de la zone franc, et surtout s'emploie à ferrailer et à se faire une place internationale par capitalisme d'Etat, par compagnies nationales quand c'est possible, ou par groupes privés sous pavillon français, dans le domaine concurrentiel des infrastructures de services et d'abord dans celui de l'exploitation pétrolière et gazière. Cette nouvelle politique française s'exerce dans le champ pétrolier accessible et déjà reconnu, qui se situe dans le monde arabe, au Moyen-Orient, -et l'Irak devient République le 14 juillet 1958 au nom de la Révolution française-, et au Sahara qui appartient encore à la carte de France. Le 13 Mai, en ce sens, prépare les accords d'Evian qui entendent faire servir l'incontournable indépendance de l'Algérie, Sahara finalement compris après avoir été longuement retenu, à un discours tiers-mondiste pour prolonger l'illusion de la grandeur de la France. Les colonies sont renvoyées aux temps de la marine

à voiles. Mais pour aboutir, il faut contourner et l'énorme brouhaha de la société coloniale sur place, qui finira dans un vertige de violence et d'exode, et ressaisir l'armée ; De Gaulle a bien besoin de son uniforme de général.

Les instruments de maîtrise politique et de reconversion de la gloire nationale doivent être mis en place pour cette autre ou plus large décolonisation. Ils appartiennent au moins à deux registres : le contrôle des ordres au sommet, et la force de frappe nucléaire pour l'armée de métier dont la rente a encore sa source dans la patrie sacrée. Les méthodes gaulliennes sont faciles à relever. Pour faire avaliser la marche à reculons vers l'indépendance de l'Algérie, De Gaulle pratique la mise en scène de l'intervention télévisée et de la conférence de presse ; pour gagner à lui la majorité dans les partis et dans l'opinion ou pour les neutraliser et marginaliser les mouvements de protestation contre la guerre, il jette le trouble par les référendums. L'approbation joue sur le ralliement patriotique républicain ; la République n'est plus seulement à gauche, par De Gaulle, la droite de tradition catholique est républicaine. La science politique ne devrait pas s'arrêter seulement aux élections, car le pouvoir est ailleurs. L'autorité de l'Etat surtout en matière coloniale et en Algérie n'a pas à se perdre dans les représentations intermédiaires ; elle s'exerce en délégation directe et par là souveraine, par les grands serviteurs missionnés. En un sens déjà, en Algérie, la présence et donc l'exercice de la puissance d'Etat encore française, est extra-territorialisée de la société coloniale, à La Reghaïa et à Rocher Noir (Boumerdès construit de toutes pièces). Mais c'est au centre de l'exécutif dans la capitale française par fonctionnement présidentiel que se prennent les décisions.

À la différence des Républiques précédentes, le Chef de l'Etat court-circuite impunément les organes parlementaires, ce qui renforce la tenue en main des corps de l'Etat, et surtout permet, le prestige gaullien aidant, d'imposer une orientation d'Etat aux grands lobbys économiques, contraindre les corporatismes retardataires et surmonter ou faire taire les groupes de pression idéologique, même quand ils se targuent d'être les familles spirituelles de la France. Pour la décolonisation de l'Algérie, il devient possible de larguer la rente de souveraineté du colonat, celle des colons agricoles qui font cultiver la vigne et le blé tendre pour l'exportation en France, sur subventions publiques. Il est moins facile de toucher à la petite rente de souveraineté, celle des fonctionnaires coloniaux et des petits blancs dont les ressources modestes relèvent du crédit public de la métropole plus que du budget propre et en déséquilibre de l'Algérie. Il n'était pas prévu que la fin de la société coloniale ouvrirait la nécessité d'un plan social pour les rapatriés ; mais au prix du « boulet colonial » et du coût de la guerre qui n'est pas que financier, le retrait devenait préférable. Prendre l'armée au piège d'un grand joujou nucléaire, était plus facile, tout en flattant l'opinion patriotique d'avoir une bombe tricolore nationale en dehors de l'OTAN. Une armée coloniale a difficile d'amener le drapeau. C'est aussi une reconversion professionnelle après le terrible recours aux contingents dans une guerre qui n'en finissait pas.

La mise en train n'est pas simple. La guerre en Algérie, si on ose dire, sert à la décolonisation de l'Afrique au sud et sur les bords du Sahara. Gaston Defferre, ministre d'outre-mer car patron pour la SFIO du domaine réservé des colonies, avait ouvert le chemin par la loi-cadre de 1956 qui généralisait un suffrage universel pour les assemblées aux divers degrés, dont les compétences étaient élargies ; on entrait dans l'africanisation de l'administration et d'une vie politique qui n'est pas sans rappeler la IIIe République. De Gaulle passera à la proclamation d'une Communauté qui n'est en rien fédérale (référendum

du 28 septembre 1958). « Il faut permettre, explique le Chef du gouvernement préposé à la tâche, l'organisation de l'indépendance par accord, par contrat et non par rupture, et envisager construire une communauté ayant par ailleurs les qualités ou les caractéristiques d'une indépendance internationale et de l'appartenance à l'ONU. » Le terme d'interdépendance est oublié ; nous en sommes aux couleurs de l'indépendance. En 1959, le Soudan français est transformé en Mauritanie. En 1960, toutes les indépendances seront reconnues dans leur conformisme au contrat français, sauf la Guinée de Sekou Touré qui a déjà dit non à la Communauté.

Ce nationalisme gaulliste de la décolonisation sur mesure s'appuie en Tunisie et au Maroc sur le passage du mouvement national unanimiste au nationalisme d'Etat. En Tunisie, il n'est plus monarchique, mais grandit par l'exaltation de la République ; H. Bourguiba met à profit la liesse de l'indépendance pour éliminer le Bey. Mieux même, il reste le seul homme politique de la décolonisation à comprendre qu'il faut profiter de la fenêtre de temps ouverte par la joie de la nouveauté, pour desserrer le carcan du statut patriarcal musulman sur les femmes, avant le retour de prétention de magistère des oulémas et l'acquiescement par conformisme de bourgeoisie patrimoniale. Au Maroc, le Prince héritier qui prend la réalité du pouvoir, fait faire, en 1959, le travail de nationalisation par l'Etat, à commencer par l'étatisation de la Banque centrale et la reprise des organismes économiques, par un gouvernement de gauche (gouvernement Ibrahim à assise dans l'Istiqlal liée au syndicalisme de l'UMT), pour l'écarter après et mieux assurer ensuite la nationalisation privative à 51% d'intérêts privés marocains. La bourgeoisie marocaine d'affaires est liée au Palais qui fait sa chose de l'Omnium Nord Africain, le principal holding colonial, tenu par Paribas qui sait par ailleurs redistribuer ses titres. Ces consolidations nationales divergent, mais surtout marquent la fin de l'Afrique du Nord française dont il reste la guerre en Algérie.

Déjà le coup d'Etat du 13 Mai avait rendu vaine la conférence maghrébine de Tanger, et donc mis fin à un Maghreb qui succéderait à l'Afrique du Nord. L'arrivée au pouvoir de De Gaulle et son exercice du nationalisme d'Etat fait entrer dans les temps des négociations d'Etat à Etat entre la France et la Tunisie, la France et le Maroc. Les négociations aboutissent très vite avec H. Bourguiba. C'est l'accord sur Edjelé et l'évacuation du pétrole vers le port de La Skira ; certes, il reste l'occupation de Bizerte qui deviendra explosive et la source de conflit de la frontière saharienne à la Borne 233. Les deux questions de décolonisation qui demeurent, sont là : le tracé des frontières et le Sahara.

La question des frontières est déjà plus largement ouverte pour le Maroc. En novembre-décembre 1957, les postes militaires espagnols sont évacués par l'armée franquiste, au Rio de Oro et à la Saguia el Hamra, puis sont réoccupés avec le concours de l'armée française (opération Ecouvillon). C'est l'époque du bombardement de Sakhiet en Tunisie, et du glissement à sa perte de la IV^e république. La réoccupation franco-espagnole refoule vers le Nord ce qui devient l'Armée de libération marocaine du sud, par rapport à celle du Rif. C'est dans son discours de la Fête du Trône de novembre 1957 que Mohammed V en appelle à « l'intégrité territoriale du Maroc », et en même temps qu'est décidée la création de la direction du Sahara au ministère marocain de l'intérieur. Cette direction est confiée à Abdelkébir El Fassi, ce qui est un aval donné au grand nationalisme d'Allal el Fassi qui se réfère à un empire sultanien englobant le Touat et la Mauritanie qui n'a pas encore officiellement ce nom. Aux arguments des clercs d'Etat qui parlent de droit historique s'ajoutent aussitôt, ceux du droit naturel. « Les territoires sahariens sont un prolonge-

ment du Maroc ». À la fin de 1957, Mohammed V descend jusqu'à l'oasis du Mhamid où s'arrête la piste coloniale consolidée, pour recevoir l'allégeance des chefs de tribus Tecna, Reguibat et Chingiti.

Par un protocole provisoire conclu avec le GPRA de Ferhat Abbas en 1961, la question des frontières est mise en suspens. C'est vainement que le FLN, après l'échec de Melun, propose d'étudier une formule d'exploitation en commun du pétrole saharien. C'était une réplique à la volonté française de conserver l'espace saharien en réduisant l'Algérie indépendante à la partie Nord. C'était aussi une réponse maghrébine à l'existence de l'Organisation commune des régions sahariennes. (OCRS), cet organisme français de traitement séparé de la gestion des ressources sahariennes mis en place en janvier 1957, en même temps qu'était créé à Paris, un ministère du Sahara. Après l'indépendance algérienne, la mobilisation au Maroc et en Algérie, se portera aussitôt aux frontières, des deux côtés, par la « guerre des sables » de 1963. C'est l'entrée dans la garde aux frontières et la rivalité des nationalismes d'Etat. Plus que la question du statut des Européens dont le départ n'est pas prévu, c'est la question du Sahara qui tient longuement en suspens, le règlement de la guerre d'Algérie. C'est sur le Sahara ensuite et pas seulement par la passation de drapeau sur les sociétés d'exploitation pétrolière (nationalisation à 51% par la SONATRACH en 1963) que s'établissent des rapports privilégiés de coopération d'Etat à Etat ; comme on le sait maintenant, les accords d'Evian comprennent des clauses secrètes sur l'utilisation saharienne de bases d'expérimentation d'armes nucléaires et d'armes chimiques. La complicité du silence sous les présidences d'A. Ben Bella comme de H. Boumédiène entretiendra cette coopération de secret-défense jusqu'en 1978.

L'indépendance : décolonisation ou débâcle ?

Les indépendances marquent bien la décolonisation factuelle par le reflux des Français, la fuite des capitaux, le désinvestissement. Le départ des « Européens » s'effectue en deux temps. De 1955 à 1958, au Maroc, les départs sont de l'ordre de 150.000, soit près du tiers de la colonie ; les Espagnols sont restés plus volontiers que les Français. Le phénomène est quelque peu semblable en Tunisie pour les Italiens qui demeurent près de 50.000 contre 70.000 avant l'indépendance ; environ 100.000 Français, soit plus de la moitié, ont quitté la Tunisie entre 1956 et 1958. L'exode d'Algérie est précipité. Les départs massifs s'échelonnent sur trois mois. Dans le seul mois de juin 1962, ils s'élèvent à 328.000, soit au tiers de la population européenne. Deux tiers des Européens ont quitté l'Algérie sans idée de retour au printemps et à l'été 1962. Comme le mouvement s'était amorcé en 1961 avec 135.000 départs, autant dire qu'après l'indépendance, la société coloniale a disparu. La récession se poursuit en Tunisie et au Maroc.

Il faudrait ajouter les départs des Juifs d'Afrique du Nord, plus difficile à distinguer puisqu'en Algérie, il sont français et en partie naturalisés en Tunisie et au Maroc. Avant l'indépendance, on comptait quelque 200.000 Israélites au Maroc, près de 60.000 en Tunisie et 150.000 en Algérie. Le total des départs finit par dépasser les 300.000 pour ne laisser, un certain temps, que quelques milliers en Algérie et Tunisie, et une à deux dizaines de milliers au Maroc. La majorité des départs se font vers la France ; les accords conclus plus tard par Hassan II avec Israël qui finance, renforceront la part des Juifs sépharades établis dans l'Etat juif.

Ce retrait qui devient général provoque un vaste mouvement de substitution, en particulier dans l'habitat et dans les emplois. Au Maroc et en Tunisie, le glissement vers la ville accélère le rythme de l'exode rural et l'installation dans les quartiers centraux. L'urbanisation s'élargit d'un coup de 5%. Elle demeure retardée au Maroc. Dans l'Algérie de 1962, le déplacement de populations d'autant qu'elles venaient largement des villages et zones de regroupement, tient de l'irruption. Alger perd 300.000 Européens, mais gagne 400.000 Algériens. Oran est abandonnée par moitié de ses habitants qui sont remplacés, plus progressivement il est vrai. Globalement entre 1960 et 1963, les villes algériennes ont reçu plus de 800.000 nouveaux habitants.

L'abandon des postes par les Européens promeut les nationaux. L'élévation de l'emploi est limitée dans le secteur industriel car l'activité baisse ; la base ouvrière se réduit en se renouvelant. Une large substitution par des nationaux ne s'opère guère que dans les places d'encadrement et principalement dans la fonction publique. Le nombre des agents publics nationaux en Algérie est passé de 30.000 en 1955, à 300.000 en 1963 ; en Tunisie de 12.000 à 80.000 en 1955 ; les Marocains ont accédé à plus de 240.000 postes civils et militaires. Cette constitution de catégories sociales d'encadrement, faite moins de cadres économiques que de cadres administratifs et politiques, auxquels il faut ajouter l'armée, même en Tunisie, fonde le nouveau clivage social entre ceux qui appartiennent à l'Etat, et la masse de la population dans la dépendance, plus ou moins mal assistée. Le moment de grâce de l'indépendance ne peut dissimuler qu'un temps, cette mise à découvert du non-emploi et du sous-emploi ; l'émigration continue ou grandit.

Le colonat agricole, malgré des transferts de propriété, laisse pour une grande part des biens-vacants en Algérie. En Tunisie, la récupération des terres de colonisation fut assez rapide, de 1957 à 1963/64 ; le colonat a donc là aussi disparu. Au Maroc, la récupération des terres se fait attendre pour se réaliser par étapes sur le mode dominant de la privatisation par une bourgeoisie nationale et le patrimoine royal. Le repli du capital colonial a commencé bien avant le moment des indépendances ; des segments d'investissement de capital métropolitain ou international soutenus sur fonds publics, subsistent à travers la récession dominante. Cependant le recul est fort. La dissolution des sociétés marque cet autre « rapatriement », celui des capitaux. En Tunisie dans la seule année 1956, 110 sociétés sont dissoutes ; globalement les investissements privés baissent de près du tiers de leur volume de 1953 à 1956, et de plus du tiers encore en 1957. Au Maroc, 488 sociétés sont dissoutes en 1956 ; sur la base 100 en 1952, l'indice des investissements tombe à 47 en 1957 ; comme il y a des reprises ensuite, ce n'est que la moitié du capital colonial qui a disparu. Dans le cas de l'Algérie, si un lent abaissement s'exerce avant l'indépendance recouvrant des entrées par le Plan de Constantine, moins nombreuses cependant que les sorties, à l'indépendance, la désertion vaut effondrement.

La nationalisation bancaire, le contrôle des changes, le changement de monnaie viennent trop tard. Des politiques économiques qui s'improvisent, ont fort à faire pour opérer un rétablissement partiel et la remise en marche. La fin de la colonisation laisse à découvert la charge sociale par rapport à laquelle tardivement elle avait tenté quelques initiatives. Les orientations de l'indépendance, devant des urgences qui n'atteignent pas les mêmes degrés, vont répondre différemment à des problèmes voisins dits de sous-développement : autogestion et étatisation en Algérie sous le terme de socialis-

me national, dirigisme économique en Tunisie, et laisser faire de la nationalisation privative et royale au Maroc. La décolonisation marque bien la fin de l'Afrique du Nord ; la notion n'en demeure pas moins dans la direction du ministère français des Affaires étrangères, la direction du Moyen-Orient et de l'Afrique du Nord. Les rapports sont bilatéraux entre Etats, mais à l'Afrique du Nord s'est substitué un pôle majeur de relations certes bilatérales mais qui a une valeur régionale centrale, le couple politique plus même que d'intérêts, Algérie-France qui se superpose à l'espace Maghreb-Europe des diasporas migratoires.

Non sans mal, la décolonisation formelle de la souveraineté politique s'est donc réalisée en Afrique du Nord, en ouvrant carrière à des nationalismes d'Etat fort isolationnistes dans leur exaltation républicaine et d'exacerbation sécuritaire au Palais clos de Carthage, par nationalisme royal qui ne rompt pas avec l'ambition sultanienne au Maroc. En Algérie, après le rêve du national-développementalisme le relais de l'impossible Etat démiurge passe à un étatisme militaire, policier, technocratique et bureaucratique de privatisation de la rente publique et de la redistribution sociale. L'usure des nationalismes laisse avivée la demande sociale d'un bon Etat jusqu'aux retours de vigueur de l'espérance des désespérés par la purification divine.

La décolonisation économique s'est jouée dans le renouvellement des rapports de dépendance. L'Afrique du Nord française faisait grossièrement deux tiers de ses échanges avec la France métropolitaine, moins pour le protectorat du Maroc qui avait été inscrit par anticipation par l'Acte d'Algésiras (1906) dans le marché mondial sous le régime de la Porte ouverte. Présentement, chacun des Etats fait globalement deux tiers de ses échanges avec l'Union européenne qui apparaît comme le nouveau pôle de centralisation continentale des rapports de production et d'exploitation capitalistes, du partenariat des services d'infrastructure fournis en coopération, et d'usage, par la clandestinité même, des migrations de travail. Mais faute de Maghreb, chaque Etat signe séparément son rapport d'échange inégal dit de libre échange. Le Maghreb qui veut dire Occident mais d'un arabisme en état de rupture, devient sans exister réellement, le sud périphérique de l'Union européenne. L'espace imaginaire Maghreb-Europe reste le lieu de représentation, dans tous les sens du terme, et pour partie d'identification, des diasporas post-coloniales.

Le mixte colonial et en premier celui de l'Algérie algérienne, ne s'est pas réalisé, s'il ne se transpose sans être totalement décolonisé, dans l'invention des Maghrébins d'Europe. Dans les anciennes métropoles se produit le cumul réactif du nationalisme raciste et du racisme colonial qui trace la nouvelle frontière du racisme culturel de la supériorité de civilisation et d'origine de l'Europe qui se ferme à l'Est et au Sud.

La décolonisation en profondeur qui ferait disparaître la ligne de partage colonial, n'est pas faite en Europe. L'ancien type nord-africain fait encore «voir» des musulmans dans la rue ; et de parler en France de millions de Musulmans pour une pratique religieuse très faible et réduite aux jours de fêtes collectives, par delà les noyaux très visibles d'activisme islamiste et les trois mille électeurs du Conseil musulman.

Ce n'est pas un hasard si la ligne de démarcation qui est restée, est celle qui distingue des Musulmans. La colonisation est fondée sur la discrimination de statut, la division des sociétés colonisées qui ne doivent pas accéder au droit civil, sont placées sous statut confessionnel doublé inégalement d'identification ethnique non sans combinaisons de

jurisprudence coutumière et d'artificieuses recompositions culturelles. Sauf la transgression pour les Juifs d'Algérie et par l'acculturation française en Tunisie et au Maroc qui ont redoublé l'antisémitisme européen, le partage enfermait dans un communautarisme identitaire musulman qui a été retourné en mouvement national. La ligne de ségrégation coloniale disparaît factuellement par le départ des « Européens » et des Juifs, qui est un exode parce qu'il résulte d'une rupture dans la constitution même des Etats, rupture de la fin de guerre d'Algérie qui rend caduc, le statut de minorité inventé par les Accords d'Evian. Sans revenir sur le rapatriement du racisme colonial dans l'ancienne métropole et en Europe, les limites de la décolonisation se situent au Maghreb dans la définition de la nationalité-citoyenneté sur la base du statut musulman. C'est là que la colonisation a fait son œuvre qui n'est pas défaite.

Héritage colonial et gestion nationale de la cité à partir de l'exemple des villes du Nord du Maroc*

Nizar Tajditi
Université de Tétouan

P 31-43

La cité du sud de la Méditerranée, sa situation générale pendant la colonisation et après les indépendances, est un sujet digne d'intérêt. Hier, elle était le foyer séculaire de grandes civilisations urbaines. Aujourd'hui, au lieu d'être un forum de dialogue entre des élites actives et des citoyens porteurs de projets, elle risque de devenir l'arène où différents choix sociétaux et idéaux politiques et religieux s'affrontent et s'excluent tragiquement.

Pourquoi cette cité, qui dispose d'atouts considérables comme une vieille population urbaine, un port exceptionnel, un climat sain, des richesses naturelles de l'arrière-pays, n'a pas cessé de se dégrader depuis au moins le XIX^e siècle sur les plans urbain, culturel et économique? Quels sont les handicaps qui l'ont empêchée au XX^e siècle de jouer un rôle similaire à sa voisine de la rive du nord? Faut-il voir dans l'inégalité du développement entre les villes de l'Occident européen et celles de l'Afrique du nord, comme pensent certains observateurs, «l'inaboutissement de la domination de la ville sur la campagne» chez ces dernières? Autrement dit, l'incapacité de la bourgeoisie locale, au sud du bassin, à transformer positivement le monde paysan et l'économie rurale? Ou bien faudrait-il chercher les causes de la décadence de la cité du sud dans d'autres facteurs extérieurs comme les grands changements qui ont entamé le commerce méditerranéen international après la découverte du monde nouveau et de la route de l'Inde? Ou encore dans le décalage technique que creusa la révolution industrielle entre cités riches du nord européen (Liverpool, Manchester, Amsterdam, Hambourg, etc.) et cités méditerranéennes?

Le thème de notre colloque, bien qu'il touche au présent proche, semble problématique. Il nous pose en fait une question à la fois politique et culturelle précise, celle du «degré de responsabilité» des états nationaux (gouverneurs, politiciens, sociétés civiles et religieuses et intellectuels), issus de l'indépendance, dans les carences et les crises actuelles (paupéri-

* Communication au Colloque international 'Les états nationaux entre le Maghreb et le Machreq – Un héritage du colonialisme?', tenu au Centro de Estudos Africanos do Universidade do Porto / Universidade dos Tempos Livres, Vila Real de Santo António, 27-28 juin 2008.

1 Jacques/Jawhar Vignet-Zunz, 'Les instruments de la décentralisation (administrative et économique) dans le Rif à la charnière des 19^e et 20^e siècles', *Signes du présent* (La société civile au Maroc – Approches), Rabat, Smer, 1992, p. 71.

sation, «analphabétisme à grande échelle», «retard scientifique et technologique», développement des bidonvilles, mouvements sociaux et religieux violents, etc.).

Or, lorsqu'on parle d'états nationaux on ne peut pas ne pas évoquer l'héritage colonial qui a agi et agit encore de nos jours sur les élites politiques nationales et leur milieu urbain.

L'intérêt du thème de notre colloque est qu'il comporte, dans l'esprit même de ses organisateurs, une dimension historique sans laquelle toute discussion sur le présent immédiat s'avère dérisoire: «l'éclaircissement de *ce qui s'est passé pendant le processus* de formation et de consolidation des États arabes modernes». Il s'agit d'un *mouvement*² produit par des acteurs humains (nationalistes) dans un espace (Mahgreb/Machreq, ou aire arabe) et un temps (décolonisation) délimités, autrement dit d'une série complexe d'actions (coloniales) et de réactions (nationales) réalisées entre deux étapes historiques: étape coloniale et étape postcoloniale.

Le thème de notre colloque peut être donc traité à partir de plusieurs aspects relatifs au mode de formation et d'exercice des états nationaux, notamment celui que j'ai choisi dans l'intitulé, à savoir la gestion (nationale) de la cité ex-coloniale comme héritage urbain et culturel.

Je partirai volontiers, dans cet exposé qui ne prétend pas à l'exhaustivité, du cas représentatif des villes du Nord du Maroc pour être plus proche de mon exemple d'étude et de réflexion. Ce sont en général des villes petites et moyennes qui, pour des raisons liées justement à l'héritage politique colonial français, n'ont pas bénéficié pendant un demi-siècle d'Indépendance ni de l'intérêt du jeune état national ni de celui des géographes, d'économistes et urbanistes français et marocains francophones³. Et j'essaierai pour éclairer mon propos de mêler ma propre expérience vécue dans ces villes en tant que citoyen avec une analyse globale de leur évolution urbain, hier et aujourd'hui.

Depuis la haute antiquité, comme on le sait, le bassin méditerranéen a favorisé l'émergence de grandes cités sur ses rivages du sud. Les vestiges de Carthage à Tunis, d'Alexandrie en Égypte, de Leptis Magna en Libye, de Lixus (Larache), d'Arzila (Asilah), d'al-Qasr as-Saghir ou Tamuda (Tétouan) au Nord du Maroc, nous offrent l'exemple d'un passé urbain glorieux.

Pendant l'époque islamique, les médinas d'Azayla (Asilah), Tanger, Qasr Masmuda (al-Qasr el-Saghir), Qasr 'Abd al-Karim (Qasr al-Kabir), al-Basra ('Arbaoua), Sebta/Ceuta, Tétouan, Chefchaouen, al-Nakur, Badis, Melilla⁴, furent fondées quelques kilomètres loin des ruines des vieilles cités phéniciennes, romaines et berbères⁵ sous deux ou trois modèles urbains semblables (*al-qasaba*, ou ville-garnison, *al-madina* ou ville fortifiée, *al-qasr* ou forteresse). Ces villes ont pris, comme le rapporte le géographe al-Idrisi au XII^e siècle de notre ère, un rôle de première importance dans les activités agricole, maritime, commerciale et culturelle entre *al-'udwatayn*, les deux rives de la Méditerranée⁶.

2 Le leader nationaliste 'Allâl al-Fâssi n'a pas eu tort de désigner, dans son livre *Târikh harakât al-istiqlâl fi al-Maghrib al-'arabi* (Histoire des mouvements d'indépendance dans le Maghreb arabe, Tanger, s. d. [1957]), la lutte pour l'indépendance des états du Maghreb par le terme de *haraka*, mouvement, puisqu'il est question d'une action née et enracinée dans la situation coloniale.

3 Cf. Jean-François Troin, 'Retour vers les petites villes du Nord marocain', *Revue de Géographie du Maroc*, nouvelle série, numéro spécial, 1986.

4 Idrîsî, *La première géographie de l'Occident*, Paris, Flammarion, trad. du chevalier Jaubert, revue par Annliese Nef, 1999, p. 249-250.

5 Jérôme Carcopino, *Le Maroc antique*, Paris, Gallimard, 1944, p. 291.

6 Idrîsî, *La première géographie de l'Occident*, p. 247-253.

Au II^e siècle, al-Nakur est une principauté, qui se trouve autour de la baie d'Al Hociema. Au XVII^e siècle, Tétouan est une ville prospère quasiment indépendante, sous les Naqsis, ses notables⁷. Et jusqu'au XIX^e siècle, Tétouan avait des relations commerciales avec Cadix, Marseille, Livourne, Gêne, etc.⁸ De même, jusqu'à 1912, date de l'entrée du double Protectorat en vigueur, Larache était le premier port d'importation et exportation au Maroc.

À l'avènement du Protectorat espagnol, certaines de ces villes ont connu un essor urbain de premier ordre, comme Larache ou Tétouan dont le nouveau centre-ville moderne aménagé par les Espagnols est devenu avec ses avenues, ses places publiques, son grand marché, sa gare routière, son aéroport, ses théâtres, ses hôpitaux, ses écoles, ses lycées, sa bibliothèque municipale, son école des beaux-arts unique au Maroc, ses musées, son stade, ses imprimeries, etc., la capitale néo-mauresque la plus florissante du Nord du Maroc.

Le Protectorat français a aussi laissé au Centre et au Sud du Maroc un héritage urbain important, constitué, entre autres, de villes nouvelles modernes, construites généralement juste à côté de anciennes cités historiques, les médinas (il y a toutefois une sensible différence entre les deux Protectorats espagnol et français, dans les villes nouvelles du Nord du Maroc – notamment à Tétouan où les espagnols se sentaient proches de l'élément andalousien – les citadins jouissaient plus de liberté politique et ce n'est pas un hasard si le mouvement nationaliste marocain y a pris naissance très tôt et n'y souffrit pas de persécutions comme au Sud).

Pourquoi donc nous n'avons pas cessé d'assister, dans ces villes, après l'Indépendance du Maroc, à une situation de décadence, de désordre et presque d'impuissance des pouvoirs publics à gérer les services urbains, comme le service sanitaire ou le ramassage des ordures? Pourquoi le niveau de nos écoles et lycées a baissé d'année en année, nos plus belles avenues sont envahies quotidiennement par des centaines de petits marchands ambulants et nos quartiers sont devenus impropres? Pourquoi nous y manquons de lycées et de facultés d'excellence, de jardins, de zones vertes et d'espaces publics? Pourquoi la culture souffre d'infrastructures (théâtre, salles de lecture ou d'exposition, subventions de l'état, etc.) et se limite chez nous la plupart du temps à des Festivals improvisés de musique folklorique et de cinéma régional?

Deux exemples suffisent à montrer la gestion presque chaotique de l'espace de la cité (nouvelles villes et médinas compris) par les autorités municipales et nationales depuis l'avènement de l'Indépendance:

1- Au début de 2008, la ville de Tanger a échoué, malgré de gros efforts d'infrastructure déployés par l'état marocain, à obtenir l'organisation de *L'Exposition Universelle* 2008. Raison avancée par le Jury International: absence des toilettes publiques!

2- Le centre-ville espagnol de Larache, qui est un des bijoux de l'architecture néo-mauresque dans le monde hispanique, se trouve dans un état de délabrement et presque d'abandon intolérables. Le théâtre de Larache, un monument historique, a été laissé à l'abandon puis vendu aux particuliers, détruit et rem-

7 Cf. Abdelaziz Assaoud, *Titwan fi al-qarn at-tâmin 'achar (al-sulta – al-mujtama' – al-dîn)* (Tétouan au XVIII^e siècle: pouvoir – société – religion, Tétouan, Publications de l'Association Tittawin-Asmir, 2007, p. 194-197.

8 Cf., entre autres, Jean-Louis Miège, *Tétouan à travers les siècles*, Tétouan, 1995, p. 14-15.

placé par un malheureux immeuble de six à huit étages. Quant au célèbre site archéologique de Lixus (à l'entrée de Larache), dont le théâtre romain est une merveille, est tout simplement délaissé aux plantes sauvages et au petit bétail des pasteurs!

Parler aujourd'hui de la cité, des handicaps à sa croissance, c'est évoquer certes des problèmes urbains à l'échelle planétaire et qui s'aggravent de jour en jour avec la mondialisation: problème des infrastructures, problème d'assainissement, des moyens de communication, de l'expansion rapide de l'immobilier au détriment des zones vertes, de l'aménagement de nouveaux centres urbains, de l'intégration des banlieues pauvres et insalubres, de la protection du site naturel et des paysages environnants, de la rareté ou de l'absence des lieux de culture et de loisirs, etc.

Mais étudier ces problèmes, liés à l'exode rurale massive après l'Indépendance, nécessite une approche urbaine globale qui intègre la ville à la région, l'histoire de la cité à celle de la compagne proche et lointaine qui en constitue l'espace vital en termes de ressources naturelles, économiques, culturelles et autres.

Pour comprendre mieux la situation de crise actuelle dans nos villes, il faut partir, à mon avis, d'une rétrospective rapide, d'abord, des rapports de complémentarité qui existaient justement entre médinas et campagne depuis le moyen âge jusqu'à l'époque précoloniale, et ensuite, de la nouvelle politique de polarisation urbaine instaurée par le Protectorat à partir de 1913, suivie aveuglément par l'état national indépendant, et qui a abouti à mettre définitivement à l'écart la campagne du Nord et son économie rurale.

Au Nord du Maroc précolonial, il existait depuis la haute antiquité de multiples formes d'urbanité (*madīna*, *qasr*, *qarya*, *sūq*, etc.). Il s'agit non seulement de grandes villes fortifiées, mais aussi de petites villes, de bourgs, de petits ports naturels nichés tout au long du littoral rifain montagneux, comme al-Qasr al-Saghir, Oued Law, Targha, Jabha, Tarkist, Tiguisas, Aduz, Ajdir⁹. Dans l'extrême Nord-Ouest du Maroc, ou pays des *Jbala* (Rif occidental), l'urbanité est même l'un de ses traits les plus caractéristiques: géographes et ethnologues relèvent avec surprise la «couronne urbaine¹⁰» qui distingue la péninsule tangitane¹¹.

L'importance de ces centres urbains s'accrut considérablement lorsqu'ils reçurent, à partir du XVI^e siècle, les différentes vagues d'émigrés andalousiens, chassés de l'Espagne ou du Portugal après la *Reconquista* (vagues de 1483, 1493, 1502, 1570 et 1610). Car, étant en communication privilégiée avec les cités de l'Andalousie¹², telles que Valence, Grenade, Evora, Silves, Malaga, Almeria, Algésiras, ils recueillirent d'importantes colonies de savants, lettrés, agriculteurs, artisans et commerçants musulmans et juifs qui, il faut bien le préciser, s'y étaient installés provisoirement dans l'attente de leur retour dans leur pays d'origine le moment opportun. Ainsi, al-Qasr al-Kabir qui n'était au départ qu'un bourg devient, grâce aux flux des réfugiés de Santarém, de Lisbonne, d'Evora, de Silves, d'Alcaccer del Sal, une cité à part entière.

9 Cf. Al-Hasan al-Wazzan (Léon l'Africain), *Wasf Ifriqiyya* (Description de l'Afrique), trad. arabe de Muhammad Hijji et Muhammad al-Akhdar, Rabat, 1980, t. I, p. 252-255.

10 Jean-François Troin, 'Montagnes et villes dans le Nord-Ouest du Maroc', *R.O.M.M.*, n° 42-41, 1986.

11 J. Vignet-Zunz, article *Djبالا*, dans *Encyclopédie Berbère*, vol. XVI, Aix-en-Provence, Edisud, 1995, p. 2402.

12 Idrīsi, *La première géographie de l'Occident*, p. 249.

Ni tout à fait citadins ni tout à fait paysans, les habitants de ces espaces limitrophes entre la mer et la campagne, la citadinité et la ruralité, avaient un rapport durable à l'urbain dont *al-hammam* (bain public), le collège coranique et la zaouïa sont parmi les signes les plus manifestes. Il y en a d'autres: certains de leurs noms de famille désignent des métiers qui sont propres à la ville: al-Adel (notaire), al-Harrar (vendeur de soie), al-Haddad (forgeron), al-Yemlahi (maroquinier), etc. D'ailleurs, ils exerçaient des activités diverses: activité agraire (céréales, légumes, fruits, etc.), maritime (pêche, transport, etc.), commerciale (exportation de gros et petits bétails, de céréales, de fruits et de produits locaux; importation d'ustensiles, d'outils et matériaux de pêche, de fusils, etc.) et culturelle (accueil de *tulbas*, ou étudiants religieux dans les zaouïas, écoles et collèges coraniques). À ce titre, ils effectuaient des mouvements d'aller et de retour – aussi bien par terre que par mer (il y a parmi eux beaucoup de grands marins) – non seulement entre les grandes villes du Maroc et la campagne environnante mais aussi entre les deux rives de la Méditerranée (*al-'udwatayn*), comme le montre l'activité de la course qu'ils pratiquaient intensément.



Carte des principaux centres urbains historiques au Nord du Maroc

Même si nous ne connaissons pas très bien l'histoire de ces foyers d'urbanité et de culture¹³, nous savons du moins qu'ils avaient joué, sur les deux plans commercial et culturel, un rôle de *relais* de première importance entre l'arrière-pays de la campagne et les villes: c'est dans les marchés hebdomadaires de ces centres urbains que la campagne vendait ses céréales, son bétail, ses légumes, fruits et les différents produits de son artisanat local (poterie, tissus, paniers et tapis d'alfa, etc.) et s'approvisionnait en retour d'articles importés soit de la ville soit de l'extérieur. Le marquis René de Segonzac, un voyageur français en mission de renseignements au Rif central, en était témoin au début du XX^e siècle. Étonné par l'importance et la vivacité de ces points de rassemblement et d'échange, il décrit ainsi le marché de Djenada: «La grande fête musulmane du Mouton [i.e. du Sacrifice] tombe demain. Aujourd'hui, vendredi, on jeûne, on se prépare. Le marché de Djenada bat son plein et regorge de monde. C'est un souk rifain identique aux souks arabes. On y voit les mêmes alignements de petites tentes misérables, invraisemblablement rapiécées, où des marchands indifférents attendent une clientèle problématique. Ils vendent du sucre, du beurre rance, de la graisse, du lait frais ou aigre dans des pots de grès bouchés avec une poignée d'herbe, du miel dans des peaux de bouc. Des charbonniers, accroupis auprès de leurs couffins recouverts de feuillage, regardent les passants d'un air de résignation extatique. D'un côté sont les troupeaux: moutons bêlants, agneaux et chevreaux [...] ; de l'autre côté les ânes, les mules, les chevaux, tous misérables, tous blessés, immobiles, plongés dans une prostration désolée. Des petits étalages en plein vent exposent sur un pan de haïk des bougies, des allumettes, du tabac à priser, des paquets de tabac espagnol, du kif et des minuscules pipes à kif aux fourneaux de terre, aux tuyaux artistement gravés, peints et ornés de breloques de toutes sortes. Des cordiers tressent l'alfa ; un belradji [i. e. savetier] rapièce les savates invraisemblablement élimées des piétons. Mais ce qui donne à ce marché sa physionomie particulière c'est la forêt mouvante des canons de fusils qui domine cette foule. Tous les hommes sont armés de l'ancien Remington de l'armée espagnole, mousqueton, carabine ou fusil. Aujourd'hui tous ces gens sont calmes, rieurs. Ils vont, viennent, se bousculent, crient de cette voix rude que leur donnent leur langue rauque et l'habitude de parler de loin»¹⁴. L'auteur remarque également les échanges commerciaux intenses entre le village de Djenada et le port espagnol de Melilla: «La Qaçba et le village de Djenada sont bâtis sur la rive droite de l'oued qui aboutit à Melilia [...] J'ai suivi ce chemin, ce matin, pour aller à Melilia. Le marché était bruyant comme une ruche, le port animé comme une fourmilière. Les Rifains affluaient vers la ville. Un navire espagnol était sur rade et les clameurs de bateleurs s'entendaient de la douane»¹⁵.

La décadence de ces centres urbains, auquel fait allusion le témoignage tardif de Segonzac, ne date pas cependant d'hier. Déjà au XIV^e siècle, Sebta/Ceuta est en déclin. Sa chute dans les mains des Portugais (1415), qui entraîne celle des autres places fortes de la côte maghrébine dont Badis, Oran (1509) et Bougie, porte un coup dur à l'économie de toute

13 Halima Ferhat note ici à juste titre, dans son étude 'Remarques sur l'histoire des villes et la fragilité du tissu urbain avant le XV^e siècle' (*Sciences sociales et phénomènes urbains dans le monde arabe*, sous la direction de Mohamed Naciri et André Raymond, Casablanca, Fondation du Roi Abdul-Aziz Al Saoud pour les Études Islamiques et les Sciences Humaines, 1997), que «l'exemple de Belyounash peut servir à illustrer nos propos ; à 9 kilomètres de Sabta ce village antique, qui est peut-être l'ancienne Excilissa, est fortifié ; on y trouve bien plus de mosquées, de hammams et de fours que dans beaucoup d'autres cités ; il a un mouillage indépendant, relativement actif ; les restes de grands palais sont encore visibles sur le site. Mais Belyounash a toujours dépendu de Sabta et a toujours été considéré comme un simple quartier de la ville. Lieu souvent évoqué par les chroniqueurs et les poètes, Belyounash n'est jamais qualifié de 'madīna' mais toujours de 'qarya' » (p. 98)

14 *Voyages au Maroc (1899-1901)*, Paris, Librairie Armand Colin, 1903, p. 46-47.

15 *Ibid.*, p. 46.

la région du littoral car elle possédait l'un des plus grands ports de tout l'Occident musulman et était un foyer urbain et culturel très actif. La crise de la ville Sijilmassa au Sud du Maroc, qui reliait le commerce de l'Afrique subsaharienne à celui de la Méditerranée, l'asphyxia¹⁶.

Cette régression urbaine est, paraît-il, un phénomène assez récurrent dans l'histoire du Maroc¹⁷. Elle est due, en tous les cas, au XIX^e siècle, à plusieurs facteurs, à la fois internes et externes: on peut citer, entre autres, le blocus maritime qu'exerçait l'Espagne et les puissances européennes à tour de rôle sur la côte méditerranéenne du Maroc depuis le XV^e siècle¹⁸ (l'Espagne avait repris Sebta/Ceuta des Portugais dès 1509, occupa Melilla en 1497, Badis en 1564), l'insécurité des pistes affaiblissait le commerce marocain intérieur, le haut taux d'intérêt pratiqué par les usuriers juifs marocains, l'agonie des grandes villes commerciales du Nord comme Tétouan, Chefchaouen ou Larache après la guerre espagnole contre Tétouan en 1859-60, la misère qui frappait régulièrement la campagne du Rif central et oriental à cause de la sécheresse cyclique. Lors de sa mission d'investigation chez les Beni Gahi au pied du Mont Arrui au Rif oriental en mai 1913, le naturaliste espagnol Ángel Cabrera Latorre (1879-1960) observa que le souk du dimanche n'était pas «aussi animé que d'habitude à cause, dit-il, d'une année de sécheresse, en conséquence de quoi, et pour éviter la famine, une grande partie de la population indigène masculine était partie en Algérie à la recherche d'un travail»¹⁹.

Pendant la colonisation espagnole (1912-1956), les vieilles cités de Tanger, Tétouan, Larache, Asilah, Nadûr, Chefchaouen et al-Qasr al-Kabir avaient-elles vraiment profité de la modernisation urbaine, en chantier dès 1913? La réponse partielle que nous proposons à cette question expliquerait en partie, d'une part, le divorce constaté dès cette époque entre les villes et la campagne, et, d'autre part, les échecs incontestés de la gestion nationale de la cité (ville nouvelle et médina), après la phase difficile de la décolonisation.

Le Protectorat espagnol fonda en fait au Nord du Maroc, comme le Protectorat français au Sud, des «villes nouvelles» absolument fonctionnelles et rayonnantes: avec des avenues larges, des grandes places au centre-ville, des quartiers résidentiels chics, des bâtiments administratifs et civils qui sont encore aujourd'hui une référence nationale et internationale (de deux à trois étages au début, puis de trois à quatre étages), des infrastructures, des équipements et des services modernes, des lieux de culture et de loisirs multiples et complémentaires (musées, théâtres, cinémas, jardins), etc. Le plan architectural ambieux de ces villes s'inspirait des plans d'agrandissement durable des principales villes espagnoles tracés au XIX^e siècle (Loi d'aménagement de 1864, le Plan Castro de Madrid de 1860, le Plan Cerdà de Barcelone de 1859²⁰). C'est le grand architecte Carlos Ovilo Castelo (1883-1952), par exemple, qui avait défini le plan orthogonal remarquable de la ville nouvelle de Tétouan²¹.

16 H. Ferhat, 'Remarques sur l'histoire des villes.', *op. cit.*, p. 101.

17 H. Ferhat parle, à cet égard, d'une «histoire à éclipses», *Ibid.*, p. 100.

18 Cf. Germain Ayache, 'Société rifaine et pouvoir central marocain (1850-1920)', dans *Études d'Histoire marocaine*, Rabat, Smer, 2^{ème} éd.: 1983, p. 216.

19 *Magreb-el-Aksa. Recuerdo de cuatro viajes por Yebala et por el Rif*, Madrid, 1^{re} éd.: 1924, 2^{ème} éd.: Ibersaf, col. 'Viajes de papel', dirigée par Manuela Marín et Helena de Felipe, Prólogo de Miguel Hernando de Larramendi, 2004, p. 123

20 Voir Julio Malo de Molina et Fernando Domínguez, *Tetuan. El Ensanche. Guía de arquitectura 1913-1956* (Tétouan. Le nouveau plan d'aménagement. Guide d'architecture : 1913-1956), Sevilla, Consejería de Obras Públicas y Transportes, 1995, p. 32.

21 *Ibid.*, p. 33.

Ces villes nouvelles furent aménagées à côtés des médinas, ou «villes indigènes», et ne furent séparées géographiquement d'elles que par les murailles de celles-ci. Certes, par les portes principales des médinas qui s'ouvraient sur les grandes artères des villes nouvelles les deux communautés européenne et judéo-musulmane pouvaient communiquer aisément. Mais, dans la situation de ségrégation coloniale²², mise à part la minorité juive intégrée au tissu social colonial, la population musulmane des médinas fut soigneusement enfermée dans la «pureté» de son passé immobile²³. Mêmes si en principe elles n'étaient pas interdites aux indigènes, ces villes nouvelles de style européen n'accueillaient en réalité que la population des colons espagnols et européens (administrateurs, ouvriers, agriculteurs, pêcheurs, commerçants, etc.) qui augmenta rapidement à Tétouan entre 1931 et 1937²⁴.

Dans le même contexte, le Protectorat espagnol créa aussi de toute pièce la nouvelle ville d'Al Hoceima, ou Villa Alhucemas, en 1926, au cœur oublié du Rif central, ou implanta des bourgades à la place de vieux petits centres urbains ou ports sur le littoral méditerranéen tels que Martín, Medik ou Rincón, Fnidak ou Castillejo, etc.

Cet effort architectural colonial change incontestablement le visage urbain du vieux Maroc impérial. Nous passons des villes stagnantes depuis le XVIII^e siècle à des villes modernes en plein dynamisme urbain, culturel et économique. Dans certains secteurs de la vie sociale et économique, comme celui des transports publics, c'est une révolution: grâce surtout au nouveau réseau routier, les paysans accèdent plus facilement aux marchés des villes. La ville nouvelle aurait donc pu être une chance formidable pour le décollage des villes anciennes et de la campagne rifaines. Car autant par la modernité flamboyante de son bâti que par l'efficacité de ses services publiques, elle s'était imposée à la population locale comme un nouveau modèle urbain plus attrayant. Or, dans l'esprit du Protectorat, elle n'avait pas tout à fait cette visée intégrative. Au contraire, elle s'inscrivait dans une vision coloniale de régénération du pays fondée sur le principe du 'dualisme urbain': 'villes nouvelles' / 'villes traditionnelles' (médinas)²⁵.

La ville nouvelle fonctionnait comme une entité urbaine de dynamisme social, culturel et économique exclusive: c'était la ville des espagnols construite pour les espagnols; à ce titre, elle ne subvenait *de facto* qu'aux besoins, exigences et intérêts des colons espagnols (et européens) installés au Nord du Maroc. Elle enclava par conséquent la ville ancienne, lui enleva la plupart de ses prérogatives et fonctions symboliques (centre de citoyenneté et de culture, point d'échange et de régulation des flux migratoires de la campagne environnante, etc.). La médina finit donc par perdre son rôle séculaire de modèle urbain islamique intégrateur. Au lieu de prendre un nouvel essor au contact de l'énergie débordante de sa 'voisine coloniale', la médina arabe devenait simplement un repoussoir ethnique, un lieu de refuge pour les indigènes: vieux citoyens policés et ruraux fraîchement débarqués en ville en situation de précarité. Elle se transforma même en un spectaculaire musée exotique strictement délimité dont les voyageurs et touristes européens célèbre-

22 J.-F. Troin, 'Vision et utilisation des souks au Maroc: Histoire d'un décalage', dans *Connaissances du Maghreb. Sciences sociales et colonisation*, Paris, Éditions du CNRS, 1984, p. 360.

23 Comisión Histórica de las Campañas de Marruecos, *Geografía de Marruecos. Protectorados y posesiones de España en África* (Géographie du Maroc. Protégés et possessions de l'Espagne en Afrique), Madrid, 1936, t. II, p. 150-154.

24 *Ibid.*, p. 150.

25 Cf. André Bourkey, 'Réflexions sur les nouvelles villes dans le monde arabe', *Sciences sociales et phénomènes urbains dans le monde arabe*, op. cit., p. 250.

rent sous l'instigation des services de la propagande et du tourisme du Protectorat les couleurs locales pittoresques.

La nouvelle politique urbaine réduisait aussi les échanges commerciaux de la médina avec les bourgades, les chefs-lieux et les souks de la campagne de Jbala et du Rif. Car, en privilégiant certains axes routiers et maritimes, ceux du littoral qui relie principalement les nouvelles villes aux présides de Sebta/Ceuta et de Melilla et à la métropole ibérique, l'administration coloniale civile et militaire espagnole marginalisa l'économie et le développement de l'arrière-pays de la campagne. Les nombreux souks tribaux, points de rencontres et d'échanges mal vus, quadrillés et contrôlés par les agents civils et militaires du Protectorat²⁶, sont le plus souvent écartés des nouveaux circuits commerciaux, envahis de produits manufacturiers de la métropole qui perturbèrent gravement et l'artisanat citadin et le petit commerce paysan²⁷.

Pendant la guerre du Rif (1921-1925), certains des bourgs, souks et villages furent même les cibles privilégiés de bombardements de la part de l'armée espagnole et française. Ce qui a disséminé un bon nombre d'entre eux et poussé au déplacement massif de la population rurale soit vers l'intérieur soit vers les villes traditionnelles.

Il en résulte une nouvelle polarisation de l'espace urbain et rural occupé: création de nouveaux centres urbains et disparition ou appauvrissement d'anciens centres urbains ou marchés traditionnels. La géographie urbaine et rurale coloniale justifiait cette nouvelle territorialisation, qui n'était bénéfique qu'aux fermes et aux groupes de colons, par les besoins de la sécurité ou de la concentration des pôles économiques: ports, périmètres agricoles, coopératives, etc.

Reste que cette nouvelle politique d'aménagement du territoire a troublé le tissu artisanal urbain et déstructuré les réseaux commerciaux vitaux qui existaient entre la médina et la campagne. Le divorce entre médinas et campagne, qui date de cette époque, se prolongera après la décolonisation²⁸.

Après l'Indépendance (1956), on peut dire que plusieurs facteurs ont décidé de l'évolution urbaine quasi anarchique dans les moyennes et petites villes au Nord du Maroc:

- 1 – Le Protectorat français avait réussi à détourner les activités économiques du pays, centrées autour du vieux axe commercial impérial Sud-Nord (Marrakech-Fès-Meknès), vers le nouvel axe colonial de l'Ouest atlantique (Kénitra-Casablanca: deux petites bourgades propulsées par le Protectorat français au rang des grandes 'villes naissantes'²⁹), ou ce que le Général Lyautey a appelé le 'Maroc utile'. Du coup, les villes portuaires historiques du Nord comme Tanger, Asilah, Larache, Tétouan qui dépendaient de l'ancien axe, se trouvaient, au moment de l'Indépendance, dans une situation de stagnation mortelle (Asilah, par exemple, perdit pour toujours ses

26 Comisión Histórica de las Campañas de Marruecos, *Geografía de Marruecos, op. cit.*, p. 501.

27 Sur pour la politique urbaine ségrégationniste du Protectorat français au sud du Maroc, voir l'ouvrage de Janet Abu-Lughod, *Rabat: Urban Apartheid in Morocco*, Princeton, 1980.

28 Voir Albert Ayache, *Le Maroc, bilan d'une colonisation*, Paris, Préf. de Jean Dresch, 1956.

29 Cf., sur la naissance césarienne de la ville coloniale de Casablanca, le témoignage précieux du voyageur et écrivain André Chevillon, *Marrakech dans les palmes*, Paris, Calmann-Lévy, 14^{ème} éd.: 1922 (1^{re} éd. 1919), Première partie (Avril-mai 1913): 'La route: Casablanca naissante', p. 3-17 ; Deuxième partie (Novembre 1917), p. 188: «Plus étonnante, peut-être, la croissance d'une Kénitra qui n'avait pas cinq mille habitants, il y a deux ans, qui en compte aujourd'hui huit mille. Le port, les quais s'achèvent, les constructions surgissent, non plus au hasard, comme d'abord à Casablanca, mais suivant des plans médités et précis, ordonnées en quartiers de résidence, d'affaires, d'administration [...] la cité française.. surplantera El Arach [Larache] comme port de Fez»

usines de pêche et d'alfa; al-Qasr al-Kabir se ruralisa après le départ des colons). Les politiques touristiques clientélistes mises en œuvre à Tanger, à Tétouan et à al-Hociema, dans les années soixante et soixante-dix, ne se préoccupèrent pas du développement intégral de l'environnement rural de celles-ci: les meilleurs sites et paysages littoraux entre Tétouan et Sebta/Ceuta furent bradés soit aux bourgeois de Casablanca et Rabat soit aux sociétés hôtelières étrangères. Leur échec lamentable se répercuta lourdement sur l'évolution des villes moyennes et petites du Nord qui ont vu leur espace urbain, envahi par les ruraux sans ressources puis par les spéculateurs immobiliers, se dégrader. Les petites villes ou bourgs du littoral de al-Qasr as-Saghir, Martil, Fnidek, Medik se sont ainsi transformées à partir des années soixante-dix en des villes tentaculaires sans plan d'aménagement et des plaques tournantes de la contrebande, de la drogue et de l'émigration clandestine.

2 – L'indépendance profita à l'élite politique et financière francophone qui avait pris les règnes du pouvoir administratif à Rabat et économique à Casablanca³⁰, dans l'ancienne zone d'influence française. Et cette élite adopta une attitude très dédaigneuse à l'égard de l'héritage colonial urbain espagnol au Nord du Maroc. Elle se montra également complètement indifférente, non seulement à l'histoire et à la culture spécifiques de cette région, mais également à sa position géostratégique sur un littoral méditerranéen long de 350 kilomètres. De sorte qu'à la fin du XX^e siècle, c'est-à-dire au moment où des intellectuels, des économistes et des universitaires marocains francophones découvrirent avec stupéfaction la 'troisième dimension' du Maroc, un géographe marocain a franchement reconnu que «la Méditerranée est tellement peu présente, voire entièrement gommée dans l'imaginaire de la plupart des marocains, qu'on est tenté de se demander si le Maroc est bien un pays méditerranéen³¹». En fait, ce qu'on avait longtemps rabié de la carte culturelle et géopolitique du Maroc indépendant c'était le 'Rif turbulent', le 'Rif nationaliste de première heure', le 'Rif hispanophone' et ce qu'on avait redécouvert c'était une sorte de côte d'azur marocaine bon marché, une zone limitrophe de l'Espagne nouvellement enrichie après son entrée dans l'Union européenne, bref une dimension propice aux affaires juteuses.

3 – Le soulèvement du Rif contre le jacobinisme du nouveau pouvoir nationaliste en 1959 a servi pendant 50 ans – c'est-à-dire durant tout le règne du roi Hassan II³² – de prétexte à une politique sécuritaire qui n'a eu que de mauvais effets sur le court et le long terme: paupérisation, déforestation, émigration, émeutes. Le découpage des villes du Nord en trois régions, qui les rattache à trois grandes villes de l'Est (Oujda), de l'Intérieur (Fès) et de l'Ouest (Rabat), les a isolées et les a affaiblies davantage sur le plan urbain, touristique et économique: c'est dans ce contexte très particulier que tout le Nord du Maroc, villes et campagne, fut livré, avec presque l'accord tacite de l'état impuissant, à l'«économie de survie»

30 Cf. Pierre Vermeren, *École, élite et pouvoir au Maroc et en Tunisie au XX^e siècle*, Rabat, Alizés, 2002, p. 268-271.

31 Mohamed Naciri, 'Le Maroc méditerranéen, l'envers du décor', dans *Le Maroc méditerranéen. La troisième dimension*, Casablanca, Éditions Le Fenec, 1992, p. 13. On notera tout de même l'ordre curieux dans lequel est classée la dimension méditerranéenne du Maroc, en troisième place après le Sahara occidental décolonisé en 1976 seulement!

32 Cf., à ce propos, le témoignage, bien que tardif, de Hassan II, *La mémoire d'un roi. Entretiens avec Eric Laurent*, Paris, Plon, 1993, p. 54: «Il y avait dans certaines régions, en plus des dissidences intellectuelles, des troubles politiques. Prenez le cas du Rif, par exemple, qui avait été sous protectorat espagnol. Les habitants ont eu le sentiment d'être traités comme les enfants pauvres du royaume et ils n'ont pas toléré la mainmise de l'Istiqlal qui n'a pas agi avec le doigté nécessaire. Alors, un certain Salam El Haj a joué sur le sentiment tribal, et ce mot dans ma bouche n'est pas péjoratif, au contraire.»

(contrebande, culture du chanvre indien)³³. Privées des grands moyens de développement et de modernisation dont l'état a fait bénéficier largement les villes de l'Intérieur et de l'Ouest atlantique, la campagne rifaine pauvre s'est massivement vidée dans les villes du littoral. Les activités de la contrebande, qui se sont rapidement développées en petits et grands réseaux entre Sebta/Ceuta et Tétouan à l'ouest du littoral et entre Mililla et Nador à l'est pour subvenir aux besoins des ruraux émigrés en ville, ont créé autour de la ville nouvelle de Tétouan et de Nador une ceinture de bidonvilles en dur et de marchés informels inconnus au Nord jusqu'aux années soixante-dix.

Réunis, ces trois facteurs colonial, national et régional se sont traduits sur le plan de la gestion de la cité du Nord par une série de conséquences urbaines inévitables dont l'état n'arrive pas encore à les surmonter :

a) Si au début de l'Indépendance les villes nouvelles du Nord ont plus ou moins su gérer les infrastructures et les équipements urbains laissés par le Protectorat espagnol (écoles, cinémas, théâtres, hôpitaux, musées, bâtiments et jardins publics, hôtels, marchés, ports, etc.) tant que leur vieille population citadine était contrôlable, elles se sont heurtées à partir des années soixante-dix, d'une part, à l'énorme poussée démographique liée en grande partie à l'exode rural et, d'autre part, à l'absence totale des plans d'aménagement urbains qui fixent l'orientation de l'expansion urbaine.

b) Après le départ massif des colons, les municipalités ont souffert, dans ces villes, à la fois du manque cruel des cadres fiables (jusqu'à aujourd'hui, par exemple, ces municipalités n'ont ni d'ingénieurs urbanistes, ni d'ingénieurs paysagistes), des faibles moyens financiers octroyés par l'état, et du dirigisme étatique à vocation sécuritaire des agents d'autorité (préfets, caïds, etc.)³⁴ qui empêcha la décentralisation des régions en fonction de leurs propres ressources, potentialités et besoins. Le modèle administratif centralisateur napoléonien suivi aveuglément par Rabat fut, à cet égard, un choix malheureux. Un autre modèle qui donne plus d'autonomie aux régions selon leurs spécificités historiques, leurs identités culturelles et leurs ressources économiques aurait été sans aucun doute mieux inspiré en permettant à la région du Nord de décoller librement. C'est ce qui a fait que la cité du Nord, dont les citoyens ont presque perdu la notion de la ville moderne, celle du centre-ville organisateur et rayonnant³⁵, celle de la valeur du patrimoine urbain historique, cette cité a évolué pêle-mêle dans tous les sens : la médina ou la *qasba*, qui regorge de population rurale déracinée, se dégrade de jour en jour (sauf dans des petites villes dont l'« économie d'occasion »

33 Cf. Fouad Zaïm, 'Les enclaves espagnoles et l'économie du Maroc méditerranéen. Effets et étendue d'une domination commerciale', *Le Maroc méditerranéen, op. cit.*, p. 80: «... le Maroc méditerranéen serait-il condamné par on ne sait quelle fatalité à demeurer éternellement, fatidiquement, un fragment du territoire national sans présent et sans devenir, synonyme dans l'imagination collectif de contrebande, mais également de drogue et d'émigration.»

34 Driss Basri, l'ancien puissant ministre de l'intérieur de Hassan II, avait longuement expliqué les 'vertus' de la politique sécuritaire de l'état marocain dans sa thèse: *L'agent d'autorité*, Rabat, Publications de l'Université Mohammed V, coll. de la Faculté des sciences juridiques, économiques et sociales, préface de Michel Rousset, 1975, 180 p.

35 Des expériences menées partout dans le monde ont montré l'importance du centre-ville dans le rayonnement de la ville, voir, entre autres, Lloyd Rodwin, *Nations et cités. Comparaison entre les stratégies appliquées dans divers pays pour maîtriser la croissance urbaine*, Paris, Denoël, traduction de l'américain par Paul Alexandre, préface de Jérôme Monod, 1970, chapitre 7: 'Comment sauver le centre des villes: l'expérience des Etats-Unis', p. 258-315.

est stagnante comme Chefchouen ou Asilah qui vivent du tourisme saisonnier); la ville nouvelle a perdu son image moderne attrayante et s'est vue déclassée au profit des quartiers résidentiels plus ou moins éloignés et fermés à la circulation des citoyens (zones urbaines réservés aux riches commerçants ou complexes touristiques fermés aux citoyens); les banlieues ou les environnements de la ville ont juxtaposé des quartiers spontanés et sous-équipés³⁶. De sorte que, partout au Nord du Maroc, «l'hétérogénéité, comme l'a, à juste titre, souligné un géographe à propos de Tétouan au milieu des années quatre-vingt, est le principal caractère du paysage urbain de la ville»³⁷.

c) Sans modèle urbain intégrateur³⁸, sans infrastructures appropriées (réseau d'assainissement non adapté au développement urbain, réseau non satisfaisant de transports publics, etc.), touristiques (faiblesse du réseau hôtelier, manque de guides agréés de parcours montagneux et littoraux, etc.) et socioculturelles adéquates (rareté des lieux de culture, budget insignifiant accordé aux manifestations culturelles et artistiques, etc.), la ville du Nord n'a plus vraiment ce visage spécifique et reconnaissable à l'échelle nationale et internationale.

Il va de soi que ce *mal urbain* n'est pas propre à la cité du Nord du Maroc, ni inhérent uniquement aux villes marocaines ou maghrébines³⁹: toutes les villes du monde, anciennes et modernes, attirent la masse des pauvres émigrants qui désorientent les politiques urbaines les plus ambitieuses⁴⁰. Mais il n'en demeure pas moins vrai que c'est un fléau qui cause plus de dégâts aux pays émergents comme ceux du Maghreb.

Pour arrêter l'apoplexie du centre, la ruée des déshérités vers les grandes et moyennes villes et l'anémie des extrémités, il faut une stratégie urbaine nationale et régionale globale. Cette stratégie ambitieuse, qui ne peut être que celle du long terme, est appelée au Nord du Maroc avant tout à

- (i) promouvoir le développement de l'arrière-pays rifain,
- (ii) mettre en valeur les petites villes qui ont longtemps joué le rôle des villes intermédiaires entre la campagne et les grands centres urbains de la région,
- (iii) donner plus d'autonomie administrative à la région pour qu'elle puisse tirer profit de sa position méditerranéenne géostratégique,
- (iv) appliquer un modèle de croissance urbaine dans les villes moyennes qui soit à la fois intégrateur et respectueux de la spécificité de la région.

Pour finir cet exposé avec une note d'optimisme, ajoutons que certaines villes moyennes du Nord du Maroc comme Tanger et Tétouan ou petites comme Martil ou Fnidek, ont connu, ces dernières années, des tentatives louables d'aménagement et de remise à niveau (restauration du patrimoine historique de la médina et de la ville nouvelle, intégration de quartiers pauvres, création de zones vertes, modernisation du réseau d'assainis-

36 Sur le problème de la croissance incontrôlée des villes au Maroc, voir Hassan Awad, 'Morocco's expanding towns', *The Geographical Journal*, London, vol. 130, March 1964, p. 49-64.

37 Mohamed Abdellaoui, *La médina de Tétouan et son évolution récente. Étude de géographie urbaine*, Université de Tours, Thèse de 3^{ème} cycle sous la direction de J.-F. Troin, 1986, Lille, Atelier national de reproduction des thèses, p. 31.

38 Cf. J.-F. Troin, 'Les villes du Monde arabe: à la recherche d'un modèle', *Bulletin de la Société de Géographie de Liège*, n° 26, 1990, p. 53-62.

39 Voir Amor, 'Les villes intermédiaires en Tunisie. Place et dynamisme', *Cahiers de la Méditerranée*, 1995, p. 81-103.

40 Cf. L. Rodwin, *Nations et cités. op. cit.*, chapitre I: 'Les options possibles pour la croissance des cités', p. 19-32.

sement et du réseau routier, création d'espaces publics, etc.). Ce n'est certes qu'un début. Mais c'est déjà la preuve que l'état marocain, consciente aujourd'hui plus que jamais de la gravité du problème urbain (analphabétisme, misère, terrorisme, etc.), peut agir efficacement dans cette région sensible de l'espace euroméditerranéen. S'il parvient à garder cette nouvelle volonté, il peut, non seulement corriger les erreurs du passé, mais aussi gagner les défis urbains de l'avenir.





1954, un faux départ du pan-arabisme au Caire? – l'Égypte vue par la diplomatie portugaise

Maciel Santos*

P 45-57

Après la I Guerre Mondiale, la rivalité pour la concession et l'exploitation des gisements pétroliers du Moyen Orient a eu comme principaux acteurs les compagnies anglaises et nord-américaines. Le remplacement des capitaux allemands de la Deutsche Bank par les français et le poids variable des privés, non directement soutenus par des gouvernements (Gulbenkian, Shell), n'avait pas posé d'obstacles sérieux aux accords anglo-américains de 1928.¹

Après 1945, au cadre déjà instable en fonction des gisements découverts (beaucoup d'entre eux exploités par des nouveaux venus, soit à l'intérieur soit en dehors de la *Red Line* de 1928) s'est ajoutée la menace du retour des Russes. Comme producteurs pétroliers, les Russes avaient pesé fort sur le marché, mais leur production avait reculé dans les années 1920. Maintenant, ils présentaient à nouveau leurs prétentions sur le Proche Orient, comme dans les pires cauchemars de l'impérialisme édouardien. Depuis les découvertes des gisements saoudiens, la région concentrait les plus grands gisements du monde. Les profits des compagnies anglaises et américaines en dépendaient de plus en plus et, bien sûr, l'influence des enjeux pétroliers sur les respectifs gouvernements pesait lourdement sur la diplomatie anglaise et nord-américaine.

En juillet 1952, quand la monarchie égyptienne fut remplacée par un Conseil Militaire (le coup des «Officiers libres»), la Grande Bretagne était la puissance coloniale dominante au Moyen Orient. Les britanniques contrôlaient encore la production pétrolière de la région: étant majoritaires à l'I.P.C.² et à la plupart des concessions persanes avec des capitaux publics et privés³, ils possédaient aussi la plupart des pipelines et des lignes de communication, dont le Canal de Suez. Par le canal transitait presque 2/3 du pétrole consommé par les pays européens, ce qui rendait cette zone vitale pour le gouvernement anglais, indépendamment de la perte de son Empire des Indes (1947). La défense militaire de la région était donc sa tâche, beaucoup plus qu'américaine.

* CEAUP

1 Pour un aperçu de ces rivalités, NOUSCHI, André – *Luttes pétrolières au proche-orient*. Flammarion, 1970.

2 Les agréments de 31 juillet 1928 fixaient les participations à l'IPC (ex-Turkish Petroleum Company, maintenant Irak Petroleum Company) de la façon suivante: Anglo Persian (BP) 23,75%; Royal Dutch Shell 23,75%; Compagnie Française des Pétroles 23,75%; Near East D.C. (rassemblement de compagnies américaines, dont la Standard Oil avait 50%) 23,75%; Gulbenkian 5%

3 Dès 1914 la BP (ex-Anglo Iranian) a 51% de capitaux de l'Etat britannique. LAURENT, Eric – *A Face Oculta do Petróleo*. Circulo de Leitores, 2006: 45

En Egypte, les britanniques y étaient avant la diplomatie pétrolière. Depuis 1882 ils avaient établi des bases militaires et un rapport de protectorat sur le khedive. Les pressions du nationalisme local et le besoin de stabiliser leurs positions dans la région avaient souplement transformé ce protectorat en deux accords tutélaires (1922 et 1936).

Le nouveau régime égyptien issue du coup de 1952 fit de la révision de cette situation ambiguë son objectif politique prioritaire et demanda le retrait britannique de la zone du Canal⁴. Un accord ne serait achevé qu'en 1954.

Pendant ce temps l'indéfinition égyptienne fut grande. À l'intérieur, les militaires issus de la petite et moyenne bourgeoisie avaient débuté une réforme agraire et une politique de grands investissements publics, sans en avoir les moyens pour cette dernière. En politique externe, les doutes se concentraient sur les possibles appuis du nouveau régime: avec qui pouvaient les «officiers libres» compter pour affronter les Britanniques dans un vrai processus de décolonisation? Plusieurs stratégies ont été essayées pour mieux consolider la position négociable égyptienne auprès des Britanniques. Le panarabisme, le tiers-mondisme et l'anti-colonialisme ont, à des degrés différents, fait partie de l'arsenal idéologique dans l'effort d'acquiescer le soutien des pays - arabes, africains et surtout les asiatiques - en voie de décolonisation. Cependant, au Caire les militaires savaient qu'ils étaient aussi convoités: la chute de l'influence anglaise, militaire et politique en général créerait un vacuum que plusieurs diplomaties concurrentes, dont la soviétique, voudrait certainement remplir.

En ce temps là, le Portugal était une des puissances coloniales moins disposées au compromis. Dans un monde devenu de plus en plus hostile aux empires coloniaux et face à la nouvelle politique égyptienne, sa Légation en Egypte aurait beaucoup à rapporter depuis 1952. En jugeant par l'attention prêtée aux affaires égyptiennes par la diplomatie portugaise au Caire et dans les autres capitales de la région, l'évolution des «officiers libres» fut suivi par Lisbonne bien au-delà de ce qu'on pourrait s'attendre en considérant le faible rôle de l'Egypte dans la traditionnelle géopolitique des intérêts portugais.

Les points suivants se centrent exclusivement dans l'année clé de 1954: l'année dans laquelle la situation intérieure se clarifia parmi les militaires (chute de Naguib) et dans laquelle fut signé le dernier accord anglo-égyptien sur le Canal.

1. Au début, avantage anglais

Entre 1952 et 1954, l'indéfinition d'un pouvoir au sein du Conseil de la Révolution égyptienne ne pouvait que favoriser les intérêts anglais dans les négociations en cours.

La volonté britannique de maintenir le *statu quo* en ce qui concernait le Canal et les bases militaires se justifiait mieux avec le prétexte d'assurer l'ordre. En mars 1954 cela se voit dans les déclarations du Foreign Office: "*in the present conditions, which are due to their failure to take the necessary steps to maintain order, a resumption of discussions on the future of the Canal Zone Base is not possible*". Selon le premier ministre A. Eden, le gou-

⁴ En Novembre 1952, Nasser (dont les anglais ne soupçonnaient pas encore le rôle futur) montrait, bien que réthoriquement, à quel point il s'agissait d'une priorité: «*Nous pouvons être raisonnables mais les Anglais font des promesses de partir depuis 70 ans et ils ne l'ont jamais fait. . . Si on échoue, nous, les chefs de la Révolution, suivis par tout le peuple, nous nous élancerons à l'assaut. Il ne s'agira pas d'une guerre conventionnelle mais d'une marche à mort, une guérilla de grenades lancées de nuit, de soldats égorés au hasard dans les rues. . . Dans le pire des cas le combat de Samson dans la Bible: les colonnes du temple écraseront à la fois nos têtes et celles de nos ennemis*». DAUMAL, J; LEROY M Gamal Abd-el-Nasser. Pato, Paisagem, 1971: 89-90

vernement du Caire avait plusieurs fois demandé à Londres de lui faire confiance mais il fallait le prouver: «*to show by their actions that they are prepared to create the necessary conditions for such confidence*»⁵

La légation portugaise au Caire avait la même perception: l'Angleterre ne bouge pas et «*préfère voir si les militaires se tiennent unis, s'ils dominent les communistes et maintiennent l'ordre public.*»⁶

Il y avait même des indicateurs montrant que ces prétextes pourraient servir aux anglais pour monter une intervention armée. Ce serait en tout point semblable à celle de 1882 ; en s'appuyant sur les divisions internes, on en finirait avec le nouveau régime. Le 25 Février, la première chute de Naguib, considéré à l'époque le chef militaire le plus fiable par le Foreign Office, l'aurait presque accompli:

«En effet, avec ou sans fondement, cette crainte a été manifestée, sincèrement ou comme manœuvre politique, par le général Neguib en annonçant que, le 26 février les forces britanniques se seraient rendues à 40 kilomètres du Caire, dans la disposition de se lancer dans la capitale égyptienne au cas où les divergences ne se seraient pas dissipées. Le démenti de l'Ambassade britannique, expliquant le mouvement militaire «dans le cadre des manœuvres de routine et n'ayant pas traversé la ligne ERSKINNE» est ici décrit comme ayant beaucoup marqué l'opinion publique.»

Bien que rapporté de Rome, poste auquel arrivaient facilement à la légation portugaise des échos de l'anglophobie italienne, c'est certain qu'entre février (démission et retour de Naguib à la présidence de la République) et Avril (nomination de Nasser comme chef du gouvernement), les militaires n'avaient pas de conditions pour faire pression sur les anglais. Ce serait plutôt le contraire⁸.

Début Avril, après de nouvelles journées d'agitation populaire – cette fois perçues avec beaucoup plus d'inquiétude par la légation portugaise⁹ -, le triomphe des officiers attachés à Nasser devenait plus proche. Un indicateur fiable: selon les rapports de Sèves à Lisbonne, malgré les bons rapports entretenus entre l'ambassadeur Caffery et Neguib, les américains commençaient à «*appuyer Nasser*». Le 19, Naguib fut obligé de nommer un nouveau gouvernement totalement composé d'officiers nasséristes. Les Etats-Unis pressionnèrent alors le gouvernement anglais à avancer dans les négociations, ce qui n'arriverait qu'en juin. Le 26, Sèves rapporta une conversation avec l'ambassadeur américain: «*ayant l'Egypte accepté de considérer qu'une menace contre la Turquie serait un motif valable pour le retour des force anglaises au Canal, on croit qu'un accord sera possible*»¹⁰. Les grandes lignes de l'accord pour le retrait anglais furent enfin acceptées par Londres. Le traité d'évacuation ne serait signé que le 19 octobre. L'impression finale était qu'il n'y avait pas mal de concessions égyptiennes, mais qu'ils n'auraient pas eu d'alternative.

5 Arquivo Histórico Diplomático - Ministério dos Negócios Estrangeiros (AHD-MNE), A. 1. M. 477, Embaixada de Portugal em Londres, 25/3/1954.

6 AHD-MNE, A. 1. M. 477, Legação de Portugal no Cairo, 8/4/1954.

7 AHD-MNE, A. 1. M. 477, Embaixada de Portugal em Roma, 9/3/1954. Toutes les citations de documents originels en portugais se publient traduites par l'auteur.

8 Encore à la fin de mars: «*S'il y a de graves altérations d'ordre public dans la lutte déclarée et déguisée entre les deux chefs politiques et militaires l'Angleterre peut occuper le Caire et désigner la composition du gouvernement égyptien.*» AHD-MNE, A. 1. M. 477, Legação Portuguesa no Cairo, 28/3/1954. En effet, cela s'était bien produit auparavant, notamment en 1941.

9 «*Ordre public maintenu: manifestations et grèves notamment caractère ouvrier avec des cadres communistes parfaitement organisés, ce qui constitue un nouvel aspect.*» AHD-MNE, A. 1. M. 477, Legação Portuguesa no Cairo, 30/3/1954.

10 AHD-MNE, A. 1. M. 477, Legação Portuguesa no Cairo, 26/6/1954.

Ajoutés à la faiblesse interne du pouvoir au Caire, deux autres facteurs jouaient à l'avantage britannique pendant les négociations de l'année 1954: a) le gage du Soudan et b) le coup d'État en Syrie.

- a) Le Soudan était depuis le temps de Muhammad Ali une sorte de province égyptienne. Réservoir d'esclaves, d'eau et zone tampon, il faisait partie du condominium anglo-égyptien depuis 1882. Comme tel, il avait fait l'objet d'une des plus chères expéditions militaires pour le récupérer, celle de Kitchener en 1899 contre les Mahdistes. Pour n'importe quel régime égyptien, le Soudan était un patrimoine à garder. Après le coup des officiers libres, l'administration anglaise avait ici un atout pour négocier, même après la signature d'un accord *ad hoc* en 1953.

En effet, les anglais faisaient entrer le Soudan dans le marchandage global. Le chantage se fait au fur et à mesure des besoins: le jour après la première chute de Naguib, «l'ambassade d'Angleterre pense qu'il sera utile de briser le Soudan». Séves rapporte que sans Naguib, jugé plus «modéré» que les nasséristes, il serait difficile d'atteindre «n'importe quel accord sur le Soudan». ¹¹

Le Soudan devenait une question dont l'évolution intéressait vivement Lisbonne, s'agissant d'un territoire apparemment à décoloniser.¹² En tant que tel, tout changement ne pourrait qu'être nuisible. Il n'y manquait même pas l'argument, si cher aux métropoles, du pouvoir colonial comme seul régulateur possible d'une société duale:

“Le Soudan, qui a toujours vécu déchiré par des barrières de foi et de race, maintient, après l'indépendance, cette séparation. Dans les régions du nord habitent les arabes musulmans ; dans celles du sud, les noirs païens et primitifs. (...) Les gens du nord ont toujours dominé celles du sud, considérées pendant longtemps comme un dépôt d'esclaves. Cette situation n'a bien fini que lorsque les anglais, en venant à bout des dervixes, se sont installés au Soudan. Les noirs du sud ont alors cessé d'être marchandés comme des pièces d'ivoire, des plumes d'autruche. Et la population, qui entre l'occupation égyptienne et la conquête anglaise est censée d'avoir perdu environ 1 million d'habitants, vendus ou assassinés, s'est montrée reconnaissante aux nouveaux maîtres. D'autant plus que ceux là ne demandaient rien et donnait tout. L'impérialisme britannique se montre au Soudan d'une façon négative, d'où découle l'idée qu'ils n'occupent ces territoires que pour empêcher que quelqu'un d'autre s'y établit. (...) À la reconnaissance des gens du sud, est venu s'ajouter une administration exemplaire avec des fonctionnaires britanniques de première classe. On comprend donc que si les fétichistes du sud sont loin de révérencier les anglais, ils apprécient, cependant, l'ordre imposé par ceux-là (...) ils craignent la fin de la période de trois années au bout duquel sortiront du Soudan les fonctionnaires de la reine Elisabeth, afin que l'administration soit remise à des soudanais sans culture et sous l'influence des égyptiens.”

¹¹ AHD-MNE, A. 1. M. 477, Legação Portuguesa no Cairo, 27/2/1954.

¹² “Il semble, en effet, qu'on a dès le début commis l'erreur de lier la question du canal au problème du Soudan, en regardant vers ce dernier plus avec les yeux de l'ambassadeur au Caire qu'avec ceux du gouverneur général à Khartoum. On a ainsi essayé de gagner la transigeance égyptienne sur la zone du Canal avec la transigeance britannique envers le Soudan – ce qui serait donner à la première question prévalence sur la deuxième.” AHD-MNE, A. 1. M. 477, Embaixada de Portugal em Londres, 25/3/1954.

Le 1 mars, les soupçons soudanais envers le Caire combinés avec manipulation anglaise, avaient produit une sorte de coup d'état. Voilà les faits et l'interprétation portugaise:

“Ce sont donc les hommes du sud du Soudan les grands opposants à l'attachement à l'Égypte, voulue par les soudanais du Nord. Ils n'ont pas pu les vaincre dans les dernières élections – ils n'en avaient pas les moyens – mais ils ont formé un soi-disant parti – l'Umma – dont le chef a combattu les britanniques mais qui leur est favorable aujourd'hui, M. El Mahdi. Dans le nouveau parlement, l'Umma appuiera le Projet du Soudan indépendant de l'Égypte et de l'Angleterre; il aura 23 députés en faveur contre 46 favorables à l'Égypte. Cette divergence entre les gens du nord et du sud a produit le coup du 1 du courant, dont l'objectif était de démontrer que, bien que l'Umma ne dispose pas de majorité à la Chambre, elle dispose de la force dans la rue. Et cela semble réussi. L'entrée triomphale de Neguib à Khartoum a fini par la fuite; le général ne reviendra pas de si tôt en Soudan. Le parlement, qui devrait s'ouvrir avec pompe, sera ouvert en cachette. Et qui connaît au détail la politique soudanaise voit percer, derrière l'écran des manifestations qui ont coûté une trentaine de vies, un peu du pouvoir britannique.”¹³

En novembre, après la chute définitive de Naguib, on pensait encore, au Conseil de la Révolution, de nommer un soudanais à la présidence pour tenir le fil aux tendances indépendantistes. Cependant le pari était perdu pour l'Égypte.¹⁴

- b) La position anglaise avait un autre atout pour mettre de la pression sur le Conseil de la Révolution au Caire: en Syrie, un nouveau coup d'État avait provoqué la chute de Chichakli et l'avènement d'un nouveau président, Atassi.

L'enjeu: pour protéger ses intérêts au Moyen Orient d'une éventuelle menace russe – qui venait d'avant 1914 -, l'Angleterre avait un vieux plan. Il s'agissait de l'alliance dite du Croissant Fertile, formée par les états en bordure septentrionale de la région: un arc d'Est en Ouest, allant du Pakistan à la Turquie. Pour l'achever, il fallait dans les années 1950 le concours d'au moins 4 gouvernements - ceux de Karachi, Bagdad, Damas et Ankara.

Le premier et le dernier ne posaient pas de problèmes, et jusqu'en 1958 la dynastie hachmite de l'Irak, totalement contrôlée par Londres, non plus. La Syrie était beaucoup plus difficile à maîtriser, surtout à cause du délicat équilibre entre ses différentes communautés. Dès Mars 1949, les coups d'État s'y succédaient. D'abord, celui de Zaim, général kurde, pro turc, favorable à une Grande Syrie, à la condition d'avoir un centre à Damas; il satisfaisait partiellement le projet anglais du Croissant Fertile. Son remplacement par le régime d'Hinaui sembla initialement une défaite anglaise; son réalignement était en cours quand Chichakli le remplaça. Celui-ci, totalement anti-irakien et jugé non récupérable par l'Angleterre, avait réussi à occuper le pouvoir par deux fois. En Février, peu avant la crise égyptienne de Naguib, Chichakli était définitivement écarté du pouvoir par le coup de Atassi. Avec celui-ci triomphait aussi le vieux parti de Alep contre Damas. Cela signifiait donc le retour à une politique

¹³ AHD- MNE, A. 1. M. 477, Legação de Portugal em Ankara, nota de 4/3/1954 (souligné non originelle)

¹⁴ AHD- MNE, A. 1. M. 477, Legação Portuguesa no Cairo, 14/11/1954.

d'approche pro turque, donc pro anglaise. D'Ankara, l'ambassadeur portugais n'avait pas de doutes sur les conséquences du nouveau putsch sur les affaires étrangères de la Syrie:

“C'est le triomphe du courant politique du Croissant Fertile. Avec Atassi, c'est la victoire du projet de l'union de la Syrie avec l'Irak, c'est à dire, la victoire de la politique anglaise.”

Pour certains de ces diplomates, il y avait un trait d'union entre ces trois évolutions favorables aux enjeux britanniques: les conflits parmi le Conseil de la Révolution égyptien, le coup de Khartoum et le coup de Damas.

“Il y a actuellement dans le Moyen Orient un état d'esprit qui conduit à tout attribuer –les bonnes et les mauvaises choses – aux anglais; ce point de vue peut, donc, conduire à des erreurs d'interprétation. Cependant, il y a dans la simultanéité des événements et dans la convergence des intérêts de telles coïncidences qu'on peut croire que la politique britannique – d'accord avec son système – a bien profité du temps pour mettre au jour un vieux projet: celui de la protection du Moyen Orient fondé dans l'approche entre la Jordanie, l'Irak, la Syrie et la Turquie. Ce bloc serait soutenu par les bases anglaises dans le Suez, soulagées par les divisions dans la politique égyptienne et par les positions des gens du Soudan.”¹⁵

Au printemps de 1954 tout va donc pour le mieux, semble croire l'ambassadeur anglais au Caire. Sèves rapporte que selon lui, la crise politique aboutirait à un gouvernement de confiance, presque wafdiste (Ali Maher), la consolidation de Naguib et l'affaiblissement du Conseil de la Révolution, réduit à un rôle plutôt consultatif. En plus, il «voit avec plaisir la formation d'un axe Turquie-Pakistan, la dispersion de la Ligue Arabe et l'importance croissante de l'Irak – élevé en fonction de son appartenance à cet axe – par rapport aux intérêts politiques égyptiens.»

2. Illusion optique sur le Caire

La consolidation des positions anglaises a eu tellement de poids sur la tactique politique des militaires égyptiens qu'on peut à peine s'étonner qu'une illusion optique se soit formée pendant quelques mois dans la diplomatie portugaise qui surveillait le Caire. Le coup de 1952 avait, évidemment, soulevé tout de suite des soupçons à la sensibilité conservatrice de Lisbonne. La rhétorique du Conseil de la Révolution des mois suivants, bien comme quelques signes d'une nouvelle politique en Afrique avait émis une forte lumière rouge pour toutes les puissances coloniales, mais surtout pour les moins disposées aux changements. En janvier 1954, selon le rapport de la légation portugaise à Bruxelles, la Belgique n'avait plus de doutes sur ce qu'il fallait faire:

“Celui-ci (le nouveau gouvernement égyptien) n'a pas encore dévoilé toute l'ampleur de ses ambitions africaines mais beaucoup d'officiels, en écho, ont montré quels

¹⁵ AHD-MNE, A. 1. M. 477, Legação Portuguesa em Ankara, 4/3/1954.

sont les sentiments dominants – il ya en un qui a même déclaré dans une réunion internationale à Dublin que la Belgique devrait être forcée à laisser le Congo, dont l'administration passerait aux égyptiens.

Le gouvernement belge croit probable que le Soudan se décide envers l'Indépendance pour éviter une grave crise entre le nord et le sud. Pour les puissances occidentales ce serait le moindre mal parce que l'Égypte serait écarté de l'Afrique Centrale (...) on m'a informé que des agents secrets belges y ont été envoyés avec instructions pour aider, autant que possible, les partisans de l'indépendance (du Soudan).¹⁶

De même avec la France. L'ambassade du Portugal à Paris envoya le mois suivant des coupures de presse dénonçant l'appui égyptien aux mouvements indépendantistes du Maghreb¹⁷

Donc, paradoxalement, tant le gouvernement belge comme - on le soupçonne - le français et le portugais aspiraient à ce que le Soudan devienne indépendant (même en apportant tous les dangers du mauvais exemple!) plutôt que rendu au Caire. Et pourtant ces soupçons seraient soudainement relâchés, faisant place à un excessif optimisme. Tout a commencé par une évidence: il n'était pas difficile à traduire le caractère instrumental de la rhétorique, tiers-mondiste et philo-soviétique, des militaires égyptiens. La militance anti-coloniale était en ce moment un moyen utile de défense pour affaiblir l'Angleterre, avec qui les négociations sur le Canal traînaient. En plus, l'insinuation d'une ouverture du Caire à l'influence soviétique affectait les EUA, dont les militaires égyptiens espéraient plus d'engagement pour contrecarrer le pouvoir britannique. L'anti-colonialisme pourrait bien n'être donc qu'un procédé de marchandage et les diplomates portugais, comme beaucoup d'autres, le soupçonnaient certainement:

«L'Égypte qui, comme toutes les pays du Moyen Orient, veut atteindre ses buts, a récemment adopté une politique qu'on peut résumer ainsi: si les E.U.A. l'aident à chasser les anglais du Canal de Suez, l'Occident pourra compter avec tout le soutien égyptien; au contraire, ils tomberont dans les bras de Russie; (...) les égyptiens disent maintenant qu'ils ne seront pas disponibles pour la moindre coopération avec les E.U.A. s'ils se refusent à les soutenir contre l'Angleterre.»¹⁸

Les faits semblaient s'accorder avec ce point de vue simple. Sûr de compter avec la si attendue poussée américaine envers les anglais et ayant acquis la certitude qu'un accord satisfaisant sur le Canal serait bientôt conclu, après l'été 1954 l'Égypte sembla rentrer dans le rang «occidental». La visite de Nasser à la Mecque, où il s'est entretenu avec le Premier Ministre du Pakistan, fut ainsi décrite:

«On peut évidemment espérer que de la visite du Col. Nasser à Karachi vienne non seulement le rapprochement des rapports entre les deux pays mais aussi, et comme conséquence, la preuve que l'Égypte sera disponible pour laisser tomber son atti-

¹⁶ AHD-MNE, A. 1, M. 477, Legação de Portugal em Bruxelas, nota confidencial de 9/1/1954.

¹⁷ AHD-MNE, A. 1, M. 477, João Pereira Bastos, Informação de serviço, 21/1/1954

¹⁸ AHD-MNE, A. 1, M. 477, Embaixada Portuguesa em Washington, 15/2/1954

tude neutraliste inspirée par l'Inde et la remplacer par une nette collaboration avec l'Occident.»¹⁹

Moins d'un mois après la visite de Nasser, il n'y avait même plus de doutes:

“(.) la déclaration prononcée au Caire, le 2, par le “Conseil de la Révolution” proclamant que l’Égypte est disponible pour un agrément avec l’Occident, a produit une vive satisfaction dans les milieux politiques de ce pays, et l’enthousiasme de la presse locale. (...) En effet, l’alignement de l’Égypte avec l’Occident et le refus formel des principes “neutralistes” que la diplomatie indienne s’est tellement fatigué à faire passer au Gouvernement égyptien, contribuera certainement à une approche plus solide avec les états musulmans, spécialement entre l’Égypte et le Pakistan, les deux leaders du monde islamique, puisque leurs politiques internationales sont d’ores et déjà dominées par les mêmes bases”²⁰

On sait que pour Lisbonne l'alliance pakistanaise, au dépit de l'Union Indienne, était au moins aussi rassurante que pour l'Angleterre. Pour les anglais, cela pourrait signifier un possible pliement au futur Pacte de Bagdad, clef de leur politique pour la région. Pour les portugais, cela ne pouvait qu'affaiblir l'audience externe de New Delhi et donc de la campagne indienne contre la possession portugaise de Goa. En effet, bien plus que les colonies d'Afrique, c'est Goa qui est au centre des craintes de Lisbonne et celle qui est à l'époque considérée comme la colonie la plus menacée.

Emporté, le représentant portugais au Caire a même pu alimenter l'idée un peu bizarre d'offrir la médiation de Lisbonne pour ouvrir l'Amérique Latine (!) à la diplomatie égyptienne, en guise des dédommagements éventuellement subies par son changement de cap.

Je pourrais, pour le dévier de l'influence du Premier Ministre indien, donner à l'Égypte (qui n'a pas encore réussi à obtenir l'adhésion sans réserve des autres états arabes à sa politique étrangère) le sentiment qu'il n'est pas isolé devant les grands pouvoirs atlantiques dont les ressources économiques il a besoin, tout en développant ses sympathies envers l'Amérique Latine et profitant pour cela de la visite du Secrétaire Générale de la Ligue Arabe au Brésil, Chile et Argentine (...)²¹

L'illusion optimiste dominait à un tel degré la vision portugaise que sa Légation a pu reporter une véritable inversion de sens politique entre Naguib et Nasser. Jusqu'alors, Naguib était l'officier favori des chancelleries de l'Ouest²². Après les tests réussis de Nasser comme diplomate rassurant, les rôles semblaient changés:

«Dans le discours du général Naguib sont encore présentes les références aux buts anti-impérialistes, islamiques, africains et asiatiques, développées en tant que lan-

19 AHD-MNE, A. 1. M. 477, Legação de Portugal em Karachi, 12/8/1954

20 AHD-MNE, A. 1. M. 477, Legação de Portugal em Karachi, 6/9/1954

21 AHD-MNE, A. 1. M. 477, Legação de Portugal no Cairo, 14/9/1954

22 “Il ya quelques mois, quand Naguib a pris le pouvoir, les réactions du Foreign Office étaient franchement optimistes: le fameux caudillo était pris en compte d'honnête homme et habilité à donner à son pays un Gouvernement raisonnable.” AHD-MNE, A. 1. M. 477, Legação de Portugal AHD-MNE, A. 1. M. 477, Embaixada de Portugal em Londres, 25/3/1954

gagne politique par le parti Wafdiste. Le Président de la République cherche encore à exalter le monde arabe et l'Islam «dé l'Océan Atlantique jusqu'à l'Asie du Sud» et «de l'Europe Centrale jusqu'à l'Afrique du Sud».

*Le Président du Gouvernement, Lt. Col. A. Nasser, au contraire, n'a voulu parler de rien qui puisse nuire les bons résultats des négociations anglo-égyptiennes en cours. En ouvrant une nouvelle littérature politique au Caire, il a préféré, sans aucune référence aux vieilles formules, parler juste ce qu'il juge améliorer dans la vie de l'Égypte et le bilan des achèvements et réussites déjà conquis»*²³

Ce remplacement de rôles s'accordait avec les réactions populaires sur l'accord final du Canal, attribué à Nasser. En conséquence, lui (qui venait d'échapper à un attentat) aurait une chute de popularité relativement à Nagib:

«A cause de la rivalité avec le Président du Gouvernement, le Président de la République semble s'opposer au nouvel accord avec la Grande-Bretagne et on lui a donné le conseil de ne pas se assister au match de football pour éviter une manifestation populaire qui lui serait favorable et défavorable au Président du Gouvernement.»

On peut en tout cas dire que ces erreurs d'analyse étaient partagées avec le *Foreign Office*. Eden, qui quelques mois plus tard affirmerait souvent sur Nasser que *«he has to go»*, (en utilisant le verbe dans tous ses possibles sens), lui envoya lors de l'attentat raté d'Octobre un télégramme de *«félicitations chaleureuses»*.²⁴

Plusieurs facteurs expliquent pourquoi l'état de grâce de Nasser chez la diplomatie NATO ne pourrait pas s'allonger. Son alignement sur la politique anglo-américaine, payante sur l'affaire du Canal, aurait forcément un coût ailleurs. Les dégâts subies par le leadership diplomatique égyptienne sur le monde arabe étaient déjà visibles dans l'hiver 1954-55. Séves rapporte:

*«Hier j'ai vu l'ambassadeur syrien. Il a démenti l'existence d'un accord syrio-égyptien contre l'Irak ; il m'a dit que les présentes conversations Syrie-Irak ne pourront qu'atténuer l'inévitable défaite politique du Caire et considère ce Gouvernement... trop prétentieux. L'Égypte a perdu le commandement arabe sans être remplacé par l'Irak, la Ligue Arabe survit mais les Anglais ont conquis du terrain.»*²⁵

Ce serait ainsi une question de temps pour que Nasser reprenne la route égarée. En effet, le panarabisme était une orientation vitale pour le nouveau régime, la seule à rendre des dividendes politiques tant à l'intérieur comme au dehors. C'était consensuel parmi tous les militaires et Naguib ne pensait pas autrement.²⁶ Le contraire signifierait perdre

²³ AHD-MNE, A. 1. M. 477, Legação de Portugal no Cairo, 23/7/1954

²⁴ AHD-MNE, A. 1. M. 477, Legação de Portugal no Cairo, 28/10/1954

²⁵ AHD-MNE, A. 1. M. 477, Legação de Portugal no Cairo, 18/3/1955.

²⁶ Déjà en février 1954 – avant sa première démission – Naguib avait déclaré à un membre du Parlement britannique que *“l'Égypte considérait que la célébration d'un pacte militaire entre le Pakistan et les États Unis représentait un acte d'hostilité envers les pays arabes”*. On peut associer cette déclaration avec une autre du Général Naguib, dans laquelle il est dit que *“l'Égypte est décidée à ne pas permettre qu'aucun des pays arabes tombe sous la domination étrangère en conséquence d'intrigues ou complots provoqués par les agents de l'impérialisme”* et avec la résolution unanime du Conseil Politique de la Ligue Arabe de *s'opposer à l'entrée de l'un de ses membres en des nouveaux compromis de caractère politique* (...). On remarquera aussi que la résolution du Conseil Politique de la Ligue Arabe et les déclarations du Général Naguib ne sont devenues publiques qu'après être connue la tentative américaine de revitaliser la MEDO avec la Turquie, l'Irak et le Pakistan comme membres fondateurs.” AHD-MNE, A. 1. M. 477, Legação de Portugal no Cairo, 4/2/1954

toute possibilité d'élargir (et même de maintenir) l'influence égyptienne sur le monde arabe, sa meilleure protection envers «l'impérialisme». En plus, la récompense de cet isolement ne serait pas payante: s'exposer à nouveau aux pressions anglaises et devenir rétrogradé en deuxième rang derrière les bons élèves *non arabes* de la MEDO, la Turquie et le Pakistan.

Donc, la route était claire et passait en dehors de la MEDO. En plus, pour le Caire, non seulement il serait impossible d'y entrer mais il fallait aussi empêcher n'importe quel autre état arabe de le faire. Les efforts –officiels et radiophoniques - pour gagner les masses et pressioneer les élites de l'Irak et de la Jordanie montrent bien l'enjeu²⁷.

La dégradation des rapports avec Israël et le coup de Février 1955 ont basculé d'une fois par toutes, les nombreuses petites hésitations qui pouvaient subsister au Caire.

3 – Une perception fondée: les contradictions impérialistes

Parallèlement à une erreur de jugement si grossière pendant quelques mois, il est intéressant que la diplomatie de Lisbonne ait pu se rendre compte d'un facteur politique de première grandeur, quoique caché: la volonté d'autres puissances occidentales, les américains notamment, à reprendre le rôle privilégié de l'Angleterre dans la région.

Les évidences rapportées par plusieurs légations sont nombreuses. Ainsi, la crise de février est vue comme favorable aux anglais, *pas aux américains*:

*Crise politique Egypte accompagnée crise politique générale pays arabes favorable à la politique anglaise. L'Amérique n'a même pas pu soutenir le roi ni le Président de la République.*²⁸

De même, l'intransigeance anglaise sur le canal est expliquée de la façon suivante:

*«Il y a longtemps j'ai l'impression que le vrai but de l'action de l'ambassadeur de l'Angleterre c'est d'empêcher par tous les moyens n'importe quel accord du Canal Suez ou un pacte défensif au Proche Orient impliquant la participation contractuelle des États arabes et que c'est là l'un des aspects de l'affrontement anglo-américain pour l'hégémonie de la Méditerranée.»*²⁹

Ce qui expliquerait aussi que:

*“(l'ambassadeur américain) m'a déclaré catégoriquement qu'il est sensible à l'influence de la politique indienne à Londres plus qu'à l'anglaise en Inde. Considérant grave la chute du prestige anglais, il m'a semblé disponible à favoriser un accord raisonnable entre le Caire et Londres, mais sans cacher qu'il serait le négociateur.”*³⁰

²⁷ Sur le pouvoir radiophonique du Caire et de l'émission “Voix des arabes”, DAWISHA, Adeed – *Arab Nationalism – from Triumph to Despair*. Princeton University Press, 2003, pp.147-150.

²⁸ AHD-MNE, A. 1. M. 477, Legação de Portugal no Cairo, 27/2/1954

²⁹ AHD-MNE, A. 1. M. 477, Legação de Portugal no Cairo, 15/3/1954

³⁰ AHD-MNE, A. 1. M. 477, Legação de Portugal no Cairo, 26/6/1954

L'analyse des contradictions mineures de l'impérialisme occidental continue avec l'examen des candidats à brillant second. Voilà le jugement sur les prétentions italiennes:

(..) les commentaires de la presse italienne se caractérisent, en général, par une évidente mauvaise humeur envers la complexité de la politique britannique dans la Méditerranée, où elle continue à jouer le rôle d'élément désintégré et d'intrigue, en déployant une activité aujourd'hui totalement inadaptée aux moyens dont elle dispose et en mettant en danger tout le système défensif occidental.

On pose en évidence la trahison aux intérêts de l'Occident qui est le fait que trois divisions anglaises soient campées en Egypte, non pour protéger la ligne stratégique du Canal, opération qui se fera en Irak (..), mais pour la simple protection des intérêts britanniques dans la région (..)

Je ne cacherai pas à Votre Excellence que, en plus de l'inconditionnel soutien offert par ce pays aux politiques américaines et de l'excessif soin avec lequel on réagit ici à chaque affirmation de nouveaux postulats essentiels à la défense de l'Occident, j'ai l'impression de voir dans ces commentaires le réflexe de la notoire ambition italienne d'exercer, sous l'hégémonie des E.U., un rôle de premier plan dans la politique du Moyen Orient.³¹

4 - Vu de Lisbonne: le vrai péril, l'Islam ou l'arabisme?

Il est évidemment impossible de caractériser la pensée stratégique du gouvernement colonial de Lisbonne face à l'islam à partir d'un échantillon si conjoncturel de rapports diplomatiques comme ceux de 1954.

Le Portugal avait des territoires en Afrique (Guinée, Mozambique) et en Inde (Damão, Diu) où, depuis l'occupation, une dense population musulmane avait obligé le pouvoir colonial à des attitudes pragmatiques et variables avec la corrélation de forces. Il suffit de penser à la façon dont l'administration militaire de Guinée, par exemple, avait su coopter les élites peuls dans la conquête de l'ensemble de l'hinterland. Au «Ministério do Ultramar», l'apport de la situation spécifique à chacun de ces terrains serait certainement plus important que les renseignements des postes diplomatiques lointains et, très probablement, faillibles. Cependant, il y a avait le sens qu'un nouveau islam politique était en train de produire des effets en Afrique. L'attention portée à la révolution égyptienne en était dérivée.

Au début, le rapport de l'islam avec la révolution égyptienne n'est pas évident. Ensuite, le sens politique du message religieux s'est dévoilé dans les craintes de Lisbonne (et de Bruxelles) - tout de suite suspect parce qu'attaché à la contestation de l'ordre colonial:

Le Ministre (belge) des Colonies m'a dit hier qu'il est vraiment inquiet avec la situation en Afrique parce, parallèlement à la dangereuse situation dans la région orientale, est venu s'ajouter le délicat problème des violentes aspirations musulmanes qui prétendent élargir l'influence politique jusqu'au centre du continent. L'université de Al-Azhar est la lumière d'où jaillit et d'où est diffusée cette pensée d'hégémonie qui constitue aujourd'hui l'essence spirituelle du Gouvernement égyptien.³²

³¹ AHD-MNE, A. 1. M. 477, Legação de Portugal em Roma, 3/3/1954

³² AHD-MNE, A. 1. M. 477, Legação de Portugal em Bruxelas, 9/1/1954

Début 1956, une information du Ministère des Affaires Étrangères à Lisbonne donnait à la méfiance envers la diplomatie religieuse une dimension géopolitique plus élargie:

*Il ne semble pas, en tout cas, que cet aspect soit l'essentiel, mais (...) la formation d'une vive conscience islamique, en faisant reculer l'occident, et qui s'en approcherait territorialement, sans solution de continuité. Comme mouvement religieux, l'élan est brisé depuis longtemps, ce n'est pas probable qu'il reprenne sa marche offensive. Mais l'évolution des événements a mis de nouveau en marche la puissance islamique face à l'Europe, en Afrique et aux portes de Gibraltar. Suffirait-elle la politique de faire amitié avec ces nouveaux États?*³³

Ce reliquat des croisades est d'autant plus surprenant si on tient compte du fait que la crainte initiale sur le nouveau régime se centrait sur son penchant prosoviétique et que l'islam était l'antidote traditionnel des britanniques pour le «containment» dans la région. En Egypte, d'ailleurs, les évidences du conflit entre les militaires et les Frères Musulmans, qui avaient organisé l'attentat contre Nasser, rendaient vraiment improbable l'association du nouveau régime égyptien à l'islam militant.

Et pourtant, les soupçons sur l'islam en tant que base d'une attitude «antioccidentale» étaient si présents qu'on n'hésitait pas à les relier directement à Moscou. Un rapport de la Turquie en faisait le bilan de cette «menace» dans le Proche Orient:

*Récemment un diplomate d'un état arabe m'a parlé du développement que les Frères Musulmans ont en Syrie – aujourd'hui considérée le centre le plus important de l'organisation, – en disant que son pouvoir s'étend jusqu'à l'Iran. Il m'a raconté, avec un étonnement mêlé de crainte, comment leur activité se déploie et comme ils sont minés par la propagande russe. Selon lui, seulement une petite minorité a de la conscience (politique)... La grande masse n'agit que parce qu'on lui présente les questions sous forme religieuse. C'est d'elle que les agents soviétiques veulent s'emparer (...) Ce sont eux qui conduisent aujourd'hui en Syrie le mouvement contre les propriétaires ruraux, menant le Gouvernement de Damas au projet de distribution des terres. Ce sont encore eux qui ont soutenu l'élection du chef communiste Bekdache - qui tout récemment était en clandestinité au service du Kominform – et l'ont porté au Parlement. Ce sont enfin eux qui, dans une société primitive comme celle de Jordanie, provoquent des aspirations qui ont produit une représentation communiste au Parlement.*³⁴

Le trait commun à dégager de ces jugements diplomatiques reste familier, un demi-siècle après. L'avis sur l'islam réside dans sa dimension fonctionnelle: que peut Lisbonne d'attendre à lui ? Il aura donc une charge positive ou négative suivant ses effets: bon quand il sert à détourner les nouveaux états du tiers-mondisme³⁵, mauvais quand il se dirige

³³ AHD-MNE, PAA, M.8, Processo 950, 43, ano de 1956

³⁴ AHD-MNE, A. 1. M. 477, Legação de Portugal em Ankara, 22/11/1954

³⁵ Comme le montre bien la description de «la bonne» rencontre entre Nasser et Gulam Mohamed, premier ministre du Pakistan: «à la Mecque», qui «même par son signifié religieux, convenait merveilleusement aux objectifs désirés.» AHD-MNE, A. 1. M. 477, Legação de Portugal em Karachi, 12/8/1954.

envers l'Occident³⁶ ou qu'il affaiblit ses alliés, même arabes.³⁷ En pleine vague du panarabisme, la diplomatie portugaise irait jusqu'à faire la réhabilitation de l'islam «pure» des arabes (pas de celui des turcs, politique), source de sa faiblesse d'antan.³⁸

En 1954, il n'en faudrait pas beaucoup pour que le ton général des rapports sur le Caire changeant. Le virage de Nasser, Bandung et la crise du Suez feraient revenir les premiers cauchemars anticoloniaux de Lisbonne au premier plan. L'analyse instrumentale de l'Islam poursuivrait son chemin dans l'Afrique portugaise, de la Guinée au Mozambique.

36 Un grand sac les contient tous dans ce télégramme: "Attentat contre le Président du Conseil égyptien pendant sa visite officielle à Alexandrie(...) représentant action combinée communistes (et) "Frères Musulmans" (et) indiens (et) éléments anciens partis politiques.. associés contre aucune possibilité stabilisation politique et soutien Occident".. AHD-MNE, A. 1. M. 477, Legação de Portugal, 28/10/1954

37 "L'Ambassade des E.U.A. a une particulière considération le Président de la République, mais commence à comprendre que l'esprit islamique, sans fondement national, seulement avec un sens de solidarité religieuse et tribale, est politiquement plutôt destructeur que constructeur et on peut considérer les États arabes comme des simples réalisations géographiques, stratégiques et économiques instrumentales pour la défense du Proche Orient.." AHD-MNE, A. 1. M. 477, Legação de Portugal no Cairo, 5/3/1954. 4

38 "Dans le monde arabe, le Khalifat a toujours eu plus d'importance que le Sultanat; en Turquie, la dimension politique a toujours prévalu sur la religieuse; dans le monde musulman "pur", arabe, ... la politique est au service du religieux. Ce qui a fait la grandeur ottomane et a permis aux Turcs la création d'un grand empire dans lequel d'Egypte, la Syrie, l'Irak et la Jordanie n'étaient que des simples provinces et ce qui permet à la Turquie moderne d'être devenu un État, c'est justement ce qui la sépare du monde arabe...". AHD-MNE, A. 1. M. 477, Legação de Portugal no Cairo, 19/11/1954



An unfinished process: the Western Sahara as a *post-scriptum* of the colonial period

Rui Alexandre Novais*

I'm grateful to the Fundação da Ciência e Tecnologia for the fellowship that enabled me to conduct this research on the Western Sahara.

p 59-66

“A civilization that proves incapable of solving the problems it creates is a decadent civilization. A civilization that chooses to close its eyes to its most crucial problems is a stricken civilization. A civilization that uses its principles for trickery and deceit is a dying civilization (...)The colonialists may kill (...), torture (...), imprison (...), crack down (...). Henceforth the colonised know that they have an advantage over them. They know that their temporary ‘masters’ are lying. And therefore that their masters are weak.”

(Aimé Césaire, 1972)

Post-colonialism presented expectations and opportunities for the independence and self-determination of colonies in Africa and elsewhere. In the process, though, it also gave rise to some persistent territorial and resource disputes which were to survive the Cold War debacle. To quote the 1998 report on ‘The Causes of Conflict and the Promotion of Durable Peace and Sustainable Development in Africa’ by the UN Secretary-General, Kofi Annan, “decolonization created military stalemates and left security vacuums”. While it is true that post-colonial Africa has experienced many clashes, few of those intra- or interstate conflicts which have emerged from the decolonisation process, or the lack thereof, have resulted in the creation of a state-in-waiting. That was the case of the Sahrawi conflict.

The contemporary roots of the Western Sahara’s dispute date back to the early 1970’s when the Polisario Front (Frente Popular para la Liberación de Sanguía el Hamra y Río de Oro), a representative movement of the different Sahrawi nationalist militant organisations was created on 10 May 1973. By then, the armed resistance movement started their

* Researcher at CETAC.MEDIA (Universidade do Porto), Europe at World Centre (University of Liverpool) and IPRI (Universidade Nova - Lisboa)

guerrilla attacks against the Spanish colonizer. This circumstance, alongside the pressure exerted by the UN on Spain to go ahead and speed up the decolonization process, led the dictator Franco to promise in 1974 a referendum on the territory's final status by the end of following year. To that end, a preliminary census was even undertaken in the Western Sahara.

The decolonization of the former Spanish territory, however, was neither a typical nor pacific process. Instead, it was marked by various disruptions and drawbacks which help to explain why the conflict within this territory remained unresolved for so many decades.

An unfinished decolonisation

To start with, Madrid's intentions to hold a referendum in its colony clashed with Rabat's expansionist territorial aspirations to see the emergence of the pre-colonial 'Great Morocco', which incorporated the Western Sahara.¹ Against this background, Rabat initiated a series of measures which ended up by stalling and thwarting any development potentially conducive to the independence of the area. One of the first Moroccan derogatory manoeuvres related with the submission by King Hassan II of the Western Sahara issue to International Court of Justice (ICJ) at The Hague. This organisation corroborated the UN resolutions that as from 1966 acknowledged the detachment of that area from the Moroccan sovereign territory and pointed to the need for the conduct of a plebiscite amongst the indigenous population before it being decolonised.

Unconvinced with such deliberation by the ICJ, Moroccan's authorities invaded the Western Sahara: while military forces moved in through the Eastern border, a non-violent mass influx of civil population (350 000 people) entered across the Western border in what became known as the 'Green March'. As a result, thousands of Sahrawis had to flee to the Tindouf region in Algeria, where they have remained ever since.

Confronted with the policy of *fait accompli* undertaken by Rabat and faced with the unwilling prospect of 'another Angola' on the east flank of the Atlantic Ocean (i.e. the Western Sahara being controlled by the left-leaning Polisario), Spain secretly divided up the Western Sahara between Morocco and Mauritania under the Madrid tripartite agreements of 1975. This was done without consulting the indigenous inhabitants of the disputed territory and in violation of international law as represented by UN Resolution 1514 (XV) on decolonization and the right of national self-determination, as these relate to the Western Sahara.

In the meantime, the Arab Sahrawi Democratic Republic was created, with backing from Algeria in February 1976 – a development which led to the juridical existence to the Saharwi state. The long and difficult battle that proceeded thereafter was largely ignored during the Cold War period. In 1979, the conflict only involved two major contending parts as Mauritania was defeated by Polisario in the Rio de Oro area,² which came to be occupied by Rabat. Later, in the course of the 1980s, the Moroccan army build a 2000 kilometres wall to prevent the Polisario's periodical incursions in the area under

¹ The territorial ambition of a Great Morocco was promoted by the Istiqlal party and involved taking in not only the Western Sahara, but also present day Mauritania, and much of Senegal, Mali and Algeria.

² Unable to cope with the military expenditures and losses arising from the Saharwi campaign which provoked a severe economic crisis and a *coup d'état* against the civilian government of Ould Daddah, Mauritania renounced all claims to Western Sahara on 6 August 1978 (Ohaegbulam, 2002).

their control, as well as to ensure access to vital economic areas and to the principal cities in Western Sahara (Laayoune, Smara and Boucraa). The remaining of the decade was mostly characterised by a military stalemate between Morocco and the Polisario. Such circumstances led the two opponents to accept in 1988 a ceasefire proposal sponsored by the UN and the Organisation for African Unity (OAU).

After 15 years of war, a peace agreement was eventually sealed on 6 September 1991 between Polisario and the Moroccan authorities which was to be followed by a referendum on self-determination based on the 1974 census. To achieve it, the UN sent a mission to supervise the ceasefire and to prepare the referendum: the UN Mission for the Referendum in the Western Sahara (MINURSO). The MINURSO's tasks involved identifying eligible voters, oversee the withdrawal of Moroccan troops and that the Polisario units were in the pre-agreed areas. Since then, and in spite of the many diverse strategies and approaches adopted, the conflict came to a grinding halt.

The original attempt to conduct a referendum on self-determination based on the Spanish census of 1974 did not succeed. The same can be said when it comes to the plans of the UN special envoyé, James Baker. The last of these plans dating back to 2003 pointed to a sort of 'third way', that is: a four to five year-period of ample administrative autonomy for the Western Sahara under the Moroccan sovereignty that was supposed to give place to a referendum on self-determination. Initially rejected by Polisario, but eventually accepted by its representatives under Spanish and Algerian pressure, the Baker Plan II was not able to break the stalemate. The 'third way' was also to face the refusal of the Moroccan authorities that showed themselves not available to consider an eventual independence of the area in question. As an alternative to the 'third way', Rabat proposed the autonomy of Western Sahara in the context of a democratic and decentralised Moroccan Kingdom. Such proposal, well received by the Western powers and yet unacceptable to Polisario and Algeria, was incapable of breaking diplomatically and militarily stalemate.

More recently, the UN Security Council has extended once more until 30 April 2009 the mandate of the United Nations mission in Western Sahara (MINURSO), tasked with original mission of monitoring the ceasefire between Morocco and the Polisario and organizing a referendum on self-determination. The adopted resolution called on the parties to enter into "a more intensive and substantive phase of negotiations" to resolve their long-running dispute (UN, 2008). Despite the admonition of the Secretary-General, Ban Ki-moon, that consolidating the status quo would not be an acceptable outcome to the current process of negotiations, it made little headway and the meeting ended up without any sign of a breakthrough in the long-running dispute.

An Exception to the Rule in Africa

The decolonization process, in keeping with both Article 73 of the UN Charter and UN General Assembly Resolution 1514 adopted in December 1960, was based on the following tripartite principle: all dependent peoples are entitled to freedom, defined in terms of the existing colonial territories, and once such a people had come to be independent, no residual right of self-determination remained with any group within it or cutting across its frontiers (Emerson 1964: 28).

In some respects, though, decolonization in Africa deviated from the way self-determination operated in the rest of the world and particularly in Europe, something which confirmed the ‘dynamic difference’ in terms of the state formation between European (‘civilised’) and non-European (‘uncivilised’) cultures and peoples (Caplan, 2007). Whereas European states have emerged gradually and by a process of elimination, many contemporary states in Africa were defined by external imposition of boundaries. In fact, the ‘Mandate system’, conceived consistent to or in order to further Western interests, ensured the emergence of sovereign states from what had previously been the colonised societies of the continent (Anghie, 2006). Furthermore, self-determination was invoked in Europe by the retrieval of the historical experience preceding domination while a similar pattern was assumed in most cases as neither possible nor desirable in Africa to the extent that European colonialism had been carried out in Africa with almost total disregard of pre-existing political structures.

Originally conceived to deal with the problems of decolonization, the idea of territorial integrity of States acquired the character of a universal and indispensable norm to peace and international stability. It was to be converted or translated into the well-established principle of international law - *uti possidetis juris*, which posited that the right to self-determination should not involve changes to existing frontiers at the time of independence, except upon the agreement of the states concerned (Hughes, 2004). One of those exceptional enduring cases that went against the principle of *uti possidetis* – the maintenance of prior borders - which had governed the decolonisation process was the Morocco claiming of the Western Sahara area.

Rabat argued that the territory of the former Spanish colony was part of the pre-colonial Moroccan empire which, as it was the case of most of the Maghreb and Machrek states’ territories were, more or less, accepted and demarcated during Ottoman rule in the late nineteenth century. Based on that historical assumption, Morocco could convincingly deny the legitimacy of Saharwi demands for independence. King Hassan II opposed the Saharwi’s invocation of the right to self-determination, insisting that it had already been achieved and should remain inviolable.³ Therefore, according to the Moroccan authorities, no external power should question the manner in which it has been exercised or who has been exercising it.

Besides those underlying historic reasons, the conflict has also been fuelled by the ‘culture of looting natural resources’ factor (Schnabel, 2001:18). Moroccan interest in the Western Sahara rested on the fact that this specific territory contained one of the largest areas of high quality phosphate which can be exploited by surface mining as well as considerable and reputedly rich fishing resources along its coast (Ruf, 1986: 71).⁴ Additionally, fieldwork has been conducted confirming the existence of gas and oil reserves. Thus, the Western Sahara example corroborates that it is the abundance, not the shortage, of natural resources that is the key to conflict leaving its people highly dependent on foreign aid.

Polisario’s argument, on the contrary, was based on both a decolonisation principle and on ethnic nationalist grounds: the demands of the people of a colonial territory to con-

³ A similar historical claim by Morocco regards the two Spanish enclaves on its Mediterranean coast — Melilla and Ceuta.

⁴ Besides the above mentioned factors there was also the geo-strategic location of the Western Sahara next to Canary Islands where a US military base (and spy satellites) was based.

stitute a separate nation-state combined with the fact that the indigenous population of the Western Sahara (mostly nomadic desert tribes) shared a sense of common identity and a yearning for a sovereign state.

Morocco: From Occupied to Occupier

The achievement of independence back in 1956 was a defining historical moment for Morocco and the culmination of an epic struggle against France. Rabat based its arguments and demands for independence on the right of all people to choose the form of government under which they live. Ironically enough, this has not prevented the Moroccan authorities to refuse the same right to the Saharwi people. Right the opposite, Morocco has joined other countries in altering its inherited boundaries. Indeed, the Spanish territories of Tarfaya in 1958 and Ifni in 1969, joined Morocco without any referendum but based on agreements with Spain, while attempts to repossess colonial territories by force were less successful, as the Western Sahara case illustrates.

In a world dominated at the time by the logic of Cold War ideology, the prospect of ‘another Angola on the North of Africa’ as well as sound relations with Rabat were placed above any consideration of Saharwi demands for statehood. Since then, the interests of neighboring countries as well as friendly or allied governments who side with each party have been dampening or freezing the conflict (Ginty, 2006:9). Indeed, despite the nominal support given by the Western powers to the consecutive UN sponsored peace plans and to the recurrent endeavours to hold a plebiscite in the territory, such powers (notably the US and France) have abstained from exerting pressure upon the Moroccan authorities to implement a definitive solution to the conflict.

Such a positioning illustrates the apparent incapacity or disinclination to use its potential to the full, notably in the case of the Western Sahara dispute. Taken into consideration that no state has yet acknowledged the Moroccan *de facto* ruling over the Western Sahara, there is no tension between the principles of sovereignty or internal affairs and the humanitarian intervention (Williams, 2007). Morocco is the occupying force of Western Sahara preventing a waiting-state to take office and the Sahrawi people to exercise their right of self-determination. It seems therefore to be the case of Morocco pushing aside the global system of law and order, with the condoning of most Western powers that fear the undesirable prospect of the unstable and unfriendly Morocco.

True that the first step to conflict resolution was achieved: the transformation from a violent to a non-violent behaviour reached with the 1991 cease-fire agreement. Nevertheless, the implementation of the basic issue – the referendum – did not follow. That was so to a large extent due to Morocco’s blocking with impunity the resolution of the Western Saharan dispute by eroding the possibility to conduct the proposed referendum in the Western Sahara or to reach any effective settlement agreement with the Polisario. Both parties, however, seem to be prepared for the long run: Morocco expecting a *de facto* recognition of its takeover while profiting from the resources (it pays off) while the Saharwis wait for a change but is prepared to wait. Morocco expects to prevail over Polisario and keep control over the Western Sahara territory while Polisario aware of the challenge involved in confronting a dominant actor and in altering the status quo, hopes to achieve an improved standing in the long run.

The rising cost of maintaining the situation on the Western Sahara alongside the non-membership of the African Union and the criticism of human rights organisations, may pose a threat to the stability of the Moroccan regime and could constitute one of the main arguments for Rabat to decide to not further prolong the conflict. For the moment, the Western Sahara still features amongst the UN's non-self governing territories and its decolonisation process is still an open file, converting it into the last African colony. And it seems to be one of those conflicts that continue indefinitely without any hope of peaceful resolution.

In sum, the Western Sahara was among the last places in the world to undergo decolonisation, a process which is yet to be finished. The territory was to be assisted to self-governing and nationhood but has been experiencing instead military occupation since then. Three decades have elapsed since the invasion and 17 years after the signing of the peace agreement, and the dispute is still on hold and a solution for the settlement of this intractable territorial conflict still lies out of sight. As pointed out before, it is argued in this article that the Western Sahara is a persistent *post-scriptum* of the colonial period and at the same time an exception to the decolonization process in Africa. Above all, the persistence of the Saharwi dispute corroborates that the historical parentheses around the African post-colonialism are yet to be closed.

References:

- Anghie, Antony (2006) 'The evolution of international law: Colonial and postcolonial realities', *Third World Quarterly* 27(5): 739-753
- Bontemps, Claude (1984) *La guerre du Sahara occidental*, Paris: Press Universitaire de France
- Boutros-Ghali, Boutros (1992) *An Agenda for Peace: Preventive Diplomacy, Peacemaking and Peace-Keeping*, New York: UN
- Caplan, Richard (2007) 'From collapsing states to neo-trusteeship: the limits to solving the problem of 'precarious statehood' in the 21st century', *Third World Quarterly* 28 (2): 231-244
- Crocker, C.A., Hampson, F.O., and Aall, P. (eds) (1997) *Managing Global Chaos. Sources and Responses to International Conflict*, Washington D.C.: United States Institute of Peace Press
- Darby, J (2003) *Contemporary Peace Making: Conflict, Violence and Peace Processes*, Basingstoke: Palgrave Macmillan
- Emerson, R. (1964) "Self-determination revisited in the era of decolonization" Cambridge, MA: Center for International Affairs, Harvard University.
- Ginty, Roger Mac (2006) *No War, No Peace. The Rejuvenation of Stalled Peace Processes and Peace Accords*, Palgrave Macmillan
- Groom, A. J. R. (2007) *From Conflict Prevention to Conflict Resolution: A Conceptual Tour D'Horizon*, Open lecture at the University of Minho, Portugal in 02.05.2007
- Hodges, Tony (1983) *Western Sahara: The Roots of a Desert War*, Westport: Lawrence Hill & Co, Publ.
- Hughes, Arnold (2004) 'Decolonizing Africa: Colonial Boundaries and the Crisis of the (Non) Nation State', *Diplomacy & Statecraft* 15 (4): 833-866

- James, Alan (2000) "States and Sovereignty", in Salmon, Trevor C., *Issues in International Relations*, London:Routledge, pp. 1-24
- Jensen, Erik (2004) *Western Sahara: Anatomy Of A Stalemate*, London: Lynne Rienner Publishers
- Keylor, William R. (2003) *A World of Nations. The International Order since 1945*, New York:Oxford University Press
- Lawless, Richard and Monahan, Laila (eds.) (1986) *War and Refugees: The Western Sahara Conflict*, London: F. Pinter Publ
- Luttwak, E. (2001) "The Curse of Inconclusive Intervention", in Crocker, C. A. et al (eds) *Turbulent peace: The Challenges of Managing International Conflict*, Washington DC: United States Institute of Peace Press, pp: 265-272
- Maluwa, Tiyanjana (2003) Current Legal Developments. The Constitutive Act of the African Union and Institution-Building in Postcolonial Africa, *Leiden Journal of International Law* 16:157-170
- Mas, Antoni S. (2001) *Conflicto y Transición Política en el Magreb*, Madrid:Alianza Editorial
- Nugent, Paul (2004) *Africa Since Independence: A Comparative History*, Basingstoke: Palgrave Macmillan
- Ohaegbulam, F. Ugboaja (2002) Ethical Issues in U.S. Policy on the Western Sahara Conflict, *Mediterranean Quarterly* 13: 88-115
- Omach, Paul (2000) The African Crisis Response Initiative: Domestic Politics and Convergence of National Interest 99:73-95
- Parsons, Claudia (2008) UN council urges realism in Western Sahara dispute, Reuters, 1 May, retrieved at <http://www.reuters.com/article/latestCrisis/idUSN30547316>, in May 2008
- Ruf, Werner (1986) "The Role of World Powers: colonialist transformations and King Hassan's Rule", in Lawless, Richard and Monahan, Laila (eds.) (1986) *War and Refugees: The Western Sahara Conflict*, London: F. Pinter Publ, pp:65-96
- Schnabel, Albrecht (2001) "Preventing Wars within States: What can Intergovernmental Organisations do in Africa", in Sidiropoulos, E (ed.) *A Continent Apart: Kosovo, Africa and Humanitarian Intervention*, Johannesburg: SAIIA, pp:13-36
- Seddon, David (1986) "Morocco at War", in Lawless, Richard and Monahan, Laila (eds.) (1986) *War and Refugees: The Western Sahara Conflict*, London: F. Pinter Publ.
- Shelley, Toby (2004) *Endgame in the Western Sahara : What Future for Africa's Last Colony?*, London: Zed Books
- Smith, Betsie (2001) "The Role of Subregional and Regional Organisations in Preventing African Conflicts", in Sidiropoulos, E (ed.) *A Continent Apart: Kosovo, Africa and Humanitarian Intervention*, Johannesburg: SAIIA, pp:36-59
- UN (2008) "The causes of conflict and the promotion of durable peace and sustainable development in Africa", Report by the UN Secretary-General, Kofi Annan, retrieved at <http://www.un.org/ecosocdev/geninfo/afrec/sgrepport/report.htm> in May 2005
- United Nations (2006) UN Mission in Western Sahara should remain for more 6 monts, UN News Service press release, 24.04.2006, retrieved at <http://www.un.org/apps/news/in02.05.2006>

- United Nations (2007), Security Council Extends United Nations Mission in Western Sahara until 31 October, New York: Department of Public Information, News and Media Division press release, 30.04.2007, retrieved at <http://www.un.org/News/Press/docs> in 02.05.2007
- Wedgwood, Ruth (1997) “Regional and Subregional Organisations in Conflict Management”, in Crocker, C.A., Hampson, F.O., and Aall, P. (eds) *Managing Global Chaos. Sources and Responses to International Conflict*, Washington D.C.:United States Institute of peace Press
- Williams, Paul D. (2007) *From Non-Intervention to Non-Indifference: The Origins and Development of the African Union’s Security Culture*, *African Affairs*, Advance Access published 12 March 2007:1–27

Síria entre Progressismo e Tradicionalismo

Ivo Sobral*

p 67-73

Introdução

“When people can move freely between Syria, Israel, Palestine, Jordan and Egypt, a great change will take place. . . Our people will enjoy life without bad dreams of the martyrdom of their children, we will improve living conditions and we will open up to the international community. The impact of peace will be bliss for the entire region.”¹

A Síria constitui um caso de estudo fundamental para compreender o mundo árabe. De facto, o pioneirismo político evidenciado por Damasco desde a sua formação revela que é em Damasco que eclodem tendências políticas e governativas posteriormente seguidas pelo mundo árabe. Podemos dizer que desde o facto de ser a primeira nação a libertar-se do domínio colonial europeu, até à visão Pan-Arabista e o lugar de nascimento do Partido Baath, a Síria foi inovadora na distanciação do ocidente assim como na perseguição de uma política árabe independente em todos os sentidos.

Damasco adopta, particularmente a partir de 1971, também uma ideia de “realpolitik”, inovadora e que permanece até aos nossos dias. Esta baseia-se na perseguição de um ideal político baseado nos interesses nacionais internos, e portanto uma visão mais tradicionalista. As guerras com Israel e a influência no Líbano permanecem os aspectos mais visíveis, isto para o observador menos atento da realidade da política de Damasco. Mas Damasco surpreendeu de novo tanto internacionalmente como os seus anteriores aliados iraquianos em 1991, quando decidiu fazer parte da coligação americana para libertar o Kuwait.

O Líbano permanece o coração do problema da Síria e para a comunidade internacional menos influência da Síria é sempre melhor para o governo de Beirute. Mas apesar das condenações internacionais e de algumas retiradas, o controlo do Líbano permanece uma constante imutável para Damasco, e aparentemente uma questão de legitimação interna do governo.

* Universidade Fernando Pessoa
GRI / International Relations Office

¹ Recentes declarações de Faysal al-Miqdad (representante do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Síria). Chicago Tribune 17 de Junho 2008. Existem actualmente uma série de negociações secretas entre os governos de Telavive e Damasco, estas negociações foram realizadas e apoiadas pela Turquia.

Independência

Os contornos físicos da Síria são uma criação e construção negociada e acordada entre a Inglaterra e a França logo a seguir à 1ª Guerra Mundial. Contudo, a ideia e construção mental por detrás da ideia de estado nação siriana, é que existia uma grande Síria designada como Bilad al-Sham (literalmente terras do norte). Esta zona compreendia o Líbano, Israel, Jordânia e Palestina mas efectivamente esta realidade foi separada pelo poder das grandes potências europeias, que através da constituição do chamado sistema de mandatos, controlaram e administraram fisicamente toda a região². Mas o estigma desta forçada separação e a concepção de uma Grande Síria acompanhou sempre uma posição de primeiro plano na política da Síria, tanto numa concepção maior da grande Síria como numa visão alargada Árabe e profundamente nacionalista. Esta concepção política é única no mundo árabe. De facto, de raiz as elites dominantes de Damasco possuíam uma visão internacionalista, pelo menos no que concerne a identidade Árabe e as áreas circunstantes. Esta ideia concedeu-lhes uma posição de liderança política natural no mundo árabe.

A real ocupação europeia só acaba a partir do final da 2ª Guerra Mundial, com o fim do domínio colonial francês, mas em 1946 Damasco é finalmente senhora dos seus próprios destinos. A perseguição do ideal histórico da grande Síria passa a ser uma realidade somente em 1958, com a constituição da chamada Republica Árabe Unida, só possível através do apoio egípcio e do seu carismático líder Gamal Abdel Nasser. De facto, a Síria sofreu até esse momento de uma instabilidade e fraqueza política, alimentada pelos receios de uma tomada de poder tanto por forças afectas a Washington como a Moscovo. Mas a ideia de uma pátria árabe que se estendia do Nilo ao Tigre, apesar de agradar às elites, era muito difícil de se tornar uma realidade e, com a rapidez com que foi formada, a Republica Árabe desapareceu de novo em 1961. Esta implosão foi despoletada com mais um golpe de estado militar em Damasco. Em 1963, contudo, outro golpe impõe uma nova ideologia política que ainda dura até aos nossos dias: o chamada Pan-Arabismo, protagonizado pelo chamado Partido Baath.³

Baath e o Pan-Arabismo

O partido Baath (Partido da Ressurreição) nasceu efectivamente em Damasco no ano de 1943⁴. O partido baseava a sua ideologia numa percepção Internacionalista Árabe, o chamado Pan-Arabismo. Este conceito não se baseava em um ideal nacional limitado a um país, mas sim baseava-se na chamada “irmandade árabe”, isto é nos laços culturais e linguísticos que uniam as várias nações árabes. Nesta visão existiria uma única nação árabe que se estendia desde o Iraque até Marrocos. Outra característica do novo partido era a sua visão secular do poder e da sociedade, ou seja a separação definitiva entre o poder religioso e político⁵. Em termos económicos e sociais o Baath baseava-se

2 Kamrava, Mehran. *The Modern Middle East: A Political History since the First World War*. University of California Press. Berkeley 2005. Pag. 35-106.

3 Humphreys, Stephen. *The Strange Career of Pan-Arabism*. In: Hourani, Albert; Khourry, Albert, Wilson, Mary. *The Modern Middle East*. I.B. Taurus. London 2004. Pag. 577-596.

4 Humphreys, Stephen. Pag.587.

5 Rodinson, Maxime. *Gli Arabi: storia, caratteri, ideologia, prospettive*. Sansoni, Florença 1980. Pag. 97-133.

e inspirava-se em um modelo de desenvolvimento Marxista e com uma forte componente populista.⁶

Internamente na Síria o partido Baath permanecia inicialmente uma força política marginal mas que lentamente adquirira poder junto das forças armadas e dos seus oficiais. O domínio Baath em Damasco já era efectivo desde 61 mas em 1966 outra facção Baath ainda mais fervorosamente Pan-Arabista tomou conta do poder. Este novo movimento Baath desejava roubar a Nasser e ao Egipto a liderança do mundo Árabe, acusando-o de passividade em relação a Israel. A junta militar Baath alimenta a sua base de apoio com a popular hostilidade contra Israel, patente em quase todos os países árabes. Esta sede de confronto com Israel poderá ter sido uma das razões da eclosão da guerra Israelo-Árabe de 1967. Mas a junta militar Baath da Síria não sobrevive ao embate militar com Israel e cai pouco tempo depois. Chega então ao poder em 1971 um outro militar Hafiz al-Asad. Este sobrenome Asad dominará as próximas décadas da política da Síria até aos nossos dias.

Realismo Político

Com Hafiz al-Asad a Síria alinha-se e recebe apoio militar do Bloco de Leste. Nesta posição o governo de Damasco encontra-se mais protegido contra o seu inimigo de Telavive, apoiado pelos EUA. Assim a Síria entra decisivamente no tabuleiro de xadrez da guerra fria, pelo menos por agora. Apesar do auxilio soviético a elite dirigente de Damasco nunca é infiltrada pelos soviéticos à semelhança do que acontece em Bagdade e nos anos 60 no Cairo. O partido Baath mantêm-se um organismo autóctone independente que aproveita o apoio soviético de uma maneira muito eficiente para promover interesses nacionais, isto apesar de retirar inspiração da planificação soviética da economia, assim como da semelhança entre o regime soviético de partido único e o partido Baath da Síria.

O nacionalismo pan-árabe permanece uma característica da política de Damasco mas é apenas uma fachada e um apoio de ocasião para ser usado para estabelecer alianças, em particular com todos os movimentos palestinos que combatem Israel. Mas a “realpolitik” de Asad é baseada somente na perseguição dos interesses nacionais da Síria. Os momentos de ouro da causa ideológica internacionalista já há muito tempo que são uma recordação: a própria presença da Síria no Líbano é aparentemente justificada para contrastar Israel mas na realidade é baseada no antigo sonho da constituição de uma grande Síria, onde o Líbano seria apenas mais uma província.

O governo de Hafiz al-Asad baseia-se na instituição do partido Baath que agora infiltrou e dominou por completo a sociedade. O controlo foca-se na repressão política e na imposição de um regime baseado no culto da personalidade. Assad conhecia muito bem a sociedade e a cultura política onde se movimentava⁷. Estas medidas justificam em parte a longevidade da “leadership” do Presidente Assad ao longo de quase 1/4 de século mas temos igualmente que ter em consideração a astuta e fria lógica política do “Raís”⁸ de Damasco. De facto em 1990-1991 com a chamada 2ª Guerra do Golfo, a Síria

6 O expoente máximo do populismo e da força desta nova ideologia foi Nasser, o líder egípcio que cavalgou com sucesso o pan-arabismo. Os discursos do egípcio eram seguidos por todas as massas árabes fosse qual fosse a sua origem.

7 Hafiz al-Asad têm uma origem rural e humilde, assim como uma educação militar sólida na força aérea, com uma limitada exposição ao ocidente. Isto contribuiu para a sua popularidade dentro da sociedade, assim como para a sua familiaridade com a cultura política e social da Síria. Para maiores detalhes ver: Zisser, Eyal. *Asad's Legacy, Syria in Transition*. Hurst Publishers, Londres, 2000.

8 Designação que significa Líder em Árabe: tem uma conotação quase tribal e é também semelhante à designação de líder incontestado e absoluto.

surpreendentemente alinou-se com a coligação liderada pelos EUA contra o Iraque. Esta posição prova em definitivo o esgotamento do modelo político internacionalista pan-árabe por parte da Síria porque o Iraque constitui igualmente outra nação árabe onde a liderança é controlada pelo partido Baath. De facto podemos dizer que o Iraque é “quase um irmão” para a Síria não somente em afinidades políticas mas também em afinidades sociais e populacionais.⁹ Mas a posição contra Bagdad encontra-se justificada pelo fim da guerra fria e pela tentativa de romper o isolamento político e económico que a Síria sofria.

Asad II

“I do not see ourselves isolated. Perhaps there is a disagreement in world view with the other Arab countries, but we have good relations with all the regional and world parties, and relations have even improved regarding countries which there where perhaps problems in the past. . . our relations with Turkey, which in the past stormy, are today in the best possible shape, and also our relations with Russia, China, India, and Europe are good.”¹⁰

A questão da sucessão política no Médio Oriente é sempre um factor de instabilidade mas a incógnita da sucessão tem sido resolvida pelo aparecimento de “dinastias” políticas em países totalmente laicos e sem qualquer monarquia. Esta passagem de poder dá-se dentro da própria família e a Síria é o primeiro exemplo bem sucedido desta passagem de poder dinástica¹¹. Esta sucessão apesar de ter sido preparada por Hafiz al-Asad, não deixa de ser surpreendentemente pacífica e eficaz. A nomeação de Bashar al-Asad teve o condão de manter consensos e equilíbrios nas elites dominantes¹².

Com a morte do presidente Hafiz al-Asad em 2000, segue-se o seu filho Bashar al-Asad. De facto o presidente Bashar parece ser o herdeiro da política do seu pai. Inicialmente poucas aberturas foram feitas pela parte governo, apenas uma série de medidas de revitalização da economia. Estas medidas, apesar de serem importantes na abertura e modernização do país, seguem um precedente estabelecido pelo seu pai já entre 1970 e 73, pouco depois de ter subido ao governo e pouco tempo antes de impor as medidas marciais que efectivamente oprimiram qualquer oposição política interna.¹³

No entanto não podemos comparar as duas pessoas de maneira nenhuma. Bashar al-Asad é a favor de extensas reformas económicas na Síria incluindo a difusão de internet e a reforma das instituições de ensino. Relativamente à política interna a questão já é diferente: permanecem os bloqueios à liberdade de expressão: mas curiosamente a evolução tecnológica na televisão no médio oriente, assim como o aparecimento de novos canais,

9 Tanto Bagdad como Damasco, para além da união comum através do partido Baath, têm ainda o legado familiar e tribal. Podemos citar o exemplo da confederação tribal Sammar com cerca de 8 milhões de pessoas divididas entre o Iraque e a Síria. Esta confederação apoiou sempre os governos de ambos os países. Ver: Gervásio, Gennaro. Doppo lo stato, restanno le tribu. In: Limes Rivista Italiana di Geopolitica, nº2, 2003, Pág. 121-130.

10 Entrevista com o Presidente da Síria Bashar al-Asad. In: MEMRI Special Report. Fevereiro de 2004.

11 Outros países como o Egipto, Líbia, e até o Iraque de Saddam. A ideia de um legado político de sangue é uma possível realidade para o futuro, para não falar das várias monarquias árabes. O caso da Jordânia é particularmente óbvio mas no caso da Síria falamos de uma sociedade laica e republicana, daí o seu factor inovador.

12 De facto a nomeação do Presidente Bashar satisfaz tanto as elites Baath e Alawi. Esta última é uma minoria religiosa que desde a independência da Síria domina as forças armadas e abraçou a ideologia Baath mas os Alawi mantêm-se como um grupo a parte, mais uma minoria do mosaico religioso e cultural que é a Síria.

13 Cantori, Louis. Political Succession in the Middle East. In: Middle East Policy Vol.IX, Nº3, 2002, pp 105-123.

introduziu um factor decisivo que restringia fortemente o sucesso de qualquer censura. Portanto o controlo dos média e os tabus que foram criados nos meios informativos no tempo de Hafiz al Assad não faziam sentido na nova sociedade¹⁴.

Internamente o jovem presidente teve que lidar com as revoltas da minoria curda em 2005. Estas são reflexo também da guerra no Iraque. De facto os curdos iraquianos impuseram um estado no norte do Iraque, o que influencia notavelmente todos os países vizinhos que têm minorias curdas dentro das suas fronteiras, como é o caso da Síria. Outra consequência para a política interna da Síria derivada do conflito iraquiano é o aparecimento de franjas radicais muçulmanas a operar na própria Síria, à semelhança do que aconteceu no início da década de oitenta, com a Irmandade Muçulmana, contra o anterior regime Baath.

Isolamento e Tensão Internacional

Em termos internacionais a dinâmica após o 11 de Setembro de 2001 impôs pesadas sanções sobre a Síria. Inicialmente existiu uma aproximação em relação aos EUA, no que concerne à luta contra o fundamentalismo islâmico e a Al-Qaeda¹⁵, mas a posição de Damasco em relação ao Líbano e o apoio ao movimento do Hezbollah condenaram esta hipotética aproximação a Washington¹⁶. A intromissão de Damasco na política Libanesa continuou a limitar qualquer abertura¹⁷.

A guerra do Iraque e o sentimento de isolamento e provável cerco político e geográfico condicionam a política externa da Síria. Na verdade, a ligação com o Líbano ganha ainda mais importância e o apoio ao Hezbollah aumenta, foi igualmente estabelecido um acordo de defesa e cooperação com a República Islâmica do Irão. Este representa uma movimentação política sem precedentes na Síria e é explicada pelas necessidades de “realpolitik”. De facto o Irão já há muito tempo que é um antagonista dos EUA e de Israel na zona: Irão e Síria passam a fazer parte do chamado “Eixo do Mal” proclamado por Washington. As sanções contra a Síria aprovadas pelo congresso norte americano em 2004, estas baseadas em alegações de posse de armas de destruição maciça, condicionam qualquer reforma económica de Damasco¹⁸.

Temos igualmente que referir o caso do assassinio de Rafic Harire, o influente político libanês. É relevante toda a questão da acusação da comunidade internacional em relação à intervenção da Síria no Líbano e alegado envolvimento dos serviços de segurança da Síria na organização e execução do atentado contra Harire em 14 de Fevereiro de 2005, assim

14 Ghabbian, Najib. Contesting the State Media Monopoly: Syria on Al-Jazira Television. In: Middle east Review of International Affairs. Vol.5, Nº2 2001.

15 Devemos recordar que o governo da Síria desde a sua formação e dentro da sua própria génese é particularmente laico e nunca tolerou movimentos islâmicos dentro das suas fronteiras já que têm consciência plena que estes são igualmente ameaças contra o seu governo. De igual maneira podemos igualmente ver que Damasco tentou ao máximo evitar qualquer confronto com Washington. A Síria fechou muitas vezes a fronteira com o Iraque e expulsou e deteve tanto militantes radicais palestinianos como militantes fundamentalistas que passavam em direcção ao Iraque. Mas com o passar do tempo a posição americana no Iraque torna-se insustentável e em si torna-se um bloqueio a qualquer intervenção americana em outro país. Salhani, Claude. Syria at the Crossroads. In: Middle East Policy Vol.X, nº3, 2003, Pag. 136-143.

16 Para não referir as acusações feitas por Washington a Damasco, onde os americanos acusam a Síria de ajudar e apoiar a guerrilha iraquiana contra as forças americanas, assim como facilitar a passagem de novos recrutas islâmicos em direcção ao Iraque.

17 Rabasa, Angel; Bernard, Cheryl; Chalk, Peter; Fair, Christine; Karasik, Theodore; Lal, Rollie; Lesser, Ian; Thaler, David. The Muslim World After 9/11. RAND Corporation. 2004.

18 De facto foi proibido qualquer comércio de e para a Síria com excepção de alimentos e medicamentos. Apesar desta limitação, continuam referir que estas sanções são feitas por parte dos EUA, o que quer dizer que outros países interessados arranjam sempre maneira de investir na Síria. Esta é uma situação bastante comum no Irão que sofre estas mesmas sanções desde 1980, o que nunca impediu a infusão de capitais estrangeiros e investimentos financeiros de relevo.

como dos outros inúmeros atentados que vitimaram figuras políticas e públicas libanesas. Esta questão foi crucial para isolar completamente a Síria. Também nesta perspectiva importa referir o conflito de 2006 entre Israel e o Líbano, em particular com o Hezbollah. Apesar de não estar fisicamente ligada ao conflito é importante sublinhar o apoio logístico e militar que Damasco concede às milícias do Hezbollah.

Outro factor de tensão foram as alegadas acusações por parte de Israel referentes ao desenvolvimento de armas nucleares por parte de Damasco e o consequente ataque relâmpago israelita em Setembro de 2007.

Reformas

As intenções iniciais do jovem “Raís” de Damasco assentavam-se numa progressiva privatização da economia da Síria baseada nas instituições bancárias assim como nas instituições universitárias. Existiu uma importante reforma do sistema fiscal, com o objectivo de atrair investimentos e aumentar a competitividade das empresas nacionais. Um dado adquirido é a tentativa de eliminar progressivamente o controlo e a presença do aparelho Baath, que engloba todos os serviços públicos assim como todos os aspectos da educação. É importante referir que é abolido neste sentido o regime militarista e vocacionado para o culto da personalidade que existia nas instituições de educação¹⁹. Outro problema crónico da Síria é associado ao desemprego endémico, que poderá inclusive chegar até aos 25% mas as reformas não foram capazes de afrontar esta dificuldade. Existe uma falta de investimento estrangeiro no país apesar dos recentes acordos que realizados, tanto com investidores do Golfo²⁰, como com países europeus²¹.

Existem alguns indicadores positivos como o crescimento do PIB, que em 2007 foi de 3,9%. Para 2008 o fundo Monetário Internacional espera que possa atingir os 4%²². Existe ainda a questão iraquiana. Os refugiados iraquianos estão curiosamente a ser uma fonte de rendimentos: a fuga de capitais de Bagdade tem como destino Damasco.

Mas inevitavelmente existem as barreiras internacionais e os embargos económicos, os quais foram reforçados pela parte dos EUA já em Fevereiro deste ano. É igualmente conhecida a pressão internacional americana que muito recentemente conseguiu cancelar um acordo de investimento na Síria, de cerca de 1 bilhão de dólares, por parte da empresa turca de comunicações Turkcell.

As relações económicas entre o Líbano e a Síria já não têm o carácter quase de Cartel²³, que tinham no passado mas são ainda fundamentais para Damasco. De facto o Líbano continua ser o principal mercado de escoamento para os produtos da Síria, particularmente produtos energéticos.

19 De facto os uniformes militares usados na escola e universidade, foram substituídos por roupa colorida, como um símbolo de afastamento em relação à anterior política Baath. Esta política existia há mais de 40 anos e constituía um instrumento óbvio de endoctrinamento político e ideológico. Ver: Alahmar, Wassim. La Síria in Bilico. In: Limes Rivista di Italiana di Geopolitica. Quaderni Speciali n°2, 2004. pp183-190.

20 Ver: Upbeat in Syria. In: Economist Intelligence Unit Views Wire. 05/06/2008.

21 Como é o caso do investimento da empresa cimenteira francesa Lafarge que vai investir cerca de 1, 2 bilhões de dólares na Síria, para construir duas fabricas de cimento. In: Agence France-Press 08/06/2008.

22 Heba, Saleh. Syria sees benefits of liberalisation. In: Financial Times FT.com, 18/05/2008.

23 Existia até há muito pouco tempo um verdadeiro sistema vicioso de controlo da economia do Líbano. A economia era controlada totalmente pela Síria: telecomunicações móveis e internacionais, tráfico de gás e petróleo fornecido ao Líbano a preços muito superiores ao mercado, controlo dos dividendos do “Casino du Liban” por parte de Damasco, controlo das receitas aduaneiras dos portos e aeroportos Líbano por parte da Síria. Ver: Trombetta, Lorenzo. Un Líbano fuori dalla Síria. In: Limes Rivista Italiana di Geopolitica. N°3 2005. Pag. 155-165.

Perspectivas

Grande parte do futuro da Síria baseia-se na resolução dos conflitos com Israel e na questão Libanesa. Estas são duas realidades que condicionam a abertura do país ao exterior e consecutivamente o seu desenvolvimento. As duas questões estão ligadas já que o destino dos Montes Golan e a normalização das relações entre Damasco e Telavive irão definitivamente mudar a realidade libanesa²⁴.

A abertura de negociações secretas entre Israel e a Síria com o patrocínio da Turquia poderá ser fundamental para a abertura final da Síria e a definitiva saída do grupo dos chamados estados “Canalha”²⁵. A realidade libanesa e a actuação do Hezbollah poderão ser efectivamente afectados por um eventual acordo entre Israel e Síria: o Hezbollah poderá perder o apoio da Síria já que este mesmo apoio será certamente uma das moedas de troca de Damasco²⁶.

O ano de 2008 é igualmente dominado pela nomeação por parte da UNESCO de Damasco como capital da Cultura Árabe. Esta mesma decisão envolve em muitas polémicas não deixa de agradar à elite dominante da Síria que olha esta nomeação como um reflexo da antiga veia de liderança intelectual que a Síria herdou do antigo império Omíada²⁷. A conjugação destas duas iniciativas pode definitivamente catapultar a Síria para uma nova fase de abertura e crescimento. A dicotomia progressismo e tradicionalismo poderá ser superada e as novas tentativas de mediação do confronto com Israel podem trazer ainda este ano o início do fim deste antigo conflito.

24 Williams, Dan. Israeli Envoys Propose Olmert meet Syria Assad's. In: ABC News, 16/06/2008.

25 Designação imposta pela administração norte americana. A Síria é o chamado “Rogue State”, ou seja estado fora de todas as leis internacionais. Esta designação é complementar ao acima referido “Eixo do Mal” ou “Axis of Evil”.

26 Rafee, Raed. Lebanon: more violence and worry. In: Los Angeles Times, 20/06/2008.

27 É importante referir que Damasco foi durante o reinado da importante dinastia Omíada a capital do mundo árabe, e consequentemente o centro de decisão e o local onde as elites letradas do império islâmico se concentraram. Ver. Hourani, Albert. A History of the Arab Peoples. Faber and Faber, London 2002. Pag. 25-32.

PARTIDO INDEPENDENTE DE
MOCAMBIQUE
PIMO



A black and white photograph of two men standing in front of a building. The man on the left is wearing a light-colored short-sleeved button-down shirt and dark trousers. The man on the right is wearing a light-colored long-sleeved button-down shirt and light-colored trousers. The building behind them has a corrugated metal roof and a wooden door. To the right of the door, there is graffiti on the wall, including the word 'SUB' at the top, and 'PUNDA' and 'QUION' below it. A dark horizontal bar is overlaid on the image, containing the title text.

Um Islão Político



Religion et démocratie — Réflexion sur la spécificité du Droit musulman

João Casqueira Cardoso*

p 77-90

Introduction

La diversité des modèles institutionnels et juridiques résultants de l'évolution historique des mondes de l'Islam constitue un défi à la compréhension de l'actualité du monde arabe et islamique. Bien que marqué par des divisions décisives, il existe entre ces modèles plusieurs fils conducteurs qui permettent d'identifier des lignes de démarcation et des points de rencontre entre des « civilisations » (ou groupes humains) apparemment – ou artificiellement – antagoniques. Cette contribution propose quelques éléments de lecture critique de sciences politiques et en sciences juridiques sur ce sujet.

Le thème de la religion et de la démocratie apparaît non seulement comme une contribution importante pour l'approfondissement de la situation passée et présente de l'Islam au Portugal et en Europe, mais également et surtout comme une interrogation comparée sur les formes d'organisation politique et sociale dans le monde arabe et islamique, question qui renvoie directement ou indirectement à l'actualité internationale.

C'est selon nous dans le droit comparé, autant sinon plus que dans l'analyse politique, économique et sociale, qu'il est nécessaire d'approfondir la question des relations entre la religion et la démocratie. Le cadre juridique fourni en effet non seulement une philosophie, mais surtout une méthode où prédominent des précautions particulières en vue d'approcher la spécificité du droit musulman – que ce soit à partir du monde musulman ou non musulman (1.). À l'aide de cette méthodologie, c'est sur la question de la démocratie que l'on débouche inévitablement. La question de la démocratie dans ses rapports avec la religion, mais aussi de la démocratie en tant que telle, comme concept polysémique qu'elle est (2.). Quelles sont les évolutions de la démocratie dans le monde musulman ? Est-elle ou sera-t-elle spécifique ? Est-il possible d'en identifier les traits, non pas pour l'essentialiser comme musulmane ou autre chose encore – ce serait une erreur majeure – mais plutôt pour la connaître, pour la comprendre et pour mieux dialoguer (3.).

* Université Fernando Pessoa, Porto, Portugal

1. Précautions préalables en vue de la comparaison

Pourquoi une perspective comparée ? Cette perspective est de plus en plus nécessaire, sur ce thème, et pour deux raisons au moins :

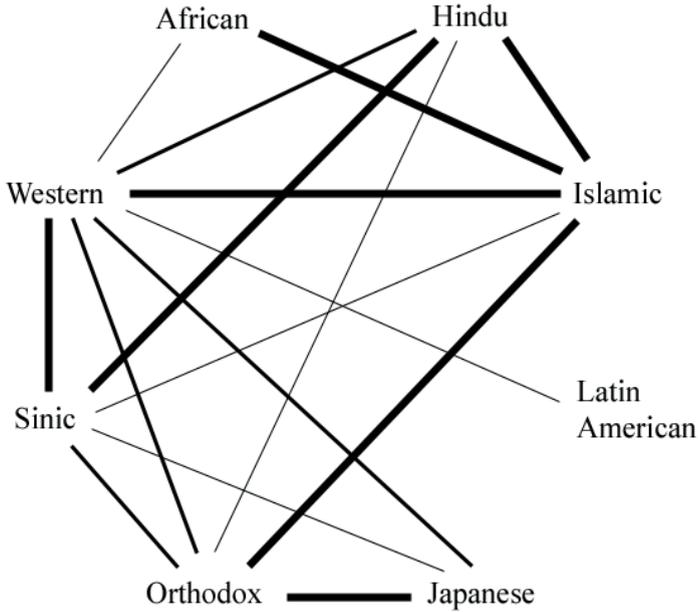
En premier lieu, la perspective comparée pour une raison scientifique – celle qui consiste à contribuer au développement de la méthode comparative dans les sciences sociales et dans les sciences juridiques. En effet, il y a dans ce domaine des lacunes à combler. Les auteurs de sciences sociales sont trop rares à consacrer au moins un chapitre des études méthodologiques aux problèmes de la comparaison de systèmes (comme le font heureusement certains. *cf.* May, 1996). Quant aux auteurs de science juridique, les trop rares auteurs qui se consacrent au droit comparé sont le plus souvent confondus avec des anthropologues. La méthode comparée n'a pas encore fourni tout son potentiel : après une phase d'exotisme qui marque sa naissance au XIX^{ème} siècle, elle est sapée par la *realpolitik* qui caractérise les années 50, et qui ne cesse de s'accroître.

La réalité institutionnelle, politique et juridique du monde arabe et islamique, en particulier, n'est pas étudiée de forme comparative. À titre d'exemple, il est significatif de remarquer que parmi les 22 communications rassemblées par le Société de Législation Comparée dans 2000 sur *l'Avenir du Droit Comparé*, il n'a y en a aucune faisant référence au Droit musulman (mais il y en sur le Droit Israélien, par exemple) (Blanc-Jouvan, 2000). Néanmoins, ce n'est pas une réalité inconnue des investigateurs internationaux et européens. Au contraire, le monde arabe et islamique est à la genèse des relations académiques (car Bagdad est le berceau des habitudes lettrées et du goût encyclopédique, avant la fondation d'universités en Europe, et bien des siècles avant l'Encyclopédisme de Diderot et d'Alembert, (au XVIII^{ème} siècle de l'ère chrétienne).

En second lieu, perspective comparée se justifie parce que la réalité internationale doit être pondérée de manière à prendre en considération les divers facteurs – historiques, socioculturels, questions politiques, économiques et juridiques – que l'analyse comparative y adjoint. Ceci est tout particulièrement vrai face à une réalité internationale complexe, comme c'est le cas du monde arabe et islamique. À titre d'exemple, et pour ne citer que l'interprétation de l'administration nord-américaine sur le terrorisme depuis 2001, une certaine confusion ressort dans l'action politique – en grande partie due l'absence de compréhension du monde arabe et islamique, de la mesure ou de l'échelle de ses enjeux – internationaux, nationaux, ou locaux. Tout semble être confondu, en effet, pour mettre tout dans un même sac, avec une même étiquette. L'analyse politique atteint ici ses limites, lorsqu'elle n'hésite pas à décrire des conflits entre les «civilisations» islamique et occidentale (*cf.* Huntington, 1996).

Il y aurait des «grandes civilisations», huit selon Samuel Huntington, et le conflit culturel entre elles s'accroîtrait jusqu'à – dans certains cas – des conflits sanglants dont la racine se trouve dans le passé. Le cas le plus paradigmatique, selon le même auteur, est l'antagonisme Islam/Occident, conflit nourri par le fait que l'Islam a été refoulé de la péninsule ibérique (*cf.* le Graphique de Christopher Parham pour Wikimedia Commons).

"Emerging alignments" of civilizations, per Samuel Huntington's theory in *The Clash of Civilizations* (1996).



Greater line thickness represents more conflict in the civilizational relationship.

Source : http://en.wikipedia.org/wiki/Image:Huntington_Clash_of_Civilizations_chart.gif

Comme l'écrit Edward Said, dans son article sur la contribution de Samuel Huntington, « (...) we are all swimming in those waters, Westerners and Muslims and others alike. And since the waters are part of the ocean of history, trying to plow or divide them with barriers is futile. » (Said, 2001). Des précautions sont ainsi nécessaires, avant une analyse comparative qui tend à établir des distinctions, et qui juge toujours.

Au moins trois précautions s'imposent avant une lecture comparée du droit musulman. La première est méthodologique, la deuxième est herméneutique et la troisième pratique. D'abord, au plan méthodologique, il s'agit d'être conscient de ce que Pierre Legrand souligne comme étant la "subjectivité de la comparaison" (1999). Cela dit, on ne rejettera pas en bloc les avantages de la comparaison de système, qui sont nombreux (Casqueira Cardoso, 2004: 145-150). Mais ces avantages doivent aussi prendre la mesure des inconvénients ou des abus que la comparaison pourra cacher ou même créer. Ces inconvénients sont ceux du lecteur occidental, mais également ceux du créateur de normes – souvent inspirées ou importées d'autres contextes politiques, sociaux et économiques sans relation profonde avec le contexte où elles vont être appliquées, par exemple à des fins de réforme du droit positif national.

Ensuite, au plan herméneutique, il s'agit de prendre la mesure de la différence de lecture anthropologique propre au droit musulman. Yadh Ben Achour a raison de le dire:

“Le droit musulman doit son statut actuel, ses aléas, son devenir, au fait que, tout d'abord, il relève (on a trop tendance à l'oublier) de l'ordre de la conviction, et qu'ensuite il s'inscrit dans les logiques et les stratégies politiques, identitaires, idéologiques, au niveau international et au niveau particulier de chaque société. Cette inscription est d'autant plus forte qu'elle prend pour les croyants une dimension esthétique, celle du Coran lui-même.” (2004: 102).

Il y a bien une dimension relevant de l'ordre de la conviction (une dimension psychologique), d'abord, de l'identité, ensuite, et de l'esthétique dans le droit musulman. Mais n'en va-t-il pas de même de tout droit, musulman ou non musulman. Sans doute, mais encore faut-il reconnaître cette spécificité pluri-dimensionnelle du droit – tâche particulièrement difficile pour le chercheur. Cela a heureusement été fait par certains, qui notent que le droit transmet non seulement des normes, mais également des valeurs morales (cf. Ferreira da Cunha, 1980), même lorsqu'il s'en défend.

Enfin, au plan pratique, il importe de souligner l'existence de spécificités du droit musulman – spécificités qui se retrouvent elles-mêmes dans des droits non musulmans.

La spécificité principale est ici, à mon sens, l'*unité essentielle* du droit musulman. Il existe bien, au-delà de la différenciation des doctrines religieuses et juridiques, une *unité éthique et morale* qui agrège les musulmans dans le monde entier – de la scission entre chiïtes, sunnites et kharidjites, et entre les quatre écoles juridiques sunnites elles-mêmes – unité dont rend en partie compte le concept de «Bien-être général de la communauté» (*Ummah*). À titre d'exemple, on citera l'analyse de Raoutsi Hadj-Eddine Sari-Ali (2002, p. 78-79) qui affirme le consensus de toutes les écoles de pensée juridique autour de trois valeurs ou plutôt trois grands principes: ne pas tuer, ne pas voler, ne pas convoiter, ainsi qu'autour d'un référent doctrinal unique, la sourate 4 verset 59 du Coran¹.

Cela va plus loin, d'ailleurs, car ces principes de base impliquent une unité de la source juridique ultime, de nature holistique, du droit musulman, laquelle se trouve dans le Coran (et la *Sunnah*) ainsi que dans les «commentaires» (*hadiths*) fondamentaux – surtout ceux qui sont de nature à guider les modes de solution en cas de lacune pour la régulation dans le détail de tous les aspects de la vie sociale.

La spécificité n'empêche cependant pas les tentatives de rapprochement. Il serait par exemple légitime de rapprocher les méthodes du droit musulman de celles du droit anglais – et de façon générale au *Common Law*. Tous deux se basent sur un document fondamental – révélé dans le cas du droit musulman, quasi-mythique dans le cas du droit anglais. Tous deux ignorent la distinction entre droit public et droit privé. Tous deux ont une nature holistique, casuistique et flexible, et au moins une même méthode interprétative, basée sur l'analogie. C'est un point que nous retrouverons dans la troisième partie. C'est aussi au Royaume-Uni que le degré de maturité juridique permettant de combiner droit et religion est le plus accentué.²

1. “O vous les croyants obéissez à Allah, et obéissez au Messenger et aux commandeurs d'entre vous” (<http://www.mosquee-pu-teaux.fr/content/view/35/65/>).

2. Le *Fair Employment Act*, de 1976 est un bon exemple de tentative de conciliation pratique entre les droits de communautés religieuses différentes. Cette loi “made discrimination, in both public and private employment, on religious or political grounds unlawful and established machinery for the promotion of equality of opportunity (...)”. In 1981 the Government announced that from

2. La question de la religion et de la démocratie

La question de la combinaison de la religion et de la démocratie est d'abord une question sémantique. L'un comme l'autre de ces termes renvoie à des signifiés divers et complémentaires.

2.1. Définitions des termes et de leur relation

La religion (du latin *religio*) est d'éthymologie discutée (Lalande, 1980). La religion renvoie dans son sens moderne non plus au sens antique de respect et crainte de la colère des dieux, mais plutôt à trois réalités:

D'abord, une communauté de personnes partageant une même *praxis*. Comme le dit Jack Forbes, dans son pamphlet anticolonial, «la religion signifie la vie». On est la religion de la vie que l'on vit sur un mode collectif, dans la mesure où ce que l'on fait dépend étroitement des autres. Ensuite, la religion est également une relation individuelle au spirituel. Cet aspect est plus ou moins développé, et interprété de façon différente (relation directe ou non, etc.). Mais on peut ajouter un troisième sens au terme religion. C'est finalement, dans de nombreux cas – pas dans tous les cas cependant – un ensemble doctrinal. Des préceptes, écrits ou non, qui servent de base à une création intellectuelle plus ou moins complexe. Dans ce cas, cet ensemble doctrinal spécifique, caractérise les deux autres composantes de la religion. Les trois religions monothéistes – Judaïsme, Christianisme et Islam – se sont spécialisées dans cette composante de la religion, en jouant ainsi un rôle doctrinal de médiation sociale qui se rapproche du rôle de médiation sociale joué par le droit lorsqu'il définit, entre autres, les éléments de la démocratie.

À cet égard, quand on utilise le terme de «démocratie», nous nous rapportons à deux aspects:

D'abord, nous nous rapportons à un concept de Sociologie politique. Il s'agit d'une lecture de la légitimation de l'autorité de l'État, basée sur la croyance dans le savoir, dans l'utopie de la souveraineté populaire, et dans la volonté de promouvoir la citoyenneté comme forme de participation soit des personnes, soit des groupes organisés. Le passé du monde arabe et islamique démontre qu'il a toujours recherché l'idée ou l'utopie de la démocratie, la possibilité, à travers de travail et l'intelligence, d'accéder aux plus hautes positions, et d'avoir pour représentants les plus sages des savants (il suffit de penser aux *Histoires des Mille* et *Une Nuits* pour confirmer cette réalité).

En ce sens, la démocratie est un rêve partagé, non seulement propre au monde arabe et islamique – et non-arabe et non-islamique – mais qui dépasse les peuples et les nations, et nourrit la littérature érudite.

Néanmoins, la démocratie a au moins un autre sens. Le terme est associé à une «forme» ou «régime» politique d'État. Cette forme d'État serait le résultat d'une évolution histo-

March 1, 1982, tenders for Government contracts would not normally be accepted from firms unless they held an equal opportunities employer certificate issued under the Fair Employment Act (. . .). In 1989 a new Fair Employment (NI) Act was passed and included within its provisions compulsory monitoring of the religious composition of workforces and the outlawing of indirect discrimination. In addition, guidelines issued with the 1989 Act described permissible affirmative action policies employers might implement to try to lessen imbalances within their workforces. (<http://cain.ulst.ac.uk/csc/reports/majmin2.htm>). Un autre exemple est le *Race Relations Act* de 1976.

rique dont le dernier épisode serait la forme d'État à l'heure actuelle la plus développée, en somme post-industrielle ou du moins post-féodale, et qui prédomine dans à la majorité des pays du globe (Déloye, 1997). Dans cette forme historique d'État, on identifie des instruments de bon gouvernement (*governance* en anglais). Les instruments (souvent des normes) fondamentaux et les processus (comme les élections, pour en citer l'exemple le plus simple) de la démocratie sont de nature constitutionnelle. Une démocratie est un «État de droit», c'est-à-dire un État dont les composantes (parlement, gouvernement, autorités judiciaires, ainsi que la société civile) sont soumis aux règles juridiques fondamentales prévues dans la Constitution, ou autre document fondamental.

On note ici une relation qui peut être exprimée de la façon suivante: la démocratie (D) agrège des instruments fondamentaux (I) et des processus (P) constitutionnellement appliqués (C).

On résumera cette relation à travers la formule suivante:

$$D = C(I + P)$$

On notera avec Johan Galtung (1994) que ces instruments fondamentaux – les droits de l'Homme, ou Droits Humains, selon la traduction portugaise ou espagnole (Direitos/ Derechos Humanos) – sont marqués par leur «occidentalisation» (O). Les processus ne sont pas non plus neutres, comme pourrait le laisser penser le récent développement en philosophie du Droit et en droit positif, d'une théorie de la «procéduralisation» (Lenoble et De Munck, 1996).

D'où une altération de la formule:

$$D = C(I^o + P^o)$$

Par exemple, et sur la question des processus démocratiques, on peut se demander s'il est nécessaire qu'il y ait une constitution, du point de vue formel ? Sans doute pas, si l'on en croit le cas du Royaume-Uni. Ici encore, le parallèle avec de nombreux États arabes et musulmans est intéressant, car s'il existe bien des normes constitutionnelles dans la majorité d'entre eux, il existe également une norme suprême supra constitutionnelle (une constitution *bis* ou occulte en quelque sorte) et qui est le Coran. L'une des erreurs du traité constitutionnel visant à réformer les institutions européennes a précisément été de s'appuyer sur cette idée de «constitution» comme vecteur principal des droits fondamentaux.³

La forme d'État constitutionnel à l'heure actuelle promue, avec son équation propre – et associée au terme démocratie – avec une charte d'instruments et des processus couchés par écrit, est insuffisante. Un autre élément est nécessaire, élément que l'on spécifiera comme une inconnue qu'il importe d'approfondir :

$$D = C(I^o + P^o) + x$$

Car l'État démocratique – un État de droit – n'est pas seulement un État de «droits». C'est aussi une relation au droit et à la société. La religion intervient ici, dans le cas du droit musulman, en tant que régulateur et médiateur des rapports sociaux dans l'État, et au-

3. Une autre erreur est l'inclusion des valeurs chrétiennes dans le traité. L'Europe se caractérise en effet par une pluralité religieuse. Limiter cet aspect, c'est couper un morceau de l'histoire de l'Europe, comme le Portugal a longtemps fait à l'égard de son passé juïdique et musulman.

delà de l'État dans les relations trans-nationales. Le droit musulman, droit qui englobe non seulement des communautés humaines nationales mais aussi trans-nationales, apparaît ici comme une contribution intéressante en vue de découvrir cette inconnue (x) de la démocratie moderne. Il peut contribuer, en fin de compte, à une révision des aspects classiques de l'État de droit.

2.2. Révision des aspects de l'État de droit

Avant tout, un État de droit est soumis à l'impérativité de la règle de droit. C'est cette soumission au droit qui fait que la démocratie peut être décrite, selon Gomes Canotilho (1999 (1): 283) comme «un processus de continuité transpersonnelle». Les personnes passent, le Droit reste – le droit comme lieu et limite de l'espace politique de l'État. Néanmoins, l'État de droit n'est pas seulement un État «légal», ou auquel le Droit donne une continuité. Car sa notion moderne, déjà depuis Platon, associe l'État de droit à un sens téléologique. L'État de droit existe pour quelque chose, pour le Bien, et plus concrètement pour le service de la communauté.

Il s'y ajoute que, selon Mirkine-Guetzévitch (1951) dans ses «principes de méthode» exprimés après la Seconde Guerre mondiale, qu'il est légitime d'affirmer que l'État de droit ne peut pas être vu seulement à travers une analyse formelle ou du «texte» de sa charte fondatrice (une Constitution, par exemple). Comme le fait ressortir Bruce Ackerman (1994), l'État de droit ne passe pas seulement par la simple élection de représentants pour assurer la continuité de l'État – ce qu'il désigne comme un simple «monisme juridique». À ce monisme juridique correspond une vision également «moniste» de la démocratie, où les citoyens agissent seulement à travers leurs représentants. Néanmoins, la notion d'État de droit exige plus que cela. En particulier, elle exige que les citoyens soient en condition de vérifier si toutes les actions, toutes les mesures de leurs représentants et que les agents de l'État prennent soient contrôlées afin que leurs actions correspondent à l'intérêt général des citoyens (situation que Ackerman désigne comme «démocratie dualiste»), et non à des intérêts strictement particuliers (par exemple, d'un groupe de parents ou d'amis).

En résumé: que ce soit par ses objectifs ou par ses procédures, la notion de démocratie apparaît comme extrêmement exigeante. Elle pointe dans trois sens: le premier indique un modèle idéal; le second indique les instruments juridiques et processus qui permettent d'arriver à ce modèle; finalement, elle implique un élément plus délicat (notre inconnue x) qui représente la participation des populations dans leur diversité (ces «peuples») dans l'élaboration des instruments, dans les processus et le contrôle de leurs intérêts, en évitant les déviations de la démocratie.

La démocratie, en tant qu'État de droit, peut aussi se définir par son contraire. On peut améliorer son équation en la définissant par contraste avec *l'État de non droit*.

Selon Gomes Canotilho (1999 (2): 13), trois indicateurs permettent d'identifier les éléments de non droit (ils ne sont pas présentés dans l'ordre où l'auteur les énonce):

– Premièrement, un État de non droit est un État qui identifie le droit avec la raison d'État imposée par son chef. Il s'agit ici d'une entaille à la règle de la continuité transpersonnelle – il s'agit d'une continuité «personnelle». Un des éléments clés de la démocratie est, en contraste, la séparation des pouvoirs, le partage du pouvoir, et ses principes corollaires: contrôle et audit, proportionnalité, subsidiarité;

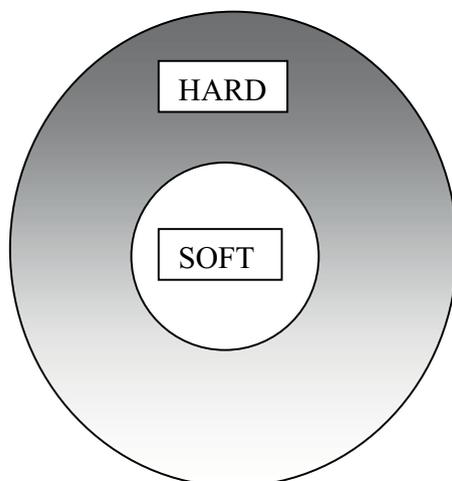
– Deuxièmement, un État de non droit est un État qui est réglé par une radicale injustice et inégalité dans l'application du droit (inégalité devant la loi). Par exemple, inégalité en fonction de la diversité de croyances religieuses ou d'opinions politiques, ou encore de la participation à la vie civique (syndicalisme, associativisme, etc.). Ce dernier point est néanmoins délicat, parce qu'il est difficile de mesurer le degré de « radicale injustice et inégalité ». Il est également difficile de mesurer l'effectivité de l'absence d'injustice et d'inégalité devant la loi à partir des seules déclarations de principes. L'article 10 de la Déclaration islamique universelle des droits de l'homme, par exemple, adoptée par le Conseil Islamique pour l'Europe, le 19 septembre 1981 (http://www.aidh.org/Biblio/Txt_Arabe/inst_cons-decla81_1.htm) affirme que:

- a) le principe coranique « Il n'y a pas de contrainte dans la religion » doit régir les droits religieux des minorités non musulmanes;
- b) dans un pays musulman, les minorités religieuses doivent avoir le choix, pour la conduite de leurs affaires civiles et personnelles, entre la Loi islamique et leurs propres lois.

Pourtant, dans les mondes d'Islam comme en Europe atlantique et méditerranéenne, le traitement des minorités religieuses n'est pas partout exemplaire (citons le cas de la Grèce par exemple, et de la persécution des chrétiens non-orthodoxes). L'évaluation de l'« injustice et de l'inégalité » doit être faite soigneusement, en réfléchissant à chacun de ses éléments. Par exemple, suffira-t-il d'interdire la discrimination, ou faudra-t-il mettre en œuvre un programme de réparation des discriminations ? Les mesures « d'action positive » peuvent produire des résultats immédiats, mais aussi être utilisés par les anciens maîtres du jeu pour auto-reproduire la domination, cette fois avec l'appui de nouvelles élites composées d'ex-minoritaires (Casqueira Cardoso, 1999:564 – 567).

La religion contribue-t-elle à empêcher d'atteindre l'injustice ? Oui et non. Pour reprendre les réflexions de Johan Galtung à propos de ce qu'il nomme un « religio-scape », il y a dans chaque religion des éléments « *hard* » et « *soft* », dans le sens où elles rejettent plus ou moins la violence – violence directe (commise par les acteurs) ou violence sociale (promue par les structures sociales):

Imagine all the sectors emanating from this center of the religio-scape, in all directions. And imagine two concentric circles around the center: one close to the epicenter, the other further out, even much further removed from that *mysterium*, with the religious temperature falling as we move away from the center. Inside the inner circle is what I call “soft” religion. The sense of unity is still there, but in everyday life, not as mystic experience. Religion is warm, compassionate, reaching out horizontally to everybody, to all life, to the whole world without ifs and buts, reservations and exceptions. (<http://www.crosscurrents.org/galtung.htm>)



Simplification du « religio-scape » de Johan Gatung

En somme, on peut déduire de cette analyse que plus un État de droit est conscient de la nécessité de développer les doctrines religieuses qui vivent dans une société, plus il est apte à cultiver la tolérance, et plus il sera préparé à s'opposer aux excès politiques, sociaux et juridiques de la religion.

– Troisièmement et enfin, un État de non droit est un État qui décrète des lois et mesures arbitraires, cruelles ou inhumaines. Ici aussi, nous sommes confrontés à un problème d'appréciation. Quand affirmer avec certitude qu'une mesure est cruelle ou inhumaine ? La peine de mort est-elle inhumaine ? Elle est certes appliquée dans le droit pénal d'États de droit musulmans.

On doit alors se demander quand est atteint, pour une mesure juridique, le point de non droit ? Gomes Canotilho semble – encore sur ce point – avancer une réponse de bon sens : le point de non droit est atteint quand la contradiction entre les mesures juridiques tolérées par l'État et les principes de justice se révèle insupportable à tel point de justifier une résistance (Gomes Canotilho, 1999:12 – 14).

Cette résistance a déjà existé, et existera, de la part de groupes organisés – en particulier les minorités – quand les principes basiques de dignité et de liberté (visés dans les deux Pactes de l'ONU de 1966 – respectivement relatifs aux droits civils et politiques et aux droits économiques, sociaux et culturels) sont atteints de forme irréversible. On dira alors qu'un des éléments clés de la démocratie est, en contraste, le respect pour les groupes dans une situation *de jure* ou *de facto* de minorité ou de vulnérabilité.

Reste à savoir interpréter, sous la forme de prévision, les signes de cette vulnérabilité, dans le monde musulman. Les groupes minorisés ne sont pas toujours médiatisés, et la réalité des mondes d'Islam n'est pas toujours bien connue.

3. Quelques prévisions

De bonnes prévisions impliquent de revenir un peu sur le passé. À cet égard, notons que Bagdad n'a pas été toujours à la capitale dévastée qu'elle est aujourd'hui. Avec le Calife Al-Mansur (754-775 de l'ère chrétienne), et ensuite son fils Harun ar-Rashid (786-809) et petit-fils Al-Mammum (qui a gouverné entre 809 et 833 de l'ère chrétienne), Bagdad était le centre mondial du développement des sciences de la nature et des mathématiques. Les manuscrits du monde entier et de toutes les langues ont enrichi ses fabuleuses bibliothèques. Des scientifiques de toutes les religions et de tous les pays se sont retrouvés dans Bagdad. Il s'y est établi la première Académie, appelée la «Maison de la Sagesse». La Maison de la Sagesse, outre sa bibliothèque, possédait un observatoire astronomique complet. Cette institution a duré environ 200 ans. Grâce à ses travaux, qui ont été repris aux quatre coins du monde, s'est développé le goût et l'enseignement des sciences – en particulier le goût pour les mathématiques (<http://www.malhatlantica.pt/mathis/>), mais également le goût pour les sciences naturelles et pour la médecine.

Dans un mot, la notion actuelle de «civilisation» telle qu'elle est aujourd'hui reprise par la majorité des chercheurs ainsi que, par exemple, l'idée que l'Occident se fait de lui-même, trouve sa genèse dans la relation avec le monde arabe et islamique.

On observe que, avec l'affirmation de la spécificité musulmane – dans un contexte principalement arabe – et en relation avec le judaïsme et le christianisme, ont coexisté en Europe des «mondes parallèles».

Les deux mondes, qui ne font en réalité qu'un, partagent la croyance à un monothéisme absolu et à des valeurs morales humanistes. Ils ont d'ailleurs en commun, des divisions internes aiguës, qui ne contribuent pas à faciliter le dialogue, mais plutôt à renforcer les points de divergence internes et externes. Dans le monde musulman, il s'agit de la division entre la majorité sunnite et la minorité chiite (mais on pouvait focaliser la division entre des Protestants et des Catholiques, avec un conflit séculaire et encore vivant).

Il convient donc d'éviter un jugement précipité sur l'éventuelle existence de «modèles démocratiques» alternatifs dans le monde arabe et musulman.

Comme il a été souligné par plusieurs comparatistes (Seroussi, 2004; Fromont, 2004), le monde arabe et musulmans partage les mêmes systèmes juridiques que la majorité des pays non arabe et non musulman, notamment le système de *Common Law* et/ou de *Civil Law*. Il ne convient pas non plus de tirer de leçons trop rapides de ce constat. En Égypte, par exemple, où la présence anglaise a été significative, le système de *Common Law* n'a jamais pris racine. Au contraire, et comme dans d'autres pays (Syrie, d'Irak), c'est la codification qui a prévalu (du type *Civil Law*, donc). Le monde arabe et islamique est probablement un des exemples d'autonomie juridique la plus claire concernant les modèles coloniaux ou post-coloniaux. Pourtant, c'est un autre exemple que les comparatistes prennent lorsqu'ils veulent souligner les rejets des importations juridiques, comme dans le cas japonais (Agostini, 1988).

Nous sommes ainsi renvoyés à l'interrogation de base de cette subdivision: Quelles sont les caractéristiques du Droit, par voie de conséquence (à travers le concept d'«État de droit»), des démocraties dans le monde arabe et islamique. L'un des premiers éléments de réponse, ou, mieux, une voie d'analyse, concerne les deux spécificités constatées en règle générale dans l'analyse géopolitique du monde arabe et islamique, et qui ressort comme un élément d'inflexion ou de différenciation des autres démocraties.

Premièrement, dans certains cas, l'existence de régimes constitutionnels (Droit Public) dont la matrice est d'origine religieuse (dont la principale source est le Coran). En second, l'application au statut des personnes (Droit privé) de droits de source religieuse (dont la principale source est également le Coran). On laissera pour le moment de côté les aspects de droit privé, pour nous concentrer sur les aspects publicistes – et plus particulièrement sur la question des pouvoirs dans l'État.

À l'intérieur du Droit Public, et comme a déjà été évoqué dans la deuxième partie de ce travail, les éléments essentiels de l'État de droit sont au nombre de trois: la séparation des pouvoirs, la promotion de la diversité et de la représentativité (dans la fonction publique et dans le pouvoir judiciaire), ainsi que la sauvegarde des droits fondamentaux (en particulier concernant les minorités): tous ces aspects sont essentiels pour qualifier un État de droit. Le manque d'un seul de ces éléments met en danger l'État de droit, car il a des conséquences en chaîne sur les autres. Il suffit de penser à la violation systématique des droits des minorités (non en nombre mais en statut) noires en Afrique du Sud, dans la phase de l'*apartheid*.

En s'interrogeant sur le Droit Public et, en particulier, sur le Droit constitutionnel à la lumière du Droit Islamique, on se penchera sur l'un des éléments de l'État de Droit: la séparation des pouvoirs.

La séparation des pouvoirs implique, dans l'analyse ici développée, quatre questions divisées dans deux blocs: en premier, deux fausses questions; en second, deux questions plus pertinentes. Voyons les deux fausses questions:

– En premier, on peut considérer que n'est pas en cause ici la question de la laïcité de l'État. La question de la laïcité de l'État renvoie à la problématique du caractère neutre de l'État comme entité publique, débat que l'on peut considérer comme en grande partie spéculatif. Il suffit de penser à la question posée par le féminisme dans l'orientation masculine des institutions publiques, ou encore au débat sur le pouvoir des lobbys dans les décisions de l'État. L'État n'est en réalité jamais neutre. Il pourra tout au plus "s'affirmer" laïque. Le problème ne semble pas être celui de la sécularisation de l'État, mais bien un autre – celui de ses options religieuses et culturelles dominantes.

– En second, il convient d'éloigner ce débat sur le Droit Public de la question controversée de la théocratie islamique ou «État islamique». L'État islamique, en tant que tel, n'existe pas. Une tentative spécifique s'est produite après la révolution iranienne, dans les années 70, et la montée au pouvoir d'une autorité religieuse – le sacerdoce et érudit (*Ayatollah al-uzma* – ou grand Ayatollah) Khomeiny. Dans ce cas particulier, il a y eu une double combinaison: d'une part, l'autorité religieuse Ayatollah Khomeiny a été considérée comme juge suprême; d'autre part, il a y eu subordination simultanée à cette autorité des principaux pouvoirs constitutionnels – Parlement, Président et Premier Ministre (Sardar et Malik, 2005: 156). En résumé, c'est cette combinaison seule qui permet, outre le caractère minoritaire du contexte où il s'est produit (dans le contexte du chiisme, courant essentiellement concentré à l'Iran), de considérer ce cas comme spécifique. Il serait également erroné de considérer que les mouvements fondamentalistes ont quelque chose à voir avec la révolution iranienne, car la révolution iranienne a eu un caractère clairement institutionnel et formalisé, et les mouvements fondamentalistes sont précisément des mouvements.

Il convient de souligner que, selon nous, il n'y a aucune incompatibilité entre Droit Islamique et Droit Public ou Droit Constitutionnel. Au contraire: le Droit Islamique constitue, à travers ses principales sources (le Coran, et autres sources interprétatives de celui-ci), une inspiration en vue de principes fondamentaux. Après tout, ce phénomène n'est pas aussi difficile à percevoir dans les pays principalement non musulmans, où, par exemple, le Talmud (en Israël) constitue une inspiration des principes fondamentaux, ou le Nouveau Testament biblique – dans la majeure partie de l'Europe et dans les Amériques – et son intention bien connue de justice sociale inspirent les principes politiques et constitutionnels des pays en cause. La question qui intéresse ici est autre, bien qu'on puisse la considérer comme liée aux questions ci-dessus évoquées: c'est le problème de la séparation des pouvoirs et des droits publics – dans ce cas du pouvoir de l'État et du pouvoir (ou des pouvoirs, y compris judiciaire) de nature affirmativement religieuse ou spirituelle. Il existe pour le moins deux éléments pertinents d'analyse de cette question:

– En premier, et en connexion avec la soi-disant expansion de la «loi islamique» dans plusieurs États (Algérie, pays de l'Afrique noire, en particulier). Comme Sardar et Malik le font ressortir (2005: 159), la re-islamisation du Droit Public consiste essentiellement à placer un «petit nombre de normes juridiques classiques liées à des sanctions, à la situation de la femme et à d'autres aspects spectaculaires de la jurisprudence classique». L'interprétation correcte à donner à ces normes est, néanmoins, qu'elles peuvent seulement s'appliquer dans des conditions extrêmes, et après avoir satisfait certaines conditions de base – en particulier l'impératif de justice équitable et de compassion qui inspire les principes fondamentaux du Droit Islamique. À titre d'exemple, une *fatwa* – «délibération formelle ou décision concernant une question [de Droit Islamique]» (Ahmed, 2002: 23) – décision qui peut être prise par tout chef religieux, «doit être ratifiée dans un tribunal compétent pour obtenir le statut juridique» (*id*).

– Second élément d'analyse: la réalité de la nationalisation (ou publicisation) des biens religieux dans les États principalement musulmans. Pour aussi étrange qu'il puisse sembler, dans beaucoup d'États du monde islamique⁴, les biens religieux ne sont pas la propriété des congrégations religieuses, mais de l'État. En d'autres mots, on n'assiste pas à une islamisation des biens, mais plutôt à une dés-islamisation, tout au moins du point de vue de leur gestion et de la responsabilité juridique. C'est le cas en Tunisie, en Algérie, en Égypte, en Turquie et en Syrie (Hafiz et Devers, 2005: 72).

Conclusion

Du droit musulman, dont la spécificité a été peu détaillée ici, on retiendra qu'il se caractérise par des valeurs et des méthodes proches de celles des systèmes juridiques connus sous la dénomination de «familles» juridiques européennes (*Common Law* ou *Civil Law*). En plus de la communauté juridique qui transcende et rapproche les juristes, le droit musulman s'apparente aux États de droits dont les sociétés partagent des religions monothéistes.

4. Le terme monde islamique ne doit pas être lu comme une forme quelconque d'essentialisation. Il s'agit certes d'une simplification d'usage. On peut lui préférer: «monde(s) islamisé(s)» ou, de façon plus détaillée, «zones géographiques (et non pas seulement États) où la population majoritaire est de confession religieuse musulmane».

Dans ces sociétés, pas plus que dans d'autres, l'État de droit n'est exclusif de la religion. Bien au contraire, il l'accueille, alors même que l'État s'affirme laïque ou neutre. La religion ne représente pas pour l'État de droit une menace, mais plutôt une opportunité. En effet, les démocraties, et pas seulement celles du monde arabe et islamique, sont menacées par les excès de l'État de droit: la subsidiarité (entendue comme décentralisation, par exemple), la défense des minorités, la liberté des cultes, qui sont des conditions *sine qua non* de l'État de droit, peuvent aussi se retourner contre les instruments et les processus de la démocratie et miner l'État de droit.

La religion, les religions en général, peut contribuer à introduire dans l'État de droit de la médiation, des valeurs, des principes informateurs, et leur développement permet de désamorcer l'une des critiques de l'extrémisme qui décrit les instruments et processus de la démocratie comme nécrosés, trop occidentaux, ou encore post-coloniaux. On peut ainsi se demander si la religion, et le droit musulman en particulier, ne contribue pas finalement à introduire dans le droit l'élément de citoyenneté que certains systèmes juridiques cherchaient à introduire, sans succès, en éliminant toute référence au religieux. Toutefois, cette référence au religieux ne saurait se comprendre, ni être compatible avec la démocratie, sans une initiation réelle au pluralisme.

Bibliographie

- ACKERMAN, Bruce, La démocratie dualiste, in Troper, M. e Jaume, L. (1994). *L'invention de la Constitution*, Paris: Bruylant-LGDJ.
- AGOSTINI, Éric (1988). *Droit Comparé*. Paris: Presses Universitaires de France.
- AHMED, Akbar S. (2002). *O Islão*, Lisboa: Bertrand editora.
- BEN ACHOUR, Yadh, L'articulation du droit musulman et du droit étatique dans le monde arabe actuel, in: Frégosi, Franck, *Lectures contemporaines du droit islamique*, Strasbourg, Presses universitaires de Strasbourg, 2004, pp. 101-120.
- BLANC-JOUVAN, Xavier (2000). *L'avenir du droit comparé – Un défi pour les juristes du nouveau millénaire*, Paris: Société de Legislation comparée.
- CASQUEIRA CARDOSO, João (1999). For a Critical Assessment of the European Union Approach to Positive Action, *Universa – Revista da Universidade Católica de Brasília*, Fevereiro, pp. 563-590.
- CASQUEIRA CARDOSO, João (2004). As vantagens da comparação jurídica de sistemas, *Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais*, pp.145-150.
- DÉLOYE, Yves (1997). *Sociologie historique du politique*, Paris: La Découverte.
- FERREIRA DA CUNHA, Paulo (1980). *Introdução à Teoria do Direito*, Porto, Rés.
- FORBES, Jack (1992). *Columbus and Other Cannibals: The Wetiko Disease of Exploitation, Imperialism and Terrorism*, New York: Autonomedia/Semiotexts.
- GALTUNG, Johan (1994). *Human Rights In Another Key*, Cambridge: Polity Press.
- GOMES CANOTILHO, José Joaquim (1999(1)). *Direito Constitucional*. Coimbra: Almedina.
- GOMES CANOTILHO, José Joaquim (1999(2)). *Estado de Direito*, Lisboa: Gradiva.
- HAFIZ, Chems-eddine, DEVERS, Gilles (2005). *Droit et religion musulmane*, Paris: Dalloz.
- HUNTINGTON, Samuel P. (1996). *The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order*, New York, Simon & Schuster.

- LALANDE, André (1980). *Vocabulaire technique et critique de la philosophie*, Paris: Presses Universitaires de France.
- LEGRAND, Pierre (1999). *Droit Comparé*, Paris: Presses Universitaires de France.
- LENOBLE J., De MUNCK J. (1996), «Droit négocié et procéduralisation», in Ph. GERARD, F. OST and M. VAN DE KERCHOVE (eds), *Le droit négocié*, Bruxelles: Publications des Facultés universitaires St Louis, pp. 171-196.
- MAY, Tim (1996). *Social Research: Issues, Methods and Process*, Buckingham: Open University Press.
- MIRKINE-GUETZÉVITCH, Boris (1951). Propos de méthode, *Revue internationale d'histoire politique et constitutionnelle*, n.º 1 e 2.
- RAOUTSI HADJ-EDDINE Sari-Ali, Évaluation sous l'angle de la morale musulmane, in: Massué, J.-P. (coord.), *Éthique et médecine des catastrophes*, Strasbourg, Éditions du Conseil de l'Europe, 2002, pp. 73-81.
- SAID, Edward W. (2001) The Clash of Ignorance, *The Nation*, 4 octobre (<http://www.thenation.com/doc/20011022/said>).
- SARDAR, Ziauddin, MALIK, Zafar Abbas (2005). *Islam para todos*, Barcelona: Paidós.

A Formação do Partido Independente de Moçambique (PIMO)

Raúl Braga Pires*

p 91-109

O presente artigo sobre a formação do Partido Independente de Moçambique (PIMO), retoma o essencial de um capítulo retirado da minha dissertação de Mestrado cujo objecto de estudo é a Comunidade de Muçulmanos Sunitas de origem asiática, em Moçambique.

Será dado um enquadramento histórico, social, étnico e estatístico relativamente à Comunidade Islâmica de Moçambique no seu geral, com referência a algumas particularidades sobre a origem da minoritária, mas muito influente Comunidade Muçulmana Sunita, de origem asiática.

Analisaremos com algum detalhe um momento de aproximação entre o regime e as várias confissões religiosas, numa reunião organizada pelo Partido-Estado, FRELIMO, em Dezembro de 1982, cujas consequências ainda hoje se fazem sentir na grande família muçulmana de Moçambique.

Em 1990 a redacção e aprovação de uma nova Constituição, que abre o caminho para o multipartidarismo e realização de eleições democráticas e livres, faz adivinhar a Paz que viria a ser assinada em 1992 entre RENAMO e FRELIMO. Nos 2 anos seguintes os muçulmanos tentam organizar-se, entram em acordos e desacordos, fazem *bluff*, contam *espionagens* na procura do Espaço Público. Surge o PIMO, projecto liderado inicialmente pelos asiáticos sunitas, acabando por vir a ter uma liderança negra, pois os primeiros são, a determinada altura, seduzidos a integrar a Bancada Parlamentar da FRELIMO, constituindo o chamado *Movimento Islâmico*.

Esta primeira legislatura, de 1994 a 1999, será também analisada ao pormenor, nomeadamente no que toca à acção e ao relacionamento do grupo dos 20 deputados muçulmanos da FRELIMO, no que é considerado por muitos como o “negócio” que os fez aderir a esta Bancada Parlamentar, em detrimento do projecto PIMO, a consagração dos dias de Eid em feriados nacionais.

* CEaup

Origens¹

As origens do Islão em Moçambique remontam aos séculos VII e VIII da Era Cristã. Fruto do comércio praticado por árabes vindos da região do Golfo Pérsico, bem como de outros comerciantes e pescadores vindos do sub-continente indiano, a actual Província de Sofala² era o local mais a sul do Oceano Índico onde os muçulmanos tinham chegado e se tinham estabelecido exclusiva e estrategicamente na orla costeira com o objectivo de escoar os produtos que vinham do interior, nesta primeira fase. A costa moçambicana enquadrava-se, complementava, bem como dependia das rotas comerciais de Zanzibar e das Ilhas Comores.

Em termos religiosos, esta zona norte do actual Moçambique, estava dividida em duas grandes Irmandades-Mãe, a Confraria Kadiria (ou Cadria, Kadri ou mais correctamente Qâdiriyya), com cinco Confrarias locais saídas dela e, a Confraria Xadulia (Chadulia, Chaduly Liaxuruti ou simplesmente Liaxuruti ou Liaxeruti), com três Confrarias saídas dela. As primeiras têm uma remota origem iraquiana, as segundas uma origem omanita apesar do seu *Walî*³ ter nascido na Tunísia. Mas ambas chegaram a Moçambique suahilizadas, via Zanzibar e Comores.⁴

Uma terceira Confraria, a Rifa'iyya, menos organizada e possante, substitui mais tarde as estruturas dos antigos Sultanatos e Emiratos, nomeadamente o de Angoche.⁵

Estas 3 Confrarias, Kadiria, Xadulia e Rifa'iyya são soufís e pertencem à Escola Jurídica (ou Rito) Chafi'ita, fundada por Muhammad ben Idriss ax-Xafé'e, surgindo mais tarde a Escola Jurídica Hanifita, fundada pelo Persa Abu Hanifa, a qual penetrou em Moçambique com os muçulmanos provenientes do Paquistão e Índia sob domínio inglês.⁶

Durante os séculos seguintes vão surgindo ao longo da costa das actuais províncias de Cabo Delgado, Nampula, Zambézia e Sofala vários reinos afro-islâmicos, como são disso exemplo os Xicados de Quitangonha, Sancul, Sangage, Tungue e o Sultanato de Angoche.⁷ Após uma fase inicial de fixação costeira, a chegada dos portugueses e demais europeus altera substancialmente as relações comerciais e de poder nestas sociedades, transformando Zanzibar num pólo económico e político regional⁸ a partir da segunda metade do século XIX, proporcionando um avanço dos muçulmanos para o interior do território, alargando a malha comercial e rede de contactos existente, transportando consigo hábitos culturais e praticas religiosas. A partir de 1850 é notória uma islamização efectiva dos povos Macua e Yao, fazendo do vale do Rio Zambeze e das Terras Altas do Shire fronteiras religiosas. Os principais atractivos do Islão eram as oportunidades comerciais que oferecia e o prestígio associado à cultura, ao vestuário, às técnicas de construção e à literacia suahílis. Poderá também ter oferecido uma nova segurança às pessoas cujas vidas estavam constantemente em perigo, em virtude da escravatura, dos ataques angunes

1 Braga Pires, Raúl; "O Islão em Moçambique: Breve Resenha Histórica."; Revista Fora de Lugar: Fronteiras, Migrações e Minorias, Págs. 109 e 110; Edição de Débora Quaresma e Susana Guerra; Lisboa, Dezembro de 2006.

2 Sofala, em Árabe significa "Terras Baixas".

3 Fundador da Confraria-Mãe, o Wali, do árabe Madhi, "O Iluminado", considerado possuir um poder sobrenatural, definido pelo seu "Baraka", Benção.

4 Medeiros, Eduardo; "Irmandades Muçulmanas do Norte de Moçambique (Ideologias e Religiões em Moçambique, I), pág. 61; Collecção "Textos de Apoio DCI", 25; Universidade Técnica de Lisboa, Instituto de Economia e Gestão, 1995/96.

5 Morier-Genoud, Eric; "L'islam au Mozambique après l'indépendance-Histoire d'une montée en puissance"; L'Afrique politique 2002, Islams d'Afrique: Entre le Local et le Global; Centre d'Étude d'Afrique Noire; Éditions Karthala.

6 Medeiros, Eduardo; op. cit. pág. 59.

7 "História de Moçambique-Volume I"; Direcção de Carlos Serra; Livraria Universitária, Maputo, 2000.

8 Morier-Genoud, Eric; op. cit.

ou das incertezas da Disputa de África pelos Europeus, mas talvez o mais importante de todos fosse o facto de o Islão, com as suas instituições patrilineares e patriarcais, proporcionar oportunidades únicas de os homens das sociedades matrilineares poderem instituir novos modelos de relações sociais e políticas.⁹ Até ao início do Século XX, a resistência dos “moçambicanos” fez os portugueses confinarem-se a apenas algumas feitorias na costa, especialmente no norte fortemente islamizado. Foi apenas nas duas primeiras décadas deste mesmo período que os portugueses, armados com moderno equipamento militar, fruto da militarização da zona durante a Grande Guerra de 1914/18, conseguiram aniquilar o Sultanato de Angoche. É precisamente este o princípio do fim da hegemonia militar e comercial dos muçulmanos no país, pois permite aos portugueses fixarem-se em segurança e definitivamente nesta região costeira estratégica e concentrarem-se no avanço até ao Niassa. Após a queda dos Macuas de Angoche e Nampula, seguir-se-iam os Yao, culminando esta batalha em 1916 com a derrota do Sultão M'taka, nas montanhas próximas do Lago Niassa. O norte do território estava conquistado.¹⁰

A COMUNIDADE ASIÁTICA SUNITA



Figura 1

9 Newitt, Malyn; “História de Moçambique”, págs. 381/2; Biblioteca da História; Publicações Europa-América, 1997.
 10 Ahmedali, S. A.; “Islam in Mozambique (East Africa)”, pág. 47; Islamic Literature, Vol. XV, 1969.

As comunidades asiáticas sunitas residentes em Moçambique, são fundamentalmente originárias da Província do Gujarat, na Índia. Entre estas destacam-se os Surtis, originários do Distrito de Surat, os Kanianas, originários do Distrito de Bharuch e os Memons, habitualmente considerados como pertencentes a Kathiawar, a Península que se situa entre os Golfos de Kachchh e de Khambhat¹¹ (Fig. 1). Entre os *indianos* “moçambicanos”, é usual referirem-se a este aspecto como sendo membros de castas diferentes, aliás, na correcta tradição indiana hindu. Mas neste caso, tratando-se de muçulmanos, tal designação é incorrecta, não apenas por se tratarem de diferentes origens geográficas, mas pela própria transversalidade ética e moral islâmicas, que não permitem qualquer tipo de diferenciação qualitativa do indivíduo, ao contrário do sistema de castas hindu.

A História dos Memons¹², é provavelmente uma das melhores documentadas dos povos islamizados no sudoeste asiático. Originariamente pertencentes à seita hindu dos Lohanas, confinados ao comércio, cerca de 700 famílias, num total de 6178 indivíduos, converteram-se ao Islão, sob os auspícios de Sayed Ameeruddin Nuzat, por volta do ano de 1422 da Era Cristã, num local chamado Nagar Thatta, na Província de Sindh, actual Paquistão. Expulsos pelas restantes famílias hindus aí residentes, tornaram-se uma espécie de povo cigano, mudando-se para Okha Bundar, depois para Kutch, de onde partiram de novo para Kathiawar, local onde permaneceram tranquilamente um bom período de tempo. Os Memons não são uma Nação, quando muito consideram-se uma tribo, uma tribo nómada, a qual não tem território ao qual possa chamar seu, não demonstrando igualmente ambições a tal. Não têm Rei, Coroa, bandeira, hino, ou líder. Têm, no entanto, uma particularidade que muito apreciam e os distingue dos restantes muçulmanos indo-paquistaneses, a sua Língua. O Memoni¹³, é um dialecto apenas falado, não escrito, que mistura o Sindhi com o Kutchi. Na brincadeira e em resposta a certas provocações sobre o seu dialecto, dizem tratar-se da Língua do *Jannat*¹⁴, já que apenas é falada e não escrita.

Relativamente à distribuição geográfica destas comunidades em Moçambique, os Memons concentram-se mais em Nampula, os Surtis em Maputo e os Kanianas na Beira.

Do ponto de vista religioso, todas estas comunidades seguem a Escola de pensamento islâmico Hanifita, dividindo-se depois em diferentes movimentos dentro da mesma Escola, como são os casos do movimento deobandi e do movimento barelvi. Os Memons, seguidores em regra do movimento barelvi, são soufis que acreditam na omnipresença do Profeta Mohammad, celebram o seu aniversário, bem como acreditam que o mesmo é criado de energia luminosa, *Noor*, no original árabe.

Para os deobandis Kanianas e Surtis, todos estes aspectos barelvis mais não são do que *Bidah*, inovações profundamente reprováveis e corruptoras da pureza religiosa. Também soufis, os deobandis preocupam-se muito mais em seguir o *sunat*¹⁵ do Profeta. Movimento de raiz iconoclasta, pois a sua origem prende-se exactamente com a tentativa de correcção sobre a corrupção que os ingleses estavam a provocar no Islão, em todo o subcontinente indiano, a partir da segunda metade do século XIX.

É precisamente inspirado neste Movimento, que surge um outro nos anos 20 do século XX, o *Tabligh Jamaat*, grupo de missionários islâmicos, que em Moçambique curiosa-

11 Estes locais, noutras publicações, também poderão ser denominados como Golfo de Kutch e Golfo de Cambay

12 Para uma apreciação mais detalhada, consultar <http://www.memon.com>

13 Para mais detalhes sobre o Memoni, consultar <http://www.as-sidq.org/memoni/>

14 “Paraíso” em árabe.

15 “Tradição” do Profeta em todos os aspectos da sua vida diária. A forma como vestia, como comia, como bebia, como dormia, como tomava banho, como fazia as chamadas “necessidade maiores e menores” no WC, etc.

mente congrega Memons, Surtis, Kananias, negros e mulatos, sendo um dos muitos espaços onde são perceptíveis as rivalidades Memon/Surti e *Indianos/Negros e Mulatos*.

Dados Estatísticos

Dados relativos ao *census* organizado pelo Instituto Nacional de Estatísticas de Moçambique¹⁶, em 1997, revelam que o número total de muçulmanos moçambicanos equivale a apenas 17,8% dos cerca de 17.000.000 de residentes nados no país. Uma percentagem bastante baixa, relativamente ao constatado no terreno pela pesquisa que efectuamos, bem como pelo facto de as províncias mais habitadas serem Cabo Delgado, Nampula e Zambézia, sendo as duas primeiras quase que islamizadas na sua totalidade e, na última, não ser sequer contemplado qualquer valor percentual relativamente aos muçulmanos, podendo também ser acrescentado o facto de o Niassa, outra província no norte, embora menos populosa, ser de maioria islâmica, por via da Tribo Yao.

Esta falsidade nos dados revelados não se prende com situações que à primeira vista poderão parecer óbvias, como a falta de meios logísticos, financeiros, ou outros. Técnicas de contabilização dos tempos coloniais continuam a ser utilizadas: se o cabeça de casal tem como nome próprio um nome cristão, apesar de ser muçulmano, este e toda a sua família são contabilizados como católicos. Por outro lado, há um claro interesse na elite política moçambicana em não chamar demasiado as atenções das endinheiradas monarquias do Golfo, respectivas ONG's e agências de desenvolvimento, para estas não terem razões em ver Moçambique como um campo fértil para os seus projectos junto das diversas comunidades islâmicas existentes no país.

Em todo o caso e, na falta de dados mais fiáveis, mas baseando-nos no que foi observado no local e no que debatemos com moçambicanos das mais diversas áreas, será seguro afirmar que a percentagem de muçulmanos no território, será certamente acima da fasquia dos 30% relativamente à restante população. Aguardamos, no entanto, os resultados do III Recenseamento Geral da População e Habitação, iniciado no 4º trimestre de 2007.

O Islão Independente¹⁷

Após a independência de Moçambique em 1975, a FRELIMO não adopta uma política anti-religiosa nem particularmente anti-muçulmana¹⁸ mas tenta circunscrever as actividades religiosas ao interior das mesquitas e das igrejas e ao domínio individual e privado. Em 1977, durante o III Congresso do partido (o primeiro após a independência), a FRELIMO adopta o Marxismo-Leninismo como ideologia oficial e decide-se à construção plena e efectiva de uma sociedade socialista em Moçambique. Adopta-se uma política anti-religiosa e é promovido junto da população o marxismo e o ateísmo, em substituição da religião. Pode inclusivamente dizer-se que o Estado moçambicano deu a esta nova orientação uma *pretensão teológica*.¹⁹

¹⁶ II Recenseamento Geral da População e Habitação, 1997. Instituto Nacional de Estatísticas.

¹⁷ Braga Pires, Raúl; op. cit. Pág. 113.

¹⁸ O Presidente Samora Machel, aconselha inclusivamente os muçulmanos a organizarem-se, o que permite o surgimento do Centro Islâmico de Moçambique, mais tarde Conselho Islâmico de Moçambique, liderado na altura pelo Sheikh Abubacar Mangirah. Em contraponto a esta organização, surge o Congresso Islâmico de Moçambique.

¹⁹ Morier-Genoud, Eric; op. cit

De 14 a 17 de Dezembro de 1982, a FRELIMO promove um encontro em Maputo entre as mais altas chefias do Estado e os representantes das várias organizações religiosas no país. A publicação “Consolidemos aquilo que nos une”,²⁰ que reúne todos os discursos efectuados durante este encontro, é um documento fundamental para percebermos o *Nation Building Process* e o *processo de frelimização*, pelo qual Moçambique passava por estes anos. O Presidente Samora Machel, tanto no discurso de abertura, como de encerramento dos trabalhos, bem como nas intervenções intermédias que não se escusou a fazer sempre que achou necessário, demonstrou, como aliás seria de esperar, profundos conhecimentos sobre as diversas realidades moçambicanas. Pautou o discurso num maniqueísmo de patriotas e anti-patriotas,²¹ termos aliás utilizados amiúde, sempre em referência ao colonizador e mais recentemente à Guerra Civil que já se desenrolava contra a RENAMO, revelando e falando abertamente sobre todos os riscos que o país correria se determinados caminhos fossem os seguidos. Em resumo, Machel desenvolve as seguintes *ideias-força*, sempre no registo da defesa do interesse nacional:

- a) aviso às igrejas para que não caiam no sectarismo e no proselitismo, permitindo-lhes a abertura de novos locais de culto, de acordo com o número de crentes no local onde for submetido o pedido;²²
- b) consciente das igrejas como difusoras de ideologia, preocupa-se com a tentativa de ajustar as várias *ideologias* religiosas, à do Partido;²³
- c) a questão da língua, ou das várias línguas existentes no território, é identificada como sendo o principal problema do país;²⁴
- d) preocupação com a fuga de quadros, perante as ofertas de bolsas de estudo de países estrangeiros. Se as instituições religiosas recebem propostas, o Estado também as recebe e há que harmonizá-las, para melhor as controlar, dando preferência à hipótese da vinda de quadros do exterior, afim de evitar que aquando do regresso dos estudantes, estes sirvam de importadores de hábitos e costumes forasteiros, os quais poderão atentar contra a construção da *moçambicanidade*;²⁵
- e) rude ajuste de contas com a Igreja Católica e o seu colaboracionismo com o colonialismo;²⁶
- f) referência à RENAMO e nova acusação ao colaboracionismo prestado a estes pela Igreja Católica, negando o que se comentava em surdina, de que a presente reunião surgira como forma de recrutar novos apoios, perante os avanços dos *Bandos Armados*. Outro assunto comentado à *boca pequena* neste encontro, seria o precedente que esta aproximação às confissões religiosas poderia degenerar numa aproximação ao inimigo e com este promover a reconciliação nacional, sendo dado a entender que seria a Igreja Católica que estaria por detrás deste rumor. É demonstrada, no entanto, uma total inflexibilidade ao diálogo;²⁷

20 “Consolidemos aquilo que nos une.”; Coleção Unidade Nacional, n.º 1; Edição 0386/INLD/83 – Instituto Nacional do Livro e do Disco, 1983.

21 Idem, Pág. 98.

22 Ibidem, Pág. 18 e 19.

23 Ibidem, Pág. 32.

24 Ibidem, Pág. 46.

25 Ibidem, Págs. 45 e 46.

26 Ibidem, Págs. 53 a 61.

27 Ibidem, Págs. 61 a 65.

- g) acusação feita à República da África do Sul de ser o ponta-de-lança do Imperialismo na região;²⁸
- h) as nacionalizações, ponto focado por todas as confissões, são apresentadas como uma forma de libertação e como a maior conquista do Povo de Moçambique, apesar de reconhecer que houve erros e abusos em todo o processo. Também é feita a apologia das igrejas protestantes que em 1974 ofereceram à FRELIMO as escolas que tinham construído para servirem de alternativa ao ensino colonial, juntamente com os hospitais anexos às mesmas;²⁹
- i) anúncio que o Ministério da Justiça será a estrutura competente para fazer a ponte entre o Estado e as confissões religiosas, aconselhando as mesmas a também se organizarem para melhor agilizar todo o processo;³⁰
- j) preocupação em conciliar o sentido e o sentimento de Pátria com o ensino ministrado pelas instituições religiosas, na construção do *Homem-Novo*.

Na intervenção dos muçulmanos,³¹ Abubacar Mangirah, Presidente do Conselho Islâmico, refere-se ao Estado como “o nosso Governo” e à FRELIMO como “o nosso Partido”,³² cita o Profeta dizendo que “amar a Pátria faz parte da crença”³³. Queixa-se do facto de ao não serem reconhecidos pelas organizações internacionais não lhes permitir receber financiamentos indispensáveis para ajudarem à construção nacional e fazer face às calamidades que surjam, elencando também as seguintes dificuldades ao nível provincial:

- a) proibição do ensino da doutrina, assim como a prática do culto, nomeadamente em algumas localidades das províncias de Inhambane, Nampula, Niassa e Cabo Delgado;
- b) necessidade de envio ao estrangeiro de cidadãos muçulmanos para o ensino religioso, técnico e científico, utilizando bolsas de estudo oferecidas pelos países muçulmanos, nomeadamente Líbia, Iraque, Arábia Saudita e Egipto;
- c) necessidade de oficialização de dispensas aos muçulmanos nas duas festas anuais (IDES);
- d) concessão de um terreno e autorização para a construção de um Seminário para a formação de Imamos;
- e) autorização para a estada de Imamos e Álimos³⁴ remunerados pelas organizações religiosas internacionais, para trabalharem em Moçambique;
- f) gestão de mesquitas e madrassas. Com a nacionalização dos prédios de rendimento, as comunidades muçulmanas têm estado a enfrentar grandes dificuldades para garantir a sua manutenção;
- g) complexo Annuaril Islamo. Necessidade de restituir as salas de aula existentes, ocupadas pelo Ministério da Educação e Cultura, aquando das nacionalizações;

28 Ibidem, Pág. 92.

29 Ibidem, Pág. 97.

30 Ibidem, Pág. 100.

31 No documento em análise, Abubacar Mangirah, é apresentado como o primeiro palestrante muçulmano, sendo tal facto negado por Hassan Makda, em representação da Comunidade Maometana e futuro Presidente do Congresso Islâmico, o qual diz ter-se dirigido à assembleia em primeiro lugar, em entrevista concedida em Maputo a 21 de Junho de 2007. A ser verdade, tal facto poderá ser elucidativo da preferência demonstrada pelo regime por Mangirah, figura detentora de formação superior adquirida no estrangeiro, exemplo do *Homem-Novo* a construir.

32 Ibidem, Pág. 26.

33 Ibidem, Pág. 26.

34 Imams, Imamos, Álimos, podem ser designados por clérigos.

- h) acordo estabelecido com a Liga Mundial Islâmica da Arábia Saudita, para a oficialização do Conselho Islâmico de Moçambique, aguarda sancionamento governamental;
- i) o Sector de Cultos³⁵, do Ministério da Justiça, é acusado de ser fomentador de divergências no seio muçulmano.³⁶

Outro interveniente, de outra delegação muçulmana, em representação da Comunidade Maometana, foi o jovem Hassan Makda, que assumia as funções de Coordenador da mesma com pouco mais de 30 anos (referiu que o Presidente Machel o passou a tratar como “o miúdo do Alto-Maé” a partir desse dia)³⁷. A sua intervenção é bastante emocional devido a ter tido conhecimento da realização do evento na própria manhã do mesmo. As razões apontadas pelo próprio para tal, devem-se àquilo que podemos caracterizar como um crescendo das rivalidades entre soufis e wahabitas. Abubacar Mangirah, formado na Arábia Saudita, Presidente do Conselho Islâmico de Moçambique³⁸, tinha-se assumido perante as autoridades como representante dos muçulmanos de Moçambique e não tinha convocado a Comunidade Maometana para a reunião preparatória que tinha havido com membros do Governo, 3 semanas antes. À chegada inesperada da delegação da Comunidade Maometana ao edifício do Conselho Municipal de Maputo, onde decorreu o encontro, a delegação do Conselho Islâmico ainda tentou convencer os primeiros a integrarem o seu grupo, mas recusaram de imediato, bem como Makda se recusou a sentar à mesma mesa que Mangirah, no segundo dia, aquando da realização da reunião do grupo de trabalho islâmico. O Ministro da Justiça presidia a este grupo de trabalho³⁹ e ao insistir com Makda, este acede ao seu pedido.

Em nome da Comunidade Maometana, Hassan Makda apresenta um projecto de criação de uma organização federadora de todas as associações, confrarias e muçulmanos moçambicanos, com representação nacional e reconhecimento internacional. Este também é o projecto de Abubacar Mangirah⁴⁰ e do Conselho Islâmico de Moçambique, a que preside, tendo feito acusações de racismo exercido por parte dos asiáticos *maometanos* a negros e a mulatos e do controlo que exercem sobre os imams nas várias mesquitas.

Sem dúvida que toda a sociedade colonial, ou pós-colonial, é sempre uma espécie de *hierarquia de frustrações*: não existindo qualquer família negra que tenha um emprego doméstico⁴¹ asiático, todas as famílias asiáticas têm empregados domésticos negros e mulatos. Com certeza que à época deste encontro também assim seria. Para além das diferenças em algumas práticas culturais entre soufis e wahabitas, bem como entre negros/mulatos e asiáticos, um dos motivos principais para toda esta animosidade prende-se com uma questão de propriedade. “Ainda no tempo colonial, um muçulmano, de

35 Mais tarde viria a ser denominado Departamento de Assuntos Religiosos.

36 *Ibidem*, Pág. 27.

37 Entrevista concedida a 21 de Junho de 2007, precisamente no bairro do Alto-Maé, em Maputo, Moçambique.

38 Que conforme o próprio Mangirah refere na sua intervenção no Plenário, ainda aguardava sancionamento por parte do Governo.

39 Outro indicador da importância deste grupo religioso, bem como o facto de ser a maior delegação entre as demais e de ocupar a maior sala do edifício.

40 Apesar de também ser de origem asiática, Mangirah lidera um movimento reformista que pretende libertar a prática islâmica de todas as inovações que o sincretismo cultural e religioso foi introduzindo ao longo dos anos na *praxis* cultural dos muçulmanos, maioritariamente de *tariqas* soufis. Por outro lado, também demonstra esclarecimento político, ao querer seguir a vaga libertadora conduzida pela FRELIMO, integrando negros e mulatos, formando-os, dando-lhes a oportunidade de estes também questionarem hábitos e práticas antigas.

41 Empregada/o de limpeza, ama, jardineiro, motorista, etc.

nacionalidade sul-africana, pertencente à família Mia, tinha comprado o terreno onde hoje está localizada a mesquita Annuaril. O espaço pertencia a dona Inês Albasine. Talvez por falta de confiança, este muçulmano, depois de adquirir o espaço e construído a primeira mesquita (que mais tarde viria a ser sucessivamente aumentado pelos Maulanas⁴² Cássimo Tayob e Abubacar Ismael Mangirah) confiou a mesquita à Comunidade Maometana. Nos anos 70, a direcção da Associação “Anjumane”⁴³ encetou negociações com a Câmara Municipal de Maputo, para a devolução da mesquita. Só que, com a independência e com a política de nacionalizações, o falecido presidente Samora Machel, aconselhou o falecido Maulana Abubacar Mangirah a registar a mesquita em nome do Centro Islâmico, facto que evitou a nacionalização do edifício.”⁴⁴ Este complexo, que inclui Mesquita, salas de aula e um enorme terreno murado em volta, arrendado para estacionamento a empresas de camionagem, ainda hoje é fruto de disputa legal entre a Comunidade Maometana e o Conselho Islâmico de Moçambique, através da sua associada Associação de Socorros Mútuos Annuaril Islamo.

Este encontro inter-religioso oficializa para os muçulmanos de Moçambique a ruptura entre soufis e wahabitas, bem como entre negros/mulatos e *indianos*. Hassan Makda conclui o seu projecto de organização federadora, constituindo o Congresso Islâmico de Moçambique, que passa a rivalizar, na procura de financiamentos e de reconhecimento exterior, com o Conselho Islâmico de Moçambique de Abubacar Mangirah⁴⁵. Outra consequência desta ruptura, é o reavivar de uma outra questão que já dividia há largos anos estas comunidades, mas que a partir deste momento passa a ter uma exposição pública muito maior, proporcionando um clima de conflito por vezes eminente: a “Questão das Luas”. Sendo o calendário islâmico lunar, Mangirah decide optar por seguir a *lua saudita*, enquanto que os asiáticos ligados à Comunidade Maometana, o que significa também dizer, à Mesquita Central de Maputo⁴⁶, optam por se pautarem pela lua regional, também utilizada pelos asiáticos sunitas na vizinha República da África do Sul, aos quais estão fortemente ligados por laços familiares e de negócios. Este pequeno detalhe, que à primeira vista parece inocente, tem provocado um forte mal estar junto destas comunidades pois não permite que as mesmas iniciem o Ramadão no mesmo dia, não lhes permitindo também festejarem o final do mesmo em conjunto. Mais do que a comunidade, são as famílias que se encontram divididas.

No entanto, gostaríamos de sublinhar que esta dicotomia negros/mulatos *versus indianos*, não pode ser nunca uma caracterização e uma catalogação estanque já que existem mulatos no seio da Comunidade Maometana e do Congresso Islâmico, naturalmente fruto de casamentos mistos sobretudo entre *indianos*, negras e mulatas, o mesmo acontecendo no seio do Conselho Islâmico.

Segundo Morier-Genoud, a oportunidade deste encontro justifica-se pelo facto de a partir do início dos anos 80, após a guerra da Rodésia, a África do Sul iniciou em Moçambique uma política de desestabilização económica e social. A FRELIMO teria que alimentar

42 Maulana, ou Moulana, trata-se de uma título como o de Sheikh, sendo de tradição asiática e dito em urdú e significando literalmente “Meu Senhor”.

43 Associação de Socorros Mútuos, que entretanto fora criada sob a égide da Mesquita Annuaril.

44 Jornal “A Mensagem”, 09 de Novembro de 2007, Pág. 2, Edição 79, Ano II. O referido Centro Islâmico, viria mais tarde a dar lugar ao Conselho Islâmico de Moçambique.

45 Vulgarizou-se, sobretudo junto dos não muçulmanos, de forma irónica, a caracterização de ambas as alas em “Grupo dos Mangirás” e “Grupo dos Maktás”.

46 Para além da Mesquita Central de Maputo, centenária e à época uma das poucas na cidade, a Comunidade Maometana também é responsável por 2 cemitérios e pelo edifício da Escola Maometana.

a guerra do ponto de vista social e precaver-se de o mundo ocidental (para o qual já se virava) negar o seu apoio financeiro sob o pretexto da falta de liberdade religiosa no país. Para além do dinheiro, também estava interessada no reconhecimento político dos países ocidentais e das conservadoras monarquias islâmicas.⁴⁷

Hassan Makda reforça o contexto da Guerra-Fria, referindo o isolamento internacional a que Moçambique estava sujeito pela própria situação geográfica. Todos os Estados com os quais tem fronteira, eram à época pró-ocidentais, não dando muita margem de manobra à União Soviética. Por outro lado, também acha que serviu para aproximar personalidades influentes da sociedade moçambicana, o que pretendia criar um clima de governação mais consensual.

Período Chissano

Após a morte do Presidente Samora Machel, em 1986, toma posse Joaquim Chissano como seu sucessor. Tendo terminado o período da sua presidência em Dezembro de 2004, para a História fica com o cognome do “Sr. Deixa-Andar”.

Morier-Genoud⁴⁸ sintetiza muito bem este período no que toca à interacção entre Estado e Religioso. A competitividade religiosa em Moçambique, até ao ano de 1920⁴⁹, decorria de uma forma normal, com o Islão a expandir-se do litoral para o interior e as igrejas protestantes a fazerem o mesmo, só que em sentido inverso, das fronteiras interiores em direcção ao litoral. O *mercado religioso* era fértil, pois havia um vasto potencial populacional a converter. Em 1940, Portugal oficializa com o Vaticano o apoio que já vinha dando ao trabalho que a Igreja Católica desenvolvia no território, ao assinar a Concordata. Este Acordo, que surge entre outras coisas do fracasso da “Política de Nacionalização do Islão Negro”⁵⁰, vinculava e permitia à Igreja Católica o monopólio do ensino nas colónias portuguesas. A Lei Colonial de Salazar manteve a separação formal da Igreja e do Estado mas conferiu à Igreja Católica o reconhecimento especial como “instrumento de civilização e influência nacional”⁵¹ e canalizou o auxílio estatal para as missões, dado o seu trabalho educacional. O ensino missionário foi então regulamentado pelo Acordo Missionário anexado à Concordata em 1940 e pelo Estatuto Missionário, de Abril de 1941. Daqui até à guerra da independência verificou-se uma estreita cooperação entre a instituição católica e o regime, tornando-se o catolicismo, na verdade, a religião oficial do Estado, recebendo subsídios e muitos outros privilégios (incluindo o fornecimento de mão-de-obra *chibalo*⁵² para a construção da Catedral de Lourenço Marques). O *mercado religioso* ficava assim totalmente regulamentado e orientado num sentido único.

Após a independência de Moçambique, em 1975, o mesmo *mercado* continuou regulamentado, pois estanque e fechado. O projecto de construção da nova sociedade visa o secularismo e a laicização progressiva da mesma, o que é confirmado durante o III Congresso da FRELIMO, em 1977, optando-se pelo marxismo-leninismo como ideologia de

47 Morier-Genoud, Eric; “The Politics of Church and Religion in the First Multiparty Elections in Mozambique”; Internet Journal of African Studies nº 1, págs. 3 e 4; April 1996. <http://www.bradford.ac.uk/research/ijas/ijasno1.htm>

48 Morier-Genoud, Eric; “The 1996 «Muslim Holidays» Affair: Religious Competition and State Mediation in Contemporary Mozambique.”; Journal of Southern African Studies, Vol. 26, nº 3, Págs. 423 e 424; September 2000.

49 Ano em que Portugal assume controlo da totalidade do território moçambicano e inicia a imposição do seu próprio regime religioso.

50 Braga Pires, Raúl; op. cit. Pág. 113.

51 Newitt, Malyn; op. cit. Pág. 414.

52 Mão-de-obra forçada às ordens do Governo.

Estado. Para muitos autores o encontro inter-religioso de Dezembro de 1982, seria um momento de mudança na política religiosa do Estado. Sem dúvida que alguns missionários estrangeiros foram autorizados a regressar, algumas igrejas e mesquitas autorizadas a reabrir as portas e o Estado colocou de parte a sua ofensiva anti-religiosa. No entanto, a FRELIMO não desistiu do secularismo, do controlo religioso e da aplicação de restrições. Muito pelo contrário, pois proibiu a criação de novas Igrejas e muniu-se de mais meios para exercer o controlo, ao criar o Departamento de Assuntos Religiosos (DAR), sob a égide do Ministério da Justiça, com extensões ao nível provincial e distrital. O *mercado* continuou regulamentado e mais controlado que nunca.

Em 1987, um ano após ter tomado posse, o Presidente Joaquim Chissano decide efectuar uma visita oficial ao Vaticano. O objectivo era o de ganhar a simpatia de João Paulo II, face às investidas da RENAMO, tendo convidado o Papa a visitar Moçambique. Para o convencer, a FRELIMO iniciou em 1988 um processo de devolução de propriedade religiosa nacionalizada em 1976. Do mesmo modo e no mesmo ano, permitiu a construção de um Centro Islâmico em Marraquene, tendo convidado os embaixadores do Egipto, da Líbia, da Nigéria e da Palestina, para a colocação da primeira pedra.

Para Morier-Genoud, o momento chave é a realização do V Congresso da FRELIMO, em 1989, altura em que o regime religioso de força capitula perante as exigências de muitos países, nomeadamente ocidentais. Após o Congresso, a FRELIMO abandona o projecto de uma lei religiosa, que já vinha debatendo desde 1988 com as várias confissões e que continuaria com o secularismo, o controlo e as restrições. Em 1990 decreta que as organizações religiosas podem envolver-se em projectos de educação e, em 1991, em projectos de saúde.⁵³ Embora sem legislação para o efeito, a verdade é que o Estado durante este mesmo período iniciou o registo, tendo também autorizado todo o tipo de instituições religiosas a entrar e trabalhar em Moçambique. A FRELIMO estabeleceu assim um *livre mercado religioso* em Moçambique. Sem personalidade jurídica, as organizações religiosas apenas necessitavam de se registarem no DAR, tendo a partir daí toda a liberdade para *proselitarem*, trabalharem em projectos educativos, de saúde e higiene públicas, de ajuda humanitária e de desenvolvimento. Ao serem apenas levantadas as restrições existentes, o país encontrou-se numa situação de inexistência de qualquer tipo de legislação que regulamentasse o novo fenómeno de expansão e competitividade religiosa pelo qual passava, o que teve 3 consequências imediatas. Em primeiro lugar, dada a ausência de personalidade jurídica, as organizações religiosas tiveram problemas em lidar de forma independente com organismos governamentais e com empresas privadas, criando a necessidade de o fazerem através do DAR, que se tornou uma instituição tutelar. Em segundo lugar, a mesma ausência de direitos legais levou a um tratamento desigual entre organizações, algumas ganhando isenções e privilégios, dependendo todas de favores que conseguiam, ou não, cortejar nos círculos do poder. Finalmente, com a expansão religiosa e o proselitismo sem regulamentação, certos governantes e altos funcionários públicos poderiam favorecer certas organizações mas não detinham as respectivas ferramentas para a prevenção de conflitos.

Todo este ambiente de facilitismo e de aproximação entre políticos e religiosos, resultou naturalmente no envolvimento de organizações religiosas na política e no envolvimento

⁵³ Desde 1978 que “actividades religiosas” e a circulação de “religiosos”, estavam proibidas nas imediações de instituições sociais como escolas e hospitais.

dos partidos políticos na disputa pelos votos de determinadas fés. Um caso já clássico no espaço lusófono da década de 90, é a brasileira Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) e respectivas ambições políticas. A IURD entrou em Moçambique através de uma aliança que estabeleceu com a FRELIMO, apoiando o partido nas eleições legislativas e presidenciais de 1994. Em troca o mesmo alugou-lhes um andar inteiro no seu edifício sede, bem como cinemas, que entretanto começaram a ser utilizados como templos e em 1998 concede-lhes licença para o primeiro canal de televisão religioso do país. Por outro lado, é também em 1994 que Moçambique se torna membro de pleno direito da Organização da Conferência Islâmica (OCI), ao mesmo tempo que o partido negocia apoios com a comunidade islâmica em vésperas de eleições, sendo a consagração dos Eids como feriados nacionais, a moeda de troca, como veremos mais adiante.

Por outro lado, já em 1992 o Presidente Joaquim Chissano se havia tornado adepto da seita de meditação transcendental Maharishi Mahesh Yogi, tendo um ano depois o Governo assinado um contrato com esta organização religiosa, concedendo-lhe o exclusivo sobre dois terços do território (terra e população: cerca de 20.000.000 de hectares) para a construção do “paraíso na terra”! Este contrato foi cancelado, mas o Presidente Chissano ainda assim introduziu cursos de meditação transcendental nas forças policiais, no exército e junto dos ministros. Embora Moçambique se mantenha um Estado secular, a verdade é que dá a ideia de se poder tornar confessional a qualquer momento. Segundo Yaqub Sibindy⁵⁴, este facto mobilizou as elites muçulmanas de Maputo a projectarem a criação de um partido político, havendo também uma crença generalizada de que a RENAMO, partido de centro-direita, com fortes ligações à Igreja católica, sairia vencedora nas eleições de 1994, o que significaria mais cedo ou mais tarde a declaração do catolicismo como a religião oficial de Estado, à imagem dos *bons velhos tempos* coloniais.

Para Sibindy, o que verdadeiramente aconteceu a partir da tomada de posse de Joaquim Chissano como Presidente, foi aquilo a que o líder do PIMO caracteriza como “capitalização da FRELIMO”: o partido necessitava de dinheiro e foi fazendo acordos com os vários sectores da sociedade moçambicana nesse sentido. Relativamente aos muçulmanos, aproxima-se naturalmente da classe empresarial asiática com quem redefine a sua relação (bastante abalada pelo episódio Gulam Nabi⁵⁵ em Abril de 1983), construindo e desenvolvendo cumplicidades, permitindo também uma maior margem de acção para os negócios desta comunidade. Não nos podemos esquecer também que Chissano sobe ao Poder em 1986 e de que a guerra civil apenas termina em 1992, sendo 6 anos em que a rede de contactos de negócios, amizades e familiares da comunidade asiática é importante para o aprovisionamento das tropas no terreno, quer para a FRELIMO, quer para a RENAMO. Não havia escolha para estes comerciantes pois quem não estava de um lado da barricada, teria que estar obrigatoriamente do outro, não havendo lugar a neutralidades.

Após a larga temporada que passamos no terreno a observar e a tentar compreender o fenómeno religioso em Moçambique, também gostaríamos de contribuir para o presente

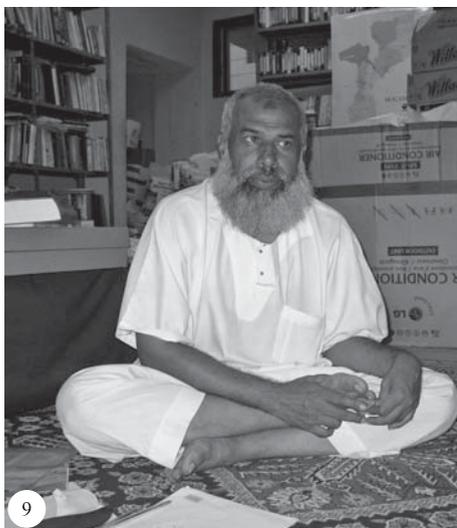
54 Fundador e líder do Partido Independente de Moçambique (PIMO), entrevista concedida a 12 de Fevereiro de 2008, Vila das Mangas, Maputo, Moçambique.

55 Em 1983 Gulam Nabi, empresário muçulmano sunita de origem asiática, é condenado à morte acusado de venda ilegal de camarão à República da África do Sul. A acusação é verdadeira, mas também é verdade que Nabi não estava sozinho neste negócio, tendo como parceiros altas figuras do Estado que o abandonaram quando este mais precisava de apoio. O Regime decide fazer de Nabi um caso exemplar aos olhos da nação. Tanto assim, que “reza” a história que o pelotão de fuzilamento falhou o primeiro tiro, tendo sido o comandante destes a disparar uma arma à queima-roupa na cabeça do condenado. As relações entre FRELIMO e asiáticos tornaram-se cada vez mais tensas a partir deste momento.

debate com um dado que pensamos ter também sido um dos pensamentos e preocupações do Presidente Chissano no momento das suas decisões, nomeadamente a partir do V Congresso da FRELIMO em 1989. As Igrejas, as congregações religiosas, as organizações religiosas, as ONG's de cariz e conotações religiosas e demais nomes que se lhes queiram dar, são instrumentos fundamentais para a reorganização e reestruturação dos tecidos sociais, nomeadamente de sociedades ainda em conflito, ou que tenham acabado de sair deste, fazendo-o também a custo zero para o Estado que os acolhe. Sob esta perspectiva, a “capitalização da FRELIMO” a que Yaqub Sibindy se refere, poderá também ser considerada como uma estratégia economicista de reestruturação de uma sociedade complexa, multi-racial, multi-religiosa, multi-étnica e da respectiva manutenção da ordem pública a custo zero. Capitaliza-se o partido, sem por outro lado se descapitalizar o Estado. Para além do mais, 1989 é um ano chave nas Relações Internacionais, não nos podendo alhear do contexto histórico global que envolve as relações de poder em Moçambique. Se a Paz apenas é assinada em 1992, desde 1990 que o país é possuidor de uma nova Constituição, revista apenas em 2004, o que significa que a Paz não surge de um dia para o outro, vem sendo negociada há já algum tempo e que é naturalmente moldada pelo final da Guerra-Fria.

O PIMO e as eleições de 1994

Como vimos anteriormente, no início dos anos 90 Moçambique, Estado laico, dá sinais de estar prestes a tornar-se num Estado confessional. É também consensual na opinião pública que a realizarem-se eleições, estas serão ganhas pela RENAMO, partido de centro-direita, defensor da liberdade religiosa, muito próximo da Igreja Católica, defensor da restituição da propriedade aos colonos portugueses, ou do pagamento de indemnizações pecuniárias caso estes não quisessem regressar. Todos os ingredientes para fazer a desconfiada comunidade islâmica de Moçambique, desconfiar ainda mais. Numa longa entrevista, Yaqub Sibindy sintetiza o móbil que leva à criação do partido que lidera da seguinte forma: “O PIMO surge concretamente para tentar manter a laicidade (do Estado) e para evitar que os partidos políticos fossem objecto de manipulação de uma determinada religião.” Tipicamente islâmico este sentimento tutelar e fiscalizador da coisa pública, Sibindy acrescenta também que os receios por parte da comunidade a que pertence: “se aparece mais um Estado declaradamente católico (com a RENAMO no Poder), *então a conversão compulsiva ao cristianismo poderia ser uma das regras*”, (...) “*centrando-se numa ameaça do sistema colonial que acabou aliando-se a uma religião oficial em detrimento dos outros.*” Hoje, tudo isto, dito desta forma, poderá parecer-nos altamente estranho, bizarro até (conversão compulsiva!), mas não nos devemos esquecer que estes homens e estas mulheres foram obrigados a acreditar em coisas que nunca viram durante cerca de 15 anos, que os campos de reeducação também existiram em Moçambique e, no caso mais específico das comunidades islâmicas, onde a tradição oral é uma espécie de *fonte de direito primária*, não é difícil fazer vingar boatos e/ou ideias com maior ou menor virtude. Em 1989 o Muro cai e em 1991 a *mãe-pátria* soviética é desmantelada. Naturalmente que estes factos terão provocado uma grande confusão, uma grande dúvida e uma grande incerteza quanto ao futuro, junto dos moçambicanos. Certamente uma coisa todos perceberam: a mudança iria trazer a desregulamentação do sistema em que viviam, dando lugar a um capitalismo sem tutela, o qual inevitavelmente condu-



ziria a um neocolonialismo⁵⁶. Pensamos ser esta a verdadeira dimensão do que Sibindy nos quis transmitir e não um cenário em que terá chegado a ser possível um regresso dos portugueses com a Bíblia numa mão e o crucifixo noutra.

Após a assinatura do Acordo Geral de Paz entre FRELIMO e RENAMO, em 1992, os votos dos muçulmanos começaram a ser cobiçados principalmente pela FRELIMO. Sabendo da dimensão e do potencial desta comunidade, o partido no poder concebe a ideia de que Maulana Nazir Loonat⁵⁷ e Sheikh Aminudinne Mohammad⁵⁸, dois respeitados clérigos de Maputo, detinham o poder que um pastor detém sobre todo o rebanho que o conhece bem. Não era verdade. Sem

dúvida que ambos estes homens eram líderes, sem dúvida que eram conhecidos, mas apenas pelas elites. Talvez ao sul do Rio Save por quase toda a gente, mas não a norte, onde o número de muçulmanos, vai em crescendo. Ao aperceberem-se desta ilusão por parte da FRELIMO, jogaram na desinformação e fizeram o papel de líderes, assustando as estruturas do poder quanto ao número de votos que poderiam capitalizar, caso formassem um partido político. Estas negociações decorreram sobretudo durante o ano de 1993, ano aliás da constituição do próprio PIMO⁵⁹, sendo este um período de indecisão entre a elite asiática sobre que rumo dar à sua própria *camada*⁶⁰. Apostar no projecto PIMO, ou deixar-se seduzir pelas investidas *frelimistas*. Na opinião de Sibindy, tudo se altera quando a empresa brasileira de sondagens eleitorais “Vox Populi” entra no terreno ao serviço do partido no Poder. Para começar, cria uma *almofada* de segurança virtual, uma espécie de Plano B, caso os muçulmanos não aceitassem a proposta que iriam fazer de seguida, ou seja, segundo as sondagens o futuro Parlamento seria dividido entre FRELIMO e RENAMO. Esta empresa projecta informaticamente uma terceira bancada de 9 assentos, para acomodar hipotéticos muçulmanos eleitos pelo PIMO, ou outra formação partidária. Esta bancada virá a ser ocupada mais tarde pela União Democrática, um grupo de parlamentares independentes, pois a *camada asiática* aceita a proposta da FRELIMO de alguns dos seus líderes mais ca-

56 Como acontece, aliás, com os Boers sul-africanos que dominam economicamente zonas fronteiriças como são o caso da Ponta do Ouro, a sul de Maputo e outras mais a norte no litoral, como são disso exemplo o Bilene e o Tofo. Em todas estas regiões mencionadas a moeda que vigora é o Rand, a língua é o inglês, as construções são tipicamente sul-africanas e construídas onde os proprietários decidem, sem o cumprimento dos planos directores municipais e sem sanções.

57 Filho de Yaqub Loonat, militante da FRELIMO e quem terá feito a ponte entre o partido e a comunidade asiática sunita a partir do início da década de 70 até à actualidade.

58 Cunhado de Maulana Abubacar Mangirah (a sua irmã era esposa de Mangirah), de quem “herda” a presidência do Conselho Islâmico de Moçambique após a sua morte.

59 A 09 de Abril de 1993 dá entrada na 1ª Conservatória dos Registos Centrais de Maputo o processo para a constituição do Partido Independente de Moçambique, tendo sido passada Certidão a 12 do mesmo mês. O partido passa a ter registo oficial a partir de 23 de Março de 1994.

60 A “camada asiática” é uma expressão muito utilizada pelos próprios em Moçambique.

rismáticos integrarem as listas do partido. Assim se constitui o grupo dos 20 deputados muçulmanos da FRELIMO, que também se autodenominaram de “Movimento Islâmico”. Segundo o nosso interlocutor, o acordo estabelecido entre anfitriões e convidados seria o comprometimento por parte dos segundos em desmantelarem o PIMO e dos primeiros em consagrarem os dias de Eid’ul Fitr⁶¹ e de Eid’ul Adha⁶², como feriados nacionais. As eleições legislativas e presidenciais têm lugar a 27, 28 e 29 de Outubro de 1994, com os seguintes resultados⁶³:

- Presidenciais:
 - 1º Joaquim Chissano, 2.633.740 votos, 53,30%;
 - 2º Afonso Dhlakama, 1.666.965 votos, 33,73%;
 - 7º (entre 12 cand.) Yaqub Sibindy, 51.070 votos, 1,03%;
- Legislativas:
 - 1º FRELIMO, 44,33% dos votos, 129 deputados eleitos;
 - 2º RENAMO, 37,78% dos votos, 112 deputados eleitos;
 - 3º União Democrática, 5,15% dos votos, 9 deputados eleitos;
 - 8º (entre 14 cand.) PIMO, 1,23%.

Do “Grupo dos 20”, a destacar 3 elementos, Maulana Nazir Loonat, Amade Camal e José Ibrahim Abudo. Este último um recurso eleitoral precioso já que se trata de um destacado magistrado macúia natural de Angoche, Província de Nampula, falante de e-koti, a língua local e que veio a ser Ministro da Justiça durante os 10 anos seguintes, o único deste grupo a fazer uma segunda legislatura. Nazir Loonat e Amade Camal, de uma forma muito resumida, reflectem dentro do grupo parlamentar as rivalidades asiáticas *versus* negros/mulatos da comunidade e de um outro espaço que partilham em comum, a Mesquita Mohammad, mais conhecida como Mesquita da Polana. Camal é o vice-presidente da direcção da Mesquita e Loonat o Imam principal desta. Não analisaremos aqui as razões que levaram à ruptura entre estes 2 homens, nem as consequências da mesma a fundo. Apenas dizer que resultou na construção de uma nova Mesquita⁶⁴ em plena Av^a Eduardo Mondlane, a cerca de 1.000 metros da anterior, financiada por dinheiros sul-africanos, o que torna Nazir Loonat um defensor do modelo organizacional da comunidade islâmica sul-africana⁶⁵, emergindo assim como uma terceira via face à tradicional dicotomia Conselho Islâmico/Congresso Islâmico.

A 04 de Março de 1996, é aprovado na generalidade a proposta dos feriados muçulmanos⁶⁶ com 141 votos a favor, 93 abstenções e 5 votos contra. A bancada da FRELIMO votou a favor em bloco, enquanto a maioria dos deputados da RENAMO se absteve e 5 deputados da União Eleitoral votaram contra. Toda a comunidade islâmica se regozijou⁶⁷ por sentir que justiça finalmente tinha sido feita entre os seus, mas é precisamente a partir deste momento que as vozes dissonantes se começam a ouvir de uma forma

61 “Eid” traduzido literalmente do árabe significa “Festa”, neste caso a Festa do final do Ramadão.

62 Festa do final da Peregrinação a Meca. Este dia também poderá ser designado por “Kurbaní”, “Sacrifício”, ou “Dia do Sacrifício do Carneiro”.

63 <http://africanelections.tripod.com/mz.html>

64 Mesquita Taqwa. “Temor” em português.

65 Especificamente as comunidades indo-paquistanesas das regiões do Natal e do Rand, já que a comunidade islâmica no Cabo, apesar de também ser de origem asiática, mas esta malaia.

66 Jornal “Notícias”, 1ª página, 05 de Março de 1996. Edição n.º 23 426.

67 Idem, Pág. 3.

mais clara. As discordâncias e a discussão giraram em torno da laicidade do Estado⁶⁸, da discriminação que se estava a fazer perante as restantes confissões religiosas e das consequências que isso poderia ter no futuro⁶⁹ e, de uma questão burocrática⁷⁰ e outra política. A questão burocrática prende-se com a natureza do calendário islâmico que é lunar. No caso de Eid'ul Fitr, final do Ramadão, só se sabe se este terminará no dia seguinte após a visualização da lua na noite anterior, o que não dá tempo para que o feriado seja aprovado de forma legal. No caso de Eid'ul Adha, esta celebração só terá lugar 10 dias após a visualização da lua nova, o que permite uma solução burocrática dentro de um prazo razoável, sendo sugerido⁷¹ que fosse esta a data a ser aprovada como feriado, já que os cristãos também só celebram o Natal, não tendo direito à Sexta-feira Santa. A questão política, de facto, nem chegou a surgir, pois o processo não avançou o suficiente para tal, mas de futuro surgiria naturalmente o problema de se decidir a que lua atender, se à saudita, se à regional sul-africana.

Curiosamente, no mesmo dia em que se aprovam os feriados islâmicos, a bancada da FRELIMO propõe a discussão de um feriado nacional para a Sexta-feira Santa, naturalmente numa atitude compensatória face às críticas que vinha a receber do sector cristão. A 12 de Março, o Presidente Joaquim Chissano reúne-se com o Cardeal D. Alexandre dos Santos e no final do encontro declarou⁷² que a promulgação da lei dos feriados nos dias de Eid, terá em conta o consenso que for alcançado no diálogo entre as comunidades religiosas muçulmana e cristã. Relembrou também que a iniciativa da proposta de lei sobre os feriados islâmicos, pertenceu a um grupo de 59 deputados das 3 bancadas parlamentares, não se tratando de uma iniciativa governamental, ou partidária.

Numa outra entrevista⁷³ publicada a 15 de Março, o então líder da bancada parlamentar da FRELIMO e actual Presidente da República, Armando Emilio Guebuza, desvaloriza a discussão em torno das questões da produtividade, pois acha que não são mais 2 feriados que irão atentar à produtividade do país, afirmando também que não existe qualquer inconstitucionalidade que atente contra a laicidade do Estado.

Após a aprovação da lei⁷⁴ e, apesar de toda a controvérsia, a mesma é enviada para o Gabinete do Presidente Chissano para a necessária Ratificação Presidencial. Este, querendo evitar ser polémico, ou apenas na tentativa de ganhar algum tempo, enviou a lei para o Tribunal Supremo, para uma fiscalização preventiva à constitucionalidade da mesma. O Tribunal levou 6 meses a dar o seu veredicto, o qual saiu em Dezembro de 1996, declarando a inconstitucionalidade da lei dos feriados islâmicos, baseado na laicidade do Estado e na igualdade entre todos os cidadãos. A lei teria então que ser anulada. O Presidente Chissano, numa nova tentativa de não perder a face, decidiu não o fazer pessoalmente e devolveu a lei ao Parlamento, local onde esta deveria então ser anulada, ou reformulada e levada de novo a votação. Após quase mais 2 anos, em 1998, os parlamentares olharam de novo para este tema, decidindo, não se compreende bem porquê, adiar *sine die* o debate e a votação.

68 Ibidem, Págs. 3 e 5, 06 de Março de 1996. Edição n.º 23 427.

69 Ibidem, Pág. 3. Entrevista concedida pelo Cardeal D. Alexandre dos Santos, que verbaliza a sua preocupação com a turbulência religiosa futura que se poderá abater sobre Moçambique, à semelhança do que se passa na Nigéria, no Uganda e na Tanzânia. Também usa o argumento estatístico, não compreendendo porque é que uma religião que tem menos crentes que católicos e que protestantes, tem direito a 2 feriados.

70 Ibidem, Pág. 5, 28 de Fevereiro de 1996. Edição n.º 23 420.

71 Ibidem, Pág. 5, 28 de Fevereiro de 1996. Edição n.º 23 422.

72 Ibidem, 1ª página, 13 de Março de 1996. Edição n.º 23 433.

73 Ibidem, Pág. 3, 15 de Março de 1996. Edição n.º 23 435.

74 Morier-Genoud, Eric; op. cit. Pág. 412.

Segundo Morier-Genoud⁷⁵, é possível tirar 3 conclusões quanto a este episódio dos feriados muçulmanos. Duas conclusões nacionais e uma ao nível internacional. Internamente, é possível concluir que, premeditadamente ou, em consequência do episódio, a FRELIMO conseguiu colocar a RENAMO numa posição ingrata, na qual teve que escolher entre defender as posições cristãs, plataforma de apoio desde a sua fundação como partido político e a defesa dos feriados muçulmanos, um fortíssimo suporte eleitoral nas províncias de Cabo Delgado e de Nampula. Nesse sentido, os deputados muçulmanos da RENAMO tiveram a liberdade de votar a favor da lei e os restantes optaram por se absterem, apesar das críticas durante os debates sobre o assunto, antes e após a votação, tudo se resumindo, no fundo, a uma disputa por um recurso eleitoral importante, os muçulmanos. Outra conclusão interna avançada, trata-se de um agradecimento que a FRELIMO estaria a fazer à comunidade sunita asiática pela *ponte* que teria feito ao longo de anos entre o Executivo moçambicano e países do Golfo, bem como de todo o investimento que certos membros desta comunidade terão feito durante a campanha eleitoral de 1994, o que vai, aliás, ao encontro do que Yaqub Sibindy nos disse na entrevista concedida. Por outro lado, através dos asiáticos, cativava as confrarias nas províncias do norte. Ao nível internacional, este episódio permitiu à FRELIMO melhorar a sua imagem face aos países islâmicos, conseguir maior financiamento destes e de outros países ocidentais, paradoxalmente preocupados com o avanço do Islão em Moçambique.

Conclusão

O PIMO, sobre o qual uma teoria conspirativa diz ser um partido surgido de dentro da própria FRELIMO, e uma espécie de Plano B para o controlo dos muçulmanos caso o processo da campanha eleitoral de 1994 ganhasse uma dinâmica própria e fugisse do controlo do *Partido-Estado*, teve também uma polémica inicial quando surgiu. O “I” de “Independente” quis ser inicialmente de “Islâmico”, mas a Constituição não permite designações de carácter religioso em partidos políticos, precisamente para defender a laicidade do Estado. No entanto Yaqub Sibindy, líder do partido, um negro convertido ao Islão em 1986, ex-criador de porcos e sobrinho de Afonso Dhlakama, líder da RENAMO, assume o PIMO como um partido islâmico, na medida em que o Estado laico actual “não garante nada que a futura Republica Islâmica de Moçambique não possa garantir, caso venha a ser declarada.”⁷⁶

O PIMO é, no nosso entender, uma etapa no longo percurso efectuado pela(s) comunidade(s) islâmica(s) de Moçambique na procura do seu espaço de intervenção pública, a qual desde a presença efectiva dos portugueses no território, se viu privada desse direito e subjugada a leis e costumes estranhos, guardando para a privacidade dos seus espaços próprios as suas práticas, intervindo publicamente sempre que necessário, mas sempre para dentro e nunca para fora do seu *espaço natural*. Aquando da independência, num momento de reconstrução nacional e de *nation building*, tem a oportunidade de reivindicar pequenos direitos, como o de exercer o próprio direito de culto, o de formação dos seus jovens, o de ter terreno para a construção dos seus templos, etc. Na década de 90, fruto da desregulamentação interna que analisamos, passa a exercitar o seu *mús-*

⁷⁵ Idem; Pág. 416.

⁷⁶ Sibindy, Yaqub; Entrevista concedida a 12 de Fevereiro de 2008, Vila das Mangas, Maputo, Moçambique. (Ver secção “Entrevista” deste número)

culo político, ambição de há largos anos, não só pelo espírito de missão que individualmente cada muçulmano incorpora, na obrigação que tem, de acordo com o Alcorão e o *sunat* do Profeta, em islamizar o mundo, mas também por ter a consciência clara de ser uma comunidade maioritária. Maioritária em quantidade mas minoritária em qualidade pois continua a ser o grupo menos instruído e desenvolvido Moçambique, para além de ter várias comunidades dentro de si própria, factor potenciador de fraquezas múltiplas, como a história nos tem demonstrado.

A experiência política desta comunidade, personalizada num grupo de 20 deputados na primeira legislatura do Moçambique democrático, entre 1994 e 1999, foi necessária para provar aos próprios envolvidos que o exercício do Poder acarreta em si mesmo constrangimentos que muitas das vezes não são superáveis, apenas porque queremos que sejam superáveis. Por outro lado, a política é sempre um jogo de negociações, tendo ficado demonstrado para os 20 envolvidos, ou para a maioria destes que, de facto, se quiserem jogar o jogo da política a sério, têm mais a perder do que a ganhar. Não nos estamos a referir a este facto em termos de comunidade, mas sim ao nível individual, de cada um dos envolvidos.

Em 1999, apenas José Ibrahim Abudo, Ministro da Justiça, *renovou contrato*, por razões de recurso eleitoral que já referimos, tendo esta primeira experiência legislativa permitido um acordo tácito. O Poder político é negro e o comércio é asiático. A FRELIMO e a própria comunidade asiática sunita, perceberam que estes últimos não constituem ameaça política e que a sua verdadeira vocação são os negócios.

No início do ano 2000, o sul de Moçambique é devastado por cheias e os muçulmanos demonstraram uma outra vocação, a da caridade e da realização de projectos de cariz social. Assim nasce a ONG “Comunidade Muçulmana – Acção Humanitária”, que a partir de então se tem dedicado à realização deste tipo de projectos ao nível nacional e também ao nível internacional, como foi disso exemplo o trabalho de recolha de fundos e de bens após o tsunami no sudoeste asiático em Dezembro de 2004.

O PIMO e Yaqub Sibindy também se têm sabido adaptar aos novos tempos e às novas exigências de uma sociedade cada vez mais aberta, exigente e com um crescente e novo actor, a chamada sociedade civil moçambicana. O PIMO está agora integrado numa coligação, que lidera e que dá pelo nome de Bloco da Oposição Construtiva, tendo assento parlamentar como observador e um espaço de intervenção pública ao nível dos *media*, praticamente à disposição. Por outro lado, Sibindy, na senda da acção social que referimos no parágrafo anterior, também está à frente da “Fundação Moçambique Contra a Pobreza”, colocando-se agora sob o escrutínio de muçulmanos e não muçulmanos, na gestão dos dinheiros públicos que lhe são atribuídos, uma postura que achamos séria pelo exemplo que poderá dar a outros intervenientes públicos e à população em geral.

Bibliografia

- Ahmedali, S. A.; “Islam in Mozambique (East Africa)”; Islamic Literature, Vol. XV, 1969.
- Braga Pires, Raúl; “O Islão em Moçambique: Breve Resenha Histórica.”; Revista Fora de Lugar: Fronteiras, Migrações e Minorias; Edição de Débora Quaresma e Susana Guerra; Lisboa, Dezembro de 2006.

- Medeiros, Eduardo; “Irmandades Muçulmanas do Norte de Moçambique (Ideologias e Religiões em Moçambique, I); Coleção “Textos de Apoio DCI”, 25; Universidade Técnica de Lisboa, Instituto de Economia e Gestão, 1995/96.
- Morier-Genoud, Eric; “The Politics of Church and Religion in the First Multiparty Elections in Mozambique”; *Internet Journal of African Studies* n.º 1; Abril 1996.
- Morier-Genoud, Eric; “The 1996 «Muslim Holidays» Affair: Religious Competition and State Mediation in Contemporary Mozambique.”; *Journal of Southern African Studies*, Vol. 26, n.º 3; September 2000.
- Morier-Genoud, Eric; “L’islam au Mozambique après l’indépendance-Histoire d’une montée en puissance”; *L’Afrique politique 2002, Islams d’Afrique: Entre le Local et le Global*; Centre d’Étude d’Afrique Noire; Éditions Karthala.
- Newitt, Malyn; “História de Moçambique”; Biblioteca da História; Publicações Europa-América, 1997.
- “Consolidemos aquilo que nos une.”; Coleção Unidade Nacional, n.º 1; Edição 0386/INLD/83 – Instituto Nacional do Livro e do Disco, 1983.
- “História de Moçambique-Volume I”; Direcção de Carlos Serra; Livraria Universitária, Maputo, 2000.
- II Recenseamento Geral da População e Habitação, 1997. Instituto Nacional de Estatísticas.
- Jornal “A Mensagem”, 09 de Novembro de 2007, Pág. 2, Edição 79, Ano II.
- Jornal “Notícias”, 28 de Fevereiro de 1996. Edição n.º 23 422.
- Jornal “Notícias”, 29 de Fevereiro de 1996. Edição n.º 23 423.
- Jornal “Notícias”, 05 de Março de 1996. Edição n.º 23 426.
- Jornal “Notícias”, 06 de Março de 1996. Edição n.º 23 427.
- Jornal “Notícias”, 13 de Março de 1996. Edição n.º 23 433.
- Jornal “Notícias”, 15 de Março de 1996. Edição n.º 23 435.
- <http://africanelections.tripod.com/mz.html>
- <http://www.as-sidq.org/memoni/>
- <http://www.bradford.ac.uk/research/ijas/ijasnol.htm>
- <http://www.mapsofindia.com/maps/gujarat/gujarat.htm>
- <http://www.memon.com>
- Hassan Makda, Presidente do Congresso Islâmico, entrevista concedida a 21 de Junho de 2007, Maputo, Moçambique.
- Yaqub Sibindy, Presidente do Partido Independente de Moçambique (PIMO), entrevista concedida a 12 de Fevereiro de 2008, Maputo, Moçambique.





Entrevista

YAQUB SIBINDY:

© PIMO – oração fúnebre a um caixão vazio



بِسْمِ اللّٰهِ الرَّحْمٰنِ الرَّحِیْمِ

اَللّٰهُمَّ
صَلِّ عَلٰى
سَيِّدِنَا مُحَمَّدٍ

Yaqub Sibindy *O PIMO – oração fúnebre a um caixão vazio*

Entrevista conduzida por **Raúl Braga Pires**

12 de Fevereiro de 2008, Vila das Mangas, Maputo

A entrevista aqui publicada resume uma longa conversa com Yaqub Sibindy, líder fundador do PIMO. Os temas abordados neste resumo versam o processo de surgimento do partido, assumido claramente pelo seu líder como partido islâmico, a cooptação de um grupo de 20 muçulmanos influentes por parte da FRELIMO durante a primeira legislatura (1994/99) e a não *renovação de contrato*, por parte destes, para a segunda legislatura. Trata-se, portanto, da opinião de um convertido ao Islão, (sobrinho de Afonso Dhlakama), que luta pela sobrevivência política num país bipartidarizado e no seio de uma comunidade islâmica de domínio económico asiático.

Na transcrição do áudio para o papel, optamos por manter as expressões que ilustram a especificidade do português de Moçambique, bem como as emoções próprias do depoimento oral.

Surgimento do PIMO

Raúl Braga Pires (RBP) – Como surge o PIMO, Partido Independente de Moçambique?

Yaqub Sibindy (YS) – O PIMO surge porque acreditou que num processo democrático era importante que a laicidade do Estado fosse respeitada. É conhecida a aliança da Igreja em relação à RENAMO e qualquer moçambicano que viveu a transição do período pós-colonial e comunismo receava que num qualquer retorno a um Estado não laico que fosse ainda a Igreja a voltar ao poder. “*Cheirava*” muito isso em relação à RENAMO que tinha um suporte muito *mimoso* com a Igreja, conversações em Roma, tudo isso. Isso já estava a fazer com que, se aparecesse um Estado mais declaradamente católico, a conversão compulsiva ao cristianismo poderia ser uma das regras.

RBP – Mas o que é que isso tem a ver com o PIMO?

YS – Estou a tentar discriminar a motivação da existência do partido. O PIMO surge para tentar manter a laicidade e para evitar que os partidos políticos não fossem objecto de manipulação de uma determinada religião.

RBP – O PIMO surge como resposta à mediação que a Comunidade de St^o Egídio faz para a paz?

YS – Não, não, não é a questão da paz. Como sabemos, todos os muçulmanos a saudaram e não só. Os muçulmanos, dia e noite saúdam a paz. O que queria se evitar é o passado colonial. O colonialismo vinha concretamente aliado à Igreja Católica, para exterminar os muçulmanos e outras religiões, judeus, hindus, que não tinham



expressão, que não eram a religião oficial do Estado. Era para evitar que houvesse uma religião oficial do Estado.

RBP – Mas então o PIMO surge como resposta a uma hipotética ameaça católica?

YS – Não é bem católica. Era concretamente a ameaça do sistema colonial que acabou aliando-se a uma religião, que se tornou uma religião oficial em detrimento dos outros. Agora a existência dos católicos, isso não interessa ao PIMO porque estamos *amigados*. Os judeus, os hindus, as outras confissões religiosas são bem-vindas. O que temos que evitar é que uma determinada força política se alie ao poder religioso para exterminar outra religião. Esse é que é o maior erro...

RBP – Vocês sentiram uma ameaça.

YS – Essa ameaça não se sentiu por causa dos católicos, porque até hoje os católicos após a independência, a Igreja Católica após a independência, é uma igreja tipicamente moçambicana. E mais: uma igreja mais aceitável quando João Paulo II, o falecido Papa veio ao público admitir erros no passado e pediu desculpa pelo passado, pela sua aliança com o poder escravagista/colonialista. Ele reconhe-

ceu que isso não era a correcta conduta da Igreja e tranquilizou mais as pessoas. Até hoje nós lutamos por isso. Na realidade, não estão criadas condições em Moçambique para o Estado estar aliado a uma religião oficialmente. Nós queríamos evitar que, por exemplo, um senhorio concedesse o seu espaço a um sapateiro à saída do seu edifício. Ele está a descer a sua escada e um salto se estraga e ele pede àquele homem a quem concedeu o espaço para ver se lhe consertava o sapato. Vai a consertar e depois pergunta:

– “Quanto te pago?”

– “É pá, desculpa lá, não é nada.”

Nós queríamos é evitar isso. Uma religião, se vai apoiar um determinado partido político e esse partido político amanhã quando está no poder, se pedir favores...

RBP – Mas o que está a dizer é que quem aderiu ao PIMO supôs que a RENAMO iria ganhar as eleições e que por ser um partido de centro-direita, estaria apoiado pela Igreja Católica, nomeadamente pela Comunidade de Stº Egídio.

YS – Não, a Comunidade de Stº Egídio nunca foi vista até agora como uma ameaça política ou religiosa em Moçambique. É vista até como parceiro da paz e parceiro dos muçulmanos, mas o que é a ameaça é o saudosismo do sistema colonial.

RBP – Qual é o processo da formação do PIMO a partir daí? Porque o PIMO tem asiáticos no início depois deixa de os ter? Depois houve um grupo de muçulmanos influentes convidado a participar nas listas da FRELIMO, houve o “Movimento Islâmico” no Parlamento. Conte-me essa história toda, por favor.

YS – Pessoalmente sou antigo combatente, participei na guerrilha contra o colonialismo. Nessa altura não era mu-

çulmano. Era independente. Em 1986 converti-me ao Islão, entrei para a religião islâmica e fui vivendo como qualquer moçambicano, fui acompanhando as evoluções políticas. A guerra acabou, proclamou-se a época da paz, a democracia que teria uma nova Constituição, em 90, não é? E foi concretamente nessa altura quando começamos a fazer uma reflexão. Se o passado colonial voltar de novo como conduta do Estado, isso é mau, porque o mundo está a evoluir. Portanto ninguém pode ter religião mais forte em relação a outra à custa do Estado, ou da Constituição. Foi necessário tomar uma decisão, participar, não ser espectador. Nós como muçulmanos temos que participar como parte integrante nesta fase na Nação e só faz sentido participar quando a pessoa cumpre com as regras democráticas, enquadrado num partido, e o partido reivindicar o Poder de uma forma legal. Foi nessa base que concebemos o partido PIMO e eu fui seu fundador em 1993. O partido foi registado porque se identificou com esses parâmetros democráticos e foi aceite pela lei. Quando o partido surge a interpretar esses sinais todos, uma *camada* de muçulmanos ricos, comerciantes acharam que isso eram coisas de política, para os políticos. Ainda recordo as palavras do Amade Camal:

– “Olha, a minha política, como empresário, é negócios, não é nada disso aí. Quem está no Poder e quer vir ter comigo há-de vir ter, quem está no Poder e não quer vir ter comigo, não há-de vir ter! Não me quero ligar a ninguém.”

E o nosso ponto:

– “Porque nós somos muçulmanos, temos algo a esclarecer em relação ao passado, era bom se...”

– “Ah não, não, não. Se precisarem de uma caneta, eu dou, agora mais ...”

Quando se chegou à fase das eleições, parece que uma certa *peritagem* que dava

assistência ao partido do Poder, uma tal “Vox Populi” (uma máquina de propaganda brasileira) já tinha chamado a atenção. Nós temos aqui uma Constituição muito estranha em relação aos países que nos rodeiam.

Partido *Islâmico* de Moçambique

RBP – O PIMO é acusado de que o “I” não representa “Independente” mas “Islâmico”. Alguma vez houve essa ideia? É uma ideia enganadora? É uma ideia sedutora? Aquele “I” quer induzir que é “Independente” porque não se pode colocar “Islâmico”, porque a Constituição não deixa, mas não deixamos de ser islâmicos?!

YS – É bom essa pergunta ser colocada a mim. Acabei escrevendo, (posso lhe oferecer) uma obra que esclareceu a opinião pública, pelo menos o Parlamento Moçambicano que questionou isso. Eu fui a público, escrevi a esclarecer que sim. Se for partido islâmico não ofende a laicidade do Estado Moçambicano, porque a laicidade no islâmico não é impedir o seu parceiro de ser aquilo que ele pensa, mas sim dar-lhe apoio caso um muçulmano assumo o Poder. Tem até que mobilizar os recursos do Estado para poder sustentar a diferença do seu concidadão. Pode construir as igrejas, pode usar o erário público, o espaço público, queria dizer, para apoiar as religiões que não são islâmicas e isso prova-se durante a época da expansão islâmica. Se os muçulmanos, no tempo dos califados exterminassem os judeus, hindus e cristãos durante a conquista islâmica, então certamente que não teria restado nenhum vestígio da Igreja na Europa, nem na Ásia. O Estado Islâmico sempre respeitou as diferenças

porque o Alcorão diz que não há coacção na religião. Ninguém pode ser coagido a aderir ao Islão e nenhuma autoridade islâmica autoriza que a pessoa seja coagida por motivos sociais, ou porque queria emprego, ou porque queria uma posição no Estado. O Islão tem que ser construído no formalismo. Eu tive esta iniciativa e esclarecemos. O nosso Estado diz que não há partidos religiosos e o PIMO apareceu com “I”, de “Islâmico” para “Independente”, como forma de passar a sua mensagem. Mas podia-se admitir abertamente que há partidos religiosos: a África do Sul admite, o Malawi admite, Zâmbia admite e Zimbabwe, esses países de minoria islâmica, admitem. Não teria nenhum problema porque sendo mesmo “Islâmico” com “I” grande, ou “Independente” à sombra do “I”, tinha algo sustentado pelo Alcorão ou pelos *Hadiths*, que não sustentam que se exterminem os cidadãos não muçulmanos.

RBP – Mas, Yaqub Sibindy, neste momento está a assumir que o PIMO é um partido islâmico?

YS – Eu assumo o PIMO como partido islâmico. Moçambique como República Islâmica, não iria tirar nada, nadinha ao cidadão, daquilo que hoje o cidadão goza dos seus direitos. Assumo que se Moçambique for proclamada República Islâmica de Moçambique, o PIMO como Partido Islâmico de Moçambique, pelo contrário, garante que os direitos dos cidadãos serão aumentados – desde a mulher à criança, direitos de opção religiosa, etc.

RBP – A laicidade não garante nada que o Islão não possa garantir?

YS – Exacto.

* *Ditos e Feitos do Profeta*. As suas acções em vida têm um valor jurisprudencial de referência na mensagem canónica.

“Movimento Islâmico”, 20 Deputados

RBP – Como é que o Movimento Islâmico surge e como é que são feitos os convites para a adesão destes à FRELIMO?

YS – Quando o PIMO é registado como partido oficial e proclama a sua vontade de concorrer às eleições legislativas e eleições presidenciais, às quais fui candidato em 1994, a assessoria da FRELIMO apercebe-se que: “Olha, aqui há-de haver voto religioso”. E se esse voto religioso fosse esmagador, então a FRELIMO não ia passar. Mais uma vez, aquilo que evitaram, na transferência da capital para o sul, hoje voltou a ser ameaça na introdução do sistema democrático. Havia necessidade de fazer uma engenharia para alterar isso. Essa necessidade passou por evitar que houvesse um partido formalmente islâmico que concorresse às eleições. Mas houve um contorno no meio disto tudo e conseguiu-se colocar “Partido Independente de Moçambique”. Não se trata de uma hipocrisia, nem da minha parte, nem de ninguém do partido. Quem é independente, do ponto de vista islâmico é Deus; Allah é que é independente das suas criaturas e Islão também é “Paz”, um dos 99 atributos de Allah. Escrever “Partido Islâmico de Moçambique”, ou “Partido Independente de Moçambique”, perante *Shariat* (Lei Islâmica) não altera nada, não é hipocrisia nenhuma.

A engenharia política da FRELIMO achou melhor: faz-se uma terceira bancada. Assim surgiu a União Democrática: “negocia-se com os mais fortes do PIMO para eles integrarem a bancada da FRELIMO. Se se mostrarem esclarecidos na matéria, hão-de recusar integrar e hão-de querer ir sozinhos. Então não os deixem ir sozinhos.” Dão essa “assessoria” (sugestão) ao Chissano: “deixem-nos ganhar uma pe-

quena bancada na qual não tenham grande expressão, mas que fiquem contentes”, está a ver? Essa bancada mais tarde apa-receu com 9 deputados; que foi a União Democrática.

RBP – Mas eles são deputados indepen-dentes?

YS – São uma bancada...

RBP – Mas foram eleitos nas listas de quem?

YS – Nas listas democráticas... da União Democrática.

RBP – Mas a União Democrática é um par-tido que surge de onde?

YS – É uma coligação que surge entre os partidos políticos.

RBP – Mas uma coligação que surge entre quais partidos políticos, entre FRELIMO e RENAMO?

YS – Não, não, não.

RBP – A União Democrática não tem nada a ver com a União Eleitoral?

YS – Não, isso é uma outra coligação.

O que estamos aqui a fa-lar é de engenharias elei-torais. O esquema eleito-ral pode ser apresentado ao público e aquilo que for comandado aos com-putadores, dará o seu re-sultado. Pode ser a favor de si ou de mim, depen-de de quem opera.

RBP – Bem, mas a ver-dade é que foram guar-dados 20 lugares para os muçulmanos.

YS – Foram propostos para eles. Infelizmente a

FRELIMO foi enganada quando se deixou levar por racismo, na definição da lideran-ça do PIMO. Publicamente o Presidente do PIMO é Yaqub Sibindy e ele é que também é fundador do partido. A partir dali a FRE-LIMO foi negociar com agentes económicos *indianos* e esses agentes económicos conseguiram enganar o Chissano e a FRE-LIMO dizendo “olha aquele Sibindy que está aí, é uma pessoa simplesmente rebo-cada por nós que temos poder económico. A gente diz-lhe cala, ele cala, a gente diz corre, ele corre, a gente diz senta, ele sen-ta. Portanto, não é um político de inspira-ção independente e quem o está a finan-ciar somos nós”. Simplesmente estavam a mentir pois eu nunca recebi financia-men-to desses senhores. Então, como eles que-riam ameaçar o Chissano porque tinham muito dinheiro que poderiam injectar no PIMO. O PIMO poderia ser o partido mais forte porque tem uma base eleitoral mui-to forte: “ou você negocia connosco ou a gente rebenta contigo”.

RBP – Houve um *bluff*, uma desinforma-ção.

YS – Sim. Então o Chissano aceitou fazer um acordo com os comerciantes e pergun-



ta quem está atrás do PIMO. Os comerciantes respondem: “se não lhe dermos dinheiro ele vai morrer por si próprio”.

RBP – Portanto há um acordo: ao serem oferecidos assentos parlamentares àqueles comerciantes muçulmanos influentes estava implícito o fim do PIMO.

YS – Esse foi o negócio. Vocês matam fisicamente o PIMO e ocupam 20 assentos no Parlamento. Olhe, eu estou-lhe a dar esta declaração pública com muita segurança porque fui cristão e, pelas circunstâncias, passei pelo comunismo também. Tive uma experiência viva. Quando o Chissano tomou essa decisão, eu em 1995, comecei a pensar “o que é que eu posso fazer por esse país?” O país sofreu uma guerra de desestabilização, uma guerra que não poupou infra-estruturas, o povo está pobre. Mesmo como perdedor, eu tenho que participar e comecei a tentar ver qual o apoio que poderia trazer para Moçambique. Então o partido PIMO tomou a decisão de mobilizar países árabes, países islâmicos e de vender a imagem de que este país poderia ser membro da Organização da Conferência Islâmica (OCI), de modo que os fundos desses países pudessem também ajudar o desenvolvimento e a reconstrução económica deste país. Então, em Março de 1995, viajei para os países árabes, para certos países islâmicos. Estas visitas culminaram com o reatamento de relações diplomáticas, e hoje Moçambique é membro da OCI. O primeiro relatório que trouxe, depusitei nas mãos do Presidente Chissano. Veja, para os meus compatriotas que estão a ocupar os 20 assentos, eu era um cadáver declarado, mas este cadáver, que a FRELIMO queria ver *morto* (e que os meus colegas também assim queriam ver) trouxe uma oportunidade para o meu adversário. Disse-lhe “o senhor pode contar com o apoio destes países”. Dei-lhe todos os contactos necessários. Com esses contactos, o Chis-

sano como Chefe de Estado respondeu: “será que desta vez os árabes vão corresponder à cooperação connosco? Porque eu fiquei 10 anos como Ministro dos Negócios Estrangeiros e o único país que correspondeu foi o Egipto. Os outros países são todos muito cínicos. Será que dessa vez é possível nós entrarmos na ribalta?” E eu respondi-lhe, “Senhor Presidente, eu estou disponível para cooperar, os contactos estão aqui, o senhor avança e se precisar eu estou disponível. Tenho a certeza, como muçulmano de que os países árabes vão apreciar a situação de Moçambique e que Moçambique pode entrar seguramente na OCI e ser um dos membros beneficiários dos fundos desta organização.”

RBP – E foi?

YS – Hoje é. Foi então que surgiu a lista do “Movimento Islâmico”: uma forma de se distanciar do PIMO. Ora foi “Frente Islâmica”, ora foi “Movimento Islâmico”. Então, os 20 assentos... primeiro surgiu a carroça e depois é que passou o burro... primeiro surgiu o poder político e depois é que foram fundar o partido que não existia. Fundaram o “Movimento Islâmico”, a imitar os argelinos, a “Frente Islâmica”...

RBP – Sim, mas isso foi mais tarde em 1999, não é?

YS – Não, não, entre 1994 e 1999 tivemos essa situação. A FRELIMO admitia isso e, como forma de provar que a aliança deles com os deputados poderia chegar à esca-la que fosse, porque ele como partido do poder fazia passar, introduziram também feriados islâmicos.

Surgem deputados e surgem ministros. Por exemplo, o Sr. Dr. José Abudo, muçulmano convicto e praticante. Em caso de vitória eleitoral, formaríamos Governo mas tínhamos que ter quadros. Dentro desses quadros mencionávamos o nome do Dr. Abudo como Chefe do Governo e

surgiram mais outros: Ayres Ali Abdul Razaque, etc. Então a FRELIMO, repescando esses quadros todos, cooptou-os para evitar que houvesse resposta desses intelectuais pois iriam continuar a trabalhar na imagem do PIMO e o PIMO continuaria a fazer muita força. Só para dizer o seguinte: o PIMO não se declara como partido morto. Pelo contrário, eu posso dizer que fizeram o *salat janazah* (oração fúnebre) a um caixão vazio.

(Risos)

RBP – Estamos aqui a falar de dois negócios. Um negócio era o de “você, 20 deputados, 20 comerciantes influentes aderem à FRELIMO e liquidam-se fisicamente o PIMO”; por outro lado os muçulmanos também estavam convencidos de que esta oportunidade que lhes era dada lhes iria permitir por iniciativa parlamentar consagrar legalmente os 2 Eids como feriados nacionais.

YS – A ideia de que tudo era troca de favores. Aquela bancada, portanto a sub-bancada, o nome melhor que merece é esse, tinha que provar alguma coisa à comunidade islâmica, que reivindicava direitos políticos. A FRELIMO dá esse recurso como esmola, mas no fundo de tudo isso estava o quê? Estava a troca de favores nos negócios porque aquele grupo dos 20 foi ganhando simpatias e hoje estão bem posicionados economicamente. Porque, como camaradas, tinham privilégios, que lhes permitem fazer melhor negócios que qualquer outro cidadão. Mas esse interesse é mais particular do que público e publicamente tinham que arranjar um argumento que se chamaria de “Eids Feriados Islâmicos”. Só lhe quero dizer o seguinte: quando fizeram a oração fúnebre a um caixão vazio, isso custou-lhes muito caro. Já em 1999 o partido FRELIMO analisou e concluiu o seguinte: parece que os senhores estão sendo hipócritas con-

nosco, apoiam o PIMO de noite mas de dia sentam-se connosco e dizem “viva a FRELIMO e abaixo o PIMO”.

RBP – Mas eles apoiavam-no “à noite”?

YS – Não apoiavam como até hoje nunca apoiaram. Só quero dizer que o PIMO foi um partido que foi fundado com os seus próprios argumentos e tem as suas próprias motivações e são essas motivações que mesmo sem nenhum financiamento planificado, conseguem fazer passar a sua voz. E nós provamos que o caixão estava vazio, quando continuamos a fazer política que dividiu a bancada da FRELIMO. Como puderam garantir que o PIMO vai desaparecer se eles continuam a falar?

RBP – Ah e por isso não renovaram em 1999?

YS – Exactamente. Foi quando eu esclareci num livrinho...

RBP – Então você é que fez o *Janazah* deles?

YS – Pelo contrário, em vez de ser eu enterrado, acabaram por serem enterrados por mim! Eles como sub-bancada desapareceram e o PIMO ainda hoje continua!

Nazir Loonat vs. Amade Camal

RBP – Havia duas grandes rivalidades na tal sub-bancada: Nazir Loonat e Amade Camal.

Nazir Loonat é um indiano e Amade Camal é um mulato. Sem racismos.

(Pausa de Sibindy para reflectir um pouco)

YS – Isso é um facto real. Eu quero dizer o seguinte, a informação de que o PIMO com Yaqub Sibindy podia exercer uma nego-

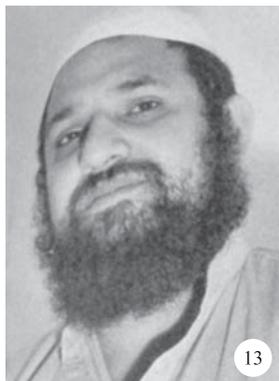
ciação séria com o partido FRELIMO – ou teria uma pequena bancada independente, ou teria uma integração de 20 assentos – foi da responsabilidade de uma figura indiana e agente económico, amigo da FRELIMO.

(Nova pausa para reflectir)

O Sr. Yaqub Loonat, pai do Maulana Nazir Loonat, é que aparece como o maior dinamizador deste negócio da integração de 20 deputados. Havia necessidade de *apretizar* (sic) o grupo para as pessoas não acharem que a liderança islâmica exclui os nativos. Foi quando conseguiram convencer o Amade Camal. Veja-se aquela declaração do Amade Camal quando diz: “Sibindy, eu não quero nenhum partido político. O meu partido é o meu negócio, não voto em nenhum partido, portanto para negócios falam comigo”. Portanto, os lucros de Amade Camal não significavam interesse em nenhum partido político. Foi na altura que estávamos a fazer as listas para a formação do PIMO. Mas o mesmo Amade Camal, contactado já com ingredientes de negócios, ia a deputado. O PIMO discrimina os negros, Sibindy e a sua ala.

RBP – Então era o PIMO...

YS – Na maneira indiana. Foi desta forma que o Camal aceitou, mas quando chegou lá encontrou outro ambiente. O Camal pecou porque quando ele foi convidado deveria ter calado a boca. Mas o Camal chegou lá



e tentou tomar iniciativas: “somos um grupo, ninguém é líder aqui, somos todos uma liderança.” Na verdade ele era um hóspede que queria ocupar o espaço do dono da casa e isso provocou as fissuras, que fizeram cair esta muralha.

RBP – Também partilham a mesma casa religiosa, pertencem ambos à Mesquita da Polana. Um é um clérigo influente, de nomeada, Nazir Loonat: é o Imam da Mesquita, um líder religioso. O Amade Camal é o Vice-Presidente da Direcção da Mesquita e um empresário influente. É, digamos, o homem que paga as contas da água e da

luz da mesquita, enquanto o outro é o líder religioso.

YS – Não, a maioria das despesas daquela mesquita sempre foi paga com fundos asiáticos. O Camal, o que fez concretamente? Encontrou a *papa feita* e quis usar. Foram estratégias políticas infantis, não é?



RBP – Mas a *papa feita* é o quê, a mesquita?

YS – A mesquita. Olha, essa gente pôs a carroça à frente do burro.

RBP – Mas quem é essa gente?

YS – Esses 20 deputados. Porquê? Primeiro ganharam assentos e mais tarde quiseram formar um partido, uma força política, que não fosse 100% da FRELIMO e que é que acontece? Esses 20 deputados estão na FRELIMO e não estão a defender

a causa dos muçulmanos, estão a defender a FRELIMO. Estão dirigidos na base dos estatutos da FRELIMO, são um instrumento na bancada da FRELIMO, nada de querer vir cá ao público defender os muçulmanos. Então isto esvaziava-os. Eles tinham que procurar criar alguma força política própria e dizer que eram donos daquela bancada. Normalmente nasce um partido político, o partido político ganha assentos e começa a trabalhar; eles primeiro ganharam os assentos e queriam de alguma forma fazer uma força política. É nesta fragilidade que há uma crise de liderança, porque não se conheciam entre eles. Fazer um partido político não é uma coisa fácil. Ora de dia aparece como “Frente Islâmica”, ora muda para “Movimento Islâmico”, nunca dando cartas de quem é líder.

RBP – Mas voltando atrás; é o que se passa na Mesquita da Polana que se reflecte no Parlamento, ou é o que se passa no Parlamento que se reflecte na Mesquita da Polana?

YS – Depois de terem 20 lugares, eles deviam aprovar um líder independente. O núcleo aparentemente estava em redor de Maulana Nazir, por ser um líder religioso. Mas ele só tinha essa liderança na Polana, ele era Imam na Polana e acontece que esse grupo deu o sinal de que eles partiam daqui, daquela coisa da Frente Islâmica. Acontece que o Camal, que também não queria ficar atrás, já era por coincidência Vice-Presidente da Direcção desta mes-

quita. O Presidente era uma pessoa frágil e cansada, até vem a falecer depois. Foi quando o Camal também reclamou: “não, este lugar aqui também me interessa, também sou líder”. Ambos apareciam em primeiro lugar e começaram o *bajulismo* no sector político a querer queimar-se um ao outro e envolvendo uma série de situações perigosas e muito racismo.

RBP – Porque é que os deputados do grupo dos 20 não renovaram na segunda legislatura e o Ministro Abudo renovou na segunda legislatura?

YS – O grupo dos 20 continuou a fazer a sua aliança; aqueles que têm negócio fazem os seus negócios. Não renovaram na segunda legislatura, porque a FRELIMO viu que os muçulmanos não são uma ameaça política. São uma comunidade grande, numerosa, mas não representam ameaça do ponto de vista político, porque estão divididos, não têm liderança. O Ministro Abudo renovou, porque era um recurso eleitoral importante: é natural da Província de Nampula.

RBP – Quais são os planos do PIMO neste momento?

YS – O PIMO está agora integrado numa coligação, que lidera e que dá pelo nome de “Bloco da Oposição Construtiva” e temos assento parlamentar como observador. Também estamos envolvidos no projecto “Fundação Moçambique Contra a Pobreza”. Vamos continuar a lutar e a provar que o caixão continua vazio.





Africa em debate

Uma herança identitária:
o trabalho forçado



Le riz et le peuple massa de l'Extrême-Nord Cameroun: de la culture forcée au marqueur identitaire

Jean GORMO*

p 125-136

Introduction

L'imposition des cultures de rente en Afrique est une conséquence directe de l'installation des Européens en dans le continent Noir. Pour des raisons essentiellement économique, les peuples du Cameroun en général et ceux du Nord Cameroun en particulier se sont vu imposer certaines cultures exotiques. Le peuple massa n'a pas échappé à ce constat. Après l'introduction forcée du coton et de l'arachide pendant la première moitié du XXe siècle, l'administration française s'intéresse au développement de la riziculture en pays massa au lendemain de la Deuxième Guerre Mondiale. C'est ainsi que les Massa vont subir tour à tour les contraintes des différentes cultures. L'introduction de la culture du riz dans une zone où le leadership est discuté entre le coton et l'arachide ne va pas être sans heurts. Les premières années de l'introduction du riz ont été difficiles tant pour l'administration coloniale que pour les populations elles-mêmes. Au fil des années, ces tensions vont s'estomper et laisser la place à une situation dans laquelle le riz est désormais valorisé et intégré dans calendrier cultural massa.

Le pays massa avant l'introduction du riz: la concurrence entre le coton et l'arachide

Entre 1920 et 1930, l'administration coloniale lance les premiers essais de la culture du coton et de l'arachide en pays massa. Leur introduction ne sera pas aisée car de nombreuses résistances ont eu lieu.

L'introduction du coton chez les Massa

Introduit dans les zones sahéliennes à la faveur du commerce transsaharien, le coton était cultivé par les Toupouri et les Massa dans les jardins de case pendant le XIX^e siècle.

* CEAUP Maroua - Cameroun

Dès le début de la période coloniale, une autre espèce annuelle est introduite et apparaît comme un des moyens de développer la région.

Pendant la courte période allemande, puis sous le mandat français, des tentatives sont faites pour diffuser la culture du coton au Nord-Cameroun. Entre 1912 et 1913, un botaniste allemand, le Dr. Wolf, aménage une station d'essais agronomiques à Pitoa, où il expérimente plusieurs variétés de coton¹.

Les Français, à leur arrivée continuent la politique économique entamée par les Allemands. Après les essais du capitaine Delinguette en 1920, le lieutenant Vallin les poursuit en 1924. Mais son successeur à la tête de la subdivision de Yagoua, le lieutenant Verdier, note en 1927 que les champs ont été «perdus» en pays Toupouri². Il faudra attendre 1950 pour voir cette culture effectivement démarrer chez les Massa sous la houlette de la Compagnie Française pour le Développement des Fibres Textiles (CFDT).

L'introduction de l'arachide chez les Massa

Avant la conquête coloniale, l'arachide était déjà introduite au Nord Cameroun. Elle était représentée par des cultivars rampants de types Virginia, qui ont aujourd'hui disparu. Ces cultivars rampants se rencontraient au Nord du Cameroun, dans les hauts plateaux de l'Ouest et les savanes guinéennes³. Mais cette culture est demeurée latente pendant toute cette période. Il faudra attendre l'arrivée de l'administration coloniale pour voir celle-ci se développer dans la région.

Ainsi, les crises alimentaires des années 1920 et 1930 vont faciliter le développement de la culture arachidière. Le port de Garoua exporte alors 1,3 tonnes d'arachide en 1926 et 12,7 tonnes en 1927, 334 tonnes en 1928, 2176 tonnes en 1929 et 2.481 tonnes en 1933⁴.

Ces statistiques montrent que les premières années de l'arachide sont marquées par les graves difficultés liées au climat. Ces crises naturelles doublées du manque d'enthousiasme des populations par rapport à cette culture vont peser sur le développement rapide de l'arachide. Le manque d'engouement des populations locales peut s'expliquer par les effets de la crise économique de 1930 qui fait chuter brutalement le prix de l'arachide. Il passe de 1F à 10 ou 20 centimes par kilogramme⁵.

Après ce passage à vide, la production va être relancée et elle atteint près de 10.000 tonnes à l'exportation en 1934⁶. Cette relance de la production arachidière est générale dans le Nord-Cameroun. Elle est identique dans les subdivisions de Maroua et de Yagoua où :

«Les surfaces cultivées sont environ quatre fois plus importantes en 1937 qu'en 1936 (...). Il est certain que l'espoir d'un gain facile a amené les indigènes à conserver à l'arachide des terres où, auparavant, l'on ne tenait que du djigari».

1 M., Rounsard, 1987, «Nord-Cameroun. Ouverture et développement», Thèse de Doctorat ès Lettres et Sciences Humaines, Université de Paris X-Nanterre, p. 322.

2 ANY, APA, 12033, Rapport du 4^e trimestre 1927, Circonscription de Maroua.

3 R., Pasquet, & Fotso, 1988, «Les légumineuses alimentaires du Cameroun. Premières récoltes», *Du politique à l'économie études historiques dans le Bassin du Lac Tchad*, Actes du IV^e colloque Méga-Tchad, Paris, CNRS/ ORSTOM, Paris, p. 323.

4 A., Beauvilain, 1989, «Nord-Cameroun: crises et peuplement», Thèse de Doctorat ès Lettres et Sciences Humaines, Université de Rouen, T. 1. 1989, p. 259-260.

5 M., Rounsard, 1987, p. 227.

6 M., Rounsard, 1987, p. 227.

7 ANY, APA 11833 / A, Rapport de tournée du 09 au 27 août 1937, Subdivision de Maroua et Yagoua.

Quand on sait l'importance du djigari (mil rouge) dans la société massa, on comprend aisément l'intégration de l'arachide par ce peuple qui la cultive désormais à proximité des habitations.

La concurrence entre le coton et l'arachide en pays massa

Les scènes de supplantation seront beaucoup plus vives entre le coton et l'arachide deux plantes introduites par l'administration coloniale pour jouer un rôle essentiel dans le développement rural du Nord Cameroun.

En effet la lutte pour le leadership sera engagée entre le coton et l'arachide dès les années 1920. Dans cette conquête, on peut distinguer deux phases principales notamment celle qui marque la victoire de l'arachide sur le coton jusque pendant les années 1950 et la seconde quant à elle voit la primauté du coton sur l'arachide en pays massa.

Les crises alimentaires des années 1920 et 1930 entravent considérablement le développement de la culture cotonnière et font le succès de la culture arachidière. Le succès de l'arachide vient du fait qu'elle résiste mieux aux aléas climatiques et échappe en grande partie aux invasions acridiennes fréquentes dans la région à cette époque. En plus, l'entretien de l'arachide est beaucoup plus aisé que celui du coton. Les rendements sont aussi supérieurs à ceux du coton pour un prix rémunérateur. A cette époque également, il faut dire que le coton bénéficiait des préjugés qui lui étaient défavorables.

Entre 1940 et 1950, la position de l'administration coloniale était en faveur du développement de l'arachide au détriment du coton. Voici ce qui ressort d'un rapport de 1945-1946:

«Il n'est pas souhaitable que (...) le coton devienne culture principale sinon unique; les cultures principales doivent être les cultures vivrières et les arachides»⁸.

A la lecture de cet extrait, il est donc attesté que pendant toute la première moitié du XX^e siècle, l'arachide prime sur le coton. Et il est clair que dans sa concurrence avec l'arachide, le coton ne réussit pas à s'imposer avant l'implantation de la Compagnie Française de Développement des Fibres Textiles en 1951. Voici ce qu'en dit un rapport de 1948:

«Le coton doit rester production familiale (...). L'effort doit se concentrer sur le développement de la production d'arachide pour l'exportation»⁹.

Cette primauté de l'arachide va atteindre son apogée en 1951, période pendant laquelle la CFDT lance une nouvelle donne commerciale pour la culture du coton. Elle marque ainsi la victoire définitive du coton sur l'arachide en pays toupouri et massa et la relégation de cette dernière au rang de culture vivrière traditionnelle. La concurrence va se poursuivre désormais en pays massa entre le coton dont l'introduction est ancienne et le riz récemment introduit.

⁸ ANY, APA. 11618, Rapports annuels 1945-1946, Région Nord (Maroua).

⁹ ANY, APA 11618, Rapport annuel de 1948, Région Nord.

L'imposition de la culture du riz et réactions des populations

Après plusieurs années d'imposition du coton et de l'arachide en pays massa, c'est au tour du riz que vont se concentrer tous les efforts de l'administration coloniale française. C'est alors que commence une autre période de contrainte pour les Massa.

L'introduction de la culture du riz et ses fondements

Evoquer les causes de l'introduction des plantes de rapport en Afrique, c'est faire référence aux divers buts de la colonisation. Pour des logiques essentiellement mercantiles, l'administration coloniale introduit la culture du riz en pays massa. Ceci répond à une nécessité d'intensification des productions agricoles en vue de rentabiliser les territoires placés sous son administration.

En effet, l'exploitation des colonies vues comme arriérées par les Européens et l'amélioration du sort de ses habitants ont été le principal refrain des défenseurs de la colonisation. Mais, il faut le dire, l'exploitation systématique des colonies prime sur les autres objectifs humanitaires. C'est pourquoi l'administration concentrait tous ses efforts dans cette exploitation. Vacquier le remarque en ces termes:

«L'administration incitait à des cultures nouvelles par la promesse d'un profit rapide et plus encore par une dure pression fiscale: les paysans noirs devaient consacrer une partie de leurs champs à des cultures rémunératrices dont le revenu leur était indispensable pour payer l'impôt»¹⁰.

Dans cette politique de contrainte et d'obligation de travailler, cet administrateur note en 1961:

«Tout homme imposable doit avoir au moins un champ de mil pour son alimentation et un champ de coton ou d'arachide qui doit lui rapporter de l'argent nécessaire au paiement de ses impôts, pour son habillement et son entretien»¹¹.

Dans le contexte de la culture du riz, les Massa étaient obligés de cultiver le riz pour s'acquitter de leurs impôts.

Compte tenu des difficultés que rencontraient les paysans dans l'entretien de ces plantes et le surplus d'énergie qu'ils fournissent, ils se sont vite montrés réticents quant à l'intégration de cette culture de rente dans leur cycle cultural.

Comme ce fut le cas pour le coton, c'est après la deuxième guerre mondiale que l'administration française s'intéresse au développement de la riziculture en pays massa. L'introduction de la culture du riz dans une zone où le leadership est discuté par le coton et l'arachide va être difficile au départ.

En effet, les premiers essais de cette culture remontent en 1946 avec une production de 200 tonnes. Elle atteint 600 tonnes en 1950¹². Mais le véritable lancement de la riziculture intervient entre 1950 et 1954. Grâce au financement du FIDES, l'administra-

¹⁰ R., Vacquier, 1986, *Au temps des factoreries (1900-1950)*, Paris, Karthala, p. 256.

¹¹ ASPM, C. 1961. III. 18. 1, Kaélé, Rapports politiques périodiques, Kaélé, 1961.

¹² ANY, APA 11618, Rapport annuel 1950, Région Nord (Maroua).

tion coloniale décide de créer en 1950 une station de riziculture à Pouss. L'Institut de Recherche du Cameroun (IRCAM) propose en 1951 de concentrer les efforts au Nord de Yagoua, zone dans laquelle la population est plus dense. En 1953, un rapport dresse un bilan optimiste de la riziculture.

«2480 rizicultures ont ensemencé 894 ha dans les sultanats de Guividig et de Pouss ainsi que dans le canton de Yagoua»¹³.

Dans le même rapport, il est signalé l'installation en 1953 d'une rizerie par la Société Indigène de Prévoyance (SIP) à Yagoua. Pendant la même année est créée la Société Rizicole du Logone (SORILO) dont l'activité va se limiter à une seule campagne agricole.

La création le 02 novembre 1954 du Secteur Expérimental de Modernisation de la Riziculture de Yagoua (SEMRY) va relancer l'organisation de la culture du riz en pays massa. Jouissant d'une autonomie administrative et financière, il représente un sous-secteur du Semnord. Il supervise toutes les activités rizicoles et assure la commercialisation du riz¹⁴.

A la fin de la décennie 1960, le système d'extension de la riziculture ne satisfait plus les attentes des riziculteurs. Il semble être dépassé et la faiblesse des revenus des paysans indique l'essoufflement du Semry. Il convenait alors de repenser une nouvelle structure.

En février 1971, le Semry est transformé en Société d'Expansion et de Modernisation de la Riziculture de Yagoua (SEMRY). Elle reçoit de l'Etat les moyens financiers et techniques pour relancer la production du riz. C'est elle désormais qui s'occupe des travaux d'aménagement jusqu'à la vente du produit fini¹⁵.

Le stade expérimental dépassé, la phase d'amplification commence par une colonisation de plus en plus importante des surfaces autrefois réservées au mil. On assiste aussi à une généralisation des techniques d'irrigation. Cette phase correspond à l'accroissement des revenus des riziculteurs. Cette situation va perdurer jusqu'à 1986 date des premières difficultés de la Semry.

Les difficultés élevées de la Semry vont l'amener à interrompre un certain nombre d'activités qui étaient les siennes avant la campagne rizicole de 1986-1987.

Les Massa habituer à cultiver sur des surfaces non inondées vont à travers la culture du riz, être obligés à travailler dans les rizières. Ces nouvelles conditions de travail vont au départ susciter des réactions de mécontentement.

Réactions des populations massa

L'introduction d'un élément nouveau dans une société a toujours été difficile. La culture du riz est très contraignante. Habitué à travailler sur des surfaces non inondées, les Massa vont se voir obligés de cultiver dans des rizières inondées d'eau. Désormais, ils doivent cultiver «les pieds dans l'eau et dans la boue» sous la surveillance des gardes placées l'administration coloniale. De la préparation de la pépinière jusqu'à la récolte, les difficultés jalonnent les étapes.

¹³ ANY, 1AC 8219, Rapport à M. le Président de l'Assemblée Territoriale du Cameroun de la situation de l'avenir de la production du riz dans le Nord-Cameroun, 1953.

¹⁴ ASY, Rapport annuel d'activités, 1954-1955.

¹⁵ ASY, Rapport annuel d'activités 1971-1972.

Les paysans massa face aux rudesses des conditions de la culture du riz ont réagi pour exprimer leur mécontentement et leur refus de pratiquer cette culture. L'administration coloniale, soucieuse de l'intérêt qu'elle accordait au développement de cette culture dans le département du Mayo Danay, n'avait pas d'oreilles pour ces réactions paysannes. Le mot d'ordre était simple et claire: il fallait pratiquer la culture du riz. C'est dans cette logique qu'on comprend que pour l'administration coloniale, il fallait semer le riz contre vents et marées. Dans cette opposition de points de vues, le détenteur du pouvoir devait être le gagnant. A cette période, les paysans n'accordaient aucune valeur à la culture du riz. C'est la raison pour laquelle cette culture occupait les parcelles les plus éloignées et les moins fertiles.

Les résistances à la culture du riz en pays massa ont revêtu plusieurs formes: le mauvais entretien des périmètres rizicoles, le refus catégorique de pratiquer cette culture, l'usage de la violence et enfin la voie de la migration vers des contrées où cette culture n'était pas pratiquée.

La grande partie des paysans massa, pour ne pas être confrontés à l'administration coloniale, choisissait de pratiquer cette culture. En le faisant cependant, ces paysans négligeaient volontairement les cultures en brousse. Ils n'effectuaient pas régulièrement le désherbage et le traitement des cultures. C'est alors qu'on rencontrait plusieurs rizières abandonnées ou alors mal entretenues. Le rendement ne pouvait qu'être médiocre et cela déplaisait à l'administration. Devant cette forme de résistance, les colons ont vite trouvé un palliatif. Désormais, l'administration coloniale responsabilise alors les chefs traditionnels avec pour promesse de lourdes sanctions pour ceux qui s'écarteraient de trop des consignes données. Les chefs se trouvaient alors dans l'obligation de contraindre les populations placées sous leur autorité. C'est ainsi qu'ils plaçaient des gardes pour contrôler les travaux dans les rizières. Au fil des années, les chefs traditionnels vont abuser de ce nouveau pouvoir qui leur a été remis par les colons. En effet, ces derniers vont outrepasser leurs prérogatives et rançonner leurs sujets. Ils vont également profiter de cette situation pour régler leurs propres comptes avec leurs «ennemis» qu'ils accusaient souvent de ne pas bien entretenir leurs rizières et de fois de vente parallèle de riz au Nigeria voisin où le prix était beaucoup plus alléchant. Ceux-là étaient alors contraints de payer de lourdes amendes à l'administration avec pour promesse de ne plus refaire les mêmes bêtises. Généralement, les paysans préféraient résoudre le problème au niveau du chef pour ne pas avoir à faire au Blanc. Un de nos informateurs confirme avoir été emprisonné pendant une période de trois mois pour mauvais entretien des cultures. Devant ces nombreuses frustrations et ces abus de pouvoir, de nombreuses scènes de violence ont été répertoriées. L'usage des armes était alors courant notamment des combats avec les bâtons, les couteaux qui s'achevaient par des blessures, des fractures et parfois avec mort d'homme.

Lorsque le riziculteur venait à assassiner un envoyé du chef, une seule option salubre se présentait à lui: la migration. La migration a été utilisée par deux catégories de paysans: ceux qui avaient refusé catégoriquement de cultiver le riz et ceux qui avaient commis un meurtre. L'alternative la plus adéquate consistait à s'éloigner le plus loin possible de son village avec toutefois un espoir de retour au village natal. L'une des conséquences actuelles de ces migrations est la présence des Massa dans des sites qui au départ, n'étaient pas les leurs.

Au fil des années, les poches de résistances ont disparu progressivement pour laisser la place à une collaboration entre riziculteurs, chefs traditionnels et l'administration colo-

niale. Ceux des paysans qui avaient migré (pour fuir la pratique de cette culture) sont revenus pour expérimenter cette nouvelle donne après 1954. D'ailleurs, voici le constat que dresse cet administrateur colonial:

«IL convient de signaler la popularité de cette culture manifestée cette année par de nombreux retours de populations. De plus, les planteurs commencent à cultiver le riz pour leur consommation, ce qui compte à assurer la pérennité de cette culture»¹⁶.

La question qui se pose à ce niveau est celle de savoir pourquoi ce retournement subit de situation ? en d'autres termes, comment expliquer le fait qu'aujourd'hui les Massa s'identifient à la culture du riz ? que s'est-il passé entre temps ?

L'intégration du riz dans le calendrier culturel des Massa

Pour faire accepter véritablement la culture du riz aux Massa, l'administration coloniale a mis en place une nouvelle politique plus attrayante pour la culture du riz. L'amélioration des conditions socio-économique et même culturelle des Massa par la culture du riz aura été déterminant dans le déplacement du centre d'intérêt des Massa du coton vers le riz.

La politique incitative de l'administration coloniale et de l'Etat Camerounais

L'administration coloniale a mis en place des mesures qui visaient à attirer l'engouement les paysans pour la culture du riz. L'augmentation du prix du riz, la mécanisation des conditions techniques de production du riz, l'utilisation des engrais chimiques, le développement des activités connexes à la culture du riz notamment l'élevage et la pêche.

Le lancement véritable de la production rizicole n'est effectif qu'à partir de 1954 qui voit la fin des activités de la SORILO (Société Rizicole du Logone). Avec la prise en main de la riziculture par le SEMRY (Secteur d'Expérimentation et de la Modernisation de la Riziculture de Yagoua) en 1954, pour 16000ha rizicultivés, la production a été estimée à 1750t de paddy. De 1955 à 1964, les surfaces ensemencées se maintiennent entre 2000 et 3800ha. L'inexistence des statistiques ne permet pas une estimation de la production. Seule est donnée la production commercialisée par le SEMRY. Pendant cette décade, elle varie entre 2000 et 4000t.

La campagne de 1965/1966 se révèle, dans la mesure où les statistiques disponibles permettent de le vérifier, comme bien représentative de la période qui se prolonge jusqu'en 1971¹⁷. Le système mis en place est alors parvenu à sa vitesse de croisière. Pour des surfaces comprises entre 6000 et 7000ha ensemencées, 8000 à 10000t de paddy sont récoltés.

Entre 1974 et 1985, une utilisation optimale du potentiel foncier de SEMRY I aurait correspondu à la mise en culture de 82000ha. De la campagne 1974-75 à celle de 1979-80, seulement 27000ha sont cultivés sur 42000 possibles. Entre 1980-81 et 1984-85, il atteint 82,5% soit 33000ha cultivés.¹⁸

A l'augmentation des surfaces cultivées correspond également la croissance de la production et des rendements. A partir de 1974, la double culture annuelle lancée par la

¹⁶ ANY, 2AC7119, Rapport annuel 1954. Région du Diamaré.

¹⁷ Comme le montrent les statistiques de production du SEMRY, les rapports annuels n'existent pas pour la période de 1967 à 1974. Ils ont soit disparu des archives de la SEMRY ou alors ils n'ont jamais existé.

¹⁸ M., Roupsard, 1987, p.284.

SEMRY (Société d'Expansion et de la Modernisation de la Riziculture de Yagoua) donne un rendement de 30qx/ha avec une production estimée au delà de 10.000t. De 1975 à 1985, les rendements moyens se maintiennent au dessus de 40qx/ha. La tendance est à la progression puisque les résultats se situent généralement entre 40 et 50qx/ha de 1974 à 1980, plus souvent entre 50 et 60qx/ha ensuite. Pendant la décennie 1975-1985, la production se situe entre 25.000 et 50.000t environ. Mais depuis la cessation des activités commerciales de la SEMRY, les statistiques de production n'existent plus. Néanmoins, les riziculteurs massa poursuivent la production du riz.

En outre, l'introduction de la culture du riz et son corollaire l'implantation de la Semry en pays massa a contribué à améliorer l'alimentation de ce peuple notamment par la promotion de l'élevage et le développement de la pêche.

Les opérations «élevage» conduites par la Semry 1 comprennent l'embouche bovine, la production porcine et la vulgarisation de l'embouche bovine en milieu paysan.

Jusqu'en 1984, il existait encore 6 parcs d'une capacité de 25 bêtes chacun, un feed-lot à Hinimdou (à 10 km de Yagoua) avec une capacité permanente de 150 têtes. La durée moyenne d'embouche était de 90 jours avec une production potentielle de 600 bovins par an. Les animaux maigres étaient achetés et soumis à l'embouche pour être ensuite vendus sur le marché. Une meilleure maîtrise de la pathologie, en particulier des infestations parasitaires était assurée par ses techniciens¹⁹.

Après le lancement de l'élevage porcin dans la région par la Semry, les populations locales vont prendre le relais et s'affirmer actuellement dans l'ensemble du pays comme les premiers éleveurs porcins. Il n'y a qu'à voir le nombre de camions chargés de porcs qui quittent cette région pour le Sud-Cameroun pour s'en convaincre.

Avec le creusement de la digue de Maga et sa première mise en eau en fin 1978, la Semry mettait ainsi à la disposition des riziculteurs, massa un potentiel de pêche très important. De Kimpe évaluait le potentiel minimum annuel à un peu plus de 1140 tonnes. Plus tard en mai 1981, ce potentiel minimum était évalué à 2000 tonnes par an. Quinze pour cent de la production étant auto consommée contre 85% vendue²⁰. Cette production de poissons joue actuellement un grand rôle économique et social. Elle assure aux paysans des revenus complémentaires, difficiles à chiffrer mais importants. La partie auto consommée améliore sensiblement la nutrition des populations concernées par l'apport des protéines animales qu'elle représente.

Pendant les deux décennies qui ont suivi le lancement de la culture du riz, les changements sociaux, mieux les mutations comportementales n'ont pas été trop visibles. Cela part du fait de la faiblesse des revenus des paysans qui leur permettaient tout juste de s'acquitter de leurs obligations fiscales et d'autres petits achats sur les marchés.

La moitié de la décennie 70 coïncide avec l'augmentation sensible des revenus des paysans. Cette croissance inattendue du pouvoir d'achat des paysans et la modernisation progressive du mode de vie poussent ces derniers à satisfaire de nouveaux besoins. Cette situation pousse également les jeunes des villages à la recherche du numéraire pour satisfaire tous les nouveaux besoins nés de l'entrée dans la modernité.

19 ASY, 84-250 mai. Etude de l'impact des aménagements de Semry 1 et Semry 2, p. 22.

20 ASY, 84-250 mai. Etude de l'impact des aménagements de Semry 1 et Semry 2, p. 43.

L'intégration du riz dans les mœurs des Massa

L'implantation des unités industrielles dans la région a eu pour conséquence le métissage de la population. L'usage régulier de la monnaie entraîne inévitablement la consommation des produits manufacturés. On assiste également à l'évolution dans la perception de certaines plantes nouvellement introduites.

Avec l'intensification des échanges et la montée sensible des revenus paysans pendant la moitié de la décennie 70, le goût à la consommation des produits importés s'accroît. Cet engouement pour les produits manufacturés était déjà perceptible dès l'indépendance.

«Chaque jour un grand nombre de clients grouillent et se plaisent à acheter diverses marchandises à prix réduit. Le bâtiment étant petit, monsieur Issan envisage de l'agrandir afin de permettre un parfait étalage de ces marchandises.»²¹

Pendant plus de deux décennies, le paysan massa a cultivé le riz sous la houlette du Semry. Si au début des années 50, le riz a connu une introduction lente et difficile, cette culture s'est trouvée acceptée par les populations massa qui non seulement la commercialisent mais la consomment également.

Après son introduction difficile dans la société massa, le riz n'a pas directement occupé une place dans l'alimentation de ce peuple. Ce n'est qu'après plusieurs années de culture imposée que le riz commence à jouer la fonction d'aliment de complément ou de soudure. Cette avancée constitue pour le riz une percée non négligeable dans un espace social façonné par la pratique séculaire du mil. Le même constat est dressé par Roupsard:

«Les Massa et Mousgoum consomment très peu de leur production de riz ou alors en cas de pénurie de la céréale traditionnelle, le sorgho. Leur récolte est donc destinée à être vendue ; la partie de la production «estimée» qui n'est pas achetée par le «Semry» est rarement auto consommée, contrairement à ce que semblent croire les administrateurs des années 50, mais est plutôt commercialisée sur un marché parallèle assez actif.»²²

Au fur et à mesure que la culture du riz est intégrée dans les habitudes culturelles de ce peuple, sa place dans l'alimentation va croissante. Ainsi, depuis la fin de la décennie 70, nombreux sont les foyers qui consomment le riz sous forme de boules de couscous. Certains vieillards encore peu ouverts aux transformations acceptent tout de même mélanger la farine de mil à celle du riz pour la confection des repas. Les jeunes semblent avoir adopté le riz comme aliment de qualité.

«L'attrait d'autres habitudes alimentaires influent sur les goûts des jeunes qui sont plus ouverts à l'intégration d'autres plats (désir de consommer quelque chose qui soit de la modernité).»²³

²¹ ASPM, C. 1961. III. 18. 1 Kaélé, Rapports politiques, Kaélé, 1961.

²² M., Roupsard, 1987, p. 272.

²³ Domo, J., 1984, «Identité sociale et transformation des représentations sociales: culture dumil et culture du riz au Cameroun», Thèse de Doctorat de 3e cycle, Université de Provence (Aix-en-Provence). p. 156.

En effet, depuis la décennie 50, il était admis que le riziculteur garde ce qui lui était nécessaire pour sa consommation familiale. C'est pourquoi, un retrait de 10% de la récolte était considéré comme normal bien que le paysan massa préfère de beaucoup le sorgho rouge au riz pour sa propre consommation. En réalité, comme dit plus haut, la rétention était le plus souvent destinée au marché parallèle qui s'établissait à la fin de chaque campagne rizicole, plus ou moins actif selon les besoins en céréales de la région et des pays voisins (surtout le Nigeria).

Sous ce rapport, le taux de rétention qui était encore de 10% d'auto consommation en 1976 va évoluer entre 20 et 30% jusqu'en 1981. De 1982 à 1984, il se situe entre 17 et 15%. Cependant, la pénurie de céréales causée par la sécheresse de 1984-1985 fait remonter ce taux de manière vertigineuse. Il atteint alors 41,5% de la production totale.

S'il est admis que l'accroissement du taux d'auto consommation est en rapport avec l'existence du marché parallèle, il faut tout de même reconnaître qu'une partie non négligeable de cette production est auto consommée. D'ailleurs, les sommes issues de la vente illicite du riz sont généralement utilisées pour l'achat des céréales. C'est bien ce que semble confirmer Joseph Domo en ces termes:

«Il est certain que le développement de la riziculture intensive a permis de satisfaire l'autosuffisance alimentaire, soit directement par auto consommation du riz produit, soit indirectement par achat de céréales traditionnelles (mil ou sorgho) à partir des revenus issus de la vente du paddy.»²⁴

Les populations locales étaient attirées et intéressées par les nouveaux produits. Dès lors que les récoltes de riz sont vendues, un des objectifs des paysans est de s'acheter de nouveaux habits. Nombreux sont d'ailleurs les paysans qui reconnaissent récompenser leurs épouses en période de vente de riz. Ce «cadeau» s'assimile souvent à l'achat des chaussures, des bijoux et de nouvelles pièces de pagne. Les hommes quant à eux préfèrent acheter des boubous. Mais depuis la percée de la friperie en pays massa dans les années 1990, les paysans trouvent désormais leur compte en matière vestimentaire. Tous les prix s'y rencontrent. Les paysans peuvent également s'acheter les chaussures à bon prix. C'est pourquoi, il est fréquent aujourd'hui de rencontrer des paysans bien habillés à l'européenne. Les jeunes de leur côté peuvent se trouver facilement des costumes et de cravates qu'ils portent les jours de marché ou lorsqu'ils s'en vont au culte du dimanche.

L'argent issu du riz permet aux femmes de s'acheter les bagues, les bracelets et autres accessoires de beauté.

Tout comme l'arachide et le coton, la culture du riz a connu une diffusion lente et cahoteuse. Cela s'explique par le fait qu'elle a été imposée par l'administration coloniale.

Dès son introduction, cette culture est associée à la mort compte tenu des contraintes qu'elle entraîne. La culture du riz fait référence au produit du Blanc. C'est bien ce que semble révéler Domo lorsqu'il affirme:

«Il y a association entre champ de brousse et riz et ceci pour montrer le caractère étranger, différent du produit.»²⁵

²⁴ ASY, 84-250 mai. Etude de l'impact des aménagements de Semry 1 et Semry 2, p. 46.

²⁵ J., Domo, 1984, p. 134.

Sous ce rapport, cette culture ne fait pas l'unanimité, la cohésion. Elle provoque comme le coton l'inquiétude.

Pendant plusieurs années, cette image est restée collée à la culture du riz. Mais à partir de l'intensification de celle-ci et la hausse vertigineuse des revenus des paysans massa dans la décennie 70, ces clichés disparaissent. La situation socio-économique pousse les paysans à s'occuper davantage d'une activité jusqu'alors marginale. Il y a de ce fait déplacement du centre d'intérêt du mil vers le riz. Face aux exigences de la vie moderne, le paysan massa change également un nouveau style de vie où les pratiques anciennes sont dès lors inadéquates, d'où l'utilisation des éléments que lui offre la culture du riz.

Bien que d'introduction récente, la pratique de la culture du riz intègre la société massa car elle permet d'avoir tout ce dont le mil n'était pas en même d'offrir aux paysans. L'intégration du riz dans la société massa est si profonde qu'aujourd'hui l'on identifie ce peuple à cette culture. Les propos d'un vieux riziculteur massa sont révélateurs du niveau d'intégration du riz dans cette société.

«Actuellement, le riz c'est notre vie, on ne pas enlever cette culture de chez nous.»²⁶

A la différence du coton qui ne fait pas maintenant l'unanimité en pays toupouri la culture du riz en pays massa est largement acceptée. Mais, que ce soit le coton ou alors le riz, leur introduction a marginalisé le mil.

Conclusion

L'introduction du riz dans la société massa n'a pas été facile. Son imposition a lieu dans un contexte marqué par la lutte de leadership entre l'arachide et le coton. Cette situation allait davantage rendre son intégration plus laborieuse. Face aux rudes conditions de travail du riz, les Massa vont faire savoir leur refus de pratiquer cette culture. Mais devant la détermination de l'administration coloniale, les résistances seront vite vaincues grâce à la mise au point des mesures plus incitatives qui ont favorisé l'épanouissement de ce peuple. Les changements socio-économiques et culturels provoqués par l'introduction du riz ont facilité son intégration dans le système cultural massa au point où aujourd'hui, ce peuple s'identifie à cette culture qui désormais fait partie de son quotidien.

Bibliographie

Sources d'archives

ANY: Archives Nationales de Yaoundé

ASPM: Archives de la Sous-Préfecture de Maroua

ASPYP: Archives de la Sous-Préfecture de Yagoua

ASY: Archives de la SEMRY de Yagoua

ANY, APA, 12033, Rapport du 4^e trimestre 1927, Circonscription de Maroua.

ANY, APA 11833 / A, Rapport de tournée du 09 au 27 août 1937, Subdivision de Maroua et Yagoua.

²⁶ Moudougoula, Edouard, entretien du 20/07/2007 à Yagoua.

- ANY, APA. 11618, Rapports annuels 1945-1946, Région Nord (Maroua).
- ANY, APA 11618, Rapport annuel de 1948, Région Nord.
- ASPM, C. 1961. III. 18. 1, Kaélé, Rapports politiques périodiques, Kaélé, 1961.
- ANY, APA 11618, Rapport annuel 1950, Région Nord (Maroua).
- ANY, IAC 8219, Rapport à M. le Président de l'Assemblée Territoriale du Cameroun de la situation de l'avenir de la production du riz dans le Nord-Cameroun, 1953.
- ASY, Rapport annuel d'activités, 1954-1955.
- ASY, Rapport annuel d'activités 1971-1972.
- ASY, 84-250 mai. Etude de l'impact des aménagements de Semry 1 et Semry 2, p. 22.
- ASY, 84-250 mai. Etude de l'impact des aménagements de Semry 1 et Semry 2, p. 43.
- ASPM, C. 1961. III. 18. 1 Kaélé, Rapports politiques, Kaélé, 1961.

Ouvrages et Thèses

- Domo, J., 1984, «Identité sociale et transformation des représentations sociales: culture du mil et culture du riz au Cameroun», Thèse de Doctorat de 3e cycle, Université de Provence (Aix-en-Provence).
- Gormo, Jean, 2005, «Les hommes et les plantes dans les sociétés toupouri et mas-sa: du XIX^e au XX^e siècle», Thèse de Doctorat Ph.D en Histoire, Université de Ngaoundéré.
- Roupsard, R., 1987, «Nord-Cameroun. Ouverture et développement», Thèse de Lettres et Sciences Humaines, Université de Paris X-Nanterre.
- Pasquet, R., & Fotso, 1988, «Les légumineuses alimentaires du Cameroun. Premières récoltes», Du politique à l'économique études historiques dans le Bassin du Lac Tchad, Actes du I^{ve} colloque Méga-Tchad, Paris, CNRS/ ORSTOM, Paris.
- Vacquier, R., 1986, Au temps des factoreries (1900-1950), Paris, Karthala.

Colonial gold mining in Northern Benin: Forced labour and the politics of remembering the past¹

Tilo Grätz

p 137-152

Introduction

In 1939 the French colonial administration set up a gold mining scheme in the Atakora Mountains. Its goal was to increase the supply of gold and, hence, to augment the budget of the colony A.O.F. during the II World War. The system of exploitation was medium-sized and semi-industrial. The activities in Northern Benin were at the same time intended to explore the Atakora gold deposits, (over-) estimated as being very rich. For many older inhabitants, especially those who were compelled to work there, this period is still very present in their memories and often linked with narratives of suffering and exploitation frequently presented to a visitor.²

In this essay I will explore the different strategies and attitudes of the colonial administration and the mining staff towards the organisation of daily labour and the way the workers adjusted³ to the mining project. I will identify the main actors and their strategies during different periods of time. My focus is directed to the colonial period but I will also evaluate the post-colonial period in order to discuss continuities and major changes, especially with regard to the relations of local inhabitants towards the state.

My argument is that there is no coherent view today among those who were engaged in that venture, due mainly to their different positions in the mining hierarchy and their very personal strategies and experiences associated with that period.

The paper attempts to do more than contribute a piece to local colonial and post-colonial economic history. I will try to link history and its representations with the political agenda of today. Given the fact that in 1993 a new gold boom started in the region and several conflicts over the access to the mineral resources emerged, it attempts to show to what extent histories and their representations have been used by various actors to generate arguments and legitimacy for their political action today.

¹ This text is the product of a research project on social relations in immigrant communities near gold exploitation sites in West Africa. Research was funded by grants from the DAAD, Bonn and the Max Planck Institute for Social Anthropology, Halle.

² To my knowledge, there are no major works in the social sciences concerning the Atakora gold scheme.

³ My usage of the term 'adjustment' refers to that of Goffman (primary and secondary adjustment; Goffman 1961), i.e. both as active and re-active.

In the first part, the text follows a chronological approach before exploring some aspects of the colonial mining enterprise in detail. The second part reviews the post-colonial exploration projects. In the third part I will refer to manual gold extraction⁴ today and the ways in which references to history become significant.

Pre-colonial and early colonial history of the Atakora region

The text deals primarily with the south-eastern part of Atakora mountain ridge, located in Northern Benin (former Dahomey), a region south of the provincial capital Natitingou. It is a sparsely populated area, the major villages are situated on the edge of the Atakora mountain range. Their inhabitants are predominantly Waaba, but many *Betammaribe* have also settled especially in its western parts. Most people are peasants growing yams, sorghum, millet, rice and engage in small animal husbandry. Many inhabitants are either Christian or Muslim – above all immigrants - but respect older religious traditions as well. People were forced to settle in larger villages by governmental decree in 1960.

In recent times the villages close to the mining areas; Kwatena and Tchantangou; grew considerably as an effect of the new mining boom after 1993, with an influx of many new settlers. Gold deposits are known to exist in the mountains veins, as quartzite layers, and in alluvial sediments along the Perma River and its tributaries.

Apparently, there was no pre-colonial indigenous artisan gold extraction in the Atakora region. Oral history and archaeological research to date, at least did not hint at local practices, such as the ones known in other parts⁵ of Africa. This is probably due to a certain degree of isolation of the population in a region which provided shelter against slave raiders (N'Tia 1993). Some basic contacts were established with traders, but in contrast to other regions, no gold or gold products were exchanged in the northern Atakora at all, although the neighbouring Wangara and Dendi merchants did trade in gold from the beginning of 18th century onwards (Kuba 1996: 238). The major mineral product of the pre-colonial Atakora, however, was iron, which was extracted at several small sites and used to produce arms (Tiando 1993). Apparently, technologies of extracting and processing iron could not be used with regard to gold.

The first exploring missions of the colonial period arrived at the end of the 19th century, following the occupation of the southern parts of the colony. But it was only at the beginning of the 20th century that the region of northern Atakora was effectively integrated into the colony *Dahomey et dépendances*. The colonial administrators met severe resistance, which led to a rebellion between 1916 and 1917 (Grätz 2000a). Up into the thirties, most parts of the region were under military administration.

The Atakora province (*cercle*) was founded in 1916, with the new provincial capital and its administration in Natitingou. The mining area of today was administered directly by a *chef de la subdivision*, who, after the creation of a larger urban district, became the *chef de la circonscription urbaine*. From the early thirties up to 1975, local headmen were installed as *chef de canton* to exercise power. This situation only changed during the

4 For historical studies on colonial gold mining see e.g. Kiethaga (1993) and Dumett (1993, 1998).

5 Pre-colonial gold mining is known basically for the historical regions of Bambuk (today's Mali) and southern Ghana, but also for areas in southern Burkina Faso. There were local small-scale sites as well as larger sites, the latter exploited by slave labour. From earliest, the gold trade, as well as gold-smithing was important especially in sudanic urban centres and kingdoms.

socialist period following the 1972 coup, when new rural communities (*communes rurales*) were established. In the eastern parts of the mountain ranges surrounding the gold mining areas, the local centre shifted to the village of Perma, which under the influence of a well established catholic mission, became an increasingly important market place. On the western fringe, Kotopounga became a centre for all villages on that side of the mountains.

The discovery of gold deposits: first exploratory missions⁶

Mineral deposits in the Atakora region were already mentioned in documents from 1903 and 1908. Some amateur collections of precious stones (*échantillons de minerais*) were organised by colonial administrators. The first professional geological missions to explore mineral deposits were sent to the region in the twenties. According to Chermette (1963), the geologist Chetelat was the first to discover the gold deposits in the Atakora Mountains⁷, in 1927.

Later, it was R. Pougnet, a geologist at the Central Mining Board in Dakar (*Direction Fédérale des Mines et de la Géologie*) working in Dahomey between 1946 and 1952, and Chermette himself, who led the most important exploring missions up to 1963.

The placer mining project and forced labour 1939-1945⁸.

Main actors and hierarchies

The establishment of a larger semi- industrial mining site alongside the Perma riverbank close to the village of Kwatena (Kouekari) began in 1939. The mining camp was set up close to the foothills of the mountain range. Some brick-layered houses were built for the expatriate staff as well as a couple of simple houses (round huts) to lodge groups of labourers. Young men from all over the Atakora region were compelled to work at least some months in the camp. The involvement of France in the Second World War in 1940 intensified activities there and led to the engaging of more personnel⁹.

From 1939 on, the enterprise was directed by a certain Chidaine, an expatriate mining engineer (at that time *ingénieur* as well as *agent du Service Géologie de l'AOF*), figuring as *président du placer*. He was responsible to the authorities in Porto-Novo and Dakar up to 1942. In Dakar, it was the Central Mining Board¹⁰ (*Direction des mines AOF*) that coordinated all state-led geological research projects and exploitation schemes and super-

6 Some basic information derived from an internal report on the chronology of the subsequent exploration missions and exploitation projects in Dahomey, which was established in 1962 by Paul Vincent on behalf of the Bureau de Recherches géologiques et minières in Abidjan (Vincent 1962).

7 The Chetelat mission carried out its work between 1925 and 1927. It was initiated by the governor of Dahomey, Fourn.

8 The archival sources are rich for the period between 1939 and 1942 and there are almost no detailed accounts for the following period (1942- 1970). This is due to the fact that the mining scheme was handed over to a private enterprise after 1942, and government authorities were only involved to a lesser extent as supervisors.

Apparently, some early documents were simply destroyed because they were regarded as being useless for the new projects. Nevertheless, it seems that some maps from the 40s and 50s were partly used by the following projects as points of comparison, but access to them is limited.

9 "La guerre a modifié considérablement l'évolution de Travaux du Service des Mines à Perma puisque de la simple prospection, nous sommes passés au début d'octobre à la préparation intensive du gisement en vue de son exploitation; augmentant considérablement le personnel européen et indigène employé sur les chantiers" (lettre du chef du service des mines de l'AOF à Monsieur le gouverneur du Dahomey; Cotonou le 17. mars 1940, P.S. 25:2).

10 In 1951, the Direction des mines AOF in Dakar was composed of 35 geologists and 2 assistants. It coordinated research and exploration in all parts of A.O.F. (A.N. Direction des mines, rapport 31.12.51:3).

vised private enterprises in that sector. Furthermore, there were some French technical staff members as mining specialists and physician¹¹. On a second hierarchical level, there were African staff members, mainly as supervisors and leaders of the working teams. Due to the lack of qualified expatriate staff, Chidaine had to promote African assistants as well. The majority of the latter were recruited in southern and eastern parts of Dahomey, not in the region itself.

In 1940 the overall number of people on the scheme was 6 European and 520 local labourers, divided into a larger unit of 5 European staff members and 500 local workers, and a smaller itinerant exploring team of one geologist and 20 local assistants (lettre du chef du service des mines de l'AOF à Monsieur le gouverneur du Dahomey; Cotonou le 17. mars 1940, P.S. 25, p.1). Later he appointed COMET as managing agent (*agent administratif*, AN letter from Chidaine to Dakar, 17.3.40; p. 2).

Techniques and yields

A yield of 2,8 kg of gold had already been declared powder (*or en poudre*), consisting of two major lots, one of 1,5 kg and the other of 1,3 kg in 1939. Both quantities were sent by air as special freight to Dakar (rapport 3Q1-9; *radiogramme officielle*, 19.12.1939, and waybill) and later sent to metropolitan France (rapport 10.2.1940, *télégramme Dakar*). A second major report (20.1.1940) hints at a parcel of gold with the total weight of 4.3278 kg¹².

In addition to these shipments, every month the project managers had to write a very specified report on the mining activities and especially on its yields. A detailed account "*procès-verbal de récolte et de pesée de l'or*", was written and signed by the members of a special committee¹³ that listed the yield of gold (*recolte d'or*) for every minor working site (*chantier*) and every single extracting facility, i.e. the sluice boxes.

On arrival in Dakar, the lots were registered and weighed again by members of a special commission who wrote a new protocol (*procès verbal*) before melting the gold dust into ingots. The subsequent transport of the ingots to France was entrusted to the B.A.O. (*Banque d'Afrique Occidentale*) as intermediary, handing them over after further refinement to the state owned *Banque de France*. Chidaine was asked to establish once a trimester, his needs for credit (*demandes de crédit*), accompanied by detailed reports on all activities, the situation and numbers of staff and assistant workers and the expected salaries, plus justification for all demands in material and equipment. These accounts were addressed directly to the *secrétaire générale* (A.N. Lettre du S.G. Saliceti au Chef placer Perma, du 8.1.1940).

Labour regime and composition of working teams

The expatriates were required to set up the working teams, with the help of African assistants. This was done on a daily basis. The work groups were formed according to the individual capacities of the workers, their roughly estimated physical strength and pre-

¹¹ At the time of the scheme, the staff at the Placer had repeatedly consulted Chermette as geological specialist. He was apparently entrusted with several exploratory missions from 1929 up to 1963.

¹² All reports say a great deal about the quantities of gold being extracted, not about the quality (in terms of purity, carat).

¹³ The protocols were always signed by at least three commission members, in most cases by Chidaine, the mission head (chef de mission) of the Perma Placer and an «ingénieur, président» of the commission, plus Goas and someone named Polce. Goas was listed in the record as *chef surveillant* des T.P., and Polce as *prospecteur* (e.g. *procès verbal* no. 11/ 03.03.1940).

vious experiences. This resulted in mixed teams in terms of ethnic origin and language skills. A team rarely worked together over a long period of time.

Because of the lack of more experienced local technical staff, some workers were even brought from the former Soudan /Mali (letter from *chef servives des mines* to *gouverneur* 15.3.40). The technician Goas was entrusted with that mission because he had worked previously in gold mining schemes in Soudan¹⁴. In a euphemistic manner, the local forced labourers were generally listed as contract workers, “*contractuels*”. There were two categories: those compelled to work only for one month, and others for 6 months.

Those working only for one month were needed for special tasks, e.g. to build channels, paths and houses, not for everyday activities. The reports indicate that money was spent on the workforce, although oral sources only mention salaries for supervisors and long-term hired workers. It is highly probable that the bulk of the funds listed were simply used for housing and buying food. Special stocks were established to ensure continual supply for the workers, not for altruistic purposes but to maintain a stable workforce. Later, a system of savings and credits (*pécules et caisse d’avance*) was set up, but only few could benefit from it. According to the central colonial authorities, it was up to the local administrator to decide which ethnic group (*race*) should be preferred.

Narratives of hardship and suffering

All interviewees referred to the hard compulsory extracting works they or their fathers were compelled to do in that period¹⁵. Most of them underlined the central role of the village heads in supplying the labour force: they had to find strong young men and organised their enrolment on behalf of the colonial administration. When people refused, they were simply captured with the help of colonial police (*gardes du cercle*).

As gold mining was not known in that region before that colonial period, at the beginning people had no clear idea about the goal of the works they were obliged to do. The final extraction work, e.g. emptying the sluice boxes and the final washing or panning of gold, were only done on Saturday evenings. The expatriates themselves did this only after all assistant labourers had returned to their camps or homesteads and only in the presence of a few African staff members. This was apparently done to hide, at least for some time, the real intentions and results of the enterprise, to prevent informal, independent panning and, of course, to prevent the stealing of gold. But there were also other reasons which contributed to the fact that, for a long time, the local people did not start informal mining or panning. First, the mountain zones as well as large parts of the *Placer* area were forbidden zones with armed guards, which were, at least until the end of the 80s, more or less respected.

The second reason relates to the experiences in colonial times: many elder inhabitants who worked there during the period of forced labour still refer to the region as a bad place, simply because of the many dead who were not buried according to customary

¹⁴ There were, unfortunately, no further descriptions of those people in subsequent documents or local memories. They returned home after 1945.

¹⁵ «We were always driven by force. Only at night times we could have some rest. Every morning there were gatherings (sounds) to count all workers and to compose the working teams. We had to work from Monday to Saturday; only on Sundays there was some rest. Some of us from neighbouring villages could return to greet their parents, but most of all workers could not return until their assignment finished» (Kwiiga, Tchantangou, 2.02.01).

procedures. These older people were often against the employment of their sons at the mining site.

Nevertheless, not all interviewees referred to this work as something evil. Especially those who continued to work there into the fifties mentioned many positive facts. They were being paid relatively well and they enjoyed, especially when they became supervisors, houseboys, drivers etc., more respect and established better relations with both the staff of European and African origin.

It was reported very often that when it came to injuries, no medication was given. This changed later when a modest clinic was set up with an expatriate physician.

Except for the workers from the nearby villages, all miners who were compelled to work there had to live in small camps in the vicinity of the gold fields¹⁶. People from one region (as they arrived at the site) were put into one compound, regardless of ethnic or clan relations. Special stocks for staple foods were maintained. Twice a day a meal was offered. Once a week, a bull was slaughtered for the preparation of some more wholesome dishes.

It should be noted that there is no coherent view on these times among the older people, not only due to different personal experiences and positions in the mining schemes, but also because later experiences with less compulsory mining schemes and exploration projects in late colonial and post-colonial times overlay those of the early times.

Memories concerning staff employees

Throughout the interviews, I detected very vivid memories concerning certain staff members, African or European. Their habits, especially their arrogance were often evoked. People often mentioned personal features; very few real names were remembered.

The interviewees often mentioned the person Beréberi (late Marcel Bagri, Kwatena, named him Dikaa, 14.02.01), an African staff member, as a severe supervisor, working at the scheme long before Chabi l'Appel, and Jean Tampeku, a married Zerma from eastern Dahomey. Bagri¹⁷ also remembered Mounier, called "*the sergeant*", owning a truck and a car. This expatriate was living there with his wife and a French doctor. The workers struggled permanently to adjust to the very difficult conditions of work and life in the mining camp. On the other hand, they developed a series of methods of secondary adjustment (Goffman 1961), among others a kind of discursive resistance. One interesting aspect is the attribution of nicknames by the labourers to the white (French) staff members. The main supervisor (apparently Chidaine himself, Bagri 14.02.01) was called „*Tabekusu*“, deriving from *tabac*, tobacco, because he was always smoking "*with a big pipe*". Another one, Mounier, was constantly called "*sergeant*", because he was a former military man, now serving as supervisor. The name for the African employee "*Béri-Béri*" was probably associated with his "*big belly*". The same applied to Chabi Soumanou, called *Chabi l'Appel*, a personality people today refer to partially with disgust, partially with respect.

¹⁶ «We were living in a camp close to the river, made up from many round houses. There were from 10 up to 20 persons in one single small house. All tribes («races») have been mixed. Among those living in a house people had to choose somebody who had to cook for the others, while he was freed from work» (Marcel Bagri; 14.02.2001).

¹⁷ Bagri mentioned the following expatriates' names: Chidaine, Dika, Diflo, Gerard. It is yet difficult to attribute these names to individuals mentioned in the archival sources. A certain Penier was later a manager, apparently working as pay officer (Bagri 14.2.01 Kwatena).

Although there are no hints at direct sabotage, the labourers did little to increase the output, simply because they were not fully aware of the final results and were not rewarded (with shares, etc.) when production figures increased. Many labourers succeeded simply in fleeing from the works. Consequently, they had to leave the region or hide somewhere out of the reach of direct colonial control. In a letter to the governor of Dahomey, which dates from 28.1.1944 (A.N. 1^E34-19, 1944 *rapport politique*, p. 2), the district commissioner (*commandant de cercle*) in Natitingou complains about the disappearance of too many workers. Apparently it seems he was entrusted to limit those movements and ensure further conscription.

Relations of the mining staff with the colonial administration

Apart from the mentioned detailed accounts about yields, all other major production figures had to be reported. Archival sources reveal the tense relations of the local management especially with the mining authorities in Dakar. The latter were often dissatisfied with the yields in gold which arrived in Dakar, and always demanded an increase in production.

The correspondence between Chidaine and the director also points to major disagreements about the hiring policies. In those side glosses (to the letter from Chidaine to Dakar, 17.3.4; p. 2), the chief rejected many proposals to employ more administrative staff in the project as well as to charge some of the colonial administrative staff with managing tasks in the project.

In that period, it was the *secrétaire générale* in Porto-Novo who had to countersign every major document, especially those concerning the allocation of the budget and demands for new credits for equipment¹⁸ and salaries.¹⁹ The notes exchanged between both sides hint at tensions concerning sums and competence. According to a telegram sent by the S.G. in Porto-Novo and Chidaine (*télégramme officielle Porto-Novo 29.2.1940*), the overall sums provided for payment were fixed as follows: for the personnel 70 000 Francs, for unskilled labourers (*main d'oeuvres*) including maintenance, 140 000 Francs and for materials and equipments 100 000 Francs.

Private exploration enterprises in the post-war period

As already mentioned above, in January 1942 the mining scheme was handed over to a private enterprise (*amodiation du placer*)²⁰. The *Société des Mines du Dahomey-Niger* (S.M.D.N.) was entrusted with its further exploitation²¹. Nevertheless, it was still dominated by forced labour and exploitation ensured by the coercive means of the colonial state under martial law (Fall 1993). Thus, continuity in the period from 1942 to 1945 was established, for the workers there were no changes at all. The majority of staff members, above all the general manager Chidaine, remained.²²

¹⁸ Chidaine drove a Citroen 2CV and had a truck at his disposal plus funds for fuel, as indicate the reports.

¹⁹ This complicated and inefficient system of management probably convinced the colonial state to privatise the scheme. The second argument may be the large investment the colonial state was not able or willing to provide.

²⁰ I have not discovered to date the exact reasons for the partial retreat of the colonial state. It seems highly probable that this was due to the general uncertainty in administrative matters in relation to the occupied France.

²¹ I have not found information on the dividends or shares demanded by the colonial state.

²² The overall production of S.M.D.N in this period went up to about 900 kg Gold (Mining Board, Dakar report 1940, p.2). The average content of gold was estimated to be 0,6 g/m³.

The exploitation of the deposits decreased after 1945, and it seems that the mining company S.M.D. abandoned the major works from 1947 to 1956. The demand decreased, and coercion became less prevalent. In 1956, the site was ceded to a private French entrepreneur, Garnier, who started exploitation work again on a low level. According to Vincent (1992), in 1956 Garnier accomplished a production of 4 kg of alluvial gold.

Generally, the fifties saw more private engagements in the mining sector of Dahomey on the basis of special licences (*permis de prospection*) encouraged by the colonial state²³. Although the state generally retreated more and more, mining activities were followed very closely by the authorities, as archival sources indicate. The authorities were especially interested in preventing tax evasion, which was possible by falsifying reports about the effective yield in gold (Direction des mines Dakar rapport annuel 1953, deuxième partie: activités, p.2). Similarly to the legal situation in Gold Coast / Ghana, the licences had to be renewed from time to time, which left a certain possibility for the state itself to take over the scheme after the end of a contract.

During the Garnier period (from 1956 to 1959), the overall activities at the *Placer* site were less important. The most significant change concerned the mining regime. Officially, forced labour in all provinces of French AOF was abolished by decree. Coercive means could no longer be employed, and people were paid minimal wages. Now, fewer people were engaged in the scheme, and work was executed by much simpler technical means. Instead of recruiting people from distant cantons, Garnier tried to enrol people from the nearby region in order to enable them to return to their compounds for some rest after several days. This system allowed him to avoid caring for new lodgings. He only had to maintain some few simple accommodations. The assistants and administrative staff members continued to be from southern regions.

Garnier was a former colonial military administrator who tried to earn a living as a private businessman, working together with some other former colonial employees, French and African partners. He also employed some people who had previously worked with the S.M.D.N. Garnier himself was not always personally present at the site. He employed a Dahomey supervisor to manage the scheme. At that time, the working regime was made more flexible. People could sign only for a week, or for some months, and thus many were able to leave the scheme in the rainy season to work on their fields. Work documents (*carnets de travail*) were used (the exact date of their introduction is not yet known). Every day of work was registered to ease payments. The staff members held the documents, but at the end of the last exploitation scheme, they did not hand any document over to the workers or to the local administration. Consequently, all those who were not engaged by subsequent projects (and they were few) had no chance to earn any kind of pension.

Few of the former staff members stayed in the villages until this time. This applies, for example, to the former exploration assistant – today the guard for the mining office – Orou Gani, who married one of the daughters of Chabi l'Appel and, lived with his family at the entrance of the *placer* site. One of the expatriate staff, the aforementioned “Sergeant”, was said to have been married to an African woman from the south and later lived with his family in Parakou until his death. The assistant worker Paul Koukoubou, son of a Baatombu father and a local Waaba mother, became a cook.

²³ The same policy, first to release licences for prospecting and in a second step to issue licences to exploit the deposits – with priority to the entitlement of exploring company - is still applied today.

According to my informants, the working shifts were organised in weekly turns. In each shift they had to work about 12 hours a day for up to seven days before being allowed to take a leave, also for seven days. They were replaced with new groups of workers.

The wages were low compared to the ones paid in other regions, although they represented an important sum for the people in the Atakora region where trade and monetisation were merely developing. It was Chabi Soumanou, called *Chabi l'Appel* who was now *the* major supervisor in charge of organising the mining scheme.

Chabi Soumanou, a *Baatombu*, was from Parakou. He followed the colonial road building projects as supervisor and translator. Being able to speak Dendi and later also Waaba, the administrators had a special liking for him apparently because of a special mixture between charisma and violent attitude. He was said to be strict, but sociable. Four wives and 20 children survived him. The permanent presence in Kwatena of the late Chabi Soumanou, from the forties on until his death, and his engagement with different mining schemes including those of the socialist period (see below) was an important factor in local power relations. His experience and income made him a *big man* over the years, wealthier and at least as powerful as the village head and the *chef de canton*²⁴. His growing influence became a factor to count upon for all projects and governmental interventions (*l'incontournable*). This was in his last years also the case for the first miners of the new small-scale gold boom in Kwatena after 1993. At that time, he was no longer able to act as a mediator between the governmental authorities and the local population. His experiences were no longer apt to the new system of labour, with many shaft holders circumventing all official rules (see below). He died in 1999.

His sons are still present in the village, and refer to the colonial and post-colonial times a "period of order and respect".

Between hope and disenchantment: exploring projects in the post-colonial period up to 1987

In 1959, on the eve of independence, exploration works ceased. The site was taken over by the newly founded B.R.G.M. (*Bureau Régional de Géologie et des Mines*) as local successor of the central colonial mining office in Abidjan. From time to time, further explorative missions were subsequently sent to the region. In the sixties, several exploratory projects sent to detect gold deposits were initiated by the state (OBEMINES) with the help of international donors (among them the UN) and other experts sent by the Soviet Union in particular. In 1972, a larger prospecting mission was set up. It was a joint project of the Benin Mining Board and the Soviet Union. For the first time, all zones were explored systematically and prospected throughout²⁵.

²⁴ "In the morning, he has been looking at your papers, and gave the names of the workers, he has been able to retrieve and to list them, and he was calling the name, e.g. "the named Nkwei"- and he answered "I am here" and so forth. In case you were not present that very day, your salary would be diminished. His name was Chabi l'Appel, for it was him calling up the names of the people, to list them" (Nata Kwagou, 22.12.2001, Kwatena).

²⁵To date, gold has also been discovered on the Okpara river in the province, as well as close to the Mekrou river and the Sina-Issiré river and its tributaries and in some other minor places in the Atakora province. All known gold deposits with their estimated quantities are indicated on a general geological map of Benin, available at OBRGM*, Cotonou.

Some years later, a new international mission financed by the United Nations boosted the project²⁶. A detailed report of the activities between 1972 and 1981, containing the result of a finalising workshop with all project representatives at the *placer* in May 1981, was written in December 1981 with recommendations for future exploitation²⁷. This exploitation by a larger scheme was intended to contribute considerably to the national budget. But no effective operation was realised due to the lack of capital and political will.

The majority of the employees of the exploration projects, not only specialised engineers and experienced geologists but also assistant technical staff, were employed in the south. Thus, only few local people benefited from their presence in the projects. From time to time, some local people were enrolled to help dig shafts and carry equipment. Others became houseboys or cooks, some were hired as drivers or pathfinders (*boussoleurs*).

After 1987, the deposits were simply abandoned but remained property of the state and, officially, the population was not permitted to enter this zone.²⁸

The gold boom since 1993: general situation

Generally, artisan-mining sites have developed all over West Africa and are shaped by a massive immigration, the development of new markets and settlement of strangers in a short period of time, especially in Burkina Faso, Ghana, Mali, Niger, Benin and Côte d'Ivoire²⁹. New communities are established by a massive immigration of miners, small entrepreneurs and businessmen, traders, barkeepers and those offering all other kinds of services. The exploitation of gold reserves is based on legal or illegal acquisition of use rights, by arrangements with local landowners, or theft of their land. Various local informal hierarchies and dependencies emerge concerning the organisation of labour, the sharing of profits, but also regarding the buying and selling of gold, equipment and services of all kinds.

A higher circulation of money in mining areas creates new consumer markets with increasing prices³⁰. There is a variety of conflicts between immigrants and local settlers who often try to defend exclusive rights of exploitation. To a large extent, this holds

26 Between 1977 and 1987, a detailed list of all mineral deposits in the country was developed and it contributed to the drawing of a multicolored geological map (Carte géologique et de la prospection minière de reconnaissance, échelon 1:20000) with different subdivisions.

The tasks of geological exploration and documentation were divided among the different international teams by latitude: The soviet experts were responsible for the region between the 10th and the 11th degrees, French geologists (sent on the account of the Coopération Française) worked out the maps for the zone between the 9th and 10th degree. A third group of experts paid by the *Fonds Européen de développement* (F.E.D.) was responsible for two regions: northern Benin between the 11th degree and the border between the neighboring Burkina Faso, and a second zone in the south between the 9th degree and the coast.

27 «The thus obtained results are satisfying and should be followed. The works executed at the gold veins of the Perma sector are very promising; a geological reserve of 650 kg of gold metal with an average content of 9 grams per tonne has now been detected. The committee recommends that the OBEMINES and the Projet Minier take all measures to start with the next campaign, a pilot exploitation project of alluvial gold (or alluvionnaire) as well as mountain veins" (Rapport, p. 4, translation T.G.).

28 Some of the African staff were later granted some plots at the alluvial mining sites west of the placer, among them Paul Koukou-bou and Chabi l'Appel. The circumstances of these allocations are still unclear.

29 The artisan exploitation of gold mines can be seen as a reaction to a situation of crisis, especially in the agricultural sector, with fewer job opportunities, the effects of structural adjustment and the general devaluation of F CFA in 1994 causing higher living costs.

30 Gold-mining and gold-trade are thus part of an international legal and illegal system of economic exchange. They depend on changes in price and demands on the global market and the activities of numerous intermediary gold traders. During the last year, the gold price went down considerably. Many industrial enterprises were affected as well as individual miners. Today the price is once again stable.

also true for the gold boom after 1993 in the Atakora Mountains and the two important adjacent villages, Kwatena and Tchantangou, in Benin³¹.

With the growing illegal artisan gold mining, many immigrants came to find their luck. They started gold extraction in the mountains, slopes and rivers. To this date, nobody has worked on the basis of formal licences; instead, teams and local patrons have established their own rules and modes of labour organisation.

We have to deal with two main extracting activities: gold-mining, e.g. the chiselling of gold out of the mountain veins mines and pure gold panning, extracting gold on the riverbanks of the Perma River and its tributaries (with pans and sluices). Mining in the mountains is much harder work, but it is the vein of rock (Waama: *wura tanni*) which bears the most gold. On the other hand, the river gold (Waama *faaka ura*) or alluvium gold has a higher price because it is purer. In the mountains, the miners extract small rocks which later must be processed, i.e. cut into fine pieces and then milled into dust before the gold (Waama: *ura*) can be washed or panned out³². The miners work in ethnically mixed teams³³ headed by a team leader, *chef d'équipe*, or patron, who has the informal right to exploit a shaft or a certain plot of land. The *chef d'équipe* or patron has to supply the basic equipment, organise the working schemes and is obliged to supply his team with food. Every team shares the profits, i.e. the gold bearing stones directly on the spot. The *chef d'équipe* gets half of all the stones, then his *secrétaire* and the other workers receive their shares. Every miner then has to extract the gold on his/her own, although and in most cases, they employ assistants – mainly women – to pound and mill the stones. Especially the pounding, grinding and sieving work is carried out by women, who are paid either in money or in a certain amount of gold-containing material.

The Gold is sold as soon as possible in small amounts on the spot to petty traders³⁴. Most of the local petty traders are agents for larger traders³⁵ as part of informal and international networks leading up to international gold traders (Grätz 2004).

Gold mining, access to resources and the local political arena

Intervention by the central state started slowly³⁶. In Benin, the gold rush of 1993 was initially not recognised by the state at all. In 1996, after visiting the spot, a militia was

31 At the end of 1993, knowing about the gold extractions in the past, some migrants from Togo arrived in Tchantangou seeking gold. As government control was not directly exercised – also due to the period of political transition in Benin, – they started to test the gold tenure. Soon many more arrived, especially from Togo and Burkina Faso, because gold was found near the surface on the abandoned exploration sites of OBEMINES. The miners were helped by coordinating markers (marking the gold veins) left by previous scientific explorers.

32 The major gold processing cycle may be described as follows: Exploration of gold mines - Removal of sand and gravel, digging of pits and tunnels - Chiselling of rocks in the gallery -Transportation of stones to the surface- Pounding and grinding of stones - Washing and cleaning to extract gold - Selling the gold to petty traders.

33 The tendency to create ethnically mixed teams is also due to the high number of immigrant miners willing to be hired (above all in the dry season). Competition occurs more between teams from different villages and to a lesser degree between those of different ethnic origin.

34 For a hard day's work miners may earn between 1 and 50€ a day.

35 The way in which gold trading networks are organised is similar to trading systems in rural markets where trading agents act as intermediary buyers on behalf of big traders (e.g. as described by Mahir Saul for Burkina Faso, 1997). The main difference here is, however, not its (official) illegality, but its heterogeneity in terms of the ethnic and social background of traders on different levels of the system.

36 The start of a "gold-rush", i.e. the massive immigration of gold-diggers, does not only depend on whether the site is controlled by the state, a mining company or not at all. After a first gold-rush, it is difficult for governmental authorities to re-establish a monopoly on violence. They usually deploy security forces first and then establish better systems of controlled exploitation and trade. However, the general policy of the central state in this area differs from country to country. In Burkina Faso, the intervention of the state is much stronger, due to a longer tradition in industrial as well as small-scale (nonindustrial) exploitation, but the fact that there are permanently new mines being discovered or reopened creates a dynamic shift which is difficult to respond to (Werthmann 2000).

deployed by the government to push all miners out of the region. The governmental authorities tried several times to expel the miners by force and confiscated equipments, money and gold. But in the long run, they had little success. At first the guards of the *gendarmerie* deployed at the site became corrupt, allowing further mining against bribes. Once the militia was withdrawn many miners just returned to the gold fields. Hence both adjacent villages grew big, new markets were established³⁷.

Since the beginning of the gold boom, state policy towards the miners has changed frequently. In 1999, governmental politics shifted towards a partial legalisation. Since then a series of negotiations has started, aimed at organising gold miners into cooperatives and at selling their gold to the state. This process has not been concluded. At the end of 2001, new expulsions took place, principally to drive foreigners out of the mining region. The governmental strategy seems to be to split the miners; to pay those willing to collaborate with the state against others; to reward the first to get others out of business. When miners are divided – which is rarely the case – they may achieve an easier entry into that field. Generally, the representatives of the Ministry of Mines follow a threefold (and rather contradictory) policy. On the one hand they engage in negotiations with the miners. They aim at attaching the legalisation of their activities to the condition of an acceptance of steady co-operatives and, above all, to some commercial control (to sell gold to governmental agents). Acknowledging the reality of immigration, the flux of people hard to control, they do not try to implement general prohibitions and do not insist on fixed territories of exploitation any longer. On the other hand, they try – with little success up to now – at least to keep foreigners (from Togo, Burkina, Niger) out of the gold mining region.

In parallel with that process, the director of the mining department attempts to convince development agencies to intervene or at least, to allocate resources allowing the state to organise the mining scheme and appropriate the commercialisation of gold. Another agenda is the permanent hope for further foreign private investment; to get more medium sized enterprises to intervene. The Anglo-American enterprise ORACLE working there since January 2001 has proved to be – much to the distress of the mining board – a very small enterprise, creating only few jobs and interested in exploiting the whole area. In case they are willing to invest, they may, however, enjoy absolute priority over the small-scale miners.

In any case, the semi-autonomous social field³⁸ established by the specific arrangement of actors and their assets in these gold mining areas is largely out of the control of the central state.

Relationships between local inhabitants and immigrants

At first, the local population was to a certain extent, hostile to the immigrants, but later accepted their presence. They simply had no chance: the immigrants were too many. To-

³⁷ The first point of entry was the village of Tchantangou. In Kwatena, guards were on duty and settlers were initially hostile to foreigners. Furthermore, Tchantangou was closer to Natitingou and its bus and taxi station. Later, Kwatena too became an immigration village. Both villages, especially Tchantangou, grew much bigger, the market expanded, bars were opened and even cars were sold. Prices increased even in the town of Natitingou. News of the gold site spread quickly among migrant miners in the towns and villages of Northern Benin. Often, the drivers of the mini-buses that connected remote places in the country with the towns who were the most important messengers.

³⁸ Here I refer to an expression introduced by Sally Falk Moore (1978) in legal anthropology in the seventies when trying to analyse legal heterogeneity in Africa as well as in the West. It refers to a special arena where rules, hierarchies and institutions developed beyond the state and followed unofficial but locally accepted rules.

day, there are various informal arrangements and “contracts” between the immigrants and the locals. The latter cannot³⁹ claim exclusive rights in exploiting the gold resources, but rather try to get their own share.

Nevertheless, many of them are, in fact, profiting from the immigrants’ presence in various ways: They are providing services and food for the immigrants; they are sharing a considerable part in the market. They managed to make the immigrants pay rent for houses, accept some basic rules and, from time to time, pay “taxes” and make contributions to community affairs, for instance to build a primary school and wells, but also to religious ceremonies, so they could indirectly profit from the gold boom⁴⁰. Many of the local youngsters became gold miners too, employing techniques they learnt from immigrant miners, or are combining gold mining with the agricultural sector.

Immigrants are more accepted in the host villages when they follow the “local rules”, e.g. not to settle in territories without permission, not to cultivate without permission, to accept the village head as conflict arbiter, etc⁴¹. Conflicts often emerge when they disregard these arrangements, especially when trying to settle without making agreements with the locals.

At the same time, multiple conflicts are occurring within the local communities as well. Local power holders must concede a part of their power not only to strangers and their leaders, but also to youngsters, these no longer need to leave the community for paid work and to get a chance to maintain, at least, some control and prestige and to supervise the way in which the social landscape is shaped. In this context, the traditional supremacies of certain local groups, villages and their social networks may also be challenged. In this power balance between different local and immigrant *big men* and their followers, negotiations take place about access to resources, ways of settlement and of conflict resolution.

Histories and locality⁴² in the local political discourse

Generally, social and political power depends largely on the capacity of individuals and groups to obtain a minimal degree of legitimacy of their action. Thus, powerful interest groups do not only depend on the ability to maintain internal cohesion, but also need to influence the local discourse legitimising political action and authority. Many local inhabitants in Kwatena argue that they were the “real landlords”, the autochthonous people. Many point the fact that the local people were the first – in times of colonial enforcement - to work at the sites. Immigrants, especially foreigners, have, therefore, to

39 In some few cases, villagers in Burkina Faso effectively prevented immigrant gold miners from entering their territories, see Werthmann (2000).

40 These included special duties and “taxes”, shares from the gold profits and the imposition of high rents on the houses they built with their profits. Especially in Tchantangou, the village head and his followers became rich quickly, often investing their profits in the gold trade and materials to equip working teams from the village itself. The village head became a member of a Protestant sect but he was also in close contact with the earth priest (*chef de terre*).

41 The immigrants live in small camps, renting houses with local landlords or tuteurs. The immigrants themselves have constructed some of them. They have to pay dues to the village heads. The tuteurs (Waama: *n caantè*) are also some type of patron through which the immigrants establish relations with other villagers. The tuteurs allow “their” clients partial integration into the local community.

42 An important way of establishing control over the immigrants is also - as I would call it - the strategic use of local religious beliefs and the specific construction of locality and cultural competence, which empowered some parts of the local population against strangers. The discourse of supremacy, especially over foreigners, was related to their religious knowledge linked to local shrines, holy places and to specific constructions of autochthony.

consult the local authorities and obey the religious principles set by the locals⁴³. Some elders are completely against any gold extraction especially at sites where many people died in colonial times.

We have to deal with the strategic use of tradition, history⁴⁴ and local religious beliefs, the specific construction of locality as discursive strategy⁴⁵ in search of bargaining power against strangers. Thus, there are two competing discourses:

- one pointing to “autochthony” connected to land and exploitation rights, put forward mainly by people from Kwatena,
- and the other pointing to the first effective exploitation of gold and a higher expertise in terms of exploitation techniques, used mainly by the immigrants.

At the end of 1998, severe disputes broke out between the villages over the use rights of a prosperous mountain vein. Even the prefect had to intervene to settle the conflict. Finally, an agreement was concluded allowing teams of each village to exploit the shaft one week at a time. In the debate, the village head of Kwatena also demanded the control over the surrounding territory “because of the Waaba shrines belonging to his village”. The villagers of Tchantangou argued that they were the first to exploit the new site, when assisting the first immigrants.

As mentioned before, the *Waaba* lineages of Kwatena, according to their official tradition, were the first settlers in the region, before the arrival of *Tchantangou* – clans and other ethnic groups such as *Betamaribe* and *Fulbe* pastoralists. The construction of *autochthony*, using historic events and religious facts, were again the main arguments in legitimising their demands. But the affair made a very different turn. In a reconciliation mission headed by the local administrator and the prefect, the latter argued that since colonial times people from all over the Atakora region were forced to work there; today, in principle no one should be excluded. It was argued that all were affected by the “slave labour in colonial times, therefore, gold extraction today should be an affair of all *fils de l’Atakora*, everyone had parents who suffered at that time- except foreigners and people from other regions. People should only seek official licences. The dispute was settled also using references to local history, but this time to create a limited inclusion of people in villages, the ones close to the mining sites. This discourse, using historic reminiscences, at the same time excluded others, especially southerners and foreigners.

There are three facts which hinder any major outbreak of open conflicts between immigrants and locals for the moment. First, many working teams in the gold mining are multiethnic networks. Second, most of the immigrants rent houses with local landlords. Third, there are many mixed marriages between immigrant men and local women and vice versa. These ties enable a minimum degree of social integration.

43 Many older inhabitants of Kwatena still disapprove of the activities in the mountains because of certain religious sites, shrines and holy places of the Waama, which, according to them, are being destroyed or dishonoured. These holy places are associated with local earth cults, ancestor worship and divining ceremonies. Thus, accidents are still interpreted by many of them as a sort of revenge of the local spirits inhabiting these “bad” places under a curse.

44 This argument is not shared by the local population, nor by many African scientists, who often take a certain natural supremacy of local inhabitants and their right to defend “patrimony”, tradition and identity for granted.

45 “Power rests not simply on the acquisition of land and material objects but rather derives from unequal access to semantic creativity” (David Parkin, 1982).

Conclusion: Continuities and change, narratives and politics

My paper has revealed two political tendencies dominating the gold mining area today. Both the historical experience and the present situation point to many differences but also to similarities. As regards the relationship between the small-scale miners and the state authorities, there are various continuities. In all periods, the state considered gold deposits as natural resources and sole property of the state. All actions were legitimised as being good for “the public interest”. The state, however, changed its attitude very often and subsequently employed divergent, incoherent politics. Another continuity refers to the problematic relationship between the African mining staff, mostly recruited in the south of the country, and the local inhabitants. The latter were only employed for minor tasks, and could rarely benefit from gold exploration or exploitation. Exceptions were some assistants like Chabi l’Appel who profited at lot from his intermediate position, continuing in the post-colonial period. It was the gold boom of the nineties which broke his power because he and his family could not cope with the massive voluntary immigration and the patronal organisation of small-scale mining teams.

The second observation is related to the importance of history: colonial history, as it is (differently) experienced and represented, serves as a tool generating discourses relevant in the political struggles of today. Arguments pointing to the supremacy of actions and decision-making due to autochthony are becoming very important. It is particularly relevant the discourse of the opinion leaders of those local communities vis-à-vis the outside world. Their actual effectiveness against counter – discourses and social relations in practice may be limited for the time being. These discourses, nevertheless, influence the local political culture.

The future development of small-scale gold mining is far from predictable.

References

- Chermette, A., A. Olory and G. Togbe. 1966. Les recherches minières de la République du Dahomey. Mines et Métallurgie no.23, janvier 1966.
- Dumett, R. 1998: El Dorado in West Africa: the gold-mining frontier, African labor and colonial capitalism in the Gold Coast. Athens; Oxford: Ohio Univ. Press; James Currey.
- Dumett, Raymond 1993: Disease and mortality among gold miners of Ghana. Colonial government and mining company attitudes and policies, 1900-1938. In: Social Science and Medicine (Oxford). 37 (1993) 2, S. 213-232.
- Fall, Babacar 1993: Le travail forcé en Afrique Occidentale Française 1900-1940. Paris (Karthala).
- Grätz, Tilo 2000a: La rébellion de Kaba (1916-1917) dans l’imaginaire politique au Bénin. In: Cahiers d’Études africaines, 160, 4: 675-703.
- Grätz, T. 2004b. Gold Trading Networks and the Creation of Trust. A Case Study from Northern Benin. *Africa* 74 (2):146-172.
- Kiethega, J.-B. 1983. L’or de la Volta Noire. Paris: Karthala.

- Kuba, Richard 1996: Wasangari und Wangara : Borgu und seine Nachbarn in historischer Perspektive / Hamburg : Lit, 1996.
- MEMH / Republique du Bénin 1992: Ressources Minières du Bénin. Manuscript, OBRGM.
- Moore, Sally Falk 1978. Law and Social Change: the semi-autonomous social field as an appropriate subject of study. In: S. Falk Moore (ed). *Law as a Process*. London: Routledge und Kegan Paul, 54-81.
- N’Tia, Roger 1993: Geopolitique de l’Atakora précolonial. In: *Afrika Zamani*, 1993, No.1, 107-124.
- OBRGM, Repblique du Benin 1984: Carte Géologique du Bénin. Feuille Djougou-Parakou-Nikki. 9° - 10. Réalisation cartographique SFERES-TGC / OBRGM.
- Tiando, Emmanuel 1993: L’historiographie de l’Atakora *Afrika Zamani* 1 : 95-106.
- Vincent, Paul 1962: Rapport d’ensemble sur les prospections et recherches pour or effectuées par les services des mines dans le Nord Dahomey de 1935 à 1942. Bureau des mines, République du Dahomey, Mission Convention.
- Werthmann, K. 2000: Gold Rush in West Africa. The appropriation of “Natural” Resources: non-industrial gold mining in South-Western Burkina Faso. *Sociologus* 50 (1): 90-104.
- Werthmann, K. 2003a. The president of the gold-diggers: Sources of Power in a Gold Mine in Burkina Faso. *Ethnos* 68(1): 95-111.
- Werthmann, K. 2003b. Cowries, Gold and ‘Bitter Money’: Gold-Mining and notions of ill-gotten wealth in Burkina Faso. *Paideuma* 49: 105-124.

Archival Sources

- Archives Nationales (AN) du Bénin, Porto –Novo
 Rapports Cercle Atakora 1939-1945, 1^E
 Rapports d. l. Direction des mines, Dakar 1939- 1953

Notas de Leitura

“Além do Bojador ... Além da Dor”?

René Pélissier

p 155-179

Le lecteur tranchera. Selon qu'il est – ou a été – dominant ou dominé ! Positions instables et aisément réversibles comme nous l'enseigne l'Histoire. Le but de cette chronique bibliographique est simplement de présenter quelques livres donnant des visions contrastées récentes – donc postcoloniales – sur les dernières années de l'Império portugais (avec des retours en arrière), et de les comparer avec d'autres « colonisations » plus ou moins proches, plus ou moins méconnues. L'on y inclura également des textes concernant les Etats héritiers issus du retrait de Lisbonne dans les années 70.

Généralités et Ensembles

L'ouvrage qui, incontestablement, force le respect et rendra des services à un très large public, en fait à tous ceux qui s'intéressent à la découverte de la Terre, c'est-à-dire, le plus souvent, aux prémices de toute colonisation, c'est Raymond John Howgego qui nous l'apporte avec le quatrième volet d'une entreprise éditoriale que nous n'avons pas hésité à qualifier de prométhéenne lorsque nous avons eu les trois premiers volumes entre les mains. Le troisième couvrait la même période (1850-1940), mais ne touchait que les océans et les régions polaires. Le quatrième, dont nous parlons ici, se lance dans une tâche encore plus difficile puisqu'il prétend englober les principaux explorateurs et grands voyageurs qui ont parcouru et décrit l'Australie, les Amériques, l'Asie et l'Afrique, ambition que nous estimons peut-être un peu exagérée même pour un livre in-quarto (285x220mm) sur deux colonnes (quatre colonnes pour l'index) de « seulement » 1.059 pages. Howgego a beau avoir consacré 950 articles, soit environ 1.120.000 mots, à ces pionniers qui en 90 ans ont sillonné ces contrées, il n'a pu fournir, non pas la totalité (qui oserait avoir la prétention de la revendiquer dans un domaine aussi immense ?), mais simplement l'essentiel des marcheurs infatigables qui ont révélé l'Afrique aux sociétés occidentales, c'est-à-dire, en Europe, à celles qui allaient s'en emparer, les armes à la main.

Soyons clair : nous n'avons pas les connaissances nécessaires pour dire s'il manque beaucoup d'entrées de voyageurs/explorateurs en Australie (probablement aucun, d'ailleurs), Amérique anglophone et ibérophone, Asie centrale et Sibérie. Nous pensons, néanmoins, que l'auteur a particulièrement bien traité ces régions et qu'il nous

¹ Raymond John Howgego, *Encyclopedia of Exploration. 1850 to 1940. Continental Exploration*, Sydney (NSW, Australia), Hordern House, 2008, XII-1047 p.

offre pour elles ce qui existe de meilleur en la matière. C'est pour le continent le plus obscur, l'Afrique, qu'il semble avoir été un peu rapide (sauf pour les explorateurs italiens pour qui ses informateurs ont été diligents et se sont même surpassés). Ne versons pas dans un nationalisme ridicule et déplacé chez un historien, et admettons que le président Théodore Roosevelt ait mérité plus de quatre colonnes, ce qui est beaucoup pour un chasseur, mais pourquoi ne voit-on nulle mention d'un géant comme Dias de Carvalho dans la Lunda ou, plus modeste, d'Artur de Paiva au Sud-Angola ? Trois colonnes très complètes sur Arthur Rimbaud en Ethiopie flatteront les admirateurs du poète, mais les Espagnols se demanderont ce que sont devenus leurs explorateurs au Rio Muni et en premier lieu le « célèbre » Iradier. Un « découvreur » authentique comme Victor Giraud en Afrique centrale et orientale a échappé aux mailles pourtant serrées du filet de cet enquêteur acharné qu'est Howgego. Les Portugais ne seront certainement pas non plus ravis d'apprendre que Serpa Pinto a été « battu » par les Makololos (p.826), alors qu'au contraire il fut leur vainqueur à Mpassa (8 novembre 1889). Peut-être se consoleront-ils en lisant qu'il a quand même droit à trois colonnes, tout comme Capelo et Ivens lesquels, à notre avis, l'emportaient largement sur Serpa Pinto.

En vérité, pour rendre pleinement justice à l'exploration de l'Afrique, il suffirait de lui accorder 300-400 pages supplémentaires qui pourraient s'insérer dans un cinquième volume de 1000 pages environ que l'éditeur et l'auteur *doivent* à tous leurs lecteurs pour que leur gloire soit assurée pendant au moins un siècle. Un livre de cette extraordinaire qualité, de cette utilité évidente, aura une longévité allant bien au-delà de ce qu'un vulgaire calcul commercial peut envisager. Howgego a fait un travail surhumain avec les 4.000.000 de mots, 4.500 articles et près de 60.000 entrées de ses bibliographies, que contiennent ses quatre premiers volumes. Rattraper les « oubliés », corriger quelques erreurs, ajouter de nombreuses cartes, augmenter les articles thématiques et compléter le tout avec des index par pays « émetteurs » et pays « récepteurs » suffiraient à le mettre sur un piédestal à la hauteur de ses vingt ou vingt-cinq ans d'efforts titanesques.

En attendant et pour encourager l'auteur et l'éditeur à persévérer, les milliers, voire dizaines de milliers, d'ambassades, fondations ou centres culturels (ou prétendus tels), bibliothèques dites universitaires, etc., de par le monde seraient bien inspirés d'obtenir les quatre volumes qui existent déjà, car ils sont à la base de la connaissance de ce qu'ont fait leurs ressortissants pour prendre la mesure de la pluralité des sociétés de la planète. Pour le meilleur ou pour le pire, là n'est pas la question, car avant de juger, il faut savoir. Et aucun autre ouvrage en aucune langue n'atteint à ce fabuleux recensement de l'universalité de la découverte – réciproque – de l'autre par nos ancêtres, jusqu'en 1940.

Nous supposons que tous les ministères des Affaires étrangères, toutes les représentations diplomatiques des pays lusophones sont abonnés désormais à la revue trilingue *Lusotopie* qui se publie depuis 1994. Mais la lisent-ils sans grincer des dents ? Ce n'est pas certain, car la complaisance n'est pas le but recherché par les auteurs (politologues, sociologues, etc). Ce qu'ils cultivent tous, c'est la méticulosité, l'originalité, la volonté d'aller au fond des problèmes traités dans tous les pays issus de l'histoire et de la colonisation portugaises. La revue est luso-centriste mais, de par son objet, elle devient universaliste ou presque, et toujours axée sur les problèmes du temps présent. Le volume XIV (1), 2007, comporte une étude de 65 pages sur l'élection présidentielle d'octobre 2006 au

2 Collectif, *Lusotopie*, Leiden (Pays-Bas), Brill, 2007, vol. XIV (1), 303 p., photos noir et blanc, vol. XIV (2), 228 p.

Brésil, une autre sur le « non-racisme » des Portugais et un dossier de plus de 210 pages sur l’Islam en lusophonies, c’est dire si la cible est très large. Le volume XIV (2), 2007 affiche un article plutôt pessimiste sur la régionalisation portugaise face à la construction européenne, mais son dossier central s’intitule « L’économie politique du Brésil de Lula » (134 pages). Certes, ce n’est pas une littérature pour la plage, mais la richesse de l’information qu’elle véhicule devrait en faire un instrument de travail indispensable aux décideurs. Ou sommes-nous trop optimiste ?

Toujours dans le registre comparatif, à cheval sur plusieurs pays, nous sommes favorablement impressionné par une thèse que nous supposons allemande bien que rédigée en anglais (parfois dans des formes un peu curieuses). Nous ne sommes pas certain que le sous-titre choisi – beaucoup trop réducteur – rende bien compte de l’importance de *Living with ambiguity*³, car son thème, en fin de compte, est beaucoup plus large : l’influence des politiques coloniales de la France sur celle du Portugal et *inversement*. Ce que l’historien note tout de suite, c’est la chance qu’a eue Alexander Keese d’avoir pu bénéficier de l’élargissement inespéré de l’accessibilité aux archives françaises et portugaises en moins de vingt ans. Quand on sait qu’il y a quarante ans les archivistes du Quai d’Orsay nous soutenaient que les premières dépêches des consuls de France en Angola et au Mozambique étaient « perdues », que leurs collègues du Ministère de l’Outre-mer à Aix-en-Provence, moins de vingt ans plus tard, ne pouvaient rien nous communiquer sur la Guinée portugaise au-delà de 1920, qu’en 1989 l’Arquivo Histórico Ultramarino de Lisbonne nous bloquait à 1912 pour Timor, etc, on ne peut que conclure que Keese est un historien béni des Dieux. Lui il arrive à 1961 dans les dépôts de trois pays ! C’est un bond chronologique immense qui lui permet de détruire certaines de nos certitudes les plus inébranlables. Preuves à l’appui, il nous montre notamment que : 1^o) les autorités coloniales de Lisbonne connaissaient fort bien les dysfonctionnements locaux et qu’elles luttèrent parfois contre les abus des colons et de leurs propres fonctionnaires sur place ; 2^o) la chefferie n’est pas un simple instrument de l’Administration et qu’elle peut – en quelques cas – s’opposer victorieusement aux excès du travail forcé (notamment contre la Diamang en 1942 ; au Niassa en 1947, etc). Son attitude face aux mouvements nationalistes n’a pas non plus été univoque. Lisbonne a, dans certaines circonstances, inversé la politique antérieure en renforçant le prestige des chefs coutumiers ; 3^o) une certaine libéralisation à l’égard des *assimilados* (à partir des années 40 dans les villes, mais pas dans les brousses) se fait jour jusqu’en 1958-59 ; 4^o) contrairement à la vulgate des nationalistes en Angola et de leurs propagandistes, la majorité de la population africaine réprouvait l’extrême violence du déclenchement de la révolte en 1961 (p. 133). Nous ne prenons en compte ici que ce qu’il dit des problèmes en Afrique portugaise (environ la moitié du livre), et non dans les territoires francophones. L’auteur reconnaît une accentuation du travail forcé pendant la Seconde Guerre Mondiale (« quasi-slavery » à São Tomé, p. 166) mais il attribue au gouverneur Gorgulho, à la triste réputation, un paternalisme « libéral » (p. 167) en faveur des *contratados* angolais dans l’archipel, ce qui n’est d’ailleurs pas en contradiction avec son comportement ultérieur à l’égard des *filhos da terra* en 1952-53.

Le plus inédit, c’est tout ce qui concerne la coopération coloniale entre la France et le Portugal, tout au moins dans les intentions. On voit ainsi le Front populaire de gauche, en France,

³ Alexander Keese, *Living with ambiguity. Integrating an African elite in French and Portuguese Africa, 1930-61*, Stuttgart, Franz Steiner, 2008, 344 p.

via Dakar, admirer la politique portugaise en Guinée (surtout parce que Paris craint chez son voisin une installation allemande, voire italienne !). Pendant la guerre, c'est Brazzaville qui s'intéresse à l'Angola, mais dans les années 1946-50, les consuls à Bissau louent également l'action de Sarmiento Rodrigues. On apprend, incidemment, des faits inconnus. Ex : en septembre 1953, pour venger un marabout mandingue assassiné par les Balantes, des Mandingues des deux côtés de la frontière se coalisent et « liquident » des villages balantes en Guinée portugaise : 230 (?) morts ! (p. 220). Les Portugais laissent faire ! En résumé, c'est évidemment une vue partielle de la situation que transmettent les consuls français, mais dans les années 1950-1955 ils sont plutôt favorables au « paternalisme lent » des Portugais, et certaines autorités pensent même imiter les *colonatos* indigènes. Mais tout change avec la loi-cadre de 1956 accordant l'autonomie aux colonies françaises. L'« assimilation lente » à la portugaise devient, dans leurs rapports, une impasse. On atteint là les limites de l'information diplomatique et, ce faisant, de la thèse. Keese, se fondant essentiellement sur ce qu'on donne désormais en lecture dans les archives, ne connaît pas bien le vécu local. Il fournit cependant une vision « consulaire » sur le soi-disant massacre de Pidjiguiti (1959) par un témoin. Elle exonère la police portugaise de toute intention de commettre un massacre. Selon le Français, sur place à Bissau, il n'y aurait eu que 6 tués, mais au moins 9 noyés. En aucun cas des centaines. L'étonnant est que l'auteur n'ait utilisé aucun récit de voyage, peu de reportages, ou très peu de mémoires publiées par les pasteurs protestants ou d'anciens *chefes de posto*, pratiquement pas de témoignages venant de l'« autre côté de la barrière » (et pourtant la littérature des nationalistes abonde, même si elle est souvent sujette à caution). Passe encore qu'il n'exploite pas notre thèse de 1979 (René Pélissier, *La colonie du Minotaure... 1926-1961*, Editions Pélissier, Montamets, 78630 Orgeval), mais qu'il ignore ou ne semble pas faire grand cas de celui qui a « fondé » les études luso-africanistes modernes (James Duffy, *Portuguese Africa*, Harvard University Press, Cambridge [MA, U.S.A.], 1959) est pour nous un mystère.

En revanche, qu'il persiste à « oublier » délibérément le Cap-Vert où là, vraiment, l'assimilation était en marche est un choix admissible, et qu'il se trompe de saint (« Santo António de Ajúda » [sic]), au lieu du très officiel São João Baptista de Ajudá) pour désigner la résidence portugaise au Dahomey/Bénin lui sera pardonné par tous les amoureux des micro-enclaves insolites. En bref, un livre qui nous rassure sur les nouvelles conditions de travail dont bénéficient maintenant les historiens de l'Ultramar. Vivent les archivistes qui sont entrés dans leur siècle ! Un bon travail dans un secteur négligé par les prédécesseurs de Keese.

Rapprochons-nous de la guerre coloniale portugaise sur les trois fronts. *No easy victories* est un recueil de témoignages sur le militantisme américain en faveur de la décolonisation/libération en Afrique, se focalisant sur les organisations de solidarité et quelques ténors médiatiques de même obédience. Il contient donc des informations difficiles à trouver pour mieux connaître les réseaux de soutien aux U.S.A. en faveur du PAIGC, du FRELIMO et du MPLA. On y relève une forte influence des milieux protestants, des Afro-Américains et des groupuscules marxisants dans plusieurs universités.

Aux antipodes de ces courants, la biographie (tendance féministe et plutôt positive) de la célèbre – en son temps – bienfaitrice des soldats en campagne, des blessés rapatriés et, parfois, des familles des plus pauvres, rajeunira les anciens combattants portugais.

4 William Minter & Gail Hovey & Charles Cobbs Jr. (eds.), *No easy victories. African Liberation and American activists over a half-century, 1950-2000*, Trenton (New Jersey, U.S.A.), Africa World Press, 2008, XVIII-248 p., photos noir et blanc.

*Cecília Supico Pinto*⁵, grande bourgeoise de l’Estado Novo, amie de Salazar et inconditionnelle de sa politique coloniale, mit à profit ses hautes relations pour fonder et présider un mouvement patriotique de femmes, une sorte d’ ONG pluricontinentale avant la lettre ayant réuni jusqu’à plus de 55.000 membres. C’était donc une expression de la charité quasi-officielle travaillant en symbiose – parfois difficile – avec le Haut-Commandement et servant surtout à la propagande de l’Etat. De ce travail fondé sur quelques archives (dont celles de la *Cilinha*), plusieurs interviews (dont celles de l’intéressée), et la documentation publiée (presse de l’époque incluse), se dégage le portrait d’une femme énergique, allant sur le terrain (cinq fois en Angola, deux au Mozambique et cinq en Guinée), jusque dans les garnisons les plus menacées (une blessure !), pour remonter le moral des troupes et rendre compte de la situation à Salazar lui-même. En somme, une étoile du « conservadorismo emancipado » (p. 125) pour l’auteure. Et, pour nous, un Centurion en jupon, dont l’enthousiasme de la secouriste charismatique qui sommeillait en elle trouva à s’exprimer dans une société figée et découragée. Les chapitres sur les visites en Afrique et sa lutte contre les pesanteurs bureaucratiques sont neufs.

Bien loin de cette époque, le livre conçu par Michael O’Flaherty⁶ est le énième d’une interminable série analysant le contexte juridique et même conceptuel des opérations de l’ONU, d’autres organisations intergouvernementales et de quelques ONG se consacrant aux droits de l’homme. Deux études de cas (Timor oriental: pp. 265-286 ; Angola: pp. 317-341) répètent plus ou moins ce qui est maintenant bien établi. Pour Timor: insuffisances multiples, difficultés de recrutement et de communication entre les Timoriens et les rouges onusiens. On s’éloigne de plus en plus du triomphalisme qui prévalait chez certains auteurs anglophones. Pour l’Angola, les problèmes furent si graves que même les mieux disposés à l’égard de l’ONU reconnaissent son total et coûteux fiasco. Tout s’effondra dans un marécage de tensions à l’intérieur et en dehors d’une éléphan-tesque bureaucratie. Ce sont là les rançons du multilatéralisme dans des pays ravagés et totalement inconnus de la plupart des « experts » recrutés dans des conditions qu’il vaut mieux ne pas examiner de trop près. On en vient à regretter la *Cilinha* ! Elle au moins croyait, semble-t-il, à l’utilité de son action même si, avec le recul, ses résultats furent loin de répondre à ses espoirs.

Toujours dans le même rayon où règnent, suprêmes, juristes, politologues et professeurs de relations internationales, un autre recueil⁷ rassemble des études très techniques sur des pays extra-européens où co-existent un président élu au suffrage universel et possédant des pouvoirs considérables, et un premier ministre dirigeant un cabinet ayant, lui aussi, des pouvoirs exécutifs. Pour le Mozambique (pp. 121-136), l’auteure qui le traite estime que le système a des conséquences minimales de la politique et de la gouvernance. Pour la Guinée-Bissau (pp. 137-160), deux autres spécialistes pensent que, malgré la quinzaine de premiers ministres qui ont défilé depuis 1974, c’est un système quasi présidentiel qui est en place. Quant au Timor oriental (pp. 219-239), les institutions gouvernementales depuis 2002 montrent que rien ne fonctionne comme les doctes juristes l’avaient prévu.

⁵ Sílvia Espírito Santo, *Cecília Supico Pinto. O rosto do Movimento Nacional Feminino*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2008, 222 p. + 24 p. de planches noir et blanc, photos noir et blanc.

⁶ Michael O’ Flaherty (ed.), *The Human Rights Field Operations. Law, Theory and Practice*, Aldershot (Angleterre) Ashgate, 2007, XV-467 p.

⁷ Robert Elgie & Sophia Moestrup (eds.), *Semi-presidentialism outside Europe. A comparative study*, Abingdon (Angleterre), Routledge, 2007, XI-266 p.

De tels travaux austères peuvent rebuter. Nous n'hésiterons donc pas, pour alléger la tension, à introduire maintenant le récit d'une aventure extraordinaire: le périple solitaire sur plus de 36.500 km d'un cycliste sud-africain blanc qui, à partir du 9 septembre 2003, longea par la route (la piste, le plus souvent) le littoral africain (sauf en Namibie, en Angola, en Somalie, au Kenya et au Mozambique) pendant deux ans, deux mois et quinze jours. Ce qui est intéressant dans ce livre, c'est de comparer l'accueil aux frontières, la situation dans les ambassades et consulats africains délivrant les visas de transit, et surtout la réception accordée par les populations des trente-trois pays traversés à un voyageur pauvre, venu d'un pays dont l'ancien régime était tenu pour le Mal absolu. Et là les surprises nous attendent.

Voyons ce qui se passe pour lui en Angola (pp. 53-108) à la fin 2003.

Très mal traité dans l'Ovamboland namibien, pourtant « riche » et bien organisé, il est accueilli à bras ouverts par les Angolais, bien que la seule route, défoncée, vers la Huíla soit bordée par les carcasses des tanks et des véhicules détruits par les bombes et les mines sud-africaines jusqu'à Xangongo (ex-Roçadas sur le Cunéné). Via Lubango (ex-Sá da Bandeira) et Quilengues (donc en ne suivant pas la route côtière devenue impraticable), il est accueilli comme un hôte d'honneur par le gouverneur de Benguela. A Luanda, s'il rejoint la cohorte des auteurs qui ont décrit la corruption de la police, il insiste sur la gentillesse des gens du peuple et même des diplomates africains. Plus au nord, il rencontre le dernier Portugais de Nzeto (ex-Ambrizete), un modeste pêcheur, marié à une Angolaise, qui a survécu à la guerre civile. L'hospitalité de ces Lusophones, dont il ne parle pas la langue, l'abandonne en entrant au Cabinda où l'Immigration le refoule (visa de transit angolais absurdemment limité à quelques jours, donc vite périmé, d'où nécessité d'aller acheter en R.D. Congo un nouveau visa au consulat, à Matadi). Au Cabinda (pp. 124-128), la police angolaise ne faillit pas à sa réputation, mais les gens du cru sont beaucoup plus serviables.

Que tirer de cette première approche? Une leçon à l'intention générale des autorités africaines, et en particulier angolaises. Si elles veulent redresser l'image généralement négative de leurs visiteurs qui arrivent par voie de terre, il serait souhaitable qu'elles révisent des réglementations totalement ineptes. Qui a décidé qu'un visa de transit pour traverser l'Angola du nord au sud ne doit avoir qu'une durée de validité ridiculement faible? On verra plus loin, dans la section angolaise, qu'elle était récemment (est encore?) limitée à cinq jours! Tous ces routards ne sont pas des hippies insignifiants et sans pouvoirs de nuisance. Nous connaissons plus d'une dizaine de livres en plusieurs langues qui dénoncent la méchanceté, la suffisance, l'incompétence, la malhonnêteté de fonctionnaires postés aux frontières, qui maltraitent les voyageurs. Ceux qui publient leurs expériences malheureuses dans des livres ou des articles de grande diffusion détruisent facilement en quelques pages l'image que les autorités cherchent à se construire à l'étranger, à grands renforts de publiereportages qui ne trompent personne et qui leur coûtent cher. Mais poursuivons les aventures de notre héroïque cycliste dans les pays qui nous préoccupent ici.

En Guinée équatoriale continentale, au Rio Muni (janvier 2004), les choses tournent vraiment mal pour lui. Menacés par une tentative de putsch organisée – un travail d'amateurs en réalité – par des « chiens de guerre », attirés par le pétrole et des promesses d'enrichissement ultra-rapide, la police et les militaires locaux (dont un général) le prennent pour un espion, un mercenaire, l'incarcèrent, le battent et finalement le relâchent en

s’excusant (pp. 184-201). C’est un simple avant-goût de ce qui l’attend au Liberia, puis en Sierra Leone d’où, littéralement, il doit fuir sous les balles de rebelles drogués. Comme on ne peut le suivre tout au long de ses 715 pages, on se contentera de dire que, la route étant impassable vers la Guinée-Bissau, il entrera dans ce pays en empruntant une pirogue à moteur, via les Bissagos.

De nombreux mois après, en 2005, sa traversée du Mozambique (pp. 629-671) sera beaucoup moins mouvementée, même en y pénétrant par l’embouchure du Rovuma. Sauf à l’Extrême-Nord, le pays est plus habitué aux touristes. Son parcours n’y est pas strictement côtier (il passe par Nampula, Alto Molocué, Mocuba, etc.). Fin observateur, il remarque les dégâts de la déforestation opérée par les Chinois et, sur la rive nord du Zambèze, il rencontre des Rhodésiens blancs chassés de leur pays par la politique d’expropriation de leurs fermes. Ils essaient courageusement de reconstituer leur avenir en travaillant pour le compte des Mozambicains. Pour eux, ce n’est plus leur pays d’origine, mais c’est encore l’Afrique, dont ils ne peuvent s’arracher. Riaan Manser⁸, sous couvert d’un exploit sportif inédit (le premier tour d’Afrique en vélo), nous livre en fait sa vision terre à terre de tout un continent. Elle n’a rien de scientifique, mais en définitive, elle va droit au cœur du lecteur et nous en apprend plus sur la réalité quotidienne des trois PALOP continentaux et de la Guinée équatoriale que bien des savants.

Et quoi de plus savant qu’une politologue spécialisée dans les accords de paix en Afrique, leur application et leurs chances de survie (environ 50% après cinq ans) ? Dans *Implementing Peace Agreements*⁹, l’auteure s’adresse à ses collègues et, ce faisant, aux diplomates qui baignent professionnellement dans ces problèmes ardues. Elle étudie l’Accord de 1992 pour le Mozambique, puis l’Accord de Bicesse (1990) et le Protocole de Lusaka (1994) pour l’Angola. Elle cherche à théoriser pour se tailler une place dans une galaxie d’experts et, très certainement, les diplomates y puiseront des recettes sur ce qu’il faut faire (Mozambique: pp. 25-60) ou éviter (Angola: pp. 61-94). La bibliographie est très riche (presse et documents onusiens).

Si l’on fait retour vers le genre biographique, on doit signaler un ouvrage assez impressionnant qui peut servir à attirer l’attention du lecteur sur des personnages largement négligés par les bibliographes et, par conséquent, les historiens de l’Afrique lusophone et hispanophone. Nous voulons parler des aventuriers et/ou chasseurs qui dans leurs publications ont décrit la brousse simultanément ou peu après les « explorateurs », la frontière entre les uns et les autres étant d’ailleurs souvent indistincte. *Legends of the African Frontier*¹⁰ porte un titre qui donne la tonalité du livre d’un collectionneur de récits de chasses en anglais. Il contient une galerie de portraits anecdotiques d’environ 1.200 individus qui, professionnellement ou non, ont chassé en Afrique entre 1800 et 1945. Tous n’ont pas personnellement laissé de traces écrites mais ils sont, au minimum, mentionnés dans des publications. Mais, probablement prisonnier d’un monolinguisme trop fréquent chez certains auteurs américains, il a été obligé de ne pas tenir compte de centaines ou milliers de témoignages attestés dans une dizaine de langues européennes autres que l’anglais. De ce fait, s’il consacre bien quelques articles à des « explorateurs » portugais ou espagnols, il les voit à partir de ses seules sources britanniques ou nord-américaines.

8 Riaan Manser, *Around Africa on my bicycle*, Capetown, Jonathan Ball, 2008, X-705 p. + planches couleur.

9 Dorina A. Bekoe, *Implementing Peace Agreements. Lessons from Mozambique, Angola, and Liberia*, Basingstoke (Angleterre), Palgrave Macmillan, 2008, XV-218 p.

10 David Chandler, *Legends of the African Frontier*, Huntington Beach (Californie), Safari Press, 2008, XII-419 p., photos noir et blanc.

En revanche, il fournit pour les pays d'expression officielle portugaise, des détails sur les auteurs anglophones qui les ont parcourus le fusil à la main, avant l'implantation administrative. En d'autres termes, si l'on prend le temps d'éplucher attentivement ces quatre centaines de pages (sur deux colonnes) on va découvrir de nombreux aventuriers qui sont largement absents des travaux en portugais sur l'Angola et le Mozambique, abstraction faite des « grands noms ». Et ce qu'ils nous révèlent sur les sociétés précoloniales est loin d'être négligeable. Il eût été judicieux à cet égard de doter ce répertoire d'un index géographique détaillé. Tel quel, l'auteur a cependant accompli un effort méritoire allant, pour certains pays, jusqu'à pousser ses recherches vers quelques notabilités africaines, contemporaines de ces personnalités qui ont fait plus qu'abattre des éléphants et nourrir la nostalgie de leurs lecteurs actuels. Dépaysement garanti. Et beaucoup plus pour l'africaniste professionnel désireux d'élargir son champ de vision.

Les récits des chasseurs actuels en Afrique peuvent rarement être tenus pour pertinents lorsque l'on veut comprendre la société et la politique locale, mais le journalisme d'investigation les a heureusement remplacés depuis de nombreuses décennies. Aux lecteurs intrépides, soucieux de dynamiter quelques clichés ou idées reçues et adoptées par l'opinion publique, on peut recommander un recueil de reportages d'une « *inconformista* » de nature et par profession. Felícia Cabrita dans son livre *Massacres em África*¹¹ s'est mis en tête de faire exploser le mythe de « la douceur des mœurs » des Portugais dans leurs anciennes colonies. Elle n'aime ni Salazar, ni les colons, ni les communistes, ni Savimbi, ni les politiques en général, ni les hauts-commandements militaires quels qu'ils soient, ce qui va lui ouvrir un large éventail d'admirateurs... et de détracteurs. On pourrait peut-être la classer dans la catégorie – nombreuse – des journalistes imprécateurs sans preuves, mais avec des excès de bile dans leur encre, si elle ne prenait soin d'aller sur place interroger les participants, les témoins, les survivants quand elle en trouve. C'est le b-a-ba de son métier, certes, mais en plus elle a le vice des documents, des archives privées ou publiques. C'est déjà moins commun dans les rédactions des journaux. En fait, c'est la démarche de l'historien qu'elle a adoptée. Nous ne savons pas si sa fougue dénonciatrice ne se nourrit pas de quelques motivations préconçues et durablement enracinées dans son esprit, mais voyons en quoi son travail est important et même indispensable sur certains points.

Pour la « soi-disant » *guerra de Batepá* à São Tomé en 1953, elle se rend sur place en 2002 et tire à boulets rouges sur le gouverneur Gorgulho, mégalomaniaque, tropicalisé comme beaucoup d'autorités coloniales (et postcoloniales), à travers toute l'Afrique et en particulier dans les ex-empires latins. Elle est très utile pour connaître les sévices lors de la construction du débarcadère de Fernão Dias. Elle a raison de ne pas fournir de chiffres pour les victimes, car ils ont été outrageusement gonflés par les nationalistes. Se méfie-t-elle néanmoins et suffisamment des dépositions recueillies, près de cinquante ans après coup ? Plusieurs récits publiés par des acteurs ou des analystes ultérieurs auraient dû être exploités par l'auteure.

Pour l'Angola où elle enquête en septembre 1998 sur les massacres à compter du 15 mars 1961, jusqu'à ce qu'on nous livre la liste nominative, *posto par posto, fazenda par fazenda*, des « *dois mil colonos portugueses* » (p. 100) assassinés, nous estimons qu'il s'agit là

¹¹ Felícia Cabrita, *Massacres em África*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2008, 344 p., photos noir et blanc.

d’une quasi-impossibilité statistique. Ou serait-ce que les chiffres tendent à croître plus vite sous l’effet du soleil ? Mais là où l’on doit la féliciter, c’est d’avoir fourni des documents *upistas* sur la *préparation* du massacre par l’UPA (avec organigramme des commandements et des *fazendas* à détruire), ce qui pulvérise la thèse d’un soulèvement improvisé, d’une révolte de l’exaspération des Bakongo, propagée par Holden Roberto, ses apprentis sorciers et ses mentors étrangers, naïfs, borgnes ou amnésiques. Elle va visiter – accompagnée de rescapés des massacres à Quitexe, et avec l’appui des FAPLA (forces armées du MPLA), – les *fazendas* en ruine dans les Dembos. Il serait intéressant de savoir si ces ruines sont celles de 1961 ou celles consécutives à la fuite des *colonos* en 1974-75. Il est probablement impossible de les dater dans une telle luxuriance de la végétation.

Antérieurement (en 1991), elle avait interviewé des anciens de la 5^{ème} compagnie de *caçadores especiais* qui confirment le massacre indiscriminé des prisonniers supposés, à tort ou à raison, terroristes, par les soldats, y compris par le ou l’un des médecins de l’unité. En 1998, elle accompagne une Portugaise qui, à quatre ans, fut enlevée en 1970, pour être exhibée à Kinshasa par Holden Roberto en signe de clémence.

En Guinée, elle va visiter la « fameuse » île de Como et reconstruit la « reconquête » provisoire de l’île en 1964 en insistant sur la résistance des Bissagos, Nalus, Sossos et Balantes, vue de part et d’autre. Elle conclut que les fusiliers marins étaient impréparés à la dureté de la jungle. Et elle ajoute qu’ils tuèrent leurs prisonniers, là aussi. Les Portugais, selon elle, se retirèrent en mars 1964 après deux mois et demi d’une opération qui aurait coûté l’équivalent de 20.000.000 d’euros. En 1995, elle est sur place pour expliquer le drame de la mort des trois majors – sans armes – tués par le PAIGC dans une mission de « rapprochement », montée par Spínola. Le moins que l’on puisse dire, c’est que ces épisodes du « grand jeu » politico-militaire de Bissau et de Conakry restent à étudier en profondeur.

Pour le Mozambique, elle revisite en 1992 les sites des massacres de Juwau, de Chawola et du trop « célèbre » Wiriyamu (1972) dont la révélation ultérieure, soigneusement orchestrée, sonna, selon nous, le glas médiatique de la guerre coloniale portugaise, à l’échelle internationale. Après des interviews avec les commandos noirs et blancs qui les ont commis, elle nous fournit une description dantesque des événements par certains survivants. Décidément, ces affaires ont été exploitées par les médias puisqu’en 1997 elle retourne sur place, devant les caméras de la T.V., avec l’*alferes* qui commanda les massacres.

Les rescapés, lui pardonnent, dit-elle. Admettons.

Elle achève son livre par un retour sur l’Angola où ses visites lui permettent de nous donner encore deux chapitres. Le dernier concerne la mort de plusieurs chasseurs portugais abattus en 2001 par un détachement de l’UNITA au nord de Luanda, mais le plus important porte sur la tentative de putsch de Nito Alves du 27 mai 1977 et la terrible répression sur ses partisans déclenchée par le président Agostinho Neto dans les mois suivants. Elle n’hésite pas à parler de 30.000 morts, chiffre probablement à jamais invérifiable. Chacun sait naturellement que tous les morts en Afrique ou ailleurs ne sont pas dans les cimetières ou les fosses communes de telle ou telle police politique locale.

Au-delà d’un certain appétit pour le morbide et le scandaleux, l’auteure du livre apporte en définitive une contribution courageuse et parfois majeure à la recherche d’une vérité qui se dérobe. Mais sa plus grande qualité est qu’elle ne semble être l’otage d’aucune tendance partisane perceptible à la lecture. Elle mord à droite, elle mord à gauche, ce qui

– après des milliers de livres infectés par des virus apparemment antagonistes, mais en fait issus d’une même souche qui s’appelle la partialité – lui vaudra la reconnaissance des historiens qui s’intéressent à l’histoire coloniale portugaise, et des lecteurs qui veulent y voir plus clair.

Cap-Vert, Guinée-Bissau, São Tomé et Príncipe

Notre regroupement est évidemment artificiel puisque dicté par des contraintes rédactionnelles. *Les îles du Cap-Vert*¹² est le fruit d’un colloque où dominent les littéraires, preuve que ce PALOP intéresse de plus en plus un public sensibilisé en France à son existence. Merci Cesária Évora! Il fait suite à un voyage sur place de 21 étudiants et chercheurs de l’Université de Nanterre dont tous portent des noms portugais, ce qui nous donne à penser que l’émigration lusophone commence enfin à investir dans la culture. Sur les quatorze chapitres, dix concernent des problèmes linguistiques ou littéraires, mais l’on note deux textes sur la ville de Mindelo et le camp de déportation de Tarrafal (et ses internés) et un autre sur le parcours d’un nationaliste entre le Cap-Vert, la Guinée et l’Angola (où l’administrateur du camp de São Nicolau ne s’appelait pas Side mais Cid : nous y étions, en 1966). Finalement, une contribution très fouillée, à partir des archives du quai d’Orsay, sur la reconnaissance internationale du Cap-Vert, nous a ébloui par la richesse de la documentation diplomatique fournie ou exploitée. Décidément, si l’on peut consulter désormais les trésors des archivistes du Quai jusqu’en 1978, les dragons de naguère sont bien morts dans cette citadelle. Un livre utile à maints égards.

Comme nous sommes dans les compliments, enchaînons sur *Women and Slavery*¹³ qui surfe sur la vague de l’historiographie rentable aux Etats-Unis où les bibliothécaires se ruent sur tout ce qui concerne le féminisme, la traite négrière et l’esclavage. Hélas, nous devons ici nous borner à citer, dans le volume 1, un seul article sur le rôle éminent de deux grandes « dames » de la bourgeoisie locale dans le commerce des esclaves à partir des comptoirs de la Guinée, au début du XIXe siècle. Il s’agit de Dona Rosa à Cacheu et Ziguinchor, et de Mãe Aurélia à Bissau et dans les Bissagos. Assimilées, ces deux insignes négrières, à cheval sur deux cultures, agissaient en tant qu’intermédiaires entre l’ectoplasmique autorité portugaise (cap-verdienne, en l’occurrence) de l’époque, et les sociétés non soumises aux comptoirs. En somme, dans un pays où la durée de vie des représentants mâles était très faible, ces femmes d’affaires impitoyables étaient les vigies occultes de la présence portugaise, face aux vertueuses convoitises de la Grande-Bretagne (Bolama) et moins vertueuses, mais tout aussi insistantes, de la France (Casamance). Les deux volumes constituent une somme étonnante par la variété des situations traitées : d’Ethiopie aux Carolines en passant par l’Islande, le cap de Bonne Espérance et les harems, les femmes dans tous leurs états focalisent l’attention des auteurs.

Et puisque nous sommes dans les navigations et les ravages provoqués par l’amour, avançons hardiment vers une énorme fiction. *Além do Bojador*¹⁴ est un roman dont l’intrigue est insolite, mais captivante. L’auteur met en scène un jeune moine franciscain

12 Idelette Muzart-Fonseca dos Santos & José Manuel da Costa Esteves & Denis Rolland (organisateur), *Les îles du Cap-Vert: langues, mémoires, histoire*, Paris, L’Harmattan, 2007, 262 p. + planches couleur, photos noir et blanc.

13 Gwyn Campbell & Suzanne Miers & Joseph C. Miller (eds), *Women and Slavery*, Athens (Ohio), Ohio University Press, 2007. Vol. I, *Africa, The Indian Ocean World, and The Medieval North Atlantic*, XXVII-399 p. Vol. II, *The Modern Atlantic*, XXVIII-329 p.

14 Manuel Fialho, *Além do Bojador. Na Guerra colonial da Guiné, a história pré-colonial da África ocidental*, Castro Verde (Portugal), 100 Luz, 2008, 510 p.

portugais rappelé par l'Armée de son couvent italien pour devenir l'aumonier (*capelão*) d'un bataillon en 1969-71 dans la zone de Farim. Jusque là tout va bien, mais il a des penchants d'historien exotique : il est fasciné par les anciens royaumes du Ghana et du Mali, des siècles avant l'arrivée des Portugais sur les côtes de Guinée. Comme il a beaucoup de loisirs il se met en tête de raconter aux *homens-grandes* d'un village l'histoire des Mandingues, glorifiée par les chroniqueurs médiévaux du Soudan précolonial. Et, le Démon s'en mêlant, il tombe amoureux fou de la fille – métisse – du chef de la *tabanca*, un musulman polygame des plus légitimes. Cette passion devenant dévorante et la narration légèrement érotique, le moine *alferes* en uniforme rompt ses vœux et, comme l'auteur est un optimiste invétéré, il finit par marier son héros dans une cérémonie religieuse conjointe (un iman plus un vieux missionnaire italien) à Bissau, à la fin de la commission de l'officier, en 1971, et avec le plein accord du beau-père ! Des récits d'anciens combattants en Guinée nous en avons lu plus de cinquante, mais mettant en vedette un moine pauvre aucun. On pourrait, à la rigueur, négliger celui-là ou le classer dans les utopies lusotropicalistes (« cinq siècles de colonisation » en Guinée, etc.), mais l'auteur est celui qui, probablement à partir de son journal ou de ses notes, nous donne le plus de détails (jamais datés, hélas) sur les opérations et la vie des garnisons entre Farim et Guidage, sur le dénuement des installations, la vétusté du matériel et de l'armement, le manque d'enthousiasme des officiers pour leur mission, le caractère impulsif, vaniteux, imprévisible et versatile de Spínola, selon le romancier, le quotidien des villageois mandingues coincés entre la guérilla et les garnisons, l'amorce et les limites de la politique de conquête de la population par le gouverneur général. On a même droit à quelques scènes de bombardement par le PAIGC. Curieusement, de ce terrible fiasco se dégage un parfum « œcuménique » et interracial de confiance en l'avenir qui tarde à pénétrer dans les interstices de la société *guineense*. A recommander donc aux bibliothèques de l'Instituto Camões et à leurs persévérants lecteurs.

Reprenons la mer pour aborder ensuite dans un archipel où, au début du XXe siècle, Bissau se débarrassait aisément de ses indésirables ou contestataires trop menaçants. Avec *São Tomé and Príncipe*¹⁵, nous avons une certitude : nous découvrons non seulement un guide touristique (9.000 touristes en 2007), mais aussi une cathédrale encyclopédique dont aucune stalle, aucune niche, aucune voûte, anfractuosité, statuette, etc., n'a été négligée par son architecte germano-irlandaise qui, littéralement, nous écrase par sa conscience professionnelle, son désir d'exhaustivité et son enthousiasme pour son sujet.

Pour bien se rendre compte de ce que le lecteur va trouver dans ce monument, il suffit qu'il sache que, chez le même éditeur, le guide sur le Mozambique n'a que 272 pages pour un pays 771 fois plus grand ! L'auteure décrit donc tout ou presque (sauf les séances de sorcellerie/désenvoûtement), a visité la plupart des *roças* et consacre pas moins de sept pages à l'Ilhéu das Rolas (son seul titre de gloire est d'être traversé par l'équateur, dont l'emplacement a été déterminé par l'illustre Gago Coutinho). Pour un pays de 160.000 habitants (estimation pour 2008), qui ne possède pas une seule librairie, et à propos duquel il est quasiment impossible d'obtenir depuis l'étranger les quelques titres publiés localement, ce texte est la Bible. Sans hésiter, nous pardonnerons donc volontiers à son auteure d'avoir omis de ses cinq pages de bibliographie les deux livres où nous parlons de l'archipel tel que nous l'avions vu en 1966 en un temps où ne dé-

¹⁵ Kathleen Becker, *São Tomé and Príncipe*, Chalfont St Peter (Angleterre), Bradt Travel Guides, 2008, VIII-232 p. + planches et cartes couleur, photos noir et blanc.

barquaient pas vingt-deux étrangers en dix-huit mois à l'île du Prince. Presque tous des marins, d'ailleurs.

Leurs navigations, loin du Bojador, nous autorisent à accoster sur d'autres rivages coloniaux généralement peu pris en compte dans les études lusographes. A tort, car il est bon de toujours comparer avec ce qu'ont fait les autres, au-delà de l'horizon.

Hors Champ

*Luna llena en Medouné*¹⁶ pourrait passer pour un livre déplacé dans une chronique centrée sur la lusophonie. C'est vrai, mais nous allons maintenant « Além da dor », et l'itinéraire pour y parvenir rappellera de bien mauvais souvenirs à quelques centaines de milliers de *retornados* portugais. Ici nous sommes en Guinée espagnole, d'abord en 1966 où tout paraît idyllique à l'auteur venu chasser l'éléphant au Rio Muni. Tout lui semble alors calme, luxe et volupté dans ce paradis du paternalisme espagnol, une sorte de Suisse hispano-africaine.

Apparences trompeuses, car les ferments de la désagrégation étaient déjà bien visibles, un an après, en 1967 (cf. René Pélissier, *Don Quichotte en Afrique. Voyages à la fin de l'Empire espagnol*, Editions Pélissier, Montamets, 78630 Orgeval, 1992 et surtout, du même auteur, *Spanish Africa. Afrique espagnole. Etudes sur la fin d'un Empire, 1957-1976*, *Idem*, 2005). Mais l'auteur, chasseur impénitent, revient en janvier-février 1969, c'est-à-dire après l'indépendance de ce que l'on appellera dorénavant la Guinée équatoriale. Et là, la situation préfigure en miniature ce qui allait arriver un peu différemment au Mozambique, plus tard. Un président – extrémiste dans un cas, trop optimiste dans l'autre – à peine au pouvoir commence, par des déclarations incendiaires, à alarmer tous ceux qui tenaient l'économie et les services sociaux : les Espagnols. C'est le début de l'effondrement, les rivalités entre partis s'accroissent et le repli des Blancs vers leur métropole démarre. La grande différence avec les lusophones est double : il n'y a pas eu de guerre coloniale et l'Espagne officielle monte maladroitement un coup d'Etat pour renverser ce président incontrôlable, et le remplacer par un ministre plus rationnel et docile. Les forces militaires espagnoles sur place (essentiellement la Guardia Civil) reçoivent l'ordre de Madrid de ne pas intervenir, afin de sauver la face devant l'opinion internationale. Le putsch échoue, la répression et le chaos s'installent dans le pays, la sécurité des colons n'étant plus assurée, la quasi-totalité d'entre eux paniquent et s'enfuient par air et par mer.

L'auteur n'a eu le temps que de tuer un seul éléphant avant son départ forcé. Sa chronologie des événements de 1969 nous paraît défaillante, confuse ou erronée. Il accuse la politique espagnole de l'époque de *cobardia* (p. 241) dans cette décolonisation mineure mais tragiquement ratée. Et la douleur, ce ne sont pas les rapatriés en Espagne qui vont la subir le plus. C'est la population africaine, livrée aux incohérences sanglantes d'un dément paranoïaque et de sa clique, qui devra vivre avec. Pendant dix ans ! On estime que 20-25% de la population partit en exil, fut exterminée sciemment ou périt de diverses manières, les plus fréquentes étant l'épuisement physique, le manque de soins et la faim ou, tout au moins, les carences alimentaires.

De cette période cataclysmique on trouve naturellement la trace dans la première synthèse¹⁷ en anglais sur la seule littérature en espagnol qu'a produite l'Afrique noire. Divisé

¹⁶ Juan Luis Oliva de Suelves, *Luna llena en Medouné*, Barcelona, Edhasa, 2008, 369 p. + planches noir et blanc.

¹⁷ Marvin A. Lewis, *An introduction to the literature of Equatorial Guinea between colonialism and dictatorship*, London, University

par genre (essais, poésie, nouvelles, théâtre, romans), le livre offre de longs extraits bilingues de textes concernant la société précoloniale (idéalisée), coloniale et postcoloniale. Cette littérature n'est pas encore très riche, mais les auteurs en exil ne nous laissent guère d'hésitations quant à leur évaluation de la vie en dictature.

Mais la douleur peut aussi s'exprimer là où l'on ne l'attend pas, et combien de Lusophones pourraient en localiser une variante à l'intérieur de la colonisation tropicale ... danoise ? C'est dans ces recoins inattendus que l'Histoire vient chatouiller l'actualité. Avant, bien avant l'affaire des caricatures de Mahomet au Danemark, existait et existe maintenant de plus en plus agressivement une littérature de protestation et de dénonciation du colonialisme danois en Afrique (il est mort en 1850) et aux Antilles (il était moribond depuis la fin du XIXe siècle et expira en 1917). Voyons-en un exemple.

*Negro Slavery*¹⁸ est la compilation de 107 articles journalistiques très courts, publiés par un sociologue antillais, né dans l'île britannique de Montserrat et actuellement chercheur dans les îles Vierges américaines, après près de vingt ans passés en Suède. Il ne fait pas mystère de sa position: « slavery in the Danish colony was brutal, harsh, barbaric, violent and vicious » (p. 185). Il décrit, s'appuyant sur une littérature spécialisée très riche en anglais, les conditions de vie des esclaves (jusqu'en 1848, date de leur émancipation, forcée par une insurrection dans l'île de Sainte-Croix). On trouve donc des vignettes sur les mœurs, l'alimentation, les famines, les suicides des esclaves, l'empoisonnement des maîtres, le marronnage, la fuite vers les voisins espagnols à Porto Rico, l'impossibilité des mariages mixtes (mais pas le concubinage, fréquent), la « production » d'enfants (vu que les enfants d'esclaves sont la propriété des maîtres), etc. Il reconnaît que les esclaves préféraient travailler chez les Blancs, plutôt que chez des patrons métis ou noirs affranchis, encore plus brutaux.

L'ironie de cette colonisation économiquement intensive est que la majorité des Blancs n'étaient pas danois, mais anglais, irlandais, français, allemands et surtout hollandais. La langue véhiculaire était un créole néerlandais, également langue d'enseignement. Nous ne savons pas si les Lusophones s'intéressant à l'esclavage vu sous l'angle comparatif se pencheront attentivement sur cette exploitation par procuration, mais ce qui semble probable, c'est que les descendants d'esclaves locaux ne regrettent pas beaucoup d'avoir changé de colonisateurs, lesquels n'ont même pas laissé un créole danois après 1917. Avec l'intensification de la contestation anticolonialiste voire indépendantiste dans les Antilles, reconnaissons que nul n'y est épargné s'il est blanc « pur », qu'il soit petit-fils de colon ou métropolitain.

Toutefois, il y a une exception – minuscule –, et là, la douleur et la rancœur ne se manifestent pas contre l'ancien régime. Au contraire, la période suédoise (1785-1878) apparaît – plus ou moins folkloriquement – comme un intermède relativement heureux dans l'histoire de l'île redevenue française de Saint-Barthélemy. Il faut savoir que ce fut la seule « colonie » (plutôt une possession ou une Administration) suédoise dans les Antilles. La rareté engendre souvent l'affection. Si elle se double d'avantages économiques, les souvenirs se colorent progressivement en rose. Quoi qu'il en soit, qu'il existe en Suède une Association des amis de Saint-Barthélemy de plusieurs centaines de membres (et son homologue inversée à Saint-Barthélemy en faveur de la Suède) pourra étonner d'autres

of Missouri Press, 2007, XIII-213 p.

18 Eddie Donoghue, *Negro slavery. Slave society and slave life in the Danish West Indies*, Bloomington (Indiana, U.S.A.), AuthorHouse, 2007, XXV-217 p.

pays ayant eu des prolongements outre-mer. Il y a peut-être une Société des amis de Socotora au Portugal, mais nous doutons qu'on trouve une florissante Association des amis du Portugal dans l'île d'Arguin.

L'explication de cette anomalie tient, selon nous, à quatre facteurs. L'île, très petite (25 km²), a toujours été peuplée de paysans français de souche (et même, selon certains, par des colons en partie originaires de Normandie, donc avec des liens hypothétiques avec l'histoire des Vikings). La géographie et la pauvreté du sol ont empêché la création de véritables plantations. Il y a eu cependant des esclaves et des affranchis, parfois nombreux. Les Suédois, au maximum de leur influence dans l'île, n'atteignaient même pas le chiffre de 128 (le plus souvent on en comptait à peine quelques dizaines). Ils ne cherchaient pas à coloniser ni à dominer les Français, mais à enrichir la métropole par la création d'un port franc et à assurer leur tranquillité dans l'île en exonérant ses habitants de toute taxe. Au milieu du XIXe siècle, à part quelques soldats et fonctionnaires suédois et le port de Gustavia, l'île était à tous égards restée une campagne de petits paysans francophones pauvres et blancs. Subissant une crise économique, les autorités n'hésitèrent pas longtemps à la rétrocéder (en 1878) aux Français, ceux-ci conservant leurs privilèges fiscaux, bien que dépendant de la Guadeloupe, soumise à l'impôt, elle.

Par une intelligente politique de développement touristique (tourisme haut de gamme, voire luxueux), Saint-Barthélemy est devenue une île prospère et peut se permettre de penser avec attendrissement à son ancienne métropole. La dernière descendante des Suédois dans l'île est décédée quasi centenaire en 1974. On a vite compris qu'il était fructueux de cultiver la nostalgie postcoloniale des Suédois aisés qui viennent se retremper dans une ambiance hospitalière et tropicale, sans frictions avec la population locale ni ressentiment de sa part.

A cela s'ajoute l'activisme extraordinaire d'un Suédois du nord, historien amateur, qui a, par ses multiples publications, entretenu un intérêt notable de la part de ses concitoyens à l'égard de cette « Sveriges sista koloni ». On pourra en lire un témoignage exemplaire dans son *Saint-Barthélemy*¹⁹, livre rare mais symptomatique de ce que peut réaliser un chercheur érudit qui concentre ses efforts sur quatre-vingt-treize ans d'histoire paracoloniale d'une île qui actuellement (2008) atteint 9.000 habitants. Ce n'est pas une relation chronologique de la présence suédoise, mais une juxtaposition d'articles thématiques (culture du tabac, de l'indigo, du coton, service médical, etc.). Si l'on reproduisait cet engouement à l'échelle impériale portugaise (1415-1976) sur quatre continents, ce serait une encyclopédie de mille volumes de mille pages chacun qu'il faudrait imprimer. Cela étant dit, repartons derechef vers des pays où la douleur est consubstantielle à leur histoire.

Angola

*Angolas blutiger Weg in die Moderne*²⁰ est le survol de ce qui a déjà été établi depuis une bonne génération sur le colonialisme et l'Angola, dès les premiers contacts avec le Royaume de Kongo et ce jusqu'en 2000 environ. Il ne peut donc revendiquer une grande origina-

¹⁹ Per Tingbrand, *Saint-Barthélemy à l'époque suédoise*, Gustavia (île de Saint-Barthélemy, Antilles), Mairie de Saint-Barthélemy et Centre culturel, 1995, 169 p., photo noir et blanc.

²⁰ Elmar A. Windeler, *Angolas blutiger Weg in die Moderne. Portugiesischer ultrakolonialismus und angolischer Dekolonisationsprozess*, Berlin, trafo, 2008, 145 p.

lité, sauf peut-être dans le chapitre final sur l’identité angolaise et les aspirations des élites à se situer dans une dynamique moderne. Une douleur plus personnelle, on la trouvera dans le roman fort habile d’un journaliste açoréen obsédé par sa guerre en tant qu’*alferes* à partir de mai 1973 dans les Dembos. Le thème est l’impossibilité d’oublier, non la dureté des combats, mais le temps perdu et la mort d’un ami. Le texte contient des éléments utiles à l’historien. Exemples ? L’exploitation esclavagiste des travailleurs bailundos par un *fazendeiro* (on voit ainsi les limites de la législation d’en haut sur la réalité d’en bas). Les *alferes* refusent en mai 1974 de faire des patrouilles. Plus personne ne veut obéir pour risquer de mourir dans une décolonisation chaotique. La fraternisation avec les envoyés des guérilleros est désormais un fait acquis et admis. Un maquis de plus de trois cents personnes ne dispose pourtant que d’une vingtaine d’armes. Tous ces détails aident à comprendre la situation après le 25 avril 1974 dans et autour de Mucondo. Avec *Morreremos amanhã*²¹, on est très loin de la mythologie et des rapports consulaires.

Et avec *Dembos*²² nous restons dans la même région et la même optique antimilitariste et antisalazariste. Il s’agit des souvenirs d’un médecin (devenu maintenant professeur de médecine), tirés de ses vingt-sept mois de service (vers 1971-73) à Zemba (Dembos) et ensuite dans le/la *distrito*/province du Zaïre. Même dans une zone réputée « dure », il y a très peu de combats contre un MPLA « asphyxié ». L’auteur note : 1^o) la torture et l’exécution déguisée (« tentative de fuite ») d’un cadre du MPLA fait prisonnier ; 2^o) la réussite d’un plan de destruction par l’arrachage à la main des cultures alimentaires, ce qui entraîne la reddition des réfugiés affamés dans la jungle ; 3^o) la non-observation des ordres d’interception des infiltrations au Zaïre : on laisse passer les renforts ; 4^o) la pauvreté de l’Intendance et les trafics de certains officiers.

Postérieurs et périphériques, mais concernant d’autres guerres angolaises, l’on se doit d’enregistrer quelques textes en anglais. *Ops Medic*²³ contient les mémoires d’un engagé volontaire dans les forces armées sud-africaines où il est infirmier opérationnel, c’est-à-dire qu’il accompagne les patrouilles dans l’Ovamboland namibien, mais il passe aussi trois semaines (en mars 1985) à Ngiva (au Cuanhama angolais) dans le camp sud-africain qui occupe provisoirement donc l’ancienne capitale du roi Mandume : de quoi se faire retourner dans sa tombe le général Pereira de Eça ! Le livre fournit également la liste nominative des Sud-Africains, des Portugais et des Angolais (Bantous et Bushmen) ayant combattu dans leurs unités régulières (c’est-à-dire sans inclure les alliés, tels que les troupes de Savimbi), morts en service actif et, parmi eux, ceux tombés au combat. D’après les noms, les « Lusophones » d’origine étaient une toute petite minorité, sur les 2000 morts environ, comptabilisés à ce jour, de 1974 à 1989, surtout en Namibie.

Ce décompte paraîtra bien inférieur aux calculs hyperboliques livrés par un cadre en exil de l’Armée (PLAN) des nationalistes namubiens (SWAPO). Ne retenons pas les chiffres et contentons-nous des récits (sources orales invérifiées) de ces anciens combattants. Comme l’essentiel de leurs activités se sont déroulées en Angola, on dispose de nombreuses pages sur l’arrestation de plusieurs de leurs groupes par l’UNITA et la fraction Chipenda, au Bié et au Cunéné. En revanche, au début de 1974, l’UNITA aide le PLAN. Mal organisé en raison du découpage suivi par l’auteur, son texte²⁴ est utile pour contrebalancer la pro-

21 Carlos Tomé, *Morreremos amanhã*, Ponta Delgada, Artes e Letras, 2007, 167 p.

22 Mário Viana de Queiroz, *Dembos*, Lisboa, Edição Lidel, 2004, 97 p., photos noir et blanc.

23 Steven Webb, *Ops Medic: A national serviceman's Border War*, Alberton (Afrique du Sud), Galago Books, 2008, VIII-296 p., photos noir et blanc.

24 Oswin O. Namakalu, *Armed Liberation Struggle. Some accounts of PLAN's combat operations*, Windhoek, Gamsberg Macmillan,

pagande des militaires sud-africains et, au-delà d'informations fantaisistes (Ex : 80 morts « chiliens » (*sic*), mercenaires, en octobre 1977, pp. 63-65), on apprend des choses inconnues de nous sur les opérations du PLAN contre l'UNITA, à l'est et au sud de Malange en 1983. Quant à sa version sur la grande bataille de Cuito Cuanavale, elle est totalement incompatible avec ce que l'on lisait généralement autrefois en Afrique du Sud.

Mais plus maintenant, si l'on découvre *Beyond the Border Wars*²⁵.

C'est un livre « révisionniste », très engagé à gauche mais sans volonté de couvrir les crimes commis de part et d'autre. Il est surtout hostile à l'apartheid et à son armée de métier, mais avec une certaine compassion à l'égard des centaines de milliers d'appelés sud-africains qui durent effectuer plus de deux ans de service militaire. Le parallèle est frappant avec la situation des anciens combattants portugais (le sentiment d'avoir été trompés et sacrifiés par le pouvoir de l'époque et d'être oubliés par la nouvelle société contamine même les auteurs afrikaners). Les aspects politiques, psychologiques, historiques et même artistiques sont traités, mais ce sont surtout les littéraires qui s'en donnent à cœur joie dans leurs études de la *grensliteratuur*. La contribution la plus novatrice est cependant celle d'un Canadien qui a pu consulter des documents d'archives mis à sa disposition par les Cubains pour exalter la contre-offensive de Fidel Castro en 1988. On sait qu'elle tint en échec les Sud-Africains, après leur victoire contre le MPLA sur le front de Cuito Cuanavale en mars 1988. La Havane y avait mis le prix : environ 54.000 hommes de renfort, 340 chars de combat et de véhicules blindés, un escadron de Mig-23 ! On était loin des Dembos.

Toujours dans la douleur des guerres, mentionnons une remarquable enquête journalistique de deux Américains sur un personnage de l'ombre qui a eu des relations avec les principaux belligérants angolais. C'est un ancien des services secrets soviétiques, doué pour les langues et pour profiter du commerce de la souffrance. Loueur d'avions acrobatiques, mais surtout marchand d'armes, de drogue, de coltran, de diamants, etc., c'est le type même de l'homme providentiel pour tous ceux qui s'allieraient avec le Diable pour vaincre. Lui fréquentait plus les palaces que les ONG, mais à partir du moment où il était payé, il était prêt à atterrir dans tous les maquis, à l'heure dite, avec la marchandise commandée. Un homme fiable à tous points de vue et c'est primordial dans les conflits du Tiers-Monde, et en Afrique plus particulièrement. Des Talibans aux Américains, des Libanais à la Colombie, jamais il ne soulevait de questions éthiques. Traducteur pour les Russes en Angola à la fin des années 80, il fournit tout naturellement le MPLA en armes entre 1994 et 1998, ce qui ne l'empêche pas de livrer concurrentement quatorze millions de dollars d'armement et de munitions à l'UNITA, via le Togo. Simple péripétie pour un homme de cette envergure. Le livre se lit comme un roman international, dopé à l'adrénaline des aéroports. Toutefois, il finit mal pour le héros. Le 6 mars 2008, les agents anti-drogues américains l'ont arrêté à Bangkok. « The game is over » pour ce *Merchant of death*²⁶. Est-ce bien certain ?

Dans la douleur on peut aussi franchir des paliers dégressifs. C'est ce que nous confirment *From soldiers to citizens*²⁷ et ses trois auteurs qui consacrent tout un volume aux

2004, XII-187 p., photos noir et blanc.

25 Gary Baines & Peter Vale (eds.), *Beyond the Border War. New Perspectives on Southern Africa's Late-Cold War Conflicts*, Pretoria, Unisa Press, 2008, XIX-342 p., illustrations noir et blanc.

26 Douglas Farah & Stephen Braun, *Merchant of death. Money, guns, planes and the man who makes war possible*, Hoboken (New Jersey, U.S.A.) & Chichester (Angleterre), John Wiley and Sons, 2007, XI-308p.

27 João Gomes Porto & Chris Alden & Imogen Parsons, *From soldiers to citizens: demilitarization of conflict and society*, Aldershot

opérations de démobilisation, de désarmement et de réintégration sociale des soldats de l'UNITA dans les provinces de Huambo, Bié et Huíla, à partir d'enquêtes approfondies sur le terrain (vers 2002-2004), tout en incorporant des retours en arrière (1991-92 et 1994-97). Il s'agit ici d'études très « pointues » et techniques. Elles ont des implications sociologiques, politiques et économiques pour l'avenir non seulement de l'Angola mais aussi du reste de l'Afrique lorsque l'on sort d'une guerre civile.

Douleurs feintes ou réelles, on va aussi en rencontrer dans les souvenirs romancés (?) d'un ancien coopérant envoyé par l'Allemagne de l'Est à l'Université de Luanda avec sa famille en 1983. Le texte est plus descriptif que ceux de ses prédécesseurs de même origine, et utilisable si l'on veut connaître les activités de la Stasi (Police politique de Berlin-Est) infiltrée parmi les coopérants. Misère socialiste de la population, médiocrité des professeurs, paranoïa des espions dans un système où la corruption et le marxisme font bon ménage, au total une vie de petites gens dans cette capitale de la survie, parsemée d'ambassades qui essaient de s'épier les unes les autres. *Schwarzer Mohn*²⁸, ce pavot noir, est un document sur une époque et un milieu assez pitoyables.

Bien postérieur, bien loin de Luanda et avec d'autres acteurs, il faut maintenant insister sur l'importance d'un témoignage majeur rédigé par un Africain sur un phénomène qui reste d'actualité : l'extraction des diamants dans la Lunda par des vagues de Zaïrois. Avec *L'épopée du diamant*...²⁹, c'est une saga de la fausse richesse, mais de la vraie souffrance que nous lisons. Sans aucune propagande politique, un cadre zaïrois, – au chômage bien qu'éduqué –, vient en Angola en espérant faire fortune dans le bassin des rivières du Nord-Est contrôlé par Savimbi. Il y survivra un peu plus de trois ans (décembre 1994 – février 1998). Son livre est le premier à nous donner une vision intense et interne (non journalistique donc) de l'administration militaire de l'UNITA dans ce qui fut, en fait, la principale source de financement du réarmement et de l'effort généralisé de sa machine de guerre, dans une région partiellement vidée de ses habitants. Selon lui, en 1998, il y avait environ 100.000 creuseurs dans la Lunda, ravitaillés par camions venus du Zaïre de Mobutu, via l'Uíge angolais. La description de cette société d'allogènes qui doivent produire coûte que coûte, soumis à une discipline de fer (flagellations, exécutions, prélèvement de la moitié des sacs de graviers et de toute pierre de plus de cinq carats) est dantesque. Aucun oisif n'est toléré : on est creuseur ou commerçant ou expulsé. Fraudeurs et voleurs sont abattus par l'UNITA qui a ses acheteurs officiels patentés. Savimbi fait construire des barrages pour assécher les affluents et bras du Cuango. Par équipes, on pompe jour et nuit dans ces fourmilières pouvant rassembler 4-5.000 hommes. Une émeute de ces esclaves volontaires éclate le 19 août 1996 : douze morts. Après la chute de Mobutu, la tension entre l'UNITA et les creuseurs augmente encore plus. L'UNITA rafle même des Zaïrois pour les faire passer pour des soldats à démobiliser, sous l'œil des forces de l'ONU. On n'en finirait pas de fournir des détails hallucinants : pasteur zaïrois escroc volant la caisse de ses ouailles; exploitations clandestines de certains villageois dans des forêts éloignées, etc. Si ce que l'auteur relate est vrai, on était plus près d'un goulag sans barbelés que de la Diamang, avec une différence énorme cependant : seul l'espoir de s'enrichir vite par un coup de

(Angleterre), Ashgate, 2007, XVI-192 p., diagrammes et tableaux.

28 Roland Wingert, *Schwarzer Mohn. Das Leben und Denken eines Aufklärers der DDR in Südwest-Afrika*, Norderstedt (Allemagne), Books on Demand GmbH, 2006, 233 p.

29 Damien Danis Mbiki (auteur) & Emmanuel Guidon Mbiki (réviseur stylistique), *L'épopée du diamant du sang en Afrique. Un creuseur zaïro-congolais à [sic] Lunda Norte*, Paris, L'Harmattan, 2008, 295 p., photos noir et blanc.

chance motivait ces damnés qui pouvaient s'en aller quand ils le voulaient. L'auteur, volé, partit donc aussi pauvre qu'à son arrivée, dit-il.

Un livre périphérique auquel nous ne pouvons pas ici rendre l'hommage qu'il mérite, c'est bien *Along the Hunter's Path*³⁰ qui ravira les amateurs d'histoires de chasse. Il a certes un chapitre sur une région rarement à l'honneur (les marécages du delta mozambicain du Zambèze, après 1992), mais une dramatique expérience de son auteur en mai 1993 nous ramène indirectement à l'Angola. A plusieurs centaines de kilomètres de sa frontière sud, en pleine Namibie donc, ce chasseur professionnel allemand/namibien doit abattre en légitime défense un métis de Bantou et de Bushman qui voulait le tuer. Ce déséquilibré était un sorcier fou qui terrorisait à sa guise et tuait les Bushmen. Or, malgré leurs propres magiciens, ceux-ci ne pouvaient le contrer, car ils comparaient ses pouvoirs occultes, sa toute-puissance diabolique, à ceux de Savimbi en Angola. C'est-à-dire que la réputation de sorcellerie et d'invincibilité du chef de l'UNITA avait voyagé jusque dans le désert du Bushmanland. De fait, ce bouclier magique résista encore un peu plus de huit ans et, si le facteur irrationnel pouvait faire sourire les stratèges à Washington ou à Stockholm, il est loisible de penser qu'il n'en allait pas de même partout en Afrique, surtout dans les unités combattantes qui se mitraillaient en brousse.

Le chapitre consacré à Luanda dans l'important travail collectif intitulé *Cities in Contemporary Africa*³¹ ne porte pas, lui non plus, à l'allégresse. Face à l'enfer urbain postcolonial en Afrique sud-saharienne, la capitale angolaise a droit à une vingtaine de pages illustrées et apocalyptiques, dont l'auteure insiste de façon acide sur les relations conflictuelles entre les véhicules et une cité inadaptée à la circulation automobile. Mais ce qui suscite le plus son indignation, c'est l'écart entre l'ultra-richesse et l'insolence égoïste des nouveaux riches (3.000 personnes, selon elle) et l'extrême pauvreté de 90% de la population de la ville.

Un peu plus euphorique est *Humanitarian Alert*³². Son auteur soutient que c'est grâce aux informations fournies par les ONG aux structures étatiques qui les financent, dans les pays en guerre civile, que les Etats-Unis, entre autres, peuvent orienter leur politique à l'égard des belligérants. Ses exemples concernent les conflits en Somalie, Bosnie, R.D. Congo, Soudan, Kosovo et, plus sommairement, l'Angola.

Comme il ne faut pas abuser de la patience du lecteur en l'accablant de malheurs, on passera maintenant le Bojador avec, sous le bras, un album de photos qui plaira aux amoureux et aux défenseurs du patrimoine architectural et urbanistique angolais (s'il en existe encore des vestiges). *Povoações históricas de Angola*³³ reproduit des opuscules d'un architecte né en 1908 ayant travaillé sur place à partir de 1938. Un autre monde ! L'intérêt de ce livre provient d'une iconographie précieuse sur des localités ou d'anciens établissements créés ou remodelés par les Portugais au nord ou sur la rive du Cuanza: São Salvador/Mbanza Kongo, Muxima, Massangano, Dondo, Nova Oeiras, Cambambe. C'est une nostalgie à laquelle un historien ne peut être insensible. Nous recommandons donc ces illustrations en nous interrogeant sur ce qui peut subsister sur place après tant de négligences récentes.

30 Kai-Uwe Denker, *Along the Hunter's Path. Thoughts and experiences of a professional hunter*, s.l. [Namibie], Opportunity Communications Namibia, Fassberg (Allemagne), WildnisSport, 2006, 506 p., très nombreuses photos couleur.

31 Martin J. Murray & Garth A. Myers (eds.), *Cities in Contemporary Africa*, Basingstoke (Angleterre), Palgrave Macmillan, 2006, XII-318 p., photos noir et blanc.

32 Abby Stoddard, *Humanitarian Alert: NGO information and its impact on US Foreign Policy*, Bloomfield (Connecticut, U.S.A.), Kumarian Press, 2006, XXIII-246 p.

33 Fernando Batalha, *Povoações históricas de Angola*, Lisboa, Livros Horizonte, 2008, 136 p., photos noir et blanc.

Même appréciation élogieuse pour *Angola on the move*³⁴, très riche ensemble de quinze contributions en anglais ou en portugais sur des thèmes originaux pour l'Angola : les pistes, routes et chemins de fer, les moyens de transport, etc., du XVe siècle à la fin de la colonisation. Parmi les textes les plus originaux on citera le rôle de la cavalerie dans la conquête, le commerce du caoutchouc au Nord-Ouest au début du XXe siècle (sujet fort neuf), les itinéraires suivis par les réfugiés et les guérilleros entre l'Angola et le Congo/Zaire, etc. Nous avons là un livre polyédrique qui fait progresser considérablement la connaissance de l'histoire angolaise.

Et puisque nous sommes sur les routes (pistes plutôt), voyons comment on y voyage en 2007 sur un engin de motocross (250 cc) lorsqu'on est une femme seule d'1,62cm, « athée militante », végétarienne, féministe, « anarchiste passive », britannique et ne supportant pas le soleil. *Red tape and white knuckles*³⁵ est un véritable morceau d'anthologie du *travel writing*. Arrivant du Sahara algérien, elle est déjà endurcie, mais ses relations avec les ambassades et consulats implantés en Afrique noire (y compris celle de Sa Majesté Elisabeth II à Kinshasa) confinent au sublime. Les passages consacrés à ses contacts avec des policiers corrompus ou des militaires ivres qui manquent la violer dans un train au Congo-Brazzaville ne la préparaient cependant pas à ce qui l'attend au consulat angolais à Matadi où le même règlement kafkaïen, opposé en 2003 au cycliste sud-africain Riaan Manser (voir *supra*), ne lui permet pas d'obtenir mieux qu'un visa de transit de cinq jours pour traverser tout l'Angola à la saison des pluies, sur des pistes qui, défoncées ou inondées, sont impraticables. Or, elle qui écrit (p.365) que les Angolais constituent « le peuple le plus gentil et hospitalier d'Afrique », est donc condamnée à livrer une course folle via Nzeto, Luanda, Quibala (en reconstruction), Huambo (où elle ne s'arrête même pas). Vers Caconda, la piste devient un cauchemar de trous de bombes et de villages abandonnés. Elle finit par s'embourber toute seule dans une section entourée de mines. Terrorisée, elle réussit à s'en extirper par miracle et à bout de force : une moto de cette cylindrée n'est pas une légère bicyclette de dame. On a du mal à croire qu'elle ait franchi la distance entre Caconda et la Namibie en un jour, sans même mentionner une seule ville. Est-ce ainsi que les responsables du tourisme doivent traiter une auteure déjà connue qui aime leur pays et en particulier ces marchandes de bananes du poste frontière de Santa Clara (la porte d'entrée de la Namibie), lesquelles, pauvres comme elles le sont, ont eu l'honnêteté de lui rendre la monnaie quand elle s'était trompée dans ses comptes? Les autorités de Luanda sont prévenues : elle reviendra en Angola voir « the real people ». Souhaitons qu'elle écrive sur eux un nouveau livre pour confirmer ses premières impressions de Walkyrie en combinaison de cuir. Un livre extrêmement lisible et plein d'humour qui en apprendra à des milliers de lecteurs qu'il y a Angolais et Angolais, et qu'il vaut mieux se fier aux simples voyageurs qu'aux trop savants spécialistes du marketing politique et aux conseillers en communication.

Comme nous sommes descendu jusqu'à Santa Clara, en plein pays cuanhama, il est bon maintenant de signaler une thèse italienne sur les problèmes qui se posent à une ethnie africaine lorsqu'elle est traversée par une frontière rectiligne, donc totalement artificielle. Avouons que nous sommes en présence d'un travail original mais compliqué. Plus de 200 de ses pages concernent indirectement l'Angola méridional. On y rappelle le rôle

34 Beatrix Heintze & Achim von Oppen (eds.), *Angola on the move. Angola em movimento. Transport routes, communications and history. Vias de transporte, comunicação e história*, Frankfurt am Main, Verlag Otto Lembeck, 2008, 265 p., photos noir et blanc.
35 Lois Pryce, *Red tape and white knuckles*, London, Century/Random House, 2008, IV-410 p. + planches couleur.

des missionnaires et l'énorme exode des Cuanhamas angolais pour échapper à l'Administration portugaise. A la croisée des préoccupations des sociologues, des géographes et des économistes, les politologues seront heureux, eux aussi, d'y trouver quelques développements qui pourraient intéresser les diplomates à l'avenir. Il semble, certes, qu'il y ait de plus en plus une coupure nette entre Cuanhamas angolais et namibiens, mais un groupe sudiste revendique une inflexion de la frontière vers le nord pour réunifier l'ancien royaume. A suivre donc avec attention ce que l'on découvre à ce sujet dans « *Bordering, Ordering, Othering* »³⁶.

Toujours dans la même région, mais plus d'un siècle en arrière, la biographie de ce *Trader king of Damaraland*³⁷ qu'était Axel Eriksson nous alerte sur le rôle que jouèrent une poignée de Suédois dans l'économie du Cuanhama et, plus généralement, du Sud-Angola entre Moçâmedes et le Cubango. En trente ans (1867-1897), Eriksson, ses frères et ses employés, effectuèrent au moins neuf expéditions commerciales ou cynégétiques de longue durée au nord de la frontière actuelle. N'y ayant pas eu d'ambitions politiques, contrairement aux Boers et aux Allemands, ils sont ignorés de l'historiographie lusophone, mais comme ils figuraient parmi les premiers pourvoyeurs de l'armement des Ovambos, ces marchands doivent intégrer la troupe des acteurs majeurs ou mineurs du répertoire angolais. Il n'est peut-être pas innocent de savoir que l'ambassade de Suède en Namibie a financé la traduction de cet excellent livre déjà paru en suédois en 2001. Voilà une initiative peu coûteuse et qui devrait être imitée par d'autres diplomates se voulant actives.

Un thème à la mode ? La Chine et son offensive économique en Afrique occupent une grande partie de l'espace médiatique. *China's new role in Africa and the South*³⁸ est constitué de textes très travaillés de spécialistes chinois et occidentaux, rassemblés par une ONG. Le chapitre sur l'Angola (pp. 157-190) semble être ce qui existe de plus documenté (secteur par secteur, entreprise par entreprise) sur le sujet. Il contient une impressionnante batterie de statistiques et de précisions sur les accords économiques, les mécanismes d'appels d'offres, les principaux exemples de *joint ventures* (y compris leurs succès ou leurs échecs), les projets de reconstruction des infrastructures routières, ferroviaires, aéroportuaires, pétrolières, etc., les stratégies d'investissements, les problèmes de main-d'œuvre, de langues de communication, de concurrence internationale, etc.

Dans le genre journalistique et plus accessible, il ne faut surtout pas manquer *La Chinafrique*³⁹ qui contient des reportages croustillants dans onze pays d'Afrique face à la dévorante boulimie d'occasions de s'enrichir qui a déjà attiré de 500 à 750.000 Chinois pour tout le continent (en 2008). Nous recommandons pour sa vivacité la section angolaise (pp. 183-312) d'un journaliste du *Monde*. Voyageant sur ce qui subsiste (de Lobito à Cubal) de l'ex-poumon du Centre-Angola, le chemin de fer de Benguela, il constate la montée fulgurante des activités (à la fin 2007) des fils du Ciel – à condition que l'argent arrive comme prévu – grâce à leur ardeur au travail et leurs prix compétitifs. La fermeture brutale des chantiers de rénovation de la ligne pour cause de non-paiement (disparition « mystérieuse » en quelques labyrinthes bureaucratiques de trois milliards de dollars pré-

36 Chiara Brambilla, "Bordering, Ordering, Othering. L'invenzione della frontiera Angola/Namibia e l'identità kwanyama", *Dot-torato di Ricerca...*, Bergamo, Università degli studi di Bergamo, 2006, VII-437p. photos et cartes couleur et noir et blanc.

37 Peter Johansson, *The trader king of Damaraland. Axel Eriksson, a Swedish pioneer in Southern Africa*, Windhoek, Gamsberg Mac-Millan, 2007, XII-218 p., photos noir et blanc.

38 Dorothy-Grace Guerrero & Firoze Manji (eds.): *China's new role in Africa and the South. A search for a new perspective*, Oxford, Fahamu, 2008, IX-258 p.

39 Serge Michel & Michel Beuret, *La Chinafrique. Pékin à la conquête du continent noir*, Paris, Grasset, 2008, 351 p. + planches couleur.

vus) est emblématique de la montagne d’incompréhensions entre le mode de pensée de la fourmi et celui de la cigale. Les aperçus sur les tensions entre ouvriers chinois et angolais ne sont pas non plus à négliger.

Poussés par des urgences démentielles, travaillant à des cadences qu’aucun contremaître – y compris à São Tomé – n’aurait osé imposer à ses « esclaves » au temps du travail forcé, les Chinois n’ont pas le temps de laisser leurs lits se refroidir qu’un compagnon exténué vient s’y allonger. Certaines entreprises en arrivent même à déminer elles-mêmes des tronçons de voie ou de pistes sans attendre le passage des équipes de spécialistes et de leurs rats de Gambie ou de leurs piqueurs. On lance donc les bulldozers à toute vitesse. Si le conducteur est tué, sa famille touchera l’assurance en Chine et la veuve sera invitée à assister à l’incinération du défunt, sur place en Angola (*dixit* un diplomate chinois à Luanda, p. 300). Cela revient moins cher que le rapatriement du corps vers la patrie de ses ancêtres. A Luanda, le Cabinet national de la reconstruction veut tout, tout de suite. On estime à 20-30.000 le nombre de Chinois en Angola en 2008.

Et puisque nous sommes avec les Chinois, autrefois mentors de Savimbi, voyons un intéressant témoignage d’un de ses anciens généraux (né en 1943) qui fit son initiation militaire en Chine en 1965. Bien qu’il y ait de trop longs silences sur certains épisodes peu glorieux pour Savimbi (il est trop rapide sur le supplice final, sur les bûchers, de plusieurs femmes, dont l’une de ses tantes, accusées de sorcellerie) et que le temps des compromissions (2002-2008) avec le MPLA soit esquivé, le livre *Cruzei-me com a História*⁴⁰ est précieux pour connaître de l’intérieur de l’UNITA la situation dans les milieux évangéliques du Plateau central au début des années 1960, la SWAPO des Namibiens, les sombres intrigues et rivalités entre MPLA, UPA et son idole (Savimbi), la création de l’UNITA, les premiers combats contre les Portugais et les Flechas, les relations avec les *madeireiros* (chapitre original en contradiction avec les versions MPLA et portugaises), les offensives des Portugais et le jeu douteux de certains de leurs officiers, la bataille du 15 août 1975 à Luso contre le MPLA, la capture de l’armement et des munitions de l’Armée portugaise qui abandonne Luso, l’alliance avec les Sud-Africains, la « longue marche » de 1976 vers le Sud-Est de 3.000 personnes, l’arrivée en Namibie et la rencontre avec le premier ministre sud-africain, l’intervention des soldats du Congo-Brazzaville qu’il accuse du massacre de « milliers » d’Ovimbundu (p. 225). En revanche, il est beaucoup trop rapide sur les années 1978-1981, où il est accusé de complot et est dégradé de général à simple soldat. En 1988, il redevient général et est affecté au commandement du Sud-Ouest, sur le Cunéné, où il ne semble pas s’être illustré par une activité notable. En fait, cette position excentrique par rapport à Jamba l’empêche, volontairement ou non, de décrire les opérations de 1988 à 2002. Le tableau n’a strictement rien à voir avec l’image d’une guérilla anti-communiste, mais tout de celle d’une cour royale précoloniale dirigée par un génie du marketing politique.

Mozambique

Comme elle intéresse plus les éditeurs et les auteurs que la paix, enfonçons-nous d’abord dans la guerre. *James and the duck*⁴¹ raconte, dans un mode souvent humoristique, les souvenirs d’un ancien fermier-éleveur rhodésien du Manica, conscrit puis réserviste,

40 Samuel Chiwale, *Cruzei-me com a História*, Lisboa, Sextante, 2008, 310 p., photos noir et blanc.

41 Faan Martin, *James and the duck. Tales of the Rhodesian Bush war (1964-1980). The memoirs of a part-time trooper*, Central Milton Keynes (Angleterre), AuthorHouse UK, 2007, XVII-258 p.

engagé dans la lutte contre les guérilleros de Robert Mugabe. Son texte contient le récit d'une patrouille de dix jours dans la vallée du Zambéze mozambicain contre un camp abandonné. Le seul résultat est la capture d'un policier du FRELIMO. Non daté. Toujours chez les anglophones d'Afrique, *The inner circle*⁴² comporte une notule (pp. 37-47) sur l'élaboration, la conclusion et la violation (par les Sud-Africains) de l'Accord de Nkomati (16 mars 1984) avec Samora Machel. Rédigées par un ancien conseiller juridique du Ministère des Affaires étrangères, puis de la Présidence, à Pretoria, ces révélations rappellent la duplicité du régime qui continua à appuyer clandestinement la RENAMO. Autant en avoir la confirmation par un acteur majeur dans ce marché de dupes.

Recensons ensuite quelques études sur ce qui se passe lorsque les armes sont froides après beaucoup de douleurs. *Does peacekeeping work?*⁴³ demande une politologue non découragée par le nombre de livres qui ont traité du même thème avant elle. Elle a eu au moins le mérite de se rendre sur le terrain au Bangladesh, en Sierra Leone et au Mozambique. Elle aussi sera utile aux diplomates qui cherchent à comprendre pourquoi et comment ces opérations, censées être pacificatrices, réussissent... ou échouent. On apprend de nombreux détails sur le déroulement des négociations et leurs séquences. L'auteur en tire des conclusions assez optimistes, même si on n'en retient pas une appréciation très positive sur la moralité des seigneurs de la guerre et de leurs adversaires gouvernementaux. Très technique, le livre peut servir d'outil à quelques fonctionnaires et, pour le grand public, les descriptions et les interviews des protagonistes se laissent lire.

Toujours dans la même veine, *Soldiers at peace*⁴⁴ détruit plusieurs clichés sur les anciens combattants mozambicains. Se fondant sur son enquête d'un an (1995-1996) – financée par l'USAID dans le cadre d'un programme pour la réintégration des soldats de la RENAMO et du FRELIMO dans le district de Mossurize, chez les Ndaou, à la frontière du Zimbabwe –, l'auteure dédramatise ladite RENAMO. Elle examine les motifs du mécontentement initial de la population à l'égard du FRELIMO puis passe à l'analyse du recrutement des jeunes et de leurs activités dans les structures militaires des deux partis. Elle relativise la coercition et la férocité attribuées à la RENAMO, puis en vient à la réinstallation des vétérans, leurs problèmes et leurs politiques. Ils n'ont pas été persécutés ni désocialisés, du fait de leur participation à la guerre civile. Persistent cependant la souffrance et un certain déclassement. Ils n'ont pas non plus menacé la paix sociale ni l'Etat. Leur taux de criminalité n'a pas été anormalement élevé après tant d'horreurs commises. Bien qu'il ne s'agisse que d'une monographie locale, elle est à ce jour la plus complète sur le comportement des troupes pendant et surtout après la fin du conflit.

On note un phénomène curieux dans les études mozambicanistes américaines actuelles. Les universitaires femmes ont désormais le quasi-monopole des études d'anthropologie, de sociologie et de politique concernant ce pays. Une nouvelle preuve ? *The making of democrats*⁴⁵ est un travail équilibré qui permet de connaître les méandres de la RENAMO depuis 1992 et notamment ses scissions. L'auteure nous explique dans quelles conditions les participations aux élections peuvent ou non transformer des mouvements armés en

42 Jan Heunis, *The inner circle. Reflections on the last days of white rule*, Jeppestown (Afrique du Sud), Jonathan Ball, 2007, 207 p. + planches noir et blanc.

43 Virginia Page Fortna, *Does peacekeeping work? Shaping belligerents' choices after civil war*, Woodstock (Angleterre), Princeton University Press, 2008, XVI-214 p.

44 Jessica Schafer, *Soldiers at peace. Veterans and society after the civil war in Mozambique*, Basingstoke (Angleterre), Palgrave MacMillan, 2007, XI - 244 p.

45 Carrie Manning, *The making of democrats. Elections and party development in postwar Bosnia, El Salvador and Mozambique*, Basingstoke (Angleterre), Palgrave MacMillan, 2008, V-198 p.

simples acteurs de la vie politique, et à réintégrer ainsi la société civile. Selon elle, par la modification des règles électorales et la distribution de certains avantages financiers, économiques ou professionnels, le FRELIMO a considérablement affaibli l'influence de la RENAMO. Mais d'autres opposants au FRELIMO se sont introduits dans le parti de Dhlakama pour s'en servir contre le pouvoir en place. Cela nous rappelle d'autres scénarios fort efficaces mis en œuvre pour atténuer les tensions et rivalités dans des pays plus riches que le Mozambique, ce qui expliquerait les singularités de bien des rouages administratifs, pas uniquement en Afrique, d'ailleurs.

Evadons-nous un instant de ces joutes qui, quoi qu'on en pense, font cependant moins de morts qu'une guerre tribale déguisée en une lutte pour plus de démocratie, et regardons un autre phénomène, sans conséquences néfastes à ce jour : nous voulons parler de l'intérêt suscité par le Mozambique en Espagne. Il est encore récent, mais il nous semble symptomatique que paraisse sur ce pays, à Barcelone, un guide touristique en espagnol, alors qu'à notre connaissance il n'en existe pas en portugais. *Rumbo a Mozambique*⁴⁶ est même l'un des plus complets en vente dans le monde. Composé par un globe-trotter né en Catalogne et amoureux des Mozambicains (et d'une Mozambicaine en particulier), c'est une prouesse éditoriale dans son genre, en raison d'une richesse iconographique stupéfiante (planches en couleur mais aussi gravures noir et blanc du XIXe siècle et début du XXe, malheureusement le plus souvent sans indication d'origine, ce qui est regrettable car plusieurs étaient inconnues de nous). Deuxièmement, l'auteur a un grand souci du contexte historique, souci que l'on attribuerait plus volontiers à un guide en allemand, voire en anglais. Il y a cependant des failles dans ses sources. Dire (p. 38) que les Portugais ont exporté dix millions d'Africains vers les Amériques est une grossière exagération, selon les spécialistes. Ajouter (p. 265) qu'ils en ont tué « plusieurs centaines » à Mueda en juin 1960, c'est de la pure propagande, selon nous. L'auteur a d'autres mérites à son actif. Il se rend sur place et s'avance bien loin de Maputo, de Beira, de l'île de Moçambique, etc. Il accorde 31 pages au Cabo Delgado, dont dix aux îles Querimbas, et va jusqu'à quinze pages pour le Niassa ! De plus, outre la litanie habituelle sur les hôtels et restaurants, il agrmente ces considérations, évidemment indispensables, d'anecdotes personnelles. Le récit de la récupération du passeport et du porte-monnaie volés à sa compagne mozambicaine par des artisans macondes, à dix kilomètres de Mueda, nous en apprend beaucoup sur la dignité d'un peuple. Un livre à recommander aux anciens combattants portugais qui font le pèlerinage vers ces terres autrefois hostiles à leur présence.

Toujours en Espagne et confirmant le début d'un courant touristique vers le Mozambique qui, dans les années 60, était pratiquement réduit pour les Espagnols à quelques amateurs de safaris très coûteux, on lira aussi *Mozambique, país de mar y viento*⁴⁷. Il contient deux parties. D'abord, le carnet de voyage et les réflexions d'une voyageuse basque qui va voir sa fille, coopérante d'ONG depuis 2003 au Mozambique. En octobre-novembre 2006, Maputo lui paraît une ville décadente, sale et pauvre, Moçambique et les deux Cabaceiras entrant dans la même catégorie. Viennent ensuite (pp. 177-256) les lettres que lui adressait sa fille lorsqu'elle était à Lichinga (ex-Vila Cabral) et là, c'est une plongée rare dans ce Far-West mozambicain. La fille est totalement immergée dans la vie quotidienne des pauvres en 2003, soit onze ans après la fin de la guerre. Et le choc culturel l'atteint

46 José Luis Aznar Ferrández, *Rumbo a Mozambique*, Barcelona, Editorial Laertes, 2008, 344 pages + planches couleur, photos, gravures, cartes, plans noir et blanc.

47 Rosa Plazaola, *Mozambique, país de mar y viento*, Gasteiz (Espagne), auto-édition, 2008, 277 p., photos noir et blanc.

en plein front. Censée contribuer au développement rural, elle s'aperçoit que l'argent donné ne sert à rien d'utile : achat de télévisions, détournement de fonds, paresse de fonctionnaires mal payés, alcoolisme, engluement de la bureaucratie. En fait, seules les femmes sortiront le pays de son sous-développement. Elle ira jusqu'à Zumbo pour l'un de ces « colloques » cosmétiques et dispendieux. Elle n'était donc pas optimiste, mais elle restera encore deux ans dans le Sud, dans des conditions moins déprimantes. On est loin du tourisme avec elle.

Mais lorsque l'on quitte les hôtels et les bars pour Sud-Africains venus s'encanailler, le Sud vaut-il mieux que le Nord ? Avec *Kennedy's Brain*⁴⁸, on peut en douter. L'auteur est plus connu pour ses romans policiers suédois – des best-sellers mondiaux – que pour ses activités de directeur de théâtre à Maputo. Toutefois, ses longues années de séjour dans la ville, sous un soleil passablement réticent dans son pays natal, en on fait probablement le Suédois qui connaît le mieux la société sud-mozambicaine urbaine depuis l'indépendance. Mais assurément pas un optimiste. Ce roman puissant et désespéré est même une descente vertigineuse dans le puits de la noirceur humaine, dans les tréfonds des âmes sans espoirs de rédemption, qu'elles appartiennent au monde occidental ou au Tiers-Monde. La partie proprement mozambicaine ne commence qu'à la page 139, mais l'auteur y met les bouchées doubles. Dans son intrigue, fort bien conduite au demeurant, que rencontre-t-on dans la capitale ? Drogés, agressions, prostituées irrémédiablement infectées, cynisme d'un monstrueux diplomate suédois, corruption des ministres, incommensurable misère d'une sous-humanité envahissante. Mais le pire, il le décrit dans la région de Xai-Xai, dans un village où se réfugient les sidéens en train de mourir. Pourquoi meurent-ils ? Parce que dans une pseudo-clinique abattoir un aventurier américain, faux philanthrope prêt à tous les crimes pour s'enrichir, utilise des cobayes humains, en leur injectant du sang contaminé, afin de tester de nouveaux médicaments pour les pays riches. Il n'y a pas de salut possible dans ce récit. C'est un Ingmar Bergman sous la Croix-du-Sud, mais à la puissance dix, que cet auteur. Dans la vraie vie, quand il n'écrit pas des *thrillers* ou s'occupe des acteurs, il collabore avec les ONG qui luttent contre le SIDA au Mozambique. Il connaît donc, mieux que quiconque dans le monde littéraire, l'amplitude de l'épidémie. Il n'y a aucune chance que l'Ambassade de Suède finance une édition locale à Maputo. Passera-t-il un jour ses vacances dans l'île de Saint-Barthélemy ? Pourra-t-il jamais effacer cette peinture démoniaque du Sud-Mozambique ? On ne sait pas, mais une traduction en portugais serait souhaitable. Pas uniquement à l'intention des *retornados* ou des vétérans de la guerre coloniale en colère. La colère contre l'absurdité et la cruauté de la condition humaine, c'est l'auteur qui la porte en lui. Elle est encore plus forte que la douleur.

Timor

L'historien en nous devant toujours prendre le dessus sur le bibliographe, on ne peut pas terminer cette chronique dans une morgue ou un cimetière. Admettons aisément que *Timor na 2ª Guerra Mundial*⁴⁹ n'est pas un antalgique bien adapté si l'on veut une conclusion heureuse, mais le lecteur devra savoir que, d'un point de vue purement scientifique,

48 Henning Mankell, *Kennedy's Brain*, Londres, Harvill Secker, 2007, 328 p.

49 António Monteiro Cardoso, *Timor na 2ª Guerra Mundial. O diário do tenente Pires*, Lisboa, Centro de Estudos de História Contemporânea Portuguesa, ISCTE, 2007, 271 p., photos noir et blanc.

ce livre va au-delà de nos espérances en tant que spécialiste de l’histoire contemporaine de Timor. Pour *la première fois*, le lecteur dispose d’une étude très détaillée sur la situation dans la partie portugaise de l’île pendant l’entre-deux-guerres et surtout de 1942 à 1946-47, établie à partir d’archives portugaises, enfin en partie accessibles pour cette période. L’auteur l’a étayée par ce que les archives australiennes ont mis en ligne sur Internet, et il a poussé la conscience professionnelle jusqu’à obtenir la traduction d’une documentation japonaise concernant son héros, le lieutenant Manuel Pires, belle figure d’administrateur colonial portugais, martyr de son patriotisme. L’auteur ne dissimule pas son antisalazarisme ni son anticolonialisme, ce qui ne l’empêche pas de rendre à César ce qui appartient à César. C’est ainsi que tous les historiens devraient se comporter. Le livre comprend deux parties. La première traite, en plus de 125 pages très annotées, des thèmes suivants : l’Administration portugaise avant-guerre, après la fin des grandes révoltes (en gros 1913); le paternalisme colonial / les déportés de droit commun et surtout politiques qui, au début des années 30, représentent la majorité (jusqu’à cinq centaines) des Européens. Le gros de cette partie est constitué par une description et une analyse serrée des événements pendant l’occupation japonaise (à compter de février 1942). On y voit, mieux qu’avant, ce que furent la guérilla des Australo-Néerlandais (avec l’appui de certains Portugais et Timoriens), les évacuations de civils blancs et métis vers l’Australie, les révoltes « indigènes », le jeu ambigu des Australiens et des Américains, les atrocités de l’Armée japonaise, l’impuissance décalée du Portugal, les fractures au sein des colons, la réoccupation en septembre 1945, l’inflexion de la politique coloniale à l’égard d’une population indigène meurtrie qui perdit peut-être 40 à 70.000 (?) morts, soit 10% (?) d’un total incertain, pendant la guerre.

La deuxième partie est consacrée au journal (décembre 1942 - mai 1943), annoté lui aussi, du lieutenant-administrateur Manuel Pires, plus ses échanges de correspondance à Timor où, dans le maquis anti-japonais, il essaiera de monter un service de renseignement pour les Australiens avant son arrestation et probable assassinat par les occupants qui avaient intercepté les communications radio. En annexe, figurent de longues listes commentées de déportés envoyés à Timor entre 1927 et 1931.

Bref, un travail original, novateur, démythifiant et indispensable pour connaître l’un des tunnels sombres de l’histoire des Timoriens qui, malheureusement, les collectionnent avec constance lorsque les étrangers s’intéressent à eux de trop près.

Longue traversée depuis le Bojador, cette chronique serait-elle devenue imperceptiblement et bien involontairement une croisière à travers le pessimisme de nos auteurs ? Non, évidemment, mais il faut reconnaître que les optimistes parmi eux – et il y en a au moins une bonne dizaine – n’occupent pas les cabines de première classe sur ce navire. Néanmoins, les géographes le savent tous : on peut facilement changer le cap des Tourmentes en cap de Bonne Espérance. Ce n’est qu’une question de vocabulaire.

Rédigé en août-décembre 2008.

Algumas notas sobre a 12ª Assembleia-Geral do CODESRIA – Governar o Espaço Público Africano

Augusto Nascimento*

p 181-200

Nos dias 7 a 11 de Dezembro de 2008, realizou-se em Yaoundé a 12ª Assembleia-Geral do CODESRIA que congregou centenas de investigadores africanos e outros que estudam África. Este evento coincidiu com o 35º aniversário do CODESRIA, o qual tem um percurso assinalável na dinamização da produção do saber social em África.

Ao cabo de décadas, a Assembleia do CODESRIA tornou-se uma oportunidade para congregar cientistas sociais africanos e para incentivar a discussão científica em torno de questões fulcrais para a evolução do continente. A 12ª Assembleia teve lugar sob o lema “Governar o Espaço Público Africano”. Dito de outro modo, ateu-se ao imperativo da apropriação e da reelaboração pelos Africanos do conceito de esfera pública, quiçá crucial para autenticar os processos de democratização.

Como é que os Africanos se vão apropriar do espaço público?

A questão valerá por si mesma mas, sobretudo, pelo momento em que é formulada. De alguma forma, ela denota uma pulsão relativamente à necessidade de confrontar o saber produzido pelos estudiosos africanos com o curso, talvez errático, das imagens e de lugares-comuns sobre África. Por outras palavras, sente-se a urgência da procura de uma autenticidade oponível às distorções produzidas e caucionadas por um discurso global e hegemónico, que os intelectuais africanos sentem não retratar a (sua) África, aquela em que vivem.

Esta 12ª Assembleia ocorreu num momento azado para uma espécie de vingança servida fria contra o neo-liberalismo, do qual se afirmou “ter cometido suicídio” em Agosto passado, motivo de júbilo tanto maior quanto tal “suicídio” se liga muito estreitamente à eleição do primeiro presidente *negro* dos EUA. Os estudiosos africanos acusam as políticas neo-liberais de terem inspirado uma ofensiva contra as universidades públicas africanas em nome das vantagens da qualificação mínima da mão-de-obra africana. Este ressentimento é tão mais compreensível quanto em tais ditames neo-liberais ressoariam os estereótipos colonialistas que, há décadas, prescreveram a aptidão técnica como a apropriada para os Africanos, atentas as necessidades de mão-de-obra dos empreendimentos coloniais. Apesar de se ter lembrado que a ofensiva neo-liberal também atacara as universidades noutras partes do globo, prevalece o sentimento de as universidades africanas terem sido alvo de

* Investigador auxiliar do IICT, Lisboa;
colaborador do CEAUP e do CEA do ISCTE

um ataque não só particularmente virulento como desnecessário, absurdo e injusto. Hoje, tal ataque neo-liberal é encarado como uma das maiores causas do empobrecimento das condições de trabalho dos intelectuais africanos.

A dificuldade deste tipo de eventos – e, em particular deste, dada sua vertente institucional e, também, o seu veio identitário e aglutinador – reside em enquadrar em pressupostos teóricos e metodológicos consistentes e coerentes a produção científica aí exposta, muita dela atomística, ideológica e quiçá auto-referenciada (como sucede com parte da produção científica pelo mundo afora). Por exemplo, afigura-se relativamente fácil salientar as diferenças do espaço público africano relativamente ao objecto das teorizações de Habermas. Porém, esta descentração requer outras. Ora, já se afigura mais difícil reconhecer e harmonizar os vários espaços públicos africanos, sejam os existentes dentro das unidades políticas que são os países, sejam os imanentes às diferenças culturais entre várias sociedades africanas.

Num certo sentido, a problemática proposta à reflexão da Assembleia e, afinal, de toda a praxis política africana está inscrita no respectivo lema, a saber, quais os moldes de *governança* do que, a cada dia, se constitui como um *espaço público* reconhecidamente *africano*.

É o desafio do momento. Após as independências, a prioridade era a construção do Estado (em muitos casos, deduzido do modelo eurocêntrico, fosse por via de influências ideológicas, fosse em razão de concepções de desenvolvimento tendencialmente coincidentes com o crescimento económico). Hoje, tudo se afigura diferente e a autenticidade parece premissa de um saber pertinente e actuante. A inquietação política e a procura de autenticidade mostram que não se perdeu – antes pelo contrário – o veio militante, substanciado, que seja, numa mutante mas imperecível ligação a África.

Mas como prescrever ou tão-somente assinalar um caminho autêntico e profícuo para os intelectuais africanos? Do passado, retêm-se apelos aos intelectuais orgânicos da primeira onda e, daí, mais directamente ligados às independências. Do passado, lembram-se igualmente os constrangimentos apostos pelos poderes, que se desviaram das esperanças neles depositadas. Em Yaoundé, sugeriu-se a necessidade de um escrutínio auto-crítico do percurso de intelectuais africanos. E para o futuro? Ao arrepio das sugestões de um passado militante, render-se-ão os intelectuais africanos ao pragmatismo e às “necessidades” das sociedades actuais relativamente às tecnologias, à administração e a mais desempenhos tecnocratas atinentes, supõe-se, a tratar sintomatologias sociais?

Tal não é senão uma das facetas da difícil relação entre políticos e intelectuais em vários países africanos (e não só). Em tempos, essa relação passou por sublímiares considerações valorativas sobre várias disciplinas científicas – por exemplo, a sociologia continha algo de subversivo; acrescentaria eu que a história não concitava esse labéu por aparecer como manipulável segundo visões teleológicas do percurso da humanidade tendencialmente justificativas dos poderes construídos após as independências – até às tentativas mais ou menos violentas de silenciar os intelectuais. O parto da liberdade – não mais redutível a um bem burguês, como foi lembrado em Yaoundé – tem sido difícil e doloroso. Relembre-se que, revestindo-se de incontornáveis particularismos, o carácter espinhoso da relação entre os intelectuais e o poder político e económico não é apanágio do continente africano.

A construção do espaço público não vive somente do que as subjectividades individuais lhe quiserem outorgar. Apesar de polimorfo, também não bastará o contributo dos lu-

gares mais inesperados, seja o de espaços rurais marcados por hierarquias ditas tradicionais, seja, mais especificamente, o de vivências e socializações pautadas pelo consumo do vinho de palma propiciador da troca de bens e de significados. O espaço público viverá de instituições, desde as mesquitas e mais lugares de fé aos *media* e às universidades.

O papel das universidades e dos intelectuais mereceu uma sessão plenária. Uma das questões foi a seguinte: o que é que podemos almejar quando a universidade não esteja empenhada na libertação da sociedade? Diferentemente de hoje, as universidades foram durante anos um elemento estruturador do espaço público africano (ou talvez alguns dos seus elementos as encarassem como um esteio da construção política nacionalista, mais do que propriamente do espaço público, uma noção só mais recentemente chegada ao continente). Hoje, alguns académicos e intelectuais sonham com o retorno de uma certa preponderância das universidades e do reconhecimento social da voz dos académicos.

Relembrou-se alguns traços da história das universidades no continente, a saber, a época de união das universidades africanas nos anos 70, o respeito de alguns ditadores pela instituição universitária, a passagem das universidades regionais a universidades nacionais por causa do ímpeto controlador dos governos. Hoje, para gáudio da militância, a universidade continua a ser lugar de contestação, por exemplo, das políticas prescritas nos PAE. Mas, pergunta-se, aparte o sentimento politicamente gratificante, não será curto tendo em vista as expectativas e as exigências colocadas às universidades pelas sociedades e pela vertiginosa mudança social do mundo de hoje?

Aduziram-se algumas características do(s) espaço(s) público(s) africano(s), entre elas, a sua tendencial heterogeneidade, desde logo resultado da empresa colonialista pulverizadora da (idealizada) unidade e harmonia africanas. Legado colonial ou fruto da inércia política de anos de autoritarismos de coloração diversa, o espaço público africano será débil ou, pelo menos, muito refractado e lacunar. Se a acção comunicativa é o plasma do espaço público, então o espaço público africano ainda está pejado de escolhos, sejam eles os da pobreza, sejam os dos constrangimentos políticos. Noutras palavras, não basta enaltecer o capital emancipador a um nível micro ou individual e em certas organizações da base da pirâmide social se esses processos não influenciarem o curso da política. A meu ver, tal influência nem sempre é visível. E fica, certamente, aquém do desejado.

No âmbito do espaço público, debateram-se os mais diversos temas e, a este respeito, registem-se comunicações fortemente críticas das autoridades. Dos vários tópicos discutidos, destaque-se o dos afloramentos de xenofobia que atingiram duramente migrantes africanos, mormente na África do Sul. Lavrará aqui um sentimento popular xenófobo? A tal respeito emerge a perplexidade: porque é que os brancos (os mais ricos, precise-se) não são vítimas de violência? Num registo analítico, afirmou-se que, na África do Sul, tudo se passou como se o discurso da elite fosse pan-africano e o sentimento (mais do que o discurso) popular não quisesse África ou os Africanos na sua terra, a África do Sul.

À margem das respostas a procurar na análise comparativa com processos históricos noutras partes do mundo, aquelas irrupções sociais motivaram apelos a uma posição mais atenta e mais crítica dos intelectuais relativamente ao Estado e à manipulação dos sentimentos populares. Perante tal cenário, em tudo contraditório com os cânones do progresso e da emancipação da *raça negra*, uma possível deriva explicativa poderá ser a de encontrar nesses factos ressonâncias da ideologia colonialista ou, mais precisamente, de uma patologia do apartheid e do pós-apartheid. Alguns, propensos a cauterizar tais reacções como réplicas da alienação colonialista, tenderão a qualificá-las como ne-

grofóbicas em vez de xenófobas. Porém, como conciliar a remanescência dessa negrofobia, negadora da própria humanidade *negra*, com a pronta identificação afectiva com o *negro* vencedor da corrida à Casa Branca que varreu partes de África no passado mês de Novembro?

Ainda com referência à edificação do espaço público africano, aludiu-se à necessidade de alteração das relações de género na política africana para, em definitivo, arredar a rejeição do protagonismo das mulheres. Assim se conferirá novo carácter às relações de género no espaço público africano, onde, dessa forma, as mulheres – políticas e académicas, por exemplo – deixarão de ser uma presença rara.

As práticas religiosas foram igualmente perspectivadas do ângulo da sua contribuição para o espaço público africano. Parece fora de dúvida que as iniciativas dos Africanos em matéria religiosa talham, ao menos indirectamente, o espaço público. Porém, a propensão prosélita pode colidir com uma idealizada (e tendencialmente normativa) definição do espaço africano, não deixando, ainda assim, de pôr à prova um crivo da (desejável, para não dizer imperiosa) liberdade do espaço público.

Num certo sentido, poderia admitir-se que a discussão acerca da *esfera pública*, revestida de particular acuidade, tem a vantagem de substituir a da democracia. A discussão desta suscita paixões, porquanto, para alguns, nela ecoa, mais do que um desprezível neo-colonialismo, uma subalternidade africana, hoje não mais tolerável. A propósito da democracia, dir-se-ia existirem, pelo menos, duas correntes: uma, a que, a partir da rejeição do que interpreta como imposição ocidental (daquilo que no Ocidente se crê ser universal), tende, ao menos implicitamente, a desvalorizar a democracia. Esta corrente coloca a ênfase na pluralidade de organizações e de emanações de vontade do povo, consequentemente encaradas com alguma benevolência. Esta corrente tende a absorver acriticamente ou a cavalgar no sentimento popular: a partir de resultados económicos não intrinsecamente ligados à democracia, muitas pessoas dirão que as democracias não o são verdadeiramente por não verem resolvidos os seus problemas do dia-a-dia (parte das dificuldades são eventualmente explicáveis por dinâmicas de perda que eram anteriores aos ventos democráticos da década de 90, das quais, em resultado das mudanças políticas, se esvai a respectiva memória). A outra corrente, propensa à aceitação da democracia, dá vazão a manifestações de desagrado perante o monopólio de poder por parte dos políticos. Assaz mutável, o peso relativo de cada uma das correntes, elas mesmas heterogéneas e com muitas gradações, é determinado por um factor dificilmente mensurável, a saber, os vínculos afectivos com os líderes políticos e com a *terra*.

Importaria, sobretudo, situar a discussão em torno da democracia, porquanto, sem prejuízo da duplicidade e do que de instrumental comportam as soluções impostas ou tão meramente sentidas como tais, a idealização da democracia transforma-se num ónus para as crenças democráticas: é sempre fácil e possível dizer que as democracias não cumprem ou não resultam, até por terem sido concebidas noutros contextos históricos.

Importa frisar que este debate ganha quase inevitavelmente estes tons, algo inquinados, porque a democracia não pode conferir – nem em África, nem em parte alguma – o diferencial de identificação afectiva que parece requerido para a construção africana.

A questão remanesce: como forjar conceitos e, consequentemente, construir uma profícua praxis política e social especificamente africana? Numa posição cautelosa, assaz diversa da postura de há décadas, alguns propõem tornar a sociedade civil / esfera pública africana mais um conceito explicativo do que uma noção normativa, ademais pouco

pertinente para o entendimento da esfera pública em África. Mas, então, faltarão aqui a dimensão de acção e de mudança que muitos intelectuais sentirão como um ditame do seu estatuto.

Uma nota final de cariz epistemológico: o saber discursivo e racional confronta-se com outras abordagens da ordem do afectivo e do performativo, porventura não menos cruciais para a compreensão das sociedades africanas e das respectivas lideranças. Dado o polimorfismo das culturas e das sociedades africanas, a esfera pública não é só inteligível pelo saber racional, antes demandará conhecimentos fornecidos pela experiência sensorial e, porventura até, pelas codificações rituais imanentes a certas “tradições”. Tal implica um esforço de descentração ao alcance, acima de tudo, daqueles cuja prática científica se torne cada vez mais reflexiva e, nessa medida, capaz de diálogo com outras plataformas cognitivas. Por outras palavras, construir abordagens multifacéticas das sociedades e dos Africanos – afinal de contas, de toda a realidade social e humana – é tarefa bem difícil. . .

Seja como for, juntamente com o desígnio último de melhorar as sociedades africanas, tal valorização de outras formas de consciência, que não apenas a científica, redundará no propósito de associar o maior número de actores à delineação de políticas de desenvolvimento social, urbano e rural, num continente envolvido no turbilhão da globalização. E eis-nos num ponto de partida: quais os modelos alternativos – e, caso assim se o pretenda, afrocêntricos – de governação das sociedades em África?

Repetindo-me, num evento desta natureza, pautado, em vários sentidos, pela sua dimensão pan-africana, é difícil não abrir espaço para as múltiplas leituras das experiências sociais (e pessoais, porque muitos cientistas falam sobretudo da sua experiência). Tal torna difícil a discussão e, por conseguinte, a delineação de um mínimo denominador comum nos planos conceptual, teórico e metodológico, de resto, uma dificuldade não muito diferente da observada no comum dos eventos científicos por esse mundo fora.

Independentemente do distanciamento face ao curso dos afectos e das crenças relativamente ao continente africano, a participação numa assembleia do CODESRIA revelou-se uma experiência mais envolvente do que a participação noutros eventos de igual magnitude que têm África por objecto.

Resumos

La décolonisation en suspens: états nationaux et nationalisme au Maghreb

René Gallissot

Dire décolonisation renvoie au moment des indépendances. Cette *décolonisation événementielle et politique* fut relativement rapide pour la Tunisie et le Maroc du fait de l'intensité et de la prolongation de la guerre française d'Algérie. La *décolonisation économique* se traduit par le retrait des intérêts lié à la fin du peuplement colonial. A l'intérieur, les sociétés basculent des campagnes vers les villes à vitesse inégale ; les gouvernements s'engagent diversement dans l'étatisation économique.

Le Maghreb entre dans l'âge du *national-développementalisme* par l'Etat, appliqué en Algérie, partiellement en Tunisie, renvoyé à l'opposition de gauche au Maroc. Dans des sociétés islamisées (et non pas islamistes), l'usure du national-développementaliste fait place à l'affirmation non sans connivence interne conservatrice, puis à l'expansion idéologique de l'islamisme en mal de prendre la direction de l'Etat national.

Comme ailleurs, la colonisation a dominé les colonisés en les assujettissant à un statut communautaire confessionnel doublé de manipulations ethniques. Les colonisés ont été maintenus ici sous statut musulman redéfini par le droit colonial pour interdire l'accès au droit civil et aux droits politiques. Dans la réplique à la domination coloniale, la lutte nationale a intériorisé l'identification à l'Islam principalement sous le mode de l'arabo-islamisme.

Or la reconnaissance des Etats indépendants s'accompagne, comme ailleurs, de l'exode plus ou moins rapide des coloniaux «Européens» et des Juifs. Ce double exode fait qu'il ne reste plus que des

«nationaux musulmans»; les codes de la citoyenneté-nationalité ont repris le code colonial du statut musulman (avec des réformes en Tunisie). En ce sens, la colonisation a gagné, pour l'heure du moins, comme le manifeste le chaos de l'Afrique au Moyen-Orient. C'est de l'intérieur que la décolonisation n'est pas faite ; du moins la sécularisation s'avance sous les voiles de l'appartenance confessionnelle et de la proclamation d'une authenticité identitaire civilisationnelle.

Cette *décolonisation en suspens* supporte les contradictions sociales du présent dans l'enfermement dans les frontières de l'Etat-nation qui ne peut retenir les migrants; l'Etat national est encore vu comme indépassable.

Mots-clés: Afrique du Nord coloniale, continuités et ruptures de l'indépendance, Maghreb, nationalismes d'Etat, frontières et Sahara, périphérie post-coloniale.

Falar de descolonização remete para o momento das independências. Esta descolonização *pontual e política* foi relativamente rápida para a Tunísia e Marrocos pela intensidade e pelo prolongamento da guerra francesa na Argélia. A *descolonização econômica* traduz-se pelo recuo dos interesses ligados ao fim da colonização. No interior, as populações precipitam-se do campo para a cidade a uma velocidade inegável; os governos comprometem-se diferentemente na estatização econômica.

O Maghreb entra na idade do nacional-desenvolvimentismo do Estado, aplicado na Argélia, parcialmente na Tunísia, e reenviado à oposição de esquerda em Marrocos. Nas sociedades islamizadas (e não-islamizadas), a usura do nacional-desenvolvimentismo dá lugar à afirmação, com a convivência conservadora interna, depois à expansão ideológica do islamismo com

a obsessão de tomar a direção do Estado nacional.

Como em outros sítios, a colonização dominou os colonizados, subjugando-os a um estatuto comunitário confessional disfarçado de manipulações étnicas. Os colonizados foram mantidos aqui sob um estatuto muçulmano redefinido pelo direito colonial para impedir o acesso ao direito civil e aos direitos políticos.

Na réplica ao domínio colonial, a luta nacional interiorizou a identificação ao Islamismo principalmente sob a forma de arabo-islamismo.

Assim o reconhecimento dos Estados independentes é acompanhado, como em outros lugares, do êxodo, mais ou menos rápido, dos Europeus “coloniais” e dos Judeus.

Este duplo êxodo faz com que só fiquem os « nacionais muçulmanos » ; os códigos de cidadania/nacionalidade retomaram o código colonial do estatuto muçulmano (com reformas na Tunísia). Neste sentido, a colonização ganhou, pelo menos por agora, como o manifesta o caos da África ao Médio-Oriente. É no interior que a descolonização não está feita ; pelo menos a secularização avança sob a aparência de identidade confessional e da proclamação de uma autenticidade identitária civilizacional.

Esta *descolonização suspensa* suporta as contradições sociais do presente no encerramento das fronteiras do estado-nação que não pode reter os migrantes; o Estado nacional é ainda considerado inultrapassável.

Palavras-chave: África do Norte colonial, continuidades e rupturas da independência, Magreb, nacionalismos de Estado, fronteiras e Sahara, periferia pós-colonial.

Héritage colonial et gestion nationale de la cité à partir de l'exemple des villes du Nord du Maroc

Nizar Tajditi

Bien que bénéficiant d'un excellent site géostratégique sur les deux littoraux atlantique et méditerranéen en face de la péninsule ibérique, les villes du Nord du Maroc n'ont pas décollé depuis l'Indépendance du pays en 1912. Pis, elles ont connu depuis le début des années 70 du siècle dernier de grandes difficultés d'administration municipale et d'aménagement urbain : détérioration des infrastructures, manque de services publics, apoplexie du centre-ville, multiplication des quartiers insalubres ou de bidonvilles en dur, exode rural massive, révoltes violentes, économie informelle, baisse du niveau des établissements scolaires, faiblesse des manifestations culturelles, etc. Ces difficultés sont liées, d'une part, à l'héritage colonial espagnol : en négligeant les petits centres urbains qui reliaient jadis la campagne rifaine aux villes du littoral du nord, le Protectorat colonial a enfermé cette campagne dans la précarité et la misère, et en privilégiant la nouvelle ville au dépend de la médina (ville traditionnelle), il a créé un dualisme urbain qui a asphyxié la médina et provoqué l'enclavement de la nouvelle ville (européenne). D'autre part, en appliquant une politique de centralisation aveugle, en négligeant le développement rural durable de la région du nord (le Rif), le jeune Etat national s'est montré d'abord irresponsable, puis incapable même pour sauvegarder les acquis urbains fondamentaux laissés par l'administration coloniale (patrimoine urbain, hôpitaux, lycées modernes, théâtres, cinémas, etc.). Aujourd'hui encore le souci sécuritaire

l'emporte sur la gestion efficace et raisonnée de la cité au Maroc en tant qu'espace urbain intégrateur des différentes couches sociales et producteur de richesses, malgré de réels efforts consentis par le pouvoir central.

Mots-clefs: Colonisation espagnole, Etat national, villes du nord du Maroc (le Rif), héritage historique, urbanisme moderne, aménagement territorial.

Colonial heritage and management of the city: the case of Moroccan northern cities

While enjoying an excellent site geo-strategically on both the Atlantic and Mediterranean coastlines across the Iberian Peninsula, the northern cities of Morocco have not taken off since independence in 1956. Worse, these cities have experienced since the early 70s of the last century great difficulties in municipal administration and urban development: deterioration of infrastructure, lack of public services, stroke from downtown, multiplication of slums or shanty towns, massive rural exodus, violent uprisings, informal economy, decrease of schools' level, lack of cultural events, etc. These difficulties are related, primarily, to the Spanish colonial legacy. By neglecting the small urban centres that once connected the countryside in the Rif area to the coastal cities of the north, the colonial Protectorate locked in the said countryside in insecurity and poverty. Further, by promoting the new town at the expense of the medina (traditional city), it created a dualism that has suffocated the urban medina and led to the isolation of the new (European) city. On the other hand, applying a blind policy of centralization- through neglecting rural development in the north (the Rif), the

young nation-state was first irresponsible and unable even to save the acquired urban heritage left by the colonial administration (hospitals, modern schools, theatres, cinemas, etc.). Today, the security concern outweighs rational and efficient management of the city in Morocco as an urban space integrating different social classes and generating wealth, despite genuine efforts made by the central government.

Keywords: Spanish Colonization, national state, northern cities of Morocco (the Rif), historical heritage, modern urban planning, spatial planning.

1954, un faux départ du Pan-Arabisme au Caire – l'Égypte vu par la diplomatie portugaise

Maciel Santos

Pendant la décennie de 1950, la pression décolonisatrice s'accumulait à l'ONU, dans les politiques africaines des Etats-Unis et accessoirement de l'Union Soviétique.

Dans cette conjoncture, le gouvernement portugais fût obligé de surveiller avec un soin nouveau des espaces régionaux traditionnellement au dehors de ses intérêts traditionnels, mais d'où pouvaient sortir messages et situations subversives sur ses colonies. Ainsi s'expliquent les soucis avec la révolution du Caire en 1952 et les négociations anglo-égyptiennes d'autant plus que la décolonisation du Soudan en dépendaient.

Les rapports des postes diplomatiques portugais au Caire et dans le Moyen-Orient bien comme les extraits de presse qu'ils sélectionnaient un peu partout, constituent un indicateur sur les réactions d'une « vieille » puissance coloniale en face des nouveaux défis.

Mots-clés: Egypte; Soudan; Moyen-Orient; pan-arabisme; impérialisme.

Durante a década de 1950, as pressões des colonizadoras acumulavam-se na ONU, nas políticas africanas dos EUA e, acessoriamente, da URSS.

Neste quadro, o governo português viu-se obrigado a prestar uma atenção crescente a espaços regionais, tradicionalmente fora da sua área de interesses, mas de onde receava que pudessem sair mensagens e situações subversivas com impacto sobre as suas colónias. Assim se explica a preocupação com a revolução no Cairo, em 1952, e as negociações anglo-egípcias sobre o Canal do Suez, tanto mais que daqui derivava uma primeira “descolonização”, a do Sudão.

Os relatórios dos postos diplomáticos portugueses no Cairo e no Médio-Oriente, bem como as revistas de imprensa seleccionadas, constituem um bom ponto de observação sobre as reacções de uma “velha” potência colonial perante novos e impreviáveis desafios.

Palavras-chave: Egipto, Sudão, Médio Oriente, pan-arabismo, imperialismo.

A state-in-waiting on the Western Sahara: a *post-scriptum* of the colonial period

Rui Alexandre Novais

In the North of Africa, between Mauritania and Morocco, lies one of the remaining non-self-governing territories whose decolonization process lingers unfinished and unresolved: the Western Sahara. After thirty years of illegal Moroccan occupation and sixteen of ceasefire, one deliberation by the International Court of Justice, several resolutions and various UN-sponsored peace plans, the exile of the Saharwi people persists as well as the denial of its self-determination in clear violation of international law. The result is a 'state-in-waiting' considering the possibility of the return to the armed struggle in light of the continued deadlock.

This paper offers a brief background of the history of the Saharwi conflict that will bring into light the factors which account for the maintenance and persistence of the dispute as well as the considerable inherent limitations and extrinsic obstacles facing the last African colony. It will argue that Western Sahara present status - one of only a few nations in the world that remain dominated by a foreign state - is a post-scriptum of the colonial period. The half-hearted support of key external actors which tend to side with each party to the conflict, along with the uneasiness to move from the 'culture of non-intervention' to the 'culture of non-indifference' have prevented both a waiting-state to take office and a definitive solution for the Western Sahara.

Keywords: self-determination, independence, post-colonialism, Western Sahara.

Baseado numa breve resenha do contexto histórico do conflito sirauí, o presente artigo pretende elucidar alguns dos factores que justificam a persistência e manutenção da disputa na última colónia africana. O estudo conclui que o estatuto actual do Sara Ocidental – uma das nações remanescentes dominada por um Estado estrangeiro – constitui um *post scriptum* do período colonial.

Palavras-chave: Autodeterminação, independência, pós-colonialismo, Sara Ocidental

Síria entre Progressismo e Tradicionalismo

Ivo Sobral

A Síria representa um dos países mais importantes do Médio Oriente, no que concerne ao seu pioneirismo político e à sua posição de liderança no mundo Árabe mas Damasco também permaneceu isolada especialmente nos últimos 30 anos. O futuro da Síria esta ligada à paz com Israel e à instabilidade libanesa mas o progresso de Damasco depende também das reformas económicas e sociais que fizer. Estes dois factores estão a ser observados por todo o Médio Oriente, e poderão servir de referência aos outros governos.

Palavras-chave: Síria, Política, Nacionalismo Árabe, Libano, Israel, Relações Externas, Processo de Paz.

Syria represents one of the most important countries in the Middle East, because of its political pioneering and its position of leadership in the Arab World. Yet Damascus has also been isolated especially in the last 30 years. Syria's future is interlaced with the Peace Process with Israel and the Lebanese instability, but the progress in Damascus depends on its own economic and social reforms. These two moves are being closely monitored by other Middle Eastern countries, and could be adopted has references by the other governments.

Keywords: Syria, Politics, Arab Nationalism, Lebanon, Israel, Foreign Policy, Peace Process.

La Syrie est l'un des principaux pays du Moyen-Orient, il est pionnier politique et assure une position de Leader dans le monde arabe, mais Damas est resté isolé ses 30 dernières années.

L'avenir de la Syrie est lié à la paix avec Israël et à l'instabilité Libanaise, mais le développement de Damas dépend fortement des réformes économiques et sociales à faire. Ces deux facteurs sont observés par le Moyen-Orient, et pourrons servir de référence aux autres gouvernements.

Mots-Clés: Syrie, Politique, Nationalisme Arabe, Liban, Israël, Affaires étrangères, Processus de Paix.

Religion et démocratie – Réflexion sur la spécificité du Droit musulman

João Casqueira Cardoso

Esta contribuição esboça uma reflexão de Direito Comparado, tendo por enfoque a religião como factor jurídico específico da democracia. Esta questão é abordada na perspectiva da actualidade política e jurídica internacionais, onde as noções de governação e de cidadania efectiva se tornaram elementos centrais.

Cabe esclarecer se, no mundo árabe e islâmico — com enfoque para o Maghreb (e, numa medida menor, o Machrek) — a religião aparece como factor de estabilização ou de destabilização da vida democrática.

A especificidade da democracia no mundo árabe e islâmico é contextualizada, tomando em conta a sua diversidade, de forma a sugerir uma grelha de leitura da sua realidade presente e possíveis evoluções.

Palavras-chave: Direito; Islão; democracia; religião.

Cette contribution ébauche une réflexion de droit comparé dont le thème central est la religion comme facteur juridique spécifique de la démocratie. La question est abordée dans la perspective de l'actualité politique et juridique internationale, où les notions de gouvernance et de citoyenneté effective apparaissent comme des éléments agrégateurs.

Il importerait de clarifier si, dans le monde arabe et islamique — en tenant compte particulièrement du Maghreb (et dans une moindre mesure du Machrek) — la religion est un facteur de stabilisation ou de destabilisation de la vie démocratique.

La spécificité de la démocratie dans le

monde arabe et islamique est replacée dans son contexte, en prenant la mesure de sa diversité. Ce, de façon à suggérer une grille de lecture de sa réalité présente et des évolutions entrevues.

Mots-clés: Droit; Islam; démocratie; religion.

A formação do Partido Independente de Moçambique (PIMO)

Raúl Braga Pires

O surgimento do Partido Independente de Moçambique (PIMO), cujo líder fundador, Yaqub Sibindy, o assume como partido islâmico, corresponde a um período pós-conflito que se inicia a partir de 1992, correspondendo também ao início do Moçambique multipartidário, cujas primeiras eleições tiveram lugar em 1994.

O presente artigo dará enfoque ao contexto em que surge este partido, bem como ao que permite a cooptação de 20 influentes muçulmanos por parte da FRELIMO, partido no poder em Moçambique desde a independência, em 1975.

Também é analisado, com algum detalhe, o período da primeira legislatura (1994/99) e a consagração dos *Eids* como feriados nacionais, assunto não resolvido e que ainda hoje se encontra numa *gaveta* que se pode voltar a abrir a qualquer momento e ser utilizado como arma de arremesso, por uma comunidade islâmica dividida, mas contudo poderosa e cada vez mais instruída e cosmopolita.

Palavras-chave: PIMO, Muçulmanos, Eleições, Moçambique.

The creation of the Mozambican Islamic Party (PIMO), which its founding leader, Yaqub Sibindy, assumes as an Islamic Party, corresponds to a post-conflict period beginning in 1992, as well as the beginning of the multiparty Mozambique, with the first elections taking place in 1994.

This article will mainly focus on the local context which allows both PIMO's birth

and FRELIMO's co-opting 20 influent local muslims into their ranks.

We will also look at the first 4 years in Parliament (1994/99), the *Eid's* approval as national holidays, a non solved issue which found itself in a *drawer* that could be opened anytime and used as a weapon by a divided islamic community, yet more powerful, educated and cosmopolitan than ever.

Keywords: PIMO, Muslims, Elections, Mozambique.

Legenda das ilustrações

1. Desfile da Frente Polisário. Foto: Manuel de Almeida / LUSA.
2. Manifestantes argelinos detidos em autocarro. Paris, 17 de Outubro de 1961. / LUSA
3. Militar da Frente Polisário em treino no Saara Ocidental. Foto: Mike Nelson EPA/LUSA.
4. Arzila. Foto: Nizar Tajditi.
5. Gamal Abd-el-Nasser. / LUSA
6. Mulher do Saara ocidental em campo de refugiados de Tindouf, Argélia. Foto: Mohamed Massara. / LUSA.
7. Delegados do PIMO em Palma, Cabo Delgado. Dezembro de 2005. Foto: Raul Braga Pires
8. Confrontos entre manifestantes e polícia. Cabília, Argélia. / EPA/LUSA.
9. Sheikh Aminudinne Mohammad, Presidente do Conselho Islâmico de Moçambique (CISLAMMO). Foto: Raul Braga Pires.
10. Yaqub Sibindy. Foto: Raul Braga Pires.
11. Escola corânica em Angoche. Foto: Raul Braga Pires.
12. Mesquita de Angoche, Moçambique. O primeiro da esquerda é o delegado da FRELIMO. Foto: Raul Braga Pires (pág. 117).
13. Maulana Nazir Loonat. A partir da publicação “Quem é Quem no Parlamento”, Maputo, 1994 (pág. 120).
14. Amade Camal. A partir da publicação “Quem é Quem no Parlamento”, Maputo, 1994 (pág. 120).
15. Trabalho de campo. Serviço de cadastro. Quelimane. Colecção Angela Camila e António Faria.
16. Oficial português em riquexó, 1909. Foto: A. Ribeiro. Colecção particular ângela Camila e António Faria.
17. Caderno de registos de madrassa. Foto: Raul Braga Pires.

A Revista Africana Studia agradece especialmente a gentileza da Agencia LUSA pela cedência das fotos mencionadas.

Critérios para publicação

- 1) A *Africana Studia* aceita trabalhos científicos inéditos de qualquer área de investigação cuja temática seja África ou sociedades africanas. Os trabalhos poderão ser entregues em português, inglês ou francês.
- 2) A publicação de trabalhos está sujeita a apreciação do Conselho Editorial, que recorrerá ao Conselho Científico sempre que julgar necessário, e de um painel de árbitros constituído por membros internos e externos ao CEAUP.

Normas para apresentação de originais

- 1) Devem ser entregues 2 exemplares dactilografados em papel A4, acompanhados de um ficheiro informático em disquete ou CD, de preferência no programa WORD para Windows. O corpo de letra deverá ser de 12 pontos em fonte Areal ou Times New Roman, e o entrelinhamento de espaço e meio.
- 2) As imagens (mapas, quadros, figuras, fotografias etc.) devem ser numeradas de 001 a N. O número atribuído a cada imagem deve ser colocado no original na localização que o autor entende ser a mais conveniente. Estes elementos deverão ser entregues em ficheiros individuais (com a extensão XLS para ficheiros Excel e JPEG, TIFF ou EPS para os outros casos). Cada ficheiro deverá ter o número atribuído como identificação e colocado numa pasta a que se chamará “imagens”. As imagens deverão ter no mínimo 10x6 cm com 1200x800 pixel (300 dpi). Será de grande utilidade que todos os originais de mapas, fotografias etc sejam entregues com o original/texto para que o tratamento das imagens seja efectuado com rigor.
- 3) Os artigos terão no máximo 70.000 caracteres, incluindo espaços, notas e bibliografia (não serão contadas as imagens). Cada artigo será acompanhado de dois resumos: em português e/ou inglês e/ ou francês, com um máximo de 500 caracteres. O resumo deverá incluir um conjunto de palavras-chave (máximo de 6), assim a identificação do autor (instituição, últimas publicações e contactos)
- 4) As resenhas não poderão exceder os 25.000 caracteres.
- 5) Não serão considerados os artigos ou resenhas que ultrapassem o número máximo de caracteres ou que não cumpram as normas de apresentação de originais.

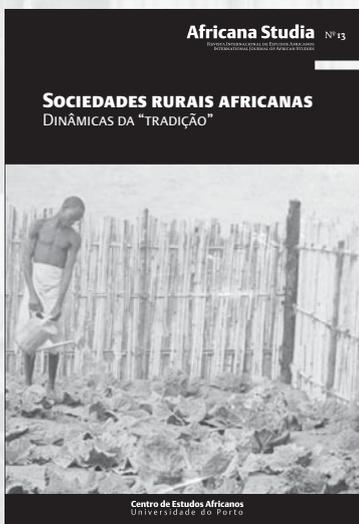
Normas de revisão e citação bibliográfica

- 1) Os autores terão a possibilidade de reverem em últimas provas os seus trabalhos, após a revisão feita no CEAUP. Os autores comprometem-se a devolver as provas uma semana após o seu envio. Em caso de total indisponibilidade os autores deverão declarar por escrito que prescindem dessa revisão de autor.
- 2) As referências a autores, no texto, seguem a norma (autor, ano). Se houver uma referência a um mesmo autor no mesmo ano, este deve ser seguido de uma letra minúscula. Ex: (Rodrigues, 2000a) (Rodrigues, 2000b). Se a referencia citada for de vários autores ficará.(Rodrigues *et alia.*, 2000).
- 3) As transcrições deverão ser em *itálico*, assim como vocábulos em língua estrangeira.
- 4) As notas de rodapé e outras deverão limitar-se a informações complementares de interesse substantivo, não ultrapassando 5 linhas em corpo 10.
- 5) A bibliografia será colocada no fim do artigo e deverá conter apenas as referências introduzidas no texto, listando-as por ordem alfabética e por ordem cronológica crescente quando forem do mesmo autor.
- 6) A bibliografia deve seguir os seguintes exemplos:
 - § Livros: Rodrigues, Carlos (2001), *Os novos poderes em África*, Porto: Campo das Letras.
 - § Colectâneas : Rodrigues, Carlos, Matos, A. e Silva, António, orgs (2002), *Os novos poderes em África*, Porto: Campo das Letras.
 - § Artigos em revistas: Rodrigues, Carlos (2001), *Os novos poderes em África*, *Africana Studia*, nº 8, págs. 12 a 35.
 - § Artigos em Colectâneas : Matos, A. (2002), Os novos políticos africanos, *in*, Rodrigues, Carlos, Matos, A. e Silva, António, orgs , *Os novos poderes em África*, Porto: Campo das Letras.
 - § As traduções deverão indicar sempre que possível o ano da 1ª publicação e o tradutor.
 - § Na bibliografia electrónica indicar sempre o *site/path*, a data do artigo e a data da consulta.

Após a publicação, os direitos de autor passam a ser pertença da *Africana Studia*, recebendo os autores 2 exemplares da revista e 25 separatas.

As imagens originais serão devolvidas.

Os originais não serão devolvidos.



AFRICANA STUDIA

Revista Internacional de Estudos Africanos
International Journal of African Studies
Nº 13 - 2º semestre - 2009

Sociedades rurais africanas – Dinâmicas da “tradição”



Assinatura Anual (Annual Subscription)

CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS U.P. - FLUP

Africana Studia - Via Panorâmica, s/n - 4150-564 PORTO - Portugal
Telefone / Fax (00-351-226077141)

Dois números semestrais (*Two issues/year*)

Portugal 29 €

U.E. (*European Union*) 40 €

PALOP's 40 €

Resto do Mundo (*Rest of the world*) 50 €

Desconto para estudantes (*Student's discount*) — 20% (*)

(*) *Add copy of student's card*

Nome (*Name*) _____

Morada (*Address*) _____

Telefone / Fax _____

Endereço electrónico (*E-mail*) _____

Modalidade de Pagamento (*Payment by*)

Transferência Bancária para: (*Bank Transfer*) _____

CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS U.P.

IBAN: PT 50 0035 0194 0000 2032 53053 - BIC/SWIFT: CGDIPTPL

Cheque Bancário N.º (*Bank Cheque Nr.*) _____

Necessário juntar comprovativo (add copy of bank transfer)

(Assinatura / Signature)

OS ESTADOS NACIONAIS ENTRE O MAGHREB E O MACHREK UMA HERANÇA DO COLONIALISMO?

● A HERANÇA COLONIAL

La Décolonisation en suspens: États Nationaux et nationalisme au Maghreb
René Gallissot

Héritage coloniale et gestion nationale de la cité à partir de l'exemple des villes du Nord de Maroc

Nizar Tajditi

1954, un faux départ du pan-arabisme au Caire ? – l'Égypte vu par la diplomatie portugaise

Maciel Santos

An unfinished process: the Western Sahara as a *post-scriptum* of the colonial period

Rui Novais

Síria entre progressismo e tradicionalismo

Ivo Sobral

● UM ISLÃO POLÍTICO ?

Religion et démocratie : Réflexion sur la spécificité du Droit musulman

João Casqueira Cardoso

A Formação do Partido Independente de Moçambique (PIMO)

Raul Braga Pires

● ENTREVISTA

Yaquib Sibindy: O PIMO - oração fúnebre a um caixão vazio

Entrevista conduzida por Raul Braga Pires

● AFRICA EM DEBATE

Uma herança identitária: o trabalho forçado

Le riz et le peuple Massa de l'Extrême-Nord Cameroun : de la culture forcée au marqueur identitaire

Jean Gormo

Colonial gold mining in Northern Benin: Forced labour and the politics of remembering the past

Tilo Grätz

● NOTAS DE LEITURA

Além do Bojador..., Além da Dor?

René Pélissier

Algumas notas sobre a 12ª Assembleia-Geral do CODESRIA – Governar o Espaço Público Africano

Augusto Nascimento

